

YARA MARIA MARTINS NICOLAU MILAN

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida por YARA
MARIA MARTINS NICOLAU MILAN e
aprovada pela Comissão Julgadora em

30/04/93.

Data: 30/04/93

Assinatura: _____

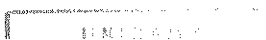


A EDUCAÇÃO DO "SOLDADO-CIDADÃO"
(1870-1889):

a outra face da modernização conservadora

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1993



Tese apresentada para a obtenção do Título de Doutor em Educação na área de concentração: Filosofia e História da Educação à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof.Dr. José Luís Sanfelice.

Comissão Julgadora

Wilson P. G. S.

.....

.....

Orunozonha

.....

Dedico este trabalho

à minha mãe

Margarida da Conceição
Martins Nicolau

aos meus filhos

Cícero, Tiago e Bianca

ao meu marido e companheiro

João Evangelista Elias Milan

à memória de meu pai

Alberto Nicolau José

à memória de meu avô

Antonio Martins de Andrade

e ao grande mestre e amigo:

Prof. Dr. Evaldo Amaro Vieira
que dirigiu meus primeiros
passos na produção acadêmica,
mas soube respeitar minha
autonomia intelectual, ofere-
cendo-me, com isto, a segu-
rança necessária para conti-
nuar em frente.

"Os véus que nos prendem, ainda hoje, ao passado recente ficaram encobrindo a realidade, embora algo tenha sido definitivamente desmascarado".

Florestan Fernandes

A G R A D E C I M E N T O S

Algumas pessoas foram fundamentais na realização deste trabalho. Sem elas, sem dúvida, ele se inviabilizaria. Por esse motivo, quero agradecer comovida o desprendimento e a confiança que em mim depositaram. Assim sendo, agradeço, primeiramente, ao Prof.Dr.José Luís Sanfelice, orientador desta tese e amigo, pelas sugestões de leitura, pela paciência e respeito às minhas opções acadêmicas na produção desta tese, cuja elaboração ocorreu em meio às vicissitudes e percalços que o cotidiano nos impõe.

Meu apreço às lições de vida e otimismo de minha dedicada amiga e incentivadora Denise Gonçalves Primo, cujo trabalho extenuante me fez avançar e me amparou nos momentos de desânimo. Externo meu profundo agradecimento a todos os amigos da Universidade São Francisco - USF (Campus de Bragança Paulista), em especial ao Magnífico Reitor Frei Constâncio Nogara, Frei Gilberto Marcos Sessino Piscitelli, ao Prof.Mauro Ribeiro Rosa e ao Fernando Aparecido Cunha Lima, pelo apoio e incentivo irrestritos a mim dedicados. Aos amigos Paulo Milan Boaventura e Pedro Luís Kuri, pela

acolhida no Rio de Janeiro. Também aos Professores Conrado Vasselai, Marcos Del Roio, a Maria Isabel de Sousa Lopes e Maria Cleonice Sanches, que pacientemente, leram e ofereceram importantes sugestões às primeiras versões do texto.

Quero agradecer, também, aos Professores Dr. João Francisco Regis de Moraes e Dr. João Ribeiro Jr. pelo incentivo e pelas críticas oferecidas em suas leituras atentas e criteriosas, ao Prof. Eliezer Rizzo de Oliveira e aos companheiros da Faculdade de Educação (FE-UNICAMP) e do Núcleo de Estudos Estratégicos (IFCH-UNICAMP) e, em especial, ao Prof. Geraldo Lesbat Cavagnari, pelas interlocuções que evidenciaram a questão central desta pesquisa.

A trajetória desta pesquisa foi marcada pela força do incentivo de muitas outras pessoas e ela teve origem a partir de questões suscitadas em leituras e discussões realizadas no Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) e Faculdade de Educação (FE) na UNICAMP. A partir daí foram consultadas inúmeras bibliotecas: Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e Biblioteca Central da UNICAMP; Biblioteca da Escola de Cadetes de Campinas, Biblioteca Mário de Andrade de São Paulo, Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade

de São Paulo; Biblioteca São Boaventura da Universidade São Francisco (USF) e Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Bragança Paulista. No Rio de Janeiro, graças às indicações dos Oficiais-professores da Escola Superior de Guerra, foram consultadas as bibliotecas: do Exército (Bibliex), Biblioteca Nacional, Arquivo da Casa Rui Barbosa, Arquivo do Exército, Arquivo Nacional e Biblioteca do Clube Militar. Nesta última, foram encontradas as fontes primárias que deram suporte à esta tese.

É impossível nomear todas as pessoas, que de uma forma ou de outra, contribuíram para o andamento desta pesquisa, porque foram muitas e haveria o risco do esquecimento. A todos que estiveram comigo nessa busca, minha mais profunda gratidão.

Este trabalho foi possível graças, ainda, aos dois órgãos de apoio à pesquisa: CNPq e FAEP e ao Governo do Estado de São Paulo, pela concessão de um ano de afastamento remunerado, em 1988, para a redação desta tese.

RESUMO

Nesta tese discute-se a relação entre um tipo de formação específica ocorrida na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro (1870-1889) e o envolvimento na luta política dos acadêmicos militares (os soldados-cidadãos), que nela se formavam, após terem identificado os princípios lógicos de uma "modernização conservadora" para o Estado brasileiro. Tal lógica nascida da leitura positivista da realidade, adaptada à situação concreta nacional, antecipou por seu conteúdo e práticas, pelo menos idealmente, o projeto burguês cuja consolidação só ocorreria mais tarde.

A aspiração de modernidade defendida no ideário positivista-militar objetivava colocar o Brasil no nível das sociedades mais desenvolvidas, sem que para isso ocorressem mudanças estruturais que abrissem espaços para formulações nacionais-populares. A discussão temática pautada nas contribuições de Antonio Gramsci, ofereceram os elementos para se perceber o papel histórico dos jovens oficiais, que atuaram como "intelectuais orgânicos" na busca do consenso e direção dos movimentos sociais

antecedentes à Proclamação da República. A análise se efetuou sem perder de vista o processo de transformação pelo qual passava a sociedade brasileira, em seus ajustes na consolidação do capitalismo.

A B S T R A C T

In this thesis it is discussed the relation between a kind of specific formation occurred at "Escola Militar da Praia Vermelha" in Rio de Janeiro (1870-1889) and the involvement in the political quarrel of the Army students (the army-citizens), where they were graduated, after having identified the logical beginning of a conservationist modernization to the Brazilian state. Such logic, was born from the positivist reading of the reality and adapted to the Nacional concrete situation, advanced for its contents and practices, at least idealy, the burgess project which consolidation would occur only later.

The aspiration of modernity defended in the Army positivist idealist objectified to put Brazil in the level of the most developed societies, not for occurring structural changings which opened lenght for formulation of National-popular. The thematic discussion, ruled in the contributions of Antonio Gramsci, offered the elements to notice the historic role of the oficial young men, who acted as "organic intelectual" in search of consensus and direction of the Republic Proclamation. The analyses

occurred without losing from sight the transformation process which the Brazilian society passed by in its agreements in the Capitalism consolidation.

S U M A R I O

	PÁGINA
INTRODUÇÃO	1
QUADRO TEÓRICO	7
CAP. I - A REALIDADE CONJUNTURAL: O quadro Nacional e o Processo de Transformação	35
- A Elaboração das Instituições Políticas ..	49
- Os Partidos Políticos	53
- A Organização do Estado e a Peculiaridade do Processo Brasileiro	64
- O Brasil no Contexto Latino-Americano	65
- A Urbanização e a Máquina Política	69
- Um Breve Retrospecto	74
- O Exército no Quadro Conjuntural	89
- Conjuntura e Propaganda Republicana	94
- O Conflito entre as Oligarquias	102
 CAP. II - A AÇÃO MILITAR E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO	 106
- Na Esteira dos Heróis	114
- A Escola Militar	126
- O Recrutamento e a Ética Militar	143
- A Milícia Civil: A Guarda NacionalxExército	167
- A Radicalização Militar e seus Motivos ...	176
 CAP. III - FUNDAMENTOS DO NOVO IDEÁRIO: Liberalismo e Positivismo	 195
- O Liberalismo - um pouco de História	202
- A Formação do Espírito Burguês	210
- O Positivismo: História e Preceitos	219
- O Reformismo Burguês	224

- O Positivismo Militar - A Outra Face da Modernização Conservadora	232
- O Positivismo na Escola Militar	253
- Benjamin Constant: o Grande Articulador ..	261
CAP.IV - AS BASES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO MILITAR	279
- Os Ideólogos	308
CONCLUSÃO	341
BIBLIOGRAFIA	362

A EDUCAÇÃO DO "SOLDADO-CIDADÃO" (1870-1889):
a outra face da modernização conservadora

INTRODUÇÃO

Muitos autores afirmam que as pesquisas sobre a ação político-militar, organizada no Brasil após a Guerra do Paraguai (1870), são ainda tangenciais e periféricas devido à riqueza do tema e às inúmeras controvérsias nascidas de posições opostas, presentes nos relatos testemunhais(1). Tais fontes, apesar de exprimirem, muitas vezes, pontos de vista forjados ao sabor das lutas políticas e sociais, constituem farta documentação.

Não obstante a consciência da dificuldade estrutural presente nesse tipo de pesquisa, um estudo sobre a formação militar e as formas pelas quais se constituiu o ideário "do soldado-cidadão" torna-se relevante, pois visa recuperar, em termos de historiografia, um momento essencial, gênese de um processo de intervenções políticas,

1 O trabalho de Emília Viotti da Costa, Da Monarquia à República: Momentos Decisivos, é bem elucidativo nesse sentido, quando a autora demonstra a polêmica historiográfica em torno da Proclamação da República.

cujos desdobramentos trouxeram conseqüências inusitadas para toda sociedade brasileira.

Aos estudiosos da historiografia brasileira, em especial àqueles cujas preocupações estão voltadas a encontrar os nexos mais fundamentais da história da educação brasileira, os pressupostos deste estudo, pelo seu caráter sincrônico, poderão ser de utilidade para pesquisas posteriores. Não se pode, no entanto, ter a pretensão de esgotar um tema como este, devido à sua complexidade. Por esse motivo, a discussão sobre a formação do "soldado-cidadão", como aspecto da lógica positivista, configura-se apenas como uma das leituras possíveis da gênese do processo de inserção militar feita no período de transição da Monarquia para a República. O jacobinismo(2) parece ter sido a conseqüência imediata dessa formação militar no início da República. No entanto, ele não fará parte da discussão deste trabalho, que não objetiva ir além de 1889 (Proclamação da República).

2 O "jacobinismo" é uma característica imputada ao governo de Floriano Peixoto por seus adversários políticos ao compará-lo a Robespierre. "Jacobino" foi também um rótulo assumido por um grupo de oposição de esquerda ao governo de Prudente de Moraes. Suas atividades eram propagandísticas e panfletárias, em defesa das instituições republicanas. O "jacobinismo" brasileira era uma manifestação ideológico de cunho patriótico e plebeu. Esta discussão encontra-se na obra de João Quartim de Moraes, A Esquerda Militar no Brasil, p.63 a 73.

Estas considerações servem ainda para indicar a abertura de um debate, cujo desenvolvimento pode ser enriquecido com opiniões divergentes, uma vez motivada a reflexão em torno da formação do ideário militar (no período de 1870 a 1889) que expressa um dos cantões da inteligência nacional brasileira, no qual a pregação positivista foi bem sucedida na refutação do bacharelismo civil, ao se apresentar como alternativa modernizadora, cientificista, capaz de moralizar os costumes e as instituições políticas.

Convém lembrar: a pesquisa histórica que envolve épocas e acontecimentos, poderá se beneficiar com a reflexão que se segue:

"o curso da história rege-se por leis gerais imanentes, porque na história das sociedades os agentes são todos homens dotados de consciência que atuam sob o impulso da reflexão ou da paixão, buscando determinados fins". Não se deve perder, ainda, de vista que: "a investigação histórica ao tentar desvendar " as forças motrizes (...) que estão por trás

desses objetivos pelos quais os homens atuam na história e que constituem as verdadeiras alavancas, forças motrizes da história, é necessário não se deter tanto nos objetivos de homens isolados, por muito importante que sejam, como naqueles que impulsionam as grandes massas, os povos em seu conjunto e dentro de cada povo, classes inteiras (...); mas em ações contínuas que se traduzem em grandes transformações históricas. Pesquisar as causas determinantes que se refletem na consciência das massas que atuam e de seus chefes - os chamados grandes homens - como objetivos conscientes ou sob uma roupagem ideológica ou mesmo fantástica : eis o único caminho que nos pode conduzir à descoberta das leis que regem a história em seu conjunto, tanto quanto a

história dos diferentes períodos e países"(3).

A discussão deste tema, relativo à formação militar, nasceu de uma primeira interrogação que motivou toda a pesquisa e manteve-se norteadora desta análise. Esta interrogação preliminar, preservou seu eixo essencial, assegurando a coerência temática. O que se buscava saber era: como a educação militar, ministrada na Escola da Praia Vermelha (1870-1889), ao definir os rumos de um ideário para a oficialidade acadêmica, atuou no sentido de proporcionar os elementos que consolidariam as aspirações de "modernização" do Estado, exigidas pelas transformações capitalistas que se operavam no Brasil.

As outras questões decorrentes desta objetivavam somente desdobrá-la para melhor compreensão: qual é a relação entre a construção de um ideário militar, a partir de 1870, e a participação política da oficialidade do Exército brasileiro nas questões cruciais que permitiram a consolidação do Estado burguês com a República? Ou dito de outra forma: qual o significado do ideário militar do

3 Este texto citado por inteiro tem a finalidade de esclarecer os fundamentos desta análise e seu processo de constituição. Engels, Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã in Karl Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, v.3, p.p. 198-199.

"soldado-cidadão" no contexto das transformações das bases e das forças sociais que articulavam um novo Estado ?

Estas questões, serão respondidas na medida que a discussão permita revelar, no quadro geral das relações entre o Estado como um todo(4) e seu Poder Militar (o Exército), a força da construção de um ideário, estruturado mediante um tipo especial de formação, que tomava por base os princípios da visão positivista. Na avaliação destas relações, há que se ter presente as inúmeras contradições concernentes às condições concretas da realidade brasileira no período, que será objeto da análise, bem como, as vinculações essenciais dos agentes à estrutura produtiva, no contexto das relações de classes. É portanto nesse processo transitório, no qual se consolidava uma nova formação social - a capitalista - que se constituirá a doutrina positivista do "soldado-cidadão", de teor cientificista e humanista, voltada à modernização do Estado e à moralização dos costumes políticos.

4 Mais à frente, o conceito de Estado será devidamente discutido segundo a perspectiva elaborada por Gramsci.

Quadro Teórico

As considerações subseqüentes delineiam o quadro geral, no qual se inscreve o problema central desta pesquisa e seu suporte teórico-metodológico. Para tanto, os esforços de compreensão da realidade brasileira encaminharam-se no sentido de encontrar na história a trama das relações, que permitiram descrever e interpretar, de forma atenta, o processo de transformação em curso, não obstante, as dificuldades presentes nos levantamentos conjunturais do período (1870-1889); as mudanças que se sucederam no quadro econômico social e institucional, isto é, as razões de ordem estrutural, motivadoras dos fatos e que, freqüentemente, escapam aos menos atentos.

Sobre a importância do tema selecionado: "A Educação do "soldado-cidadão": a outra face da modernização conservadora"(5) cabem aqui algumas considerações iniciais.

5 A discussão sobre a metáfora da moeda que inclui o esclarecimento sobre a outra face da modernização conservadora encontra-se no Cap.III, p. 234.

De forma genérica, é possível afirmar que desde épocas remotas, a organização militar esteve historicamente presente na estruturação das sociedades mais antigas, cabendo sempre a ela, como finalidade precípua, pelo menos, presumidamente, a luta em benefício dos interesses coletivos, na preservação de seu patrimônio material e espiritual através da guerra (função histórica específica).

As transformações pelas quais a organização militar passou, ao longo do tempo, acompanhando o desenvolvimento histórico das sociedades, permitiu-lhe preservar sempre sua estrutura essencial, que não se alteraria até o surgimento da sociedade moderna (o Estado burguês). Foi a partir da criação do Estado moderno que a organização militar assumiu uma nova configuração, cada vez mais complexa, transformando-se em força crescente e necessária para a manutenção da estrutura política das formações sociais, garantindo o poder daqueles que detinham a força econômica. Isto lhe conferiu, a partir de então, ao longo de um denso processo de alteração de suas bases, uma fisionomia paradoxal, pois rompeu com sua função histórica específica - a guerra - para se converter em instrumento coercitivo da classe, que consolidava sua hegemonia sobre as demais: a burguesia européia. Lenin observa: "O Estado possui dois instrumentos de preservação

de seu poder: a polícia e o exército permanente"(6). O Estado burguês(7), ao encerrar profundas contradições, necessita, para preservar-se, da garantia e da eficiência dessas organizações, advindo daí, como consequência, a identificação do exército com o poder do Estado. Estes argumentos encontram-se nas obras de Marx, Engels e Lenin.

Há, neste momento, que se distinguir as concepções dos autores aqui mencionados: Marx, Engels e Lenin que apresentam uma concepção "restrita" de Estado e a concepção de Gramsci que elabora uma "teoria marxista de Estado ampliado". A indicação inicial, ou seja, a questão vista sob a perspectiva da gênese do Estado na divisão da sociedade em classes, no estudo que se pretende, torna-se insuficiente, pois, o paradigma criado para a situação do Estado no Brasil, no período compreendido entre 1870 e 1889 (fim da Monarquia e início da República) é melhor compreensível na teoria desenvolvida por Gramsci, em função da similitudes de sua análise com as variáveis da realidade nacional. Gramsci esforça-se por dar conta, em termos

6 Lenin, V.I., O Estado e a Revolução, p.28, afirma: "O exército permanente e a polícia são os principais instrumentos da força do poder do Estado. Engels, A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.

7 Citando Marx, Lenin afirma que "o Estado é um organismo de dominação de classe, um organismo de opressão de uma classe sobre a outra; é a criação de uma "ordem" que legaliza e fortalece esta opressão diminuindo o conflito das classes". Op. cit., p. 25.

teóricos, de uma intensa socialização da política(8). A esfera política sobre a qual a análise de Gramsci se reporta não é aquela referente aos "Estados elitistas - tanto autoritários, como liberais", (estudados por Marx, Engels e Lenin), mas um Estado cuja esfera pública apresenta-se ampliada. Isto significa que Gramsci não elimina o "núcleo fundamental da teoria restrita" de Marx, Engels e Lenin (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder de Estado), "mas o repõe e o transfigura ao desenvolvê-lo através do acréscimo de novas determinações"(9).

No contexto da análise desenvolvida por Engels (especificamente), torna-se explícita a necessidade da presença de um exército permanente, para garantir o poder do Estado originário da divisão da sociedade em classes irremediavelmente hostis. Segundo Engels (10), o Estado é um organismo de dominação de classes, um organismo de opressão de uma classe sobre a outra. O Estado, portanto, nasce de contradições inconciliáveis, mas deve apresentar-se como uma força que "paira" acima destas contradições(11)

8 Gramsci, Antonio, Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, p. 148.

9 Coutinho, Carlos Nelson, A Dualidade de Poderes - Introdução à Teoria Marxista de Estado e Revolução, p.57 a 59.

10 Engels, Friedrich, A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado, p. 136.

11 Idem, p. 136.

e necessita, para funcionar com um mínimo de eficiência, de instrumentos de força. A expressão de Gramsci sobre o Estado: "hegemonia revestida de coerção" insinua a presença de instrumentos capazes, de criar um consenso social(12).

Nelson Werneck Sodré (13) ao estudar esta questão, ressalta um aspecto que merece ser considerado a respeito da universalidade da organização militar, além de sua antigüidade. Ele indica que a função política atribuída aos militares evoluiu em ritmos desiguais de sociedade para sociedade, ao longo do tempo, devido aos processos históricos desiguais nos quais cada uma se encontrava. Por esse motivo, as organizações militares apresentavam aspectos muito peculiares ao formalizarem seus modelos de ação conjugada aos poderes que as sustentavam.

A análise da questão militar não pode perder de vista a distinção necessária entre seu traço universal (sua função política) e as singularidades desse traço, decorrentes dos avanços da estrutura material e social de cada nação, bem como, a natureza da função política nela desempenhada. A função política constitui, assim, o aspecto

12 Gramsci, Antonio, op. cit., p.149.

13 Sodré, Nelson Werneck, Vida e Morte da Ditadura, 1984 (Vinte Anos de Autoritarismo no Brasil), p. 13.

essencial da ação militar que se acentua mais com a modernização de cada sociedade.

Antonio Gramsci afirma que a força militar tem sua significação histórica através da política(14). Segundo Gramsci, as forças militares assemelham-se (por analogia) às forças econômicas, pois ambas fazem oscilar, continuamente, o desenvolvimento da história com a mediação das forças políticas. No entanto, a política não se reduz nem a uma, nem a outra dessas duas forças; é muito mais. A política não se organiza sem uma base econômica sólida, nem sem o apoio militar que pode se constituir, ou não, no elemento de equilíbrio da formação social. Nem as forças econômicas, nem as forças militares encontram-se em estado puro, mas sua organização já se constitui um ato político(15).

Para encontrar a verdadeira identidade das forças militares, Gramsci divide-as em graus: um grau militar, em sentido estrito (o técnico-militar) e um grau político-militar. A distinção surge, logicamente, da constatação acima referida: "a força militar toma significação

14 Gramsci, Antonio, in Obras Escolhidas, p. 296 e 297.
- Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, p. 57 a 69.
Buzzi, A.R., La Teoria Política de Antonio Gramsci, p. 200

15 Buzzi, A.R., op. cit., p. 200.

histórica através da política". No curso do desenvolvimento histórico, os graus dessa divisão militar, feita por Gramsci, apresentam-se em combinações variadas. Cabe, portanto, identificar segundo essa concepção, qual desses graus prevaleceu no Brasil, considerando-se a peculiaridade do papel político desempenhado pelo Exército - em especial, pelos jovens oficiais - na consolidação de uma nova ordem estrutural e superestrutural (para o Estado)(16). Tudo indica, que a função político-militar no Brasil inscreveu-se, após a Guerra do Paraguai(1865-1870), nos desdobramentos do avanço capitalista latino-americano determinado pelas vinculações colonialistas e as formas emancipatórias que se processaram nos diferentes países. A compreensão desse processo de transformação da realidade brasileira, cujo marco foi o término da Guerra do Paraguai (1870), está intimamente relacionada com as distinções acerca da "relação de força" feita por Gramsci(17).

Cabe lembrar, ainda, acerca da utilidade da reflexão gramsciana, como bem mostra Carlos Nelson Coutinho referindo-se à realidade brasileira, que além da força dos argumentos da teoria de Estado ampliado, da hegemonia e dominação, as referências ao "transformismo", isto é, à

16 Gramsci, Antonio, Maquiavel, A Política e o Estado Moderno, p.70 e 71.

17 Gramsci, Antonio, op. cit., p.p. 49 e 50.

forma pela qual um país se moderniza, pondo na ordem do dia a superação do "atraso", são pertinentes e cabíveis neste tipo de análise.

Diz Coutinho:

"Estou convencido de que - com as necessárias mediações - essas indicações (referindo-se às revoluções passivas e transformismo) podem ser de grande valor para um reexame de nossa história passada e presente"(18).

Sobre o conceito de "relação de forças" (também aplicáveis nesta análise), Gramsci distingue diversos momentos ou graus enumerando-os segundo um critério que vai da base material (a estrutura) à evidência do nível de consciência dos interesses corporativos dos agentes (a superestrutura). Num primeiro momento, aponta que a **relação de forças** sociais apresenta-se estreitamente ligada à estrutura objetiva, independentemente, da vontade dos homens. O desenvolvimento das forças materiais de produção são determinantes dos agrupamentos sociais que se estruturam de acordo com a função e posição ocupadas num

18 Coutinho, Carlos Nelson, A Democracia como Valor Universal, p. 58.

processo produtivo. Essa realidade não pode ser modificada e é este dispositivo que permite verificar se na sociedade existem as condições necessárias para sua transformação, por um lado, permitindo, por outro, também, controlar o grau de realismo das ideologias e a viabilidade das mesmas em sua constituição.

Gramsci menciona o momento subsequente, como o da relação das forças políticas, no qual é possível avaliar o grau de autoconsciência e organização alcançado pelos vários grupos sociais. A análise deste momento evidencia os diversos momentos da consciência política coletiva e sua manifestação histórica. O primeiro grau é o *econômico-corporativo*, o segundo é aquele em que se adquire *consciência da solidariedade de interesses* entre todos os membros do grupo social (ainda no campo econômico). Neste momento já se coloca a questão do Estado e o que se visa alcançar é uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes. Num terceiro momento, já há uma *consciência dos próprios interesses corporativos* que podem tornar-se também interesses dos grupos subordinados. Nesta fase, ocorre a passagem da esfera da estrutura para as superestruturas complexas. Nela, as ideologias já preexistentes transformam-se em partidos, em choque uns com os outros até o momento em que um se imporá sobre os demais

e se irradiará para toda a área social, determinando a unicidade dos fins econômicos, políticos, morais e intelectuais.

A luta que daí procede não se opera mais no plano corporativo, mas no plano "universal", dela decorrendo a hegemonia de um grupo social sobre os demais que a ele se subordinam. Estas indicações permitem compreender a função social do Estado, que no entender de Gramsci foi concebido para criar condições de expansão máxima para o bloco que se consolida no poder e que em seguida, passará a exercer a hegemonia sobre as outras classes sociais.

O que se pretende elucidar, neste trabalho, mais precisamente, considerando-se os argumentos oferecidos por Gramsci, é a relação entre um tipo de formação específica elaborada na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em termos de uma experiência histórico-social organizada na esteira da transição capitalista envolvendo segmentos da intelectualidade militar - os acadêmicos - transformados em agentes responsáveis pela formulação de um dos aspectos da lógica da "modernização conservadora" para o Estado brasileiro, com o ideário republicano, cuja organização foi mediada por uma concepção burguesa de mundo, compreendida no viés positivista.

Este é o aspecto fundamental da organização da ideologia conforme explica Gramsci:

"O grupo dominante não se torna dirigente, senão quando chega, por meio dos seus intelectuais, a exercer a sua hegemonia sobre a sociedade inteira. Um grupo social pode ser dirigente antes mesmo de conquistar seu poder governativo"(19).

Segundo Gramsci, a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como acontece entre os grupos sociais fundamentais, mas "mediata" em diversos graus, por todo tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários" (20). Especificamente, na discussão sobre organismo militar, Gramsci aponta a existência de um grau de coesão e a presença de um "espírito de corpo", um elo de unidade e identificação.

A oficialidade militar brasileira, a partir de 1870, assume esta direção (organização do consenso) ao

19 Gramsci, Antonio, Obras Escolhidas, p. 276.

20 Idem, op. cit., p. 348.

aceitar a doutrina positivista com um suporte teórico para sua luta (que expressava visão da burguesia consolidada no poder já nos fins do século XIX) na tentativa de reorganizar a instituição do Estado no quadro nacional. A constituição peculiar dessa "concepção de mundo" elaborada por intelectuais pertencentes a própria estrutura do Estado, configura um momento decisivo na história da organização política do Brasil, no qual a força da direção impropriamente dita "revolucionária" investe sobre o próprio poder constituído com a finalidade de remodelá-lo. Convém lembrar, que a forma de ação que deu origem à República, tornou-se freqüente nos acontecimentos que envolveram militares, principalmente o Exército, na história posterior da sociedade brasileira.

"Os acontecimentos que culminaram no movimento de 1964 teriam sido então longamente preparados pela própria evolução da história brasileira com os germes do final do século XIX e da primeira metade do século XX, com toda formação que Benjamin Constant deu aos militares, inclusive com insistência que esses ideais

vieram da própria época colonial".(21)

A compreensão do significado do papel social dos cadetes militares enquanto agentes da "modernização conservadora" confirma a intuição que norteou toda investigação e a análise: que a oficialidade militar antecipou, por suas reivindicações e formulações, em termos ideológicos, o conteúdo que consolidaria o projeto burguês após a República.

A formação militar, realizada em uma instituição oficial, mantida pelo Estado, serviu de base para conferir, aos agentes em questão, os elementos de contrastes com as humanidades e regras jurídicas defendidas, nesta época (1870-1889), pela oligarquia dominante. A base matemática dessa formação aliada à pregação positivista repercutiu de maneira intensa nessa geração de "cidadãos-armados", ao conferir-lhes motivações para intervir, politicamente, no quadro nacional, acompanhando as alterações estruturais impostas pelo capitalismo. O nó górdio da prática militar, cujo teor nega a função histórica conhecida nos Exércitos em geral, configura-se nesta análise como a grande contradição, porque as ações que expressam o ideário "novo"

21 Bergo, Antonio Carlos, O Positivismo: Caracteres e Influência no Brasil in Revista Reflexão nº. 25, p. 71.

resultam de uma doutrina política que era, por princípio, reacionária, anti-liberal, anti-militarista e anti-democrática, calcada na crença de uma estrita divisão de trabalho e na hierarquia de competências (22). A doutrina de Comte, ironicamente, proporcionou aos jovens cadetes os recursos teóricos para compreenderem a estratégia dos embates que deveriam travar. Permitiu-lhes, ainda, defenderem reformas progressistas sem atingir o nível de "ruptura", pois, além dos limites do ideário que consolidariam - ditatorial e autoritário - a própria vinculação social (como aparato coercitivo do Estado) os impediria de avançarem na linha nacional-popular. Por outro lado, viam nas camadas populares uma massa inerte, carente de tutela e assumiam, por conseguinte, a posição de "tutores morais" privilegiados, aptos a arrebanhar e conduzir os "fragmentos dispersos" da sociedade. A singularidade dessa ação político-militar, no Brasil, consistiu na superação dos limites da classe de origem (pequena burguesia), para transformá-los em "portadores materiais de uma formulação ideológica de conteúdo universalizante", própria do horizonte burguês. Em outras palavras, assumiram a função de mediadores para a obtenção de um consenso entre as forças sociais envolvidas. As

22 Châtelet, François, História das Idéias Políticas, p. 120.

reformas concretas que a conjuntura apresentava eram: a Abolição, a reorganização do Exército e a República.

A decomposição monárquica resultante do processo de transformação capitalista foi acelerada, principalmente, porque impregnada de um obsoleto anti-militarismo, a Monarquia não soube utilizar-se daquele instrumento que poderia ser sua real força unificadora: o Exército. As bases institucionais sobre as quais a Monarquia brasileira se assentava eram obsoletas em relação aos avanços da transição capitalista que se operava na estrutura econômica da sociedade, para adaptá-la à nova ordem internacional. As novas forças sociais conjugadas impulsionaram a preparação de nova conjuntura, cujos desdobramentos a história se encarregou de fixar. A formulação do ideário militar cumpriu a função organizadora de direção e participação, porque a "revolução cultural", da qual os mesmos faziam parte, tinha por objetivo oferecer uma proposta alternativa para o Estado monárquico, seguindo a orientação do Positivismo comtiano. A organização do consenso configurou-se em uma forma de luta denominada por Gramsci como "guerra de posição". A política cultural e ideológica nessa luta se precipita, e antecede mesmo à organização do Estado (burguês) em sua consolidação definitiva

Todas estas considerações tornam-se imprescindíveis para que se possa relacionar a ação política desenvolvida pela oficialidade militar com a prática pedagógica, sem que se perca de vista as contradições do período analisado. A intenção implícita desta argumentação é demonstrar como o pedagógico e o político são instâncias inseparáveis da praxis social(23). Em termos de análise, a virtual dissociação entre o conteúdo formativo e a ação político-militar resultante, conduz o conhecimento a uma redução mecanicista, entificadora dos níveis da realidade como formas compartimentadas desaparecendo, justamente, a compreensão da totalidade, o que seria um equívoco irreparável na compreensão do movimento histórico. Em outras palavras, as representações da "cultura burguesa", na leitura positivista, presentes no ideário do "soldado-cidadão" devem ser percebidas na vinculação com a praxis, caso contrário, elas estarão reduzidas a meros reflexos do concreto, de forma linear e não dialética. Este é o principal equívoco encontrado em algumas discussões(24) referentes ao tema. Ao aludirem ao processo militar que culminou com a República, enveredam pela narrativa

23 Gramsci, Antonio, Os Intelectuais e a Organização de Cultura e Concepção Dialética da História coloca explicitamente esta afirmação, p. 37.

24 São discussões que privilegiam a leitura psicologizante ou positivista sobre a realidade.

superficial e descuidam-se da compreensão da estrutura que embasa as ações. Em conseqüência, secundarizam a força organizativa do poder militar na conjuntura social e desvirtuam a importância dos agentes.

É necessário lembrar ainda, que as circunstâncias histórico-sociais da realidade brasileira motivadoras da gênese do aludido ideário, vinculadas às profundas mudanças que passam a ocorrer na Europa, nos fins do século XIX, estarão subentendidas, nesta análise, como aspectos determinantes, porque as relações sociais e a produção das idéias ganham inteligibilidade na tecedura contextual que se exerce na totalidade do momento histórico. Para tanto, cabe ainda lembrar que esta reflexão almeja ultrapassar a mera aparência, a exterioridade dos fatos, para encontrar os movimentos internos, estruturais e superestruturais, visando em última instância, apreender o processo de construção da história por homens concretos, tendo em conta, a complexidade desta dinâmica.

Há que se ter presente, também, as mediações necessárias na compreensão do real para, na sincronia histórica, chegar-se ao concreto como síntese. Para tanto, dois objetivos estarão privilegiados nesta análise:

a) a reconstrução histórica do pensamento político-militar e sua emergência como força social, impulsionadora da modernização conservadora do Estado brasileiro, no período compreendido entre 1870 (fim da Guerra do Paraguai) e 1889 (consolidação do aparato jurídico-político do Estado, com a República).

b) a percepção da relação entre o pedagógico e o político nas formulações teóricas de um segmento da intelectualidade nacional e sua prática, que formado em uma instituição oficial, converteu-se em força decisiva na elaboração do poder burguês.

Todo conjunto de observações efetuadas tem por suporte teórico as referências de Thompson sobre a forma de conduzir a investigação histórica, porque ele é o autor que parece melhor sintetizar, em suas reflexões, a metodologia privilegiada nesta tese, sob o ponto de vista epistemológico. Em primeiro lugar, a investigação da história foi sempre tomada como processo, como sucessão de acontecimentos, como "desordem racional" e acarreta noções de causação, de contradição, de mediação e da organização (por vezes estruturação) sistemática da vida social, política, econômica e intelectual. Essas noções fazem parte, tanto da esfera da teoria histórica, como de engajamentos empíricos". Diz Thompson: "trata-se, num

sentido bastante crítico (...) de uma questão de diálogo"(25).

A utilização dos referenciais de análise do materialismo histórico, como método de investigação, pressupõe a articulação de suas categorias com uma totalidade conceitual que não se constitui, em "verdade teórica acabada", da mesma forma que não é um "modelo" fictício. É um conhecimento em desenvolvimento, provisório e aproximado "com muitos silêncios e impurezas". Este conhecimento, nascido do diálogo e de seu discurso de demonstração, será sempre conduzido nos termos da "lógica histórica" (entendida como um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar os pressupostos referentes à estrutura, causação, etc). Ela exclui, portanto, "a evidência por si mesma", para interrogá-la na busca de determinadas propriedades que permitam a aproximação com história "real". É, em última instância, a "inteligibilidade desta história real" o objetivo último da lógica histórica. Neste sentido, a tese posta em relação com suas antíteses (determinações objetivas não-teóricas) resultam em um conhecimento histórico (síntese) na configuração do que se

25 Thompson, E.P., Miséria da Teoria, p. 54.

convenciona chamar "dialética do conhecimento histórico"(26).

Sobre o método das ciências humanas, cabe uma menção a Goldman que completa este quadro de referências teóricas fundamentais, necessárias neste estudo, ao afirmar:

"O investigador que se propõe a encontrar a realidade total e concreta ainda que saiba não poder alcançá-la, a não ser de uma maneira parcial e limitada, para isso esforça-se por integrar no estudo dos fatos sociais, a história das teorias a respeito desses fatos, assim como por ligar o estudo dos fatos de consciência à sua localização histórica e à sua infra-estrutura econômica e social" (27).

Para complementar esta discussão de fundo, é preciso esclarecer que o conceito de ideologia, utilizado

26 Thompson, op. cit., p. 54.

27 Goldman, Lucien, Ciências Humanas e Filosofia. O que é Sociologia ?, p. 28.

para identificar o ideário militar, objeto desta análise, e sua relação com um determinado tipo de conteúdo pedagógico é aspecto indissociável das categorias aqui utilizadas. Neste sentido, a ideologia comporta duas dimensões: uma gnosiológica e outra funcional(28). A separação entre essas dimensões tem finalidade meramente analítica e, portanto, didática, porque se imbricam e se completam de forma determinante.

A primeira dimensão explica a ideologia sob o ponto de vista de um "conjunto" condicionado, especificamente, de idéias e teorias de uma sociedade, classe ou grupo social. Para se compreender os processos que se operam, deve-se ter presente os elementos de sua estrutura: como interpretação sintetizada do processo de desenvolvimento histórico da sociedade, suas bases e forças motrizes. Enquanto tal, ela é uma generalização, cujos princípios podem ser tanto verdadeiros como falsos. A ideologia é entendida como atividade prática, sobretudo política, das classes, grupos e indivíduos. Por último, a ideologia é sempre uma crítica implícita ou explícita a outras ideologias, deixando claro seu caráter particularizante como leitura da realidade.

28 Moskvichov, L., El fin de la Ideologia - Teoria de la Desideologizacion: ilusiones y realidad, p. 70 e 71.

A segunda dimensão da ideologia refere-se à sua "funcionalidade" social diante de sua classe, sociedade ou grupo social. Neste sentido, ela deve apresentar-se como conhecimentos, como teorias, ideais e objetivos correspondendo às condições materiais da existência da classe, cujos interesses ela expressa. Trata-se de uma função teórico-cognoscitiva, que se faz acompanhar de uma função político-prática, dialeticamente relacionada (29).

Tudo isto impõe um elemento novo para reflexão: o que significa discutir sobre a ideologia? Significa tentar desvendar o lado oculto do fato histórico, a imponderabilidade da praxis dos agentes que, por si só, não se revela nos documentos. Significa buscar na interrogação do agente o que, na aparente evidência, subjaz como valor intrínseco, humano e carregado de compromissos não explicitados.

Discutir sobre a ideologia, sua gênese, seu processo de constituição significa buscar o nexo possível permitido pela reflexão e análise das ações contingentes

29 "La ideologia, al reflejar la realidad social desde el punto de vista de los intereses y aspiraciones de una clase, de una orientación práctica a la actividad de esta clase en conjunto y determina los objetivos y tareas de la actividad de los individuos. La ideología no es sólo un conjunto de ideas, sino también una guía para la acción". Moskvichov, L., op. cit., p. 72.

que organizam a história. Isto, sem sombra de dúvida, não autoriza o pesquisador da história recusar à interpretação dos fatos, uma carga invulgar de subjetividade, porque ele não tem nos documentos a transparência do real, mas um conjunto de informes, cuja ordenação pode conferir à história o seu rumo mais verossímil. Há, portanto, um espaço aberto para infindáveis leituras interpretativas sobre o processo pelo qual os homens constroem sua história. Cabe lembrar, que a evidência histórica existe, somente em sua forma primária e disponível para ser interrogada, numa atitude de desconfiança atenta, porque não se revela, não se oferece, a priori, em seu próprio significado mais profundo.

A discussão desenvolvida nesta tese referente à formação militar vai reiterar algumas observações feitas por Wilma Peres Costa, em *A Espada de Dâmocles: O Exército e a Crise do Império* no que diz respeito ao processo de consolidação da República porque pretende analisar os desdobramentos (ainda não devidamente explicados pela historiografia) do processo da ação político-militar, no Brasil, na transição para consolidação capitalista. Ela afirma que:

"... a República não foi uma transformação pacífica. Bem ao

contrário, para além da surpresa provocada pelo golpe de Estado de 15 de novembro, seguiu-se uma década de conflitos e violências de toda ordem, onde se sucederam as dissensões militares, os conflitos intra-oligárquicos, os motins populares, a guerra civil, o atentado político contra a vida de um presidente da República. No interior dessas lutas se forjou a transformação do Estado Imperial em Estado Republicano, do Império Unitário em República Federativa, de parlamentarismo em presidencialismo, do bipartidarismo organizado nacionalmente em um sistema de partidos únicos estaduais. Forjou-se um novo pacto entre as elites e um novo papel para as forças armadas"(30)

Segundo essa autora: "as origens, motivações e o significado da participação das forças armadas,

30 Costa, Wilma Peres, A Espada de Dâmocles: O Exército e a Crise do Império, p. 9.

particularmente, o Exército, no processo de instalação e consolidação da República, não tiveram ainda, um tratamento adequado (...) na historiografia".

Wilma constata que: poucos são os trabalhos que se dedicaram ao foco central, isto é, à discussão sobre o papel fundamental desempenhado pelas forças armadas na história brasileira e que principiou, precisamente, na Proclamação da República.

De fato, Wilma Peres Costa indica ainda: para a chamada "tese instrumentalista", que embasa algumas explicações sobre Proclamação da República, a questão militar ocupa, freqüentemente, um capítulo, à parte, referente ao agravamento do regime (31). A "tese instrumentalista" prevalece na historiografia brasileira e empenha-se em demonstrar que "as demandas específicas (corporativas é o termo mais comum) das forças armadas, acumuladas na série de episódios conhecidos como a Questão Militar, teriam sido manipuladas pelas oligarquias agrárias descontentes da política imperial, particularmente, com a Abolição". A questão mais controversa da discussão sobre o tema é ressaltada por Wilma Peres: "numa das versões mais difundidas, essa interpretação apresenta a República como

31 Costa, Wilma Peres, op. cit., p.9.

resultado do conluio dos "escravos descontentes" com a "sedição militar".

A versão mais tradicional dessa tese instrumentalista é oferecida por Oliveira Vianna, *O Occaso do Império*, na qual a questão militar se apresenta como "fruto da manipulação dos políticos civis na imprensa. O movimento republicano teria manipulado, potenciando-o, o descontentamento militar"(32).

É instigante a observação que se segue e que merece destaque:

"As lutas que recortaram toda primeira década da Primeira República não se travaram apenas, nem principalmente, entre as forças republicanas e monárquicas. Elas se travaram no interior do campo republicano, entre as diferentes forças sociais envolvidas na construção da nova ordem

32 Costa, Wilma Peres, op. cit., p. 10. A análise de Oliveira Vianna, em *O Occaso do Império* sobre a questão do cidadão de farda é psicológica, sendo que o autor enuncia sua conclusão em termos de "ressentimento e revolta".

e entre distintas concepções de organização republicana".

A conclusão à qual Wilma chega, oferece subsídios para reforçar esta discussão que quer ir além da tese instrumentalista e quer perceber o caráter estrutural da ação militar ao longo das três décadas que precedem a implantação do regime republicano. É de fundamental importância, como ponto de partida desta análise, considerar as palavras de Wilma Peres, segundo a qual "é impossível recuperar a dinâmica do processo republicano sem ter em mente a diversificação de forças que o compunham; o que requer um esforço de interpretação distinto do que estamos habituados a encontrar na historiografia". Cabe assinalar, que a análise da conjuntura global que antecede a Proclamação da República, é a única que permite evidenciar como as novas forças sociais atuantes, passam a aspirar o poder no final do século XIX. As clivagens políticas que se estabeleceram na consolidação de uma nova ordem política, não operaram mudanças nas bases estruturais da sociedade. Em outras palavras, o processo de "modernização conservadora" se efetuou mediante uma conciliação entre o novo e o velho, em um reformismo "pelo alto" que almejava, entre outras coisas, excluir a

participação popular, ao reservar o poder das decisões para as classes economicamente poderosas.

CAPITULO I

A REALIDADE CONJUNTURAL: O QUADRO NACIONAL E O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO

CAP. I - A Realidade Conjuntural: O Quadro Nacional e o Processo de Transformação

A primeira grande constatação acerca da formação social brasileira, atinando-se para o período que se inicia com a Independência (1822) até o momento em que esta tese foi escrita, refere-se ao insucesso na realização dos projetos históricos alternativos para o Estado, realizados pelas massas populares contra os modelos de dominação oligárquicos, reformistas, autoritários e desenvolvimentistas (e até populistas) que se sucederam ou se combinaram na história brasileira em seus ajustes para a integração ao modo de produção capitalista, quer em âmbito interno ou externo.

O Estado Nacional, consolidado nos desdobramentos exigidos pela inserção econômica do Brasil à nova ordem internacional, a partir de 1870, delineou-se como o "guardião" e "impulsionador" de reformas políticas, impedindo, graças à utilização de certos mecanismos (além das formas coercitivas da violência explícita, todos

recursos ideológicos), a formação de uma consciência nacional-popular(33). A consequência mais imediata disto foi o enfraquecimento da participação de instâncias significativas da sociedade civil e a ausência de uma formulação, verdadeiramente crítica e globalizante, capaz de anteceder à ação organizada, como força puramente cultural e problematizadora até 1889 (34).

Fatos isolados nos quais já estão presentes aspirações democratizantes, não frutificaram em projetos universais e democráticos, tais como: a Confederação do Equador (1824), a Sabinada na Bahia (1837), a Revolução Farroupilha do Rio Grande do Sul (1835), a Cabanagem no Pará (1835-1840) e a Revolta dos Praieiros em Pernambuco

33 Coube à Guarda Nacional - como força coercitiva primordial - o papel de resguardar as instituições monárquicas, papel este que o Exército passará a desempenhar depois da República.

34 Leôncio Basbaum referindo-se às eleições denuncia a ausência popular das decisões políticas que não refletiam só o atraso político, mas, principalmente, o atraso econômico e da pobreza. Para Basbaum "durante o Império havia apenas uma classe que votava: a dos senhores de terra, os latifundiários, a burguesia feudal dos engenhos e fazendas, das estâncias. Votando com eles, pressionada por eles, uma pequena, débil, paupérrima classe média. Abaixo dela a imensa maioria da população sem terra, gozando de direitos puramente teóricos, impedida na realidade de manifestar a sua opinião, se a tivessem pois (...), essa massa de funcionários, agregados, pequenos lavradores, etc, eram de todo alheios ao conhecimento das questões do Estado, tendo da pátria uma noção vaga e imprecisa". Basbaum, Leôncio, História Sincera da República - das origens a 1889, p. 165.

(1848) para citar, apenas algumas revoluções que antecederam ao período que está sendo analisado. A historiografia nos mostra que as referidas revoluções brasileiras, de um modo geral, não foram revoluções, pois não visaram uma modificação estrutural da economia, nem à mudança das relações sociais. Foram mais reações ao velho, oposições à mentalidade dominantes, reformas das estruturas já consolidadas, do que propriamente rupturas.

A inteligência nacional, a educação e a cultura brasileiras dinamizadas sempre "de cima para baixo" no contexto do processo histórico nacional, apresentaram-se sempre vinculadas à atividade político-organizativa do Estado, cuja prática configurou-se refratária às reais necessidades sociais, acabando por dificultar as lutas populares e democratizantes.

Isto não significa dizer que as massas populares, no Brasil, foram sempre sujeitos passivos de uma ação histórica que as transcende e que corre à sua revelia(35). Significa sim, constatar o êxito obtido pelos que têm detido o poder do Estado e os mecanismos próprios de reprodução e coerção (desde a Independência - 1822),

35 Pois se assim fosse, prevaleceria a concepção de Weber e Nietzsche que a história é feita por "grandes-homens", concepção esta que foge dos pressupostos desta análise.

estabelecendo um consenso entre as massas ou desviando-as da percepção dos fatos. A utilização de mecanismos próprios determinou a forma de realização da hegemonia, na história brasileira, através de um projeto integrador que articulou, em diferentes níveis, as classes dominantes com as outras classes, na recomposição do todo social. Isto equivale dizer que as classes dominantes dispuseram e ainda dispõem, através do poder do Estado, de instrumentos capazes de "neutralizar" a força organizativa popular dentro de condições concretas, principalmente, pelo uso dos aparatos da violência institucional e repressiva.

Reforçando esta constatação cabe citar aqui as palavras de Francisco Iglésias: "A história do Brasil, vista na perspectiva do povo, é uma série de frustrações e malogros". Compara-a ao famoso episódio da história francesa - *journeé de dupes* - dia dos logrados, ocorrido no dia 11 de novembro de 1630, quando os inimigos de Richelieu, da alta nobreza, ao tentarem destituí-lo tiveram suas esperanças destruídas. Essa expressão, segundo Iglésias, pode ser usada com o mesmo rigor para inúmeros embates nos quais os que pareciam vencer conheceram o malogro. Refere-se à Independência (1822), à Abdicação (7 de abril de 1831), às leis liberais da Regência - ao Código de Processo Criminal de 32, ao Ato Adicional de 1834, à

Maioridade, em 1841 e à instauração da República, 1889 (36). A célebre frase de Aristides Lobo (republicano histórico): "A nação recebeu bestificada a República" denuncia, também, a ausência popular da ação de 15 de novembro, realizada em nome dos interesses das forças sociais dominantes.

Perceber como os militares se imiscuíram na política brasileira e se co-responsabilizaram pela "neutralização" da ação das massas populares, ao longo do processo histórico; como participaram da contenção anti-democrática através das inúmeras intervenções que se sucederam à República, são questões subjacentes a esta tese que busca identificar a origem desse processo.

Tudo indica que o caminho percorrido pela sociedade brasileira, na evolução de seu processo histórico-social, foi lento e irregular em um quadro no qual houve uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lenin chamou de "via prussiana" para o capitalismo. À medida que o processo de desenvolvimento do capitalismo avançava no Brasil, ficaram excluídos os movimentos populares de massa (característica da "via francesa e russa"), ocorrendo alterações sociais mediante

36 Iglésias, Francisco, República (1889-1989) in Cultura, o Estado de São Paulo, 11/11/1989).

"conciliações entre o novo e o velho", ou seja, somente no plano político, no qual persistia um "reformismo pelo alto". Essa exclusão popular das ações transformadoras, "divorciando o povo da nação", como demonstra Carlos Nelson Coutinho(37), inviabilizou o surgimento de uma verdadeira e autêntica consciência democrático-popular, além de repercutir negativamente também, sobre a formação e o caráter da intelectualidade brasileira. Tendo por característica básica a exclusão da massa popular (da participação política), cujo maior contingente era de escravos - os não-cidadãos - além da indefinição das demais classes que compunham as bases da sociedade, a formação social brasileira administrada por poucos, pela elite constituída dos "homens bons", que se distinguiam dos demais em prestígio, poder e cultura, não fugiu à regra geral dos processos políticos ocorridos na América Latina, apesar da peculiaridade de seu regime político.

Há neste trabalho uma preocupação: a de demonstrar o modo pelo qual, no Brasil, o processo da "modernização conservadora" ocorreu através de conciliações entre as frações das classes dominantes, que alijando as classes populares de toda e qualquer participação política, preservou o latifúndio e a dependência do Imperialismo.

37 Coutinho, Carlos Nelson, et alli, Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira, p.3.

Esta discussão conjuntural faz-se necessária para totalizar a compreensão de como a oficialidade militar consolidou um ideário identificado com os interesses hegemônicos de uma classe (que naquele momento ainda não havia formulado seu projeto modernizante) e ao fazer isto, optou por envolver-se na luta política e determinar os rumos do Estado, quer velada ou explicitamente, configurando-se como agente fundamental dessa referida modernização conservadora.

Gramsci identifica o movimento pelo qual se processa a conquista da hegemonia pela classe dominante nos regimes resultantes de "revoluções passivas" (ausência das massas nos processos de transformação social): o "transformismo". A seu ver, isso ocorre através de meios de cooptação de certos dirigentes políticos ou intelectuais de camadas subalternas, para os interesses predominantes, afastando-os dos mecanismos decisórios (obtidos através de luta política)(38) e ligando-os, "umbilicalmente", ao Estado. A combinação do "transformismo" com a violência aberta é o modo específico pelo qual se dá a articulação da hegemonia e da dominação, com evidente predomínio desta no quadro de um regime resultante do processo de "revolução passiva" ou "revolução restauração" (ou ainda "revolução pelo alto"). Carlos Nelson Coutinho indica que é possível

38 Coutinho, Carlos Nelson, A Democracia: como Valor Universal, p.57.

fazer o recorte analítico da realidade brasileira pelo enfoque oferecido por Gramsci(39) no que diz respeito à sua contribuição mais universal, sua teoria ampliada de Estado, à visão do Estado como síntese de "sociedade civil" e sociedade política, de hegemonia e dominação. Estas reflexões ganham sua pertinência no que tange à compreensão do atraso brasileiro e seu processo de modernização. Para Coutinho, uma das conseqüências da "modernização conservadora" no Brasil, foi o excessivo peso assumido pelo Estado. As "revoluções passivas" ocorridas no Brasil, promoveram um aumento das burocracias ligadas ao poder executivo, fruto da prática "dos mecanismos transformistas de cooptação". A decorrência inequívoca foi o enfraquecimento da sociedade civil e a permanência do processo de modernização econômico-social, através do que se mencionou acima, na consolidação da "via prussiana". Na concepção de Lenin, a "via prussiana" exprime a maneira pela qual se processa, em uma sociedade de estrutura agrária, a passagem para o capitalismo, adequando as estruturas às necessidades do capital(40). Todas as alternativas concretas vividas pelo Brasil, direta ou indiretamente, ligam-se a esta transição (a Independência, a Abolição e a República) do "modelo prussiano", cuja

39 Coutinho, Carlos Nelson, op. cit., p. 58.

40 Idem, p.71.

conseqüência foi o afastamento sistemático das camadas sociais "de baixo", do âmbito das decisões.

A historiografia oferece consistentes argumentos que permitem perceber como a Monarquia brasileira, em momento algum, atendeu às aspirações das classes populares. Tobias Barreto, já em 1877, afirmava que o Estado era organizado, mas não a Nação, denunciando a desproporção entre o aparelho estatal e a sociedade(41). À medida que o Estado brasileiro se transformava (da Abdicação - 1831 até o Golpe da Maioridade - 1841) as elites proprietárias buscavam garantir a manutenção do escravismo, mesmo depois da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Essas oligarquias, beneficiárias do poder do Estado, encontraram sempre os meios para preservar seus interesses em detrimento da participação das massas populares.

É ingênuo pensar, no entanto, que deste quadro estão excluídas algumas lutas importantes, realizadas em nome da organização da sociedade civil, da cidadania, do Estado Nacional e de outras transformações que se inseriram no processo de transição para o capitalismo(42). "Algumas revoluções, batalhas políticas, parlamentares e de opinião

41 Ianni, Octávio, O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil, p.21.

42 Há que se mencionar aqui, por exemplo, a Revolta da Vacina.

pública situam-se nesse contexto". As campanhas republicana e abolicionista são exemplos desses embates, marcados por escaramuças que precederam as principais lutas da revolução burguesa deflagradas em 1888-89 (43).

Leôncio Basbaum ressalta sobre as lutas que expressam o movimento republicano, desta forma:

"A idéia que sustentava a todos era simplesmente República. Em tudo mais divergiam"(44).

Isto significa dizer que naquele momento, sob o apanágio da República, escondiam-se projetos sociais distintos que se evidenciariam após a Proclamação (1889) na forma de conflitos. Este trabalho não irá analisar essa questão, porque foge aos objetivos propostos, mas a menção da mesma visa elucidar, no processo político-republicano, o início de oposições ideológicas, cuja repercussão irá determinar os rumos políticos dos primeiros anos da República, bem como as crises resultantes dos desdobramentos da luta pela hegemonia, além dos inúmeros conflitos sociais que se sucederam.

43 Ianni, Octávio, op. cit., p. 21.

44 Basbaum, Leôncio, História Sincera da República, p.165.

A República, ao ser proclamada, não revela, de início, o litígio pendente entre as duas forças representadas pela "democracia formal" dos bacharéis como Nabuco e Ruy Barbosa e o autoritarismo militar, o qual, ao longo de um caminho de turbulências, terminaria por um sinistro "gran finale" em 1964 (45).

No processo brasileiro de transformação do Estado escravista moderno em Estado burguês, a Abolição, por exemplo, engendrou o desmantelamento da antiga estrutura de dominação. As forças conservadoras se encarregaram, ao longo do tempo, de conter e enquadrar o radicalismo dos que haviam feito a Independência e desejado a organização do Estado Nacional (1822), em bases liberais e modernas (46).

"A escravidão delatava as limitações do Liberalismo, e não puderam nunca os radicais incorporar à pregação de seu programa o item favorável ao abolicionismo. Tornavam-se irresolutos diante da instituição, e o próprio Visconde de Cairú, paladino das idéias avançadas do

45 Ledo, Ivo, No Tumulto do Norte, Cultura in O Estado de São Paulo, 11/11/1989, p.3.

46 Nogueira, Marco Aurélio, As Desventuras do Liberalismo, Joaquim Nabuco, A Monarquia e a República, p. 19.

Liberalismo econômico, incluía em seu *Manual de Política Ortodoxa* a confissão de que: "contra o mal da escravaria no Brasil não cabia no engenho humano achar remédio" e que para o provimento do remédio a tamanho mal só nos podia valer a Divina Providência"(47).

As revoltas, as lutas e os motins ligados a esse movimento foram abafados ora pela retórica dos políticos que formalmente defendiam o Liberalismo conservador e eclético, ora pelos aparatos institucionais de força, dos quais a Monarquia se utilizava para pôr fim a um conflito.

A Monarquia Parlamentar brasileira caracterizou-se, portanto, pelo afastamento das massas dos mecanismos decisórios, cabendo às elites exorcizar a atividade dos "não-cidadãos" através de recursos institucionais e ideológicos que emanavam da Inglaterra e da França, predominantemente. O elitismo anti-popular no Brasil não era privilégio, apenas dos pensadores autoritários e da direita, mas também de representantes da vanguarda progressista e eclética. O Ecletismo, portanto,

47 Mercadante, Paulo, A Consciência Conservadora no Brasil, p. 133.

apresentava-se como tendência predominante do pensamento brasileiro até o aparecimento do Positivismo. O Ecletismo, naquele momento histórico, expressava o teor ideológico da tendência conciliatória, presente entre as elites intelectuais que almejavam, desde a Independência, afastar as forças populares do quadro político. Posteriormente, ao lado do Ecletismo, liberais e positivistas defenderam, também, idéias anti-democráticas por temerem "a anarquia e o caos" que poderiam emanar das massas.

A elaboração das Instituições Políticas

A sociedade brasileira, desde a Colônia, esteve assentada sobre uma economia agrário-exportadora, voltada para atender à demanda externa, submetida às regras e avanços do capitalismo internacional. Como fornecedor de produtos primários aos países capitalistas centrais, o Brasil esteve sempre à mercê das flutuações desse mercado internacional para expandir-se e desenvolver-se dentro do quadro de relativas limitações. Nesse contexto, a produção cafeeira tornava-se, em meados do século XIX, a atividade hegemônica da economia nacional e se responsabilizava pelo crescimento de recursos internos, oferecendo as pré-condições para a ocorrência da acumulação do capital, que então se iniciava.

As crises econômicas sucessivas, presentes nessa fase transitória, são seguidas de períodos de expansão, pulsando ao ritmo das demandas e ajustes concedidos pela economia internacional. As crises econômicas, dos anos 1857 e 1864, sucede-se um novo impulso expansionista; o

Estado começou a ser ativado pelo afluxo de novos capitais estrangeiros, predominantemente, o inglês, os quais determinaram essa expansão, ampliando os recursos infra-estruturais necessários para a consolidação dos avanços econômicos. Nesses decênios que antecederam à Proclamação da República (1889), as importantes modificações da economia brasileira, motivadas pela expansão do café nas regiões Centro-Sul e no Nordeste de São Paulo, intensificaram a atividade mercantil-financeira, fazendo prosperar a vida urbano-industrial, promovendo a consolidação de um novo ciclo de acumulação (48). No entanto, a observação de Caio Prado Jr. evidencia um dado de realidade que foi decisivo na estruturação da economia e da sociedade brasileira:

"Não gozou o Brasil sob o Império, apesar de todos os progressos realizados, em nenhum momento, pode-se dizer, de estabilidade e segurança financeira (...); não há dúvida de que tal instabilidade é a principal responsável pela falta de consolidação da vida econômica e social brasileira e pela feição

48 Cardoso, Fernando Henrique, in Brasil Republicano - Estrutura de Poder e Economia (1889-1930), p. 18.

caótica que toma a evolução da
nossa economia"(49).

O surto de crescimento econômico do Brasil, nas três últimas décadas do Império deveu-se, sobretudo, ao incremento e à diversificação do mercado interno impostos pela produção cafeeira, ao deslocar o centro dinâmico do nordeste para o planalto paulista, criando aí uma oligarquia poderosa que se caracterizava, principalmente, pela avidez com que passou a disputar o poder com as demais frações da classe dominante. A força dessa alteração fundamental se fez sentir na recomposição dos novos interesses, idéias e costumes, no conjunto da sociedade brasileira, ao romper com os padrões coloniais predominantes.

Ao longo dessas transformações, esboçam-se também as crises políticas correlativas às novas forças sociais, incluindo, ainda, um intenso processo imigratório, que atuou como fator decisivo para a ação do Estado. Atrás do fluxo imigratório, certas políticas governamentais foram defendidas de acordo com os interesses dos grandes proprietários rurais, principalmente, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro(50). Esse surto de prosperidade

49 Prado Jr., Caio, História Econômica do Brasil, p. 201.

50 Cardoso, Fernando Henrique, op. cit., p.17.

econômica, além de beneficiar a urbanização, introduziu novas técnicas modernas, que puseram a serviço da produção cafeeira: a maquinaria indispensável, a energia, os transportes ferroviários e marítimos para mover os grandes volumes da produção no país(51). A rápida expansão do café, conseqüência da modernização dos recursos, vai provocar uma alteração significativa na estrutura social, modificando a posição e a conduta das classes e segmentos sociais. A urbanização promoveu o aparecimento de uma incipiente indústria, expandiu e dinamizou o comércio e criou novas profissões. O crescimento de trabalhadores livres ocorreu na proporção contrária à redução do número de escravos, e este dado novo impulsionou, por sua vez, o colonato e a proletarização urbana.

Como afirma Cruz Costa, "a amplificação da perspectiva econômica vai paralela a uma amplificação da perspectiva intelectual"(52). As novas idéias ligaram-se às modificações da estrutura econômica que se introduziram na estrutura global do país, denunciando a presença de outras aspirações concernentes à redefinição da ordem política. Essa modernização rápida foi, aos poucos,

51 Ver Caio Prado Jr., História Econômica do Brasil, cap. 20 e 21.

52 Cruz Costa, João, Contribuição à História da Idéias no Brasil, p. 41.

tornando-se fardo insuportável para a rigidez do sistema monárquico.

Os Partidos Políticos

Os dois partidos políticos do Império constituídos desde a época regencial: o Liberal (1831) e o Conservador (1837), embora apresentassem diferenças entre seus programas, defendiam, na prática, os mesmos interesses. Deles faziam parte apenas os homens mais importantes do país, detentores de rendas advindas da terra e proprietários de escravos, além de serem os únicos a possuir cultura e conhecimentos políticos. Numericamente reduzidos, expressavam através dos programas seus interesses privados, ferrenhamente defendidos em um proselitismo admirável na Câmara e no Senado. Ao longo do Segundo Império, esses partidos alteraram-se no poder através do que se convencionou chamar "inversão da situação política". O Imperador punha em prática um modelo político peculiar exercido através do Poder Moderador e de um "ministério de conciliação" organizado, segundo as tendências predominantes ou injunções do momento, porque

nada efetivamente os separava e as suas divergências eram puramente formais. É importante salientar, que ambos os partidos eram fiéis aos princípios de um Liberalismo retórico, contraditório na prática, pois perdia sua consistência no confronto com a realidade social.

Convém assinalar que o Liberalismo brasileiro presente nos dois partidos do Império corresponde ao exercício mais retrógrado dessa doutrina, isto é, a um Liberalismo não democrático, como afirma Norberto Bobbio em *Liberalismo e Democracia*, e realiza-se, historicamente, em uma sociedade "na qual a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras". Bobbio refere-se, nessa obra, ao célebre discurso do liberal francês (homônimo do professor brasileiro citado neste estudo) Benjamin Constant (1767-1830), que afirma ser o objetivo do Estado contemporâneo limitar o poder, por um lado e destruí-lo por outro, preservando a liberdade somente da "fruição pacífica da independência privada"(53). Essas limitações do Liberalismo político brasileiro se expressavam, praticamente, nas posturas de defesa da escravidão, do voto censitário e no direito limitado de oposição. No entanto, era em torno do ideal federativo que giravam as inquietações dos liberais mais contundentes.

53 Bobbio, Norberto, Liberalismo e Democracia, p. 8.

Constatar a origem liberal dos dois grandes partidos torna compreensível suas atitudes políticas e seus atos durante o Governo Imperial. "Os dois partidos se mantiveram em luta, frente a frente, num diálogo que durou mais de meio século". Após 1862, um grupo de Conservadores - Nabuco, Saraiva, Paranaguá, Zacarias - forma a "Liga Progressista", que se configura na corrente liberal do Partido Conservador. Organizam-se três partidos: o Conservador, o Liberal Progressista e o Liberal Histórico. Em 1868, fundem-se esses dois últimos, ao mesmo tempo que no Partido Liberal, uma "ala jovem", constituída de radicais, lança um manifesto contundente, primeiro sinal do que seria, a partir de 1870, o Partido Republicano.

Os gabinetes imperiais, a partir de 1847, passaram a ter consistência política, definida com a criação da Presidência do Conselho. As situações políticas aparentemente se alteravam, mas era visível o predomínio dos interesses conservadores, cujas idéias liberais estavam postas a serviço da defesa "de um sistema político, no qual a autoridade seria imparcial e neutra, garantindo a liberdade dos cidadãos" (entenda-se os proprietários denominados "homens bons"). Viam somente na Monarquia as prerrogativas essenciais para a vigência dessa aludida imparcialidade, além de reivindicarem a centralização do

poder do Estado. Contra a concepção conservadora, os liberais mais progressistas defendiam o Parlamentarismo, mas apoiavam, juntamente com os conservadores, o princípio da Monarquia Constitucional. Ambos temiam a República por considerá-la uma ameaça utópica de libertação institucional. As divergências preceituais entre liberais e conservadores desapareciam - no âmago do exercício político, no preenchimento dos cargos políticos e na presidência das províncias. Bem elucidada o provérbio da época: "Nada tão semelhante a um conservador do que um liberal no poder"(54).

Oliveira Vianna, em seu *O Occaso do Império* mostra que:

"Nenhum desses dois programas representavam convicções definitivas e sinceras. Tanto que os liberais quando no governo, agiam sempre de maneira idêntica aos conservadores: o inibriante do poder como o que os fazia ouvidarem os seus mais caros ideais quando nas agruras da oposição. O programa liberal era

54 Oliveira Torres, João Camilo, A Democracia Coroada, p. 292-294.

uma espécie de trombeta sonora, que os liberais só lembravam de clarinar com fogo, com brio, com ímpeto, quando, como em 68, o Imperador os atirava momentaneamente no ostracismo (...). Desde o momento, porém, em que, ao aceno da Coroa, retornavam ao poder, cessavam de súbito o trombetear formidável, e passaram a ser (...) como os conservadores."(55)

Em meados de 1870, é notória a emergência de novas crises provocadas pelas transformações que passaram a ocorrer nas forças sociais do país. São exemplos disso a fundação do Partido Republicano Paulista e o Movimento Abolicionista. Essas crises são correlatas também ao esforço de modernização econômica para sincronizar o Estado Monárquico com o mundo capitalista internacional.

Desde 1850, a relativa "paz" entre os partidos políticos do Império, que se contempORIZAVAM nas alterações do mando, sustentava a sutileza dessa forma "parlamentar"

55 Oliveira Vianna, O Occaso do Império, p. 20 e 22.

adotada pela Monarquia brasileira para administrar as contradições oriundas da instabilidade financeira, constante no Império, como já se afirmou anteriormente. A função administrativa do Parlamento transferia-se para os Conselhos de Estado e dava ao Imperador apenas a prerrogativa política de "constituir" e "destituir" os gabinetes. "O exercício da função pública confundia-se com o preenchimento das expectativas de lealdades partidárias". Tal medida era justificável, aos olhos da época, graças à teoria dos "direitos próprios" da Administração para nomear "seus homens"(56). Cabia, portanto, ao Imperador o papel decisivo nessa rotatividade política do Império, consolidando uma "fictícia democracia parlamentar". A arbitragem idílica do Poder Moderador, ora com uns, ora com outros, impedia a eternização dos interesses locais e o predomínio da mesma oligarquia. A máquina política transformou-se em uma espécie de "gangorra", na qual se instalava não a força do poder pessoal do monarca, mas a força do "patriarcalismo tradicional" na realização de relações de "clientelismo e patronagem" e na distribuição dos cargos públicos. Pairava, portanto, sempre "a ameaça de uma oligarquia emergente disputar as preferências imperiais, tendo a chance (uma vez dissolvida a Câmara e

56 Cardoso, Fernando Henrique, op. cit., p. 27.

nomeados novos presidentes de província, pelo Chefe do Gabinete em ascensão), de refazer uma 'maioria' "(57).

Antes de 1870, a oligarquia predominante - os senhores da terra ligados à produção do açúcar - mantinha a representatividade política atrelada a si e a seus interesses. Cabe lembrar que os partidos políticos, até essa data, eram constituídos por representantes desse poder agrário do Nordeste, senhores de engenho e os fazendeiros, que saíram vitoriosos no final do "golpe da maioria de 1841". Com a decadência do açúcar nordestino, adquiriu poder econômico uma fração da oligarquia rural, ligada à expansão do café. Ao lado dela, "os homens da iniciativa privada, patrícios audaciosos ou estrangeiros faziam nascer a indústria sob olhares desconfiados da classe dominante tradicional" (58).

Nos últimos gabinetes da Monarquia, nos anos precedentes à queda do regime, a convivência entre os dois grandes partidos (Conservador e Liberal) inviabilizou-se. Graças à luta por obter vantagens e proventos do poder, a convivência entre seus membros, atingiu níveis insuportáveis e penosos. Mesmo entre os membros do mesmo partido, os conflitos tornavam-se cada vez mais freqüentes

57 Cardoso, Fernando Henrique, op. cit., p. 28.

58 Mercadante, Paulo, op. cit., p. 145.

e, também freqüentes, passaram a ser as substituições dos gabinetes. Rocha Pombo sintetiza o momento com a seguinte observação:

"Parece o país, com efeito, num fim de época, numa liquidação de instituições"(59).

Sem sombra de dúvida, os homens do poder haviam perdido a perspectiva do desenvolvimento do país porque inclinados sobre seus próprios interesses deixaram desaparecer seus programas e planos e provocaram, por conseguinte, a estagnação política.

As contradições do modelo político, indicadas no grau de descontentamento das aspirações, até mesmo dos setores que a Monarquia representava, evidenciam a força da transição para o capitalismo. No conjunto estrutural os fortes efeitos, sentidos, inicialmente, como conflitos interpartidários, expressos no terreno das lutas pessoais evoluíram e terminaram por desbancar a Monarquia, definitivamente. A fraude parlamentar somada ao exercício autocrata passou a desarmar a aparente tranqüilidade do poder porque, aos poucos, a fidelidade e a confiança

59 Pombo, José Francisco da Rocha, História do Brasil, Parte Suplementar, Documentos para a História do Primeiro Decênio da República, p.p. 104 e 105.

desapareceram, cedendo lugar aos ressentimentos que se transformaram em animosidade contra o regime. Despojada de sua base de sustentação, a Monarquia não soube, também, confluír para si o progressismo das novas forças sociais. Ao rejeitá-lo mostrou sua fragilidade e permitiu a capitalização dos descontentamentos pelas mesmas. Transformadas em oposição, consolidariam a República.

Após 1870, com a ascensão de uma área agrícola e com o declínio de outra, introduziram-se novas relações no quadro econômico que determinariam o surgimento de novas contradições políticas, a partir das divergências relativas à política cambial. A manipulação do câmbio pela oligarquia exportadora de café, desfavorecia as frações proprietárias ligadas às lavouras em declínio, às quais não restava senão atender ao mercado interno. Um novo surto inflacionário e a decorrente redução no consumo nacional desestabilizou esse setor econômico.

Havia entre essas oligarquias uma franca dissensão provocada pela própria estrutura produtiva, da mesma forma que, a política monárquica priorizava apenas certos interesses ligados à forma tradicional - escravista e atrasada - em detrimento dos interesses novos. Este fator é suficiente para explicar a autonomia relativa dos

produtores de café, que, freqüentemente, se voltavam para as imposições modernizantes do mercado externo, determinados a efetuar seu domínio no terreno econômico(60). No terreno político, fizeram sua adesão ao federalismo, como meio para institucionalizar uma prática econômica já existente desde a promulgação do Ato Adicional (1834). Queriam fazer do Brasil uma federação de Estados independentes, como meio de rejeitar a "república unitária".(61)

Esse conflito de interesses que impulsionava o enfrentamento entre as oligarquias do Nordeste e as do Sul, permitiu, por outro lado, a ocorrência de sólidas alianças entre as classes de proprietários rurais ligados à produção de café (a oligarquia do Sul) com representantes da pequena burguesia (classes médias) e da burguesia industrial nascente. Há que se mencionar que a oligarquia (cafeeira), do planalto paulista caracterizava-se, sobretudo, em termos de aspirações, por seu progressismo no contexto do quadro

60 Sobre a fundação do Partido Republicano (1870), João Quartim de Moraes afirma: "Para além da oposição sobre a forma de governo, aproximava-os nítida convergência quanto à forma do poder de Estado. No Manifesto de fundação de seu partido, aqueles republicanos, estritamente vinculados à cafeicultura paulista, exprimiram com a maior clareza os objetivos político-institucional essencial pelo qual lutavam: a "autonomia das províncias", elevadas à categoria de "Estados" e, por conseguinte, o "regime da Federação." Op. cit., p. 34 e 35.

61 Idem, Ibidem.

brasileiro, no qual a indústria era inexpressiva, a divisão social dos homens livres encontrava-se em processo e a massa de camponeses convivia ao lado dos escravos (classes dominadas fundamentais). Foi dessa oligarquia que, em 1862, surgiram os membros da Liga Progressista, também chamada de Partido Liberal Progressista, organizado por Joaquim Nabuco, cuja meta era libertar o país da estagnação política. A Liga Progressista demonstrava em seu programa a presença de novas aspirações que se exprimiam na exigência de reformas desde que estas não alterassem, no fundo, a estrutura social, recompondo os mesmos esquemas que haviam atendido os interesses dominantes desde a Independência.

O progressismo burguês da oligarquia do café expressa-se, curiosamente, menos por seu anti-escravismo do que por sua prática, na forma de uma ação econômica transformadora consolidada na introdução do trabalho imigrante nas regiões de seu domínio, alternativa concreta ao trabalho escravo. O exemplo dessa mentalidade encontra-se na figura do Senador Vergueiro, que desde 1840 atraía para sua fazenda de café, na região de Limeira (Fazenda Ibicaba), imigrantes portugueses com os quais formalizava contratos de parceria. O pioneirismo como o de Vergueiro deixou de se constituir, com o passar dos anos, em ato

isolado, intensificando-se entre os fazendeiros de café, principalmente, após 1850 com a cessação do tráfico de escravos(62). Apesar da audácia dos progressistas, como afirma Leôncio Basbaum, no que se refere à questão do chamado "elemento servil", o passo verdadeiramente audacioso jamais esteve presente em seus programas políticos: - o problema da terra e do latifúndio - isto porque feria os interesses imediatos dos proprietários.

A Organização do Estado e a Peculiaridade do Processo Brasileiro

A análise da conjuntura brasileira do período que corresponde aos três últimos decênios, antes da Proclamação da República brasileira, é substancial para se compreender como a redefinição dessas forças, que passam a atuar na esfera política, conjuga os interesses entre "modernizar" e "conservar" na construção do Estado, que aos poucos, irá impulsionar os avanços do capitalismo até sua consolidação (após 1930). O Estado Nacional que se formou à base do predomínio dos grandes proprietários rurais tinha agora

62 Costa, Emília Viotti, Da Monarquia à República: Momentos Decisivos, p. 155.

(século XIX) que assumir as funções de articulação entre o sistema produtivo interno e a nova ordem econômica mundial.

A ordem internacional refluía para o interior do país através do crivo inglês cuja presença, desde o início do século, permitiu enraizar-se nos hábitos, costumes e vícios difíceis de serem destruídos. A Inglaterra fornecia ao Brasil, além do capital necessário para os empreendimentos comerciais, todos os utensílios de uso doméstico manufaturados, artigos de luxo ou de necessidade, do alfinete ao traje de gala (63). A dependência inglesa, tão bem tolerada pelas oligarquias proprietárias, que muito se beneficiavam com o afluxo de capitais, parecia apenas equilibrar as finanças internas, mas, no fundo, serviu para sustentar o poder, conservar a posse da terra e manter os privilégios.

O Brasil no contexto latino-americano

Comparando-se o Brasil aos movimentos latino-americanos no século XIX, é possível percebê-lo como um

63 Webb, cf. Leôncio Basbaum, op. cit., p. 174.

processo distinto no que se refere à organização do Estado. Considerando-se a formação do Estado Nacional no conjunto da América Latina na primeira metade do século XIX, as palavras de Eder Sader são significativas:

"O Estado é fundamentalmente um instrumento disputado pelas facções oligárquicas rivais, utilizado para a defesa de interesses particulares. Ele é decisivo para a defesa desses interesses, mas não possui autonomia própria. É apenas um Estado em formação"(64).

"Sua debilidade vem da inexistência de uma verdadeira hegemonia, de uma coesão social. Sua força vem da vulnerabilidade em que ficavam os cidadãos (particularmente os proprietários) ante essa frágil institucionalidade. O Estado é um instrumento para consolidar, legi-

64 Sader, Eder, Um Rumor de Botas, Ensaio sobre a Militarização do Estado na América Latina, p. 18.

timar, fazer ou desfazer fortunas e regalias"(65).

Caio Prado Jr. tem a mesma opinião de Sader a este respeito quando afirma: "No Brasil, todas as atividades terão caráter especulativo e tanto podem levar à fortuna súbita e inesperada, como à ruína"(66).

Nesta particularidade referente à formação dos Estados na América Latina, o Brasil não constituía exceção, em virtude da própria organização social, que herdada do colonialismo, apresentava uma desarticulação interna de sua economia, consolidada para fornecer produtos primários para o comércio europeu. A consequência imediata dessa formação econômica foi a compartimentação regional em unidades desagregadas entre si, dotadas de relativa autonomia, nas quais prevalecia sempre o mandonismo local (invariavelmente de um grande proprietário rural)(67), cuja força política era determinante na organização das instituições do país.

Os processos de independência na América Espanhola foram marcados por lutas pela autonomia, antes mesmo de se

65 Sader, Eder, Um Rumor de Botas, Ensaio sobre a Militarização do Estado na América Latina, p. 17.

66 Prado Jr., Caio, op. cit., p. 212.

67 Idem, Ibidem.

pensar na forma de governo a ser adotada(68). Os países latino-americanos não almejavam a República, embora ela viesse como decorrência das formas emancipatórias provocadas pelas transformações de cada estrutura econômica, político-social, em particular. O Brasil permaneceu marcado pelo isolamento em decorrência de sua forma de governo e da própria economia, porque a estrutura produtiva, atendendo ao mercado externo, oferecia ao poder político os recursos para manutenção de sua forma monárquica, sobretudo porque esse regime correspondia aos interesses dominantes das oligarquias locais, rigorosas quanto aos preceitos constitucionais e, profundamente resistentes às inovações políticas, vistas como anarquizadoras da ordem social estabelecida. Era consensual tanto entre a elite pensante quanto entre a oligarquia tradicional, a permanência da instituição monárquica da forma como esta se apresentava: parlamentar e conservadora.

Por ser a única monarquia em um continente republicano, o Brasil conviveu com o isolamento em relação aos outros países da América Latina. Os interesses brasileiros, voltados exclusivamente para o Atlântico, não

68 Ribeiro Jr., José, O Brasil Monárquico em Face das Repúblicas Americanas in Brasil em Perspectiva, organizador Carlos Guilherme Mota, p. 154.

apresentavam nenhuma identidade com as terras americanas, porque determinados pela herança colonial, definiam-se pela afinidade com o modelo europeu. Em nível internacional, após 1870, as alterações econômicas sucederam-se rapidamente, permitindo a emergência de novas formulações impostas pelo capitalismo internacional, cujas bases passaram a assentar-se, agora, em uma estrutura financeiro-monopolista. Para o processo histórico brasileiro, a redefinição das novas relações internacionais determinou o início de uma reestruturação social conveniente aos novos interesses dos agentes produtivos.

A Urbanização e a Máquina Política

Se a cultura do café (no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro) transformava-se, nos últimos decênios do século XIX, na principal atividade econômica do Brasil, ao lado dela, o início de uma tênue industrialização determinaria, significativamente, o surgimento de novos centros urbanos e a organização da nova ordem social, incluindo, a esse tempo, o trabalho assalariado para os imigrantes estrangeiros, em substituição ao trabalho escravo, em

muitas propriedades rurais paulistas, que já apresentavam uma estrutura administrativa capitalista. A urbanização decorrente dessas mudanças iria mostrar a fisionomia das camadas médias urbanas, cujas atividades apareceram ligadas ao comércio e à ampliação das funções burocráticas.

A urbanização que se processou a partir da segunda metade do século XIX, foi fruto, portanto, das transformações estruturais da sociedade brasileira. No entanto, essa urbanização se fez marcar pela forma característica das áreas de economia colonial, diferentemente daquelas áreas centrais do capitalismo europeu. Eminentemente agrária, a economia brasileira determinou a fisionomia dos núcleos urbanos nos quais se faziam presentes a força e a influência das oligarquias rurais, pelo controle que exerciam sobre os cargos burocráticos e na execução de uma política excludente das massas populares. A "máquina política" acionada para por em prática os projetos conservadores da elite dominante reforçava a presença do mandonismo local, gênese do coronelismo que conheceria maior recrudescimento na República.

Para manter o alijamento das massas populares das decisões políticas, o sistema eleitoral brasileiro posto em

prática, vai se caracterizar pela predominância da escolha indireta, fundamentando-se em regras censitárias, segundo as quais eleitores e elegíveis passaram a depender da aprovação da oligarquia dominante, reforçando as bases desses poderes locais, tradicionalmente existentes.

Diz Emília Viotti da Costa:

"A estrutura patriarcal, o sistema de clientela, os **mores** dos fazendeiros que construíam casas na cidade, repetindo a estrutura dos casarões de fazenda não se alteram de imediato, permanecendo praticamente intactos nos núcleos urbanos, onde imperava, como na zona rural, o domínio das grandes famílias de fazendeiros. Estas tinham o poder político, controlavam a administração e a vida pública (...). Os senhores rurais gozavam de independência absoluta em seus domínios, estendendo, como no passado, o seu poder às aglomerações urbanas,

cuja população passava a integrar sua clientela"(69).

Na execução desse domínio os negócios públicos eram tratados em termos pessoais e geravam a confusão dos limites entre as coisas públicas e privadas (70). Além disso, a política das oligarquias (em geral) era exercida sempre com a intenção explícita de diminuir o poder real e aumentar o próprio, não representando nunca, qualquer outra aspiração senão aquela de seus interesses preponderantes. A cidade vai submeter-se ao campo através do controle exercido pelas oligarquias rurais sobre as legislaturas, a administração e a justiça. A falta de iniciativa e a apatia generalizada com que a população urbana respondia às questões públicas foi a decorrência mais imediata disto; apresentava-se como massa tutelável em sua grande maioria, marcadamente indiferente à subordinação imposta pelos chefes políticos.

João Francisco Lisboa, cronista do Império, esboça um quadro referente à década de 40, no qual o comando da

69 "A monarquia brasileira era o império do fazendeiro, que era o único elemento do país acostumado a dar ordens, a mandar. Ele começou a dirigir o país como governava a sua fazenda". (J.F.Normano, citado por Cruz Costa), Contribuição à História das Idéias no Brasil, p.127.

70 Viotti da Costa, Emília, Da Monarquia à República - Momentos Decisivos, p. 193.

máquina eleitoral cabia sempre aos elementos dominantes das localidades, submetendo o eleitor à vontade dos senhores locais, cujas alianças eram, indistintamente, solicitadas por liberais e conservadores. Esse processo era, portanto, aglutinador das influências locais, apesar de gerenciado pelas altas figuras do Senado, do Conselho de Estado e dos Deputados do Império. Tratava-se, sobretudo, de um esquema de troca de favores, no qual, barganhava-se desde cargos e funções na burocracia, até liberações de verbas públicas.

Nesse quadro, o preenchimento das funções públicas excluía quaisquer critérios de competência, pois consolidavam-se os laços de fidelidade, de parentesco e de clientelismo, essenciais à manutenção do poder político. Os senadores eram vitalícios e nomeados pelo Imperador; o Conselho de Estado era o responsável pela concentração do poder nas mãos da oligarquia proprietária, ao passo que os partidos - Liberal e Conservador - eram constituídos pelos membros da mesma elite social. Os governadores das províncias, escolhidos pelo governo central expressavam ainda mais o privatismo da política. Com a reforma eleitoral de 1846, a participação dos eleitores se viabilizava pelas rendas e daí a exclusão de maior contingente da sociedade. Tal relação submetia as populações urbanas que, ao invés de se oporem às

oligarquias, incorporaram-se a elas através do sistema de clientela e patronagem, ampliando mais ainda, as bases do poder dominante(71). Tal sistema, no Brasil, permitiu sempre a cooptação de indivíduos de camadas sociais mais baixas (os mais bem dotados), impedindo-os, mediante ascensão social pela ocupação de funções burocráticas, de exercerem lideranças ou de representarem aspirações das classes populares, legitimando, portanto, a ordem existente (72).

Um Breve Retrospecto

O recuo histórico atém-se ao ano de 1822, com a recém proclamada Independência. Em 1823, "legislar", para a elite política que vai fixar as bases institucionais do

71 Viotti da Costa, Emília, op. cit. p. 193.

72 "O sistema de clientela e patronagem (questão amplamente discutida por Emília Viotti da Costa) baseado nos laços pessoais de troca de favores, implicava na manipulação direta e flagrante do eleitorado, o desvirtuamento óbvio das funções do judiciário no desrespeito sistemático e confesso da lei, na legitimação do privilégio (...) O sistema de clientela e patronagem e a ética do favor são mais compatíveis com uma sociedade aristocrática, onde prevalecem as relações de pessoa a pessoa". Viotti da Costa, Emília, Liberalismo Brasileiro, Uma Ideologia de Tantas Caras, As Ambigüidades do Liberalismo, in Folhetim, São Paulo, 24.02.1985, número 423, p. 8.

Estado independente, na observação arguta de Euclides da Cunha, "seria tudo, menos obedecer à consulta lúcida do meio"(73). Tratava-se de um trabalho subjetivo de "minoría erudita"(74). Não escapa à percepção sutil do articulista, a marginalização política das massas, já no início da constituição do Estado Nacional brasileiro. Esse Estado definido pelo "atraso" resultante das contradições entre os interesses das forças produtivas e a necessidade de modernização da estrutura social organiza-se no balanço da "conciliação" entre frações das camadas dominantes, "de cima para baixo", que preservam o latifúndio, a dependência ao Imperialismo e, sobretudo, salvaguardam o espaço de atuação política e a dominação, ao marginalizar as forças populares das grandes decisões políticas nacionais(75).

Da Independência do Brasil, consumada em 1822, até o final da primeira metade do século, ocorreram inúmeros conflitos internos, reflexo das contradições e dos ajustes realizados pelo Estado. É o caso da Guerra dos Farrapos, conflagrada no sul do país e que se arrastou de 1835 até 1845. Até essa época, as instituições do Estado buscavam preservar uma organização social de base agrária e pastoril representando, quase sempre, o latifúndio escravista e

73 Cunha, Euclides da, À Margem da História, p.290.

74 Idem, Ibidem.

75 Coutinho, Carlos Nelson, A Democracia como Valor Universal, p.57.

confundindo, freqüentemente, a ordem privada com a ordem pública na defesa dos interesses dominantes (da oligarquia proprietária).

A partir da segunda metade do século XIX, tornam-se evidentes, no plano econômico, certas transformações significativas na América-Latina, particularmente, nos países melhor dotados de riquezas e potencialidades naturais. No Brasil, depois de 1870, em decorrência da rápida expansão da economia cafeeira, inicia-se o processo de transformação do Estado, como já foi mencionado anteriormente. A redefinição do modo de produção capitalista internacional condiciona o desenvolvimento das forças sociais ao ritmo das imposições do mercado externo. É importante salientar que as transformações que se operam na base estrutural não sofrem "imposição" do exterior, mas articulam-se, sobretudo, pela "relação particular das forças internas existentes".

Segundo Paul Singer(76), a partir de 1870, o âmbito do capitalismo modificou-se profundamente, iniciando uma fase de expansão imperialista, sem precedentes, que não se limitava mais à área geográfica da Grã-Bretanha. Este período caracteriza-se não mais pela hegemonia do

76 Singer, Paul, O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, p. 347 e ss.

capitalismo industrial, mas pela força dos monopólios e pela especulação financeira internacional, marcando sobretudo fortes "rivalidades interimperialistas". Desses enfrentamentos resultou, posteriormente, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). As transformações que se processaram, primordialmente, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, coincidiram, historicamente, com o apogeu do Segundo Império brasileiro (1850). Como participante da divisão internacional do trabalho, o Brasil especializava-se na produção de um "artigo de sobremesa - o café - e numa matéria-prima extrativa - a borracha", esta última em vias de ser suplantada, o mesmo ocorrendo com a produção de algodão. Restou ao Brasil manter seu predomínio no mercado de café e participar, de forma "mediocre", na divisão internacional do trabalho. Somente nos fins do século XIX o país passou a sofrer fortemente os impactos dessas transformações, acomodando a produção cafeeira ao ritmo das demandas internacionais dando novos contornos à realidade nacional.

Tais mudanças determinaram também o surgimento de novas postulações que começaram a ser defendidas pelos intelectuais, de um modo geral. Nesse quadro, já é possível registrar a difusão de uma tendência

nacionalista(77) configurada como um fenômeno capaz de abalar as bases da consciência nacional. Ela nasce da necessidade de ajustar a sociedade brasileira aos moldes da nova ordem internacional, expressando os interesses das classes emergentes vinculadas a uma economia que, embora continuasse com traços colonialistas, devia ajustar-se "ao novo", superando também sua fragilidade institucional.

A grande contradição que acompanha a decadência do Estado monárquico reside nos interesses que ele expressa e preserva: o poder oligárquico dos produtores de açúcar, um setor atrasado de cafeicultores (Vale do Paraíba), excluindo, portanto, de sua representatividade os grupos mais progressistas constituídos pelas oligarquias cafeeiras do Oeste Paulista e pela burguesia industrial nascente, além de setores significativos das classes médias urbanas. A burguesia nascente, originária do grupo progressista da oligarquia cafeeira, não se conflitou com esta,

77 A questão do nacionalismo é amplamente discutida por Adalberto Marson em Ideologia Nacionalista em Alberto Torres, 1979. Marson aponta, conclusivamente, alguns aspectos relevantes sobre o Nacionalismo lembrando que, enquanto ideologia, ele só pode ser entendido no contexto de uma estrutura social concreta. Assim, no Brasil, o programa nacionalista visava, entre outras coisas, vitalizar e dinamizar fontes de energia que o "organismo" (país) ainda possuísse, desenvolvendo outras ou restaurando as decadentes. Além disto, o "ciclo nacional" propunha o aproveitamento do "potencial interno" da nação e só a título de colaboração aceitaria os recursos do exterior".

inicialmente, por dois motivos: primeiro, porque seus interesses eram semelhantes; segundo, porque não possuía ainda, enquanto classe, consistência estrutural e organização, suficientes para formular seu próprio projeto político. Além disso, a burguesia industrial brasileira, deparou-se, nos últimos anos do século XIX, com o seguinte dilema: precisava firmar seus interesses protecionistas e reformistas (interesses particulares) questionando o poder que se antepunha às suas aspirações (aquele vinculado à propriedade da terra e ao setor agro-exportador), por um lado; por outro, dependia das divisas geradas pelo mesmo setor, para continuar promovendo sua expansão industrial.

"A burguesia nacional teve contradições com latifundiários no nível da economia e da política estatal. Como desde o seu surgimento não encontrou obstáculos para adquirir a propriedade da terra e teve na especulação fundiária, uma das fontes da acumulação originária do capital, essa burguesia nacional não aprofundou sua contradição com os latifundiários. Pelo contrário, atuou no sentido de

incorporar o latifúndio à estrutura do capitalismo no Brasil". (78).

Os promotores da Independência (1822) ao instituírem o Estado Nacional confirmaram a estrutura tradicional de produção de base agrária, escravista e exportadora de produtos primários e recusaram as débeis tentativas de se promover o desenvolvimento industrial. A Independência, portanto, consolidou um Estado escravista, nada diferente do período colonial(79), indispensável para a manutenção de um regime monárquico, estabelecido pela Constituição de 25 de março de 1824. Trezentos anos de colonização haviam fincado os alicerces básicos da economia brasileira, apta a manter o latifúndio, o trabalho escravo, a produção para o mercado externo e a ausência de indústrias. O poder exercido por um número reduzido de famílias poderosas que a tudo determinava e conduzia, definiu os rumos da sociedade sustentada por um milhão e meio de escravos, numa população de três milhões de habitantes (80).

78 Gorender, Jacob et alli, in Modos de Produção e Realidade Brasileira, p.64.

79 Idem, Ibidem.

80 Basbaum, Leôncio, op. cit., p. 97.

O modo de produção capitalista já delineava seus contornos nítidos no Brasil, na segunda metade do século XIX, principalmente, a partir da oitava década, mas não preponderou de início, após a Abolição, como formação social dominante, porque subordinou-se às formas dos latifúndios pré-capitalistas plantacionistas e pecuários, configurando um período de transição. Isso confirma a não-linearidade do processo em curso. As crises externas do capitalismo passaram a repercutir intensamente aqui, haja visto, as dificuldades com as quais se depararam as primeiras iniciativas industriais. Mauá é um bom exemplo de como a política do Estado responsabilizou-se pela ruína de seu empreendimento. Pioneiro da industrialização no Brasil, Mauá foi vítima, segundo ele próprio - *Autobiografia* - "da política do livre cambismo e da ausência de auxílio e proteção à indústria nacional praticada pelo Estado dos senhores da terra"(81). As transformações por que passa a realidade brasileira, após 1850, terão reflexos na sociedade provocando mudanças significativas nas posições das classes e camadas sociais, mas o Estado ainda permaneceria, por muito tempo, a serviço dos interesses dos proprietários das terras, num jogo político que mal conseguia disfarçar as semelhanças e amenizava as ínfimas diferenças.

81 Santos, Joel Rufino, et alli, p. 55.

A *intelligentsia* nacional, desde a Independência, renunciando a lógica da "modernização conservadora", que se efetivou após 1870, copiava os modelos políticos obsoletos e refutava qualquer espécie de arrojo jacobinista, na preservação das instituições monárquicas. A violência foi, desde então, um recurso sempre disponível das elites dominantes, quer explícita, quer veladamente, na manutenção do mando e contra tudo que pudesse desestabilizá-lo(82). Abafaram e suprimiram, portanto, as revoltas, os motins, isto é, todo e qualquer conflito que se insurgisse contra a ordem estabelecida. Objetivavam marginalizar as possíveis reivindicações populares e utilizaram para isto, de formas conciliatórias que "buscavam amaciar e cooptar os insubmissos em um autoritarismo disfarçado, inerente ao sistema político como um todo"(83). O Estado Monárquico, desde o seu surgimento amparou os interesses conservadores na derrota dos radicais. Esse privilégio da minoria proprietária

82 João Francisco Lisboa, a esse respeito afirma o seguinte: "A violência parece ser uma das condições indeclináveis de nosso sistema eleitoral. Durante a crise e sobretudo no dia da eleição, o espanto e terror reinam nas cidades, vilas e povoações. Os soldados e carcereiros percorrem armados as ruas e praças: há gritos clamores, tumultos de todo gênero; dir-se-iam os preparativos de uma batalha, não os de um ato pacífico, e a cena do feito termina às vezes com espancamentos, tiros e descargas". Citado por Joel Rufino dos Santos et alli, História Nova do Brasil, p. 64.

83 Nogueira, Marco Aurélio, As Desventuras do Liberalismo - Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República, p. 19.

permaneceu ao longo do processo de desenvolvimento das instituições do Estado e se estendeu até a primeira República. As falcatruas, as fraudes que marcaram, principalmente, o período republicano, já estavam presentes no Império. Em 1886, em plena campanha abolicionista, os conservadores, então no poder, elegeram uma Câmara quase toda conservadora, e o último Gabinete do regime monárquico, o liberal de Ouro Preto, elegeu, por sua vez, uma Câmara quase unanimemente liberal.

Após a Abdicação de D. Pedro I, em 1831, os interesses predominantes das facções portuguesas, que dominaram o país, com a vinda da Corte portuguesa em 1808, foram refreados. A partir daí, inicia-se o processo de consolidação de um governo nacional impelido a fazer algumas concessões, a outras frações de classes, forte recurso para conter as crises e revoltas populares. No entanto, tais concessões não bastaram para evitá-las, porque as contradições impulsionavam, mais e mais, os conflitos, que passaram a ocorrer sistematicamente até o Golpe da Maioridade (1841), ao colocar no trono um Imperador, ainda menino.

O fim do período regencial foi marcado pelo reajuste conservador, no bloco das forças que fizeram a

Independência e derrubaram o primeiro Imperador. Com isto, reafirmou-se o poder dos grandes proprietários rurais, principalmente, a oligarquia tradicional do Nordeste. Feijó, ao ocupar a pasta da Justiça, teve a intenção explícita de pôr fim às agitações. "Sua primeira tarefa resumiu-se em subordinar as forças militares, neutralizando-as da cena política. A 18 de agosto, como parte de um amplo plano de reorganização do Exército e redução de seus efetivos, surge a lei criadora da Guarda Nacional, que extingue as antigas organizações (Ordenanças e Milícias) e substitui as Guardas Municipais"(84).

O Ato Adicional de 1834, seguido da morte de D. Pedro I, redefiniu o quadro político brasileiro. Nesse momento, o grupo de conservadores reforçou-se, os restauradores desapareceram e os radicais se enquadraram no esquema arquitetado no Golpe da Maioridade (1841). Em 1838, as tendências políticas predominantes deram origem a dois grandes partidos políticos (Liberal e Conservador), que governariam o país até 1853. A reação que, a partir de 1837, solidificou a Monarquia e lhe forneceu a sistemática e as bases instrumentais para o exercício do poder, em seu **simulado** modelo "parlamentar" à inglesa, fincou as raízes do sistema autocrático e centralizador presente na

84 Nogueira, Marco Aurélio, op. cit., p. 27.

instituição do Império, até 1889. A consolidação da Monarquia, em 1850, coincidiu com o novo impulso de crescimento econômico. Nesse período iniciou-se aquilo que se convencionou chamar, na época, de "fase de conciliação", um compromisso entre moderados, conservadores e liberais que almejavam reformas parciais no governo, "abjurando revoluções".

De 1862 até o fim da Monarquia, a Liga Progressista conjugaria como integrantes, os grupos moderados dos dois partidos tradicionais, arregimentando os acordos que pairariam sobre as instituições, na busca de um almejado equilíbrio entre os contrários, "num Ecletismo de posições salutares" que a todos convinha(85). A criação da Liga Progressista representava, além do surgimento de um novo programa (seguido posteriormente pelos Liberais históricos), um modelo de confraria política a ser imitado posteriormente. Os liberais históricos também lançaram um programa avançado em relação à Liga. Apesar disso, faltava a todos os programas dos partidos do Império, no dizer de Basbaum, "substância, isto é, uma relação com a verdadeira realidade nacional de fundo econômico e social, que mesmo de leve tocasse na estrutura social e econômica do país". Basbaum arremata que "apesar da audácia revelada por alguns

85 Mercadante, Paulo, op. cit., p. 155.

programas em tocar no 'chamado elemento civil', recuavam ante a verdadeira audácia: o problema da terra e do latifúndio, fato explicável porque a oligarquia 'não podia legislar contra si mesma'"(86).

O decênio que se seguiu à Guerra do Paraguai (1870-1880) é, segundo Caio Prado Júnior, um dos momentos de maior prosperidade nacional. O surto de prosperidade iniciado em 1850 não se interrompeu, ganhando novo impulso, apesar da guerra.

"Os diferentes empreendimentos industriais, comerciais e, sobretudo, agrícolas, continuam a se multiplicar em ritmo crescente; e já se começa a observar a concentração de capitais de certo vulto. Esta acumulação capitalista provém, sobretudo, da agricultura, cuja prosperidade é notável e oferece larga margem de proveitos"(87).

Segundo Caio Prado Jr., a mobilização de capitais passou a ocorrer pela substituição da mão de obra escrava

86 Basbaum, Leôncio, op. cit., p. 162.

87 Prado Jr., Caio, História Econômica do Brasil, p. 195.

por trabalhadores livres. Além disso, "aparelha-se a vida financeira do país": multiplicam-se os bancos, as empresas financeiras, as companhias de seguros, os negócios da bolsa, ampliando as formas de acumulação do capital, de tal sorte, que o Império, ao se extinguir em 1889 substituído pela República, deixaria como resultado desse processo evolutivo uma completa remodelação material(88).

"Numa palavra, a antiga colônia segregada e vegetando na mediocridade do isolamento, se moderniza e se esforça por sincronizar sua atividade com a do mundo capitalista contemporâneo" (89).

Apesar de suas contradições, o Império foi capaz de sustentar "uma aparente normalidade política, administrativa e institucional" até a década de 1870"(90). Nesse interregno, coube-lhe administrar as novas mudanças, injetando novas forças às contradições já existentes e, com isto, permitindo o avanço capitalista. É importante a observação de Caio Prado Jr. a respeito desta questão.

"Convém lembrar o papel que o império representou nesta

88 Prado Jr., Caio, op. cit., p. 195.

89 Idem, p. 206.

90 Nogueira, Marco Aurélio, op. cit., p. 29.

conjuntura. Ele sempre constituiu uma força conservadora, não raro reacionária, que só muito prudentemente acompanhava o surto de renovação que perpassava na vida brasileira. Quando cedia à pressão dos acontecimentos era para firmar-se logo depois numa imobilidade intransigente"(91).

A imobilidade institucional do Império, referente às exigências impostas pela conjuntura, foi o fator principal de sua desagregação e a "causa de seu desaparecimento". Não se tratava apenas da administração pública e da estrutura política, mas do conjunto das instituições, além da posição ideológica dominante no regime imperial, fruto da "conciliação" articulada pelo Marquês de Paraná, amenizando as lutas partidárias e reprimindo qualquer aspiração republicana.

É este o contexto no qual as novas forças sociais firmaram seus interesses e passaram a lutar pela maior participação no poder do Estado, combatendo, inicialmente, os aspectos jurídico-políticos que sustentavam a Monarquia.

91 Prado Jr., Caio, op. cit., p. 195.

A aliança das camadas mais progressistas que almejavam a República, consolidou-se ao capitalizar as contradições aludidas e a fragilidade do regime. Foi justamente porque o quadro político já não atendia às exigências da realidade brasileira (em virtude das mudanças do século XIX), acelerando o crescimento da burguesia e das classes médias urbanas, que o campo político sofreu alterações tão determinantes. As idéias republicanas ressurgiram no Brasil, em 1870, após terem sido reprimidas na ação da Monarquia contra a esquerda liberal, ativa no período das Regências. Através do *Manifesto Republicano* publicado nesse mesmo ano pelo jornal *A República*, definiu-se a estratégia de ação. Ao lado dos civis, imbuídos da vontade de modernizarem as instituições, o Exército se capacitou na arte do "tirocínio intelectual" diante da ameaça de sucumbir.

O Exército no Quadro Conjuntural

A análise sobre a constituição do ideário militar na transição do regime monárquico para a República (1870-1889), no Brasil, em vista dos questionamentos levantados sobre o processo de transformação burguesa do Estado

brasileiro, não pode prescindir das importantes contribuições dos trabalhos de Décio Saes *Formação do Estado Burguês no Brasil - 1889-1891*; de Emília Viotti da Costa *Da Monarquia à República: momentos decisivos* e de Florestan Fernandes *A Revolução Burguesa no Brasil*.

A pesquisa bibliográfica desenvolvida encaminhou-se no sentido de elucidar o processo de constituição do ideário militar, especificamente, da oficialidade do Exército, no sentido de levantar algumas questões que aparecem implícitas na historiografia moderna e de um modo especial, nos autores acima citados.

A partir de 1870, os oficiais organizam-se como agentes de um processo "revolucionário", cuja gênese vincula-se a um tipo determinado de formação ministrada na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Este processo "revolucionário" (tomando-se o conceito de revolução com as devidas precauções, neste caso)(92) torna-se uma especificidade, nessa época, diante dos outros papéis atribuídos à prática política dos militares, em outros momentos da história do país.

92 Revolucionar aqui é compreendido como recurso para alterar as bases políticas do Estado. É, portanto, muito mais "reformismo" ou "revolução pelo alto" que permite ajustes e conciliações.

Segundo Décio Saes(93), a intervenção militar de 15 de novembro de 1889 foi ímpar na História do Brasil, porque refletiu a luta do Exército, a partir do fim da Guerra do Paraguai, para se constituir como corporação profissional. Ao fazê-lo esbarrou em inúmeros obstáculos que impediram a formação de uma estrutura burocrática estatal, do tipo burguês, na qual deveria preponderar o critério da competência individual, isenta de discriminação de classe.

Ao abraçar a causa abolicionista e republicana, por razões de seu aparato ideológico, essa oficialidade militar formada na Escola Militar, transforma-se em "força revolucionária" e conduz sua militância de forma distinta de todas as práticas políticas, até então conhecidas no Brasil. É preciso esclarecer, sobre a ação, à qual se denomina "revolucionária", que ela expressa uma estratégia político-militar e antecipa, no processo de luta pela consolidação da República, as aspirações burguesas de modernidade, ao elaborar uma estratégia política, reformadora do social, nos moldes da concepção conservadora de mundo (positivista), do já aludido "revolucionar dentro da ordem". Ela oferece com isto, os elementos aglutinantes

93 Saes, Décio, República, in Resgate (Revista interdisciplinar de cultura) - Centro de Memórias, UNICAMP, p. 113.

para a instauração das pré-condições jurídico-políticas, indispensáveis, para a vigência do capitalismo no Brasil, nos anos que se seguiram.

Tudo indica (a formação, as práticas, as falas) que a oficialidade militar do Exército soube cooptar para si, os recursos para sua atuação política. Para se compreender bem isto, é necessário perceber o significado da inserção militar no contexto do próprio Estado brasileiro e a forma como a corporação procedeu para intervir na estrutura social (94).

O movimento militar de 15 de novembro de 1889 apresenta, segundo Décio Saes(95), similitudes formais com movimentos militares posteriores. Quem o conduz é a oficialidade média do Exército, formada na Escola Militar, fator esse que permite uma identificação formal com os movimentos tenentistas da década de 20 (revolta de 1922 e 1924). Segundo esse mesmo autor, o movimento assumiu, por conseguinte, a forma clássica de Golpe de Estado - o que permite, por analogia, identificá-lo com golpes militares de 1930, 1954 e 1964.

94 "O Exército, composto de "politécnicos", queria substituir os bacharéis na cena pública, identificou-se com a imagem do cumpridor da ordem, da moral, do regenerador, das instituições "caóticas" do Império". Romano, Roberto, Brasil, Igreja contra o Estado, p. 126.

95 Saes, Décio, op. cit., p. 114.

Considerando-se que o Estado Imperial (objeto da ação militar anti-monárquica de 15 de novembro) era um Estado centralizador, que tinha a serviço dos interesses dominantes uma outra força - a Guarda Nacional - constituída para manter as relações de mando (nos esquemas formulados com a conivência da instituição imperial), o Exército fica sem função.

O Exército, que sempre fora relegado pela Monarquia a uma condição secundária e humilhante, redefiniu-se, após 1870, ao adquirir consciência política e ao sedimentar sua auto-estima. É notória a indignação e a mudança que se expressam através dos questionamentos da ordem instituída e da ação política governamental. Havia chegado a hora do enfrentamento com as forças prepotentes que subestimaram a instituição, colocando-a na contingência de uma série de privações na região do Prata.

A Guerra do Paraguai (1865-70) permitiu ao Exército enriquecer-se em experiência e perspicácia. A Guerra, resultante da aliança entre partidos argentinos com facções antagônicas do Uruguai, envolvia interesses brasileiros e de seus vizinhos em oposição às aspirações do ditador paraguaio Francisco Solano Lopes. Cinco anos de luta impulsionaram o aumento das forças armadas brasileiras

e a organização de um Exército poderoso. Foi, portanto, a Guerra que forneceu ao Exército, até então desprestigiado, os elementos para sua transformação, tanto no que se refere ao contingente, quanto à formulação de um ideário, cuja gênese incluía, além da percepção de suas possibilidades de atuação política, o impulso para a transformação do Estado. A partir desse momento, desenvolveram um *ethos* salvacionista (ou intervencionista); uma opção pela função de árbitro, ao interferir na ordem política em nome de convicções absolutas retiradas do sociologismo comtiano.

Conjuntura e Propaganda Republicana

No dia 3 de novembro de 1870 foi fundado no Rio de Janeiro, o primeiro clube republicano, dando origem àquele movimento que se convencionou chamar de "propaganda republicana". A sessão inaugural foi realizada no escritório de Rangel Pestana que, juntamente com Henrique Limpo de Abreu, responsabilizavam-se pela redação do jornal *Correio Nacional*. Nesse periódico, entre outras coisas, priorizava-se o debate em torno de temas políticos, tais

como: a extinção do Poder Moderador, da Guarda Nacional, do Conselho de Estado e da Escravatura.

A idéia de fundar o clube para "promover o debate de opiniões políticas" parece haver partido de Miguel Vieira (jovem maranhense) cuja acolhida gerou entusiasmo entre outros adeptos do Republicanismo no Rio de Janeiro. Figuravam entre eles: Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, entre outros.

Uma vez fundado o Clube Republicano, os debates deram origem ao Manifesto de 1870. O Manifesto Republicano foi o primeiro documento formal de contestação do regime monárquico. Entre os cinquenta e seis signatários, com exceção de um reduzido número, ninguém possuía representatividade política capaz de motivar a opinião pública e provocar exaltações populares contra a Monarquia(96). Defendia de forma contundente o regime federativo, segundo o modelo norte-americano, além da americanização das relações com as chancelarias européias. A Federação era um forte álibi contra a discussão do problema abolicionista que, a este tempo, se propagava através de manifestações populares. A advertência contida no Manifesto de 70: "Somos da América e queremos ser

96 Ramos, Plínio de Abreu, Os Partidos Paulistas e o Estado Novo, p. 21.

americanos" expressava a desaprovação à política externa desenvolvida pelo Império ao copiar as monarquias liberais da Europa dos primeiros anos do século XIX. Atribuíam ao Império a "origem da opressão (...), a fonte perpétua da hostilidade e das guerras" com os povos vizinhos.

Os republicanos brasileiros, graças à obstinação teórica a favor da Federação, não perceberam que nos Estados Unidos, o regime federativo havia sido fruto de uma solução política negociada. Acreditavam-no possuidor das virtudes idealizadas para o avanço social, segundo sua ótica: liberal, avançada e democrática. O *Manifesto Republicano* divulgado pelo jornal *A República* evidenciava a preocupação desse grupo de liberais, empolgado com o regime republicano, nos moldes dos Estados Unidos e a vontade de colocar o Brasil em situação de igualdade com as nações da América, sem exceção. O Manifesto refletia, acima de tudo, o despertar de uma consciência cívica americana, ou mais que isso, uma recusa ao exotismo representado pela Monarquia, em um continente essencialmente republicano. Exprimia ainda, mais o lado emocional na forma de um proselitismo quase ingênuo, cuja marca era a exclusão de uma atitude revolucionária. O Partido Republicano de São Paulo, ao ser criado, representou o primeiro resultado concreto do Manifesto de 70. Os republicanos paulistas,

salvo algumas exceções (por exemplo, Luís Gama), não desejavam a abolição imediata, defendendo como recurso amenizador contra uma posição radical e definida, a subordinação às condições especiais de cada província e as possibilidades de desenvolvimento do trabalho livre .

Tristão de Athayde, referindo-se a estes acontecimentos, afirma que o período republicano, iniciado em 1870, revelou a decadência do "oficialismo prolongado", expressão de um artificialismo social que a política parlamentar conservou(97). A Guerra do Paraguai marcou o fim do período imperial encerrando com ela, também, o ciclo das lutas externas. Após a Guerra abriu-se a era das reivindicações internas, impulsionadas pela contradição institucional, entre a Monarquia brasileira e as Repúblicas latino-americanas, evidenciada nos desdobramentos dos conflitos do Prata.

O *Manifesto Republicano* configurou-se como um dos canais de representação de um dos setores das forças sociais na defesa de seu princípio. Por conseguinte, ele expressa a força organizativa dos liberais radicais, uma das faces da modernização conservadora, ao enunciar uma concepção de Estado, própria da oligarquia progressista,

97 Athayde, Tristão de, Políticas e Letras in A margem da História da República, p. 244.

sensivelmente diferente daquela que passaria a ser almejada pelo ideário militar. Tratava-se de um progressismo mais contido, porque seus defensores eram proprietários de terras, ou seus representantes (intelectuais e políticos) e não superaram o espírito, predominantemente, agrarista e latifundiário. Queriam intervir na remodelação econômico-política do país, sem almejarem as transformações que a industrialização poderia oferecer. Reivindicaram a reforma política, limitando sua concepção de modernidade às transformações jurídico-políticas. A opinião pública nascente já formulava sua compreensão das regras do jogo. Quem a resume é Tavares Bastos, em *Cartas do Solitário*, Rio, 1863:

"Os nervos do corpo social afrouxam: a atonia é a moléstia do país, o indivíduo torna-se impotente; o geral substitui o particular; a fraqueza de baixo anima a opressão do alto; as correntes sociais descem de uma fonte única, da cabeça do poder; o governo não é o centro, é a circunferência; não representa, administra o país. O funcionalismo, a exageração dos

impostos, a improficuidade das despesas, a imoralidade política, o desânimo, os estremecimentos vagos, as aspirações impacientes, as reformas sucessivas, é a descendência legítima do regime dos abusos hereditários" (98).

O que Tavares Bastos traduziu não foi apenas o sentimento partidário, mas sobretudo, um consenso dos representantes da consciência nacional. O descontentamento crescia e só foi abafado pela Guerra de 1865.

Contraopondo-se ao Republicanismo civil, as formulações do ideário nascente entre os jovens cadetes da Escola Militar ganharam a configuração de um "sistema nuclear coerente", isto é, uma racionalidade dirigida às formas de ação. Tais formulações anunciavam a presença de um *ethos* militar genuíno, diferente daquelas articuladas pelo Manifesto de 1870. O ideário militar colocou-se como expressão de uma aspiração genérica de transformação social, em nome de outros interesses modernizantes (fruto de uma outra concepção burguesa de mundo). Combinando a teoria comtiana com a ética absoluta(99), o novo ideário

98 Cf. Tristão de Athayde, op. cit., p. 246.

99 A ética absoluta, como explica Mercadante, é fruto de um sentimento de unidade formado nas agruras do campo de

afastou-se do Positivismo ortodoxo, defendido pelo Apostolado Positivista, da mesma forma que não se identificou com os ideais republicanos e com o clima intelectual das Escolas superiores fundadas no Brasil, principalmente, as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo, (cujas fontes inspiradoras emanadas de Coimbra, repousavam nos princípios do Direito Romano e do Direito Canônico, em sua rigidez e formalismo) alimentadas pelo *Corpus Juris* e pelas *Ordenações do Reino*. Nos cursos jurídicos, as doutrinas de direito natural e o Ecletismo de Victor Cousin apresentavam-se como expressão de audácia e modernidade contra a Escolástica, mas não chegaram a radicalizar como fizeram os militares. Discutiam, ainda, os fundamentos do Liberalismo francês de Tocqueville e Benjamin Constant (pensador francês) além dos teóricos conservadores ingleses como Burke e Begehet. Através de Tobias Barreto, o Racionalismo e o Agnosticismo, em voga na Europa, foram introduzidos como o novo pensamento, influenciando, principalmente, a Escola de Recife. Na Faculdade de Direito de Recife, as teorias de Darwin

batalha, que permitia aos militares sentirem-se moralmente capazes de indagar sobre todos os problemas da nação, dando a eles respostas diferentes daquelas que os políticos tradicionais dariam. Este sentimento combinado com a doutrina de Comte, faz surgir um novo conjunto lógico explicativo, coerente e normativo acerca da realidade nacional, criado pela reflexão militar, cuja peculiaridade é ser, sobretudo, anti-liberal. Mercadante, Paulo, Militares e Civis, op. cit., p. 107.

(Transformismo) ao lado do Evolucionismo de Spencer e o Materialismo de Haeckel tiveram grande receptividade no terreno jurídico; as influências vêm das obras de Savigny e Ihering permeadas pela obra literária de Chateaubriand e Victor Hugo.

O surgimento do ideário militar que aglutinava as novas forças sociais em luta pelo poder entre militares e as oligarquias, deve ser compreendido, no contexto da reorganização da estrutura produtiva, para atender ao mercado externo. O enfrentamento (entre os segmentos das camadas economicamente dominantes) pela hegemonia política resultará, mais vigoroso ao longo da Primeira República (1889-1930), quando a burguesia se consolida enquanto classe e passa a elaborar seu projeto para a sociedade brasileira. O que está em questão é realmente apreender como, historicamente, determinados agentes da organização militar - a oficialidade do Exército - conquistaram um espaço político e atuaram como mediadores dos novos interesses ao constituírem uma ideologia interventora e moralizadora do social. Ao utilizarem de uma lógica organizada sob os princípios filosóficos políticos de uma vertente do racionalismo burguês, passaram a defender a modernização do Estado, que levaria ao "progresso social" - mediante um programa industrialista com fisionomia própria.

Almejavam uma parcela do poder para ajustar a sociedade, segundo os princípios de uma certa ordem estabelecida, na qual leis invariáveis determinariam os rumos "naturais" da vida social. Com isto, preencheram, em termos de propósitos, os pré-requisitos do "novo espiritualismo", apontado por Comte, para a realidade brasileira e expressaram uma visão genuinamente burguesa (100).

O Conflito entre as Oligarquias

A divulgação da doutrina de Comte, no Brasil, a partir dessa época, teria a primazia de suscitar a questão republicana, porém não representava, para a ótica da Monarquia, ameaça de transformação revolucionária e não oferecia risco social, porque o Positivismo firmava a questão, sob o ponto de vista ético e altruístico, além de enfatizar a superação do atraso e a conquista do progresso nos moldes de uma prática regeneradora, mas não revolucionária (101).

100 Comte, Augusto, in Antonio Valença Mello, Política Positiva de Augusto Comte, p. 86-87.

101 Idem, Ibidem.

Havia na contradição política fundamental do Estado monárquico, os elementos explicativos necessários para a compreensão dessa ação político-militar aludida. O conflito pela subordinação do Estado aos seus interesses instaurou-se entre os dois segmentos das classes dominantes: a oligarquia do açúcar (que detém o poder político e coloca nesse período (1870-1889), o Estado a seu serviço) e a oligarquia cafeeira (que passa a deter o poder econômico). Os conflitos inicialmente se configuraram no plano econômico, mas evoluíram na disputa pela hegemonia política. A título de exemplo é bom lembrar que a política imigratória conveniente aos cafeicultores prejudicava a oligarquia (decadente) do açúcar do Nordeste, pois, entre os produtos que a mesma comercializava, estava o escravo, desvalorizado na proporção do crescimento imigratório.

A oligarquia cafeeira do oeste paulista, apesar de sua inclinação liberal, encontrou uma aliança sólida no republicanismo positivista dos jovens militares, que, contraditoriamente, eram anti-escravistas, fazendo do Clube Militar e da Escola Militar do Rio de Janeiro (Praia Vermelha), o centro da luta política. A doutrina de Comte ajustava-se à causa, por um lado, e não ameaçava a ordem econômica instituída, por outro, porque a oficialidade militar oriunda das camadas médias da população, tornou-se

portadora de uma ética também reformista, não inspirando receios a essa classe proprietária, quanto à subversão do sistema social e político. O processo de aburguesamento de setores dessa oligarquia cafeeira, tão bem discutido por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*, explica por um lado essa afinidade de propósitos entre eles, sem que se originassem conflitos ideológicos a ponto de não compactuarem sobre a meta comum.

Em resumo, pode-se dizer que essa aliança dissolveu-se com a consolidação do golpe republicano e a institucionalização da ditadura dos primeiros anos. Em 1894, os militares, que haviam proclamado a República, movidos pelo ideário de base positivista, liderados por Benjamin Constant, Serzedelo Correia entre outros, perderam o controle do poder para a oligarquia cafeeira (102). Diante desse acontecimento, os militares, que detiveram o poder de Estado, ao longo do período conhecido como "Jacobino" no governo de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, permitiram a este ramo da oligarquia, o ramo

102 A Escola da Praia Vermelha teve suas atividades encerradas em 15 de novembro de 1904, após uma revolta conhecida como "Revolta da Vacina". A Escola da Praia Vermelha parece ter sido espaço inicial de um processo no qual os militares atuavam e aprenderam a contestar e a dirigir as ações políticas no país. O governo civil de Prudente de Moraes, estrategicamente, em nome das desconfianças e prerrogativas civis da agricultura cafeeira de Minas e São Paulo achou por bem encerrar as atividades do centro emanador das aspirações militares.

progressista dos proprietários rurais, consolidar politicamente sua hegemonia, por um tempo. Para alguns estudiosos, esse teria sido um contra-golpe civil ao regime militar iniciado com a República e o recuo temporário dos militares às funções da caserna, sem envolvimento político. A retomada do poder pelos civis, após o governo de Floriano, retirou, temporariamente, o grupo militar da atuação política.

CAPITULO I I

**A AÇÃO MILITAR E O PROCESSO DE
MODERNIZAÇÃO**

CAP. I I - A Ação Militar e o Processo de Modernização

Tomando-se por referência o quadro nacional, após o término da Guerra do Paraguai (1865-1870), tornam-se compreensíveis a adesão dos cadetes do Exército brasileiro a certas questões do quadro político-social e o ardor do envolvimento que os motivou a construir um ideário "político-militar", tendo como substrato teórico as interpretações contundentes veiculadas na Escola Militar sobre a doutrina de Comte(103). A partir do momento que entraram em contato com o Positivismo que fazia parte das novas idéias introduzidas no espaço cultural brasileiro, um impeto de modernização começou a delinear-se em sua estrutura. As mudanças significativas, que se processaram após 1870, permitiriam ao Exército se fazer presente na vida política como força atuante. As dificuldades sofridas

103 A divulgação mais intensa da doutrina de Augusto Comte se processa através do Apostolado Positivista, sob a liderança de Miguel Lemos e Teixeira Mendes e pelos cadetes da Escola Militar no Rio de Janeiro, principalmente, após o ingresso de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (defensor da doutrina comtiana e dissidente do Apostolado Positivista, 1871).

na guerra contra Lopes ofereceram aos combatentes um senso da situação política nacional e o grande desprestígio da corporação junto ao governo monárquico. Isto ocorreu em uma angustiante e repentina tomada de consciência da inocuidade da função militar, que passava a ver-se como "estamento cívico". A partir do regresso vitorioso da Guerra, um sentimento de auto-estima difundiu-se e generalizou-se entre a oficialidade.

"Para um Exército mal equipado, falta de qualquer treinamento profissional e virtualmente improvisado para emergência da guerra, a vitória sobre o Paraguai significou o surgimento de expectativas no sentido de que a sociedade civil, de onde provinha a classe política, haveria de reconhecer e retribuir o 'tributo de sangue' vertido em defesa da nação".(104)

104 Coelho, Edmundo Campos, Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira, p. 46.

Convém lembrar que a Guerra do Paraguai havia exigido do governo monárquico a constituição de verdadeiros corpos de tropa, recrutados quase que integralmente entre escravos e libertos. Talvez se encontre nesse fato, o envolvimento inicial do Exército com os problemas sociais da realidade nacional brasileira. A não aceitação, por parte da intelectualidade do Exército, do estatuto de instituição secundária, após a Guerra, aguçou o temor das elites proprietárias contra os novos interesses que passaram a defender. Até 1870 as forças dominantes não se incomodavam com as investidas de militares na vida política, como Caxias e Osório, um conservador e outro liberal. Somente após 1870 foi que os políticos do governo passaram a combater e a refrear as manifestações políticas, imputadas como "insubordinação" em nome da manutenção da ordem e da disciplina militar.

Começava a nascer, a partir daí, um sentimento de pertencer a uma espécie de "ordem privilegiada" fruto das conquistas e das privações da guerra na qual prevalecia um compromisso com a depuração social iniciada com a radicalização das diferenças entre o civil e o militar, compondo uma metáfora salvacionista, da qual o Exército passaria a se alimentar.

Nas páginas da *Revista do Exército Brasileiro* e nas da *Revista da Família Acadêmica* (no período de 1882 a 1889), depoimentos importantes revelaram essa nova visão. Escreve um alferes-aluno, na *Revista do Exército Brasileiro* (1885) - Militarismo:

"Todas as instituições elementares para a obra da elevação de um povo que devem enorbitar de vida, autoridade e ordem, são entre nós quase que uma monstruosidade inqualificável, incapazes e absurdas, contaminada por toda sorte de males que cancerão a sociedade"(105).

Refere-se ainda à iniquidade dos governantes:

"É triste e desconsolador o desapego com as causas de interesse nacional, espanta a facilidade com que encaramos o bem estar da nação na dulcíssima ilusão de que tudo é bom e corre às mil maravilhas, independentemente da solução dos problemas

105 Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.39.

que assaltam a vida nacional, consentâneos com as múltiplas dificuldades que nos provêm do desleixo em que temos vivido, além das dificuldades naturais que os povos encontram em todos os periodos de seu desenvolvimento e evolução"(106).

"Sem ação, sem vida, sem luta própria o povo tudo esperam dos governos e os governos tudo espera do povo, este sem educação precisa, sem sentimentos cívicos, sem elementos de nacionalidade, aqueles sem nexos, sem idéias, sem princípios e todos sem patriotismo e sem coragem"(107).

"Nesta manifesta desordem de princípios da comunhão brasileira encontra-se a origem de todos os

106 Revista do Exército Brasileiro, p. 40.

107 Revista do Exército Brasileiro, p. 41.

males da instituição elementar a que pertencemos"(108).

É possível ler na Revista do Exército Brasileiro, a opinião de um major de Estado Maior, 1886, Espírito Santo Junior, referindo-se à sociedade:

"O nosso fim neste escrito modesto é tão somente lembrar que se está operando presentemente uma reforma profunda na concepção do imenso complexo das ciências, cada uma das quais vai apresentando rápido desenvolvimento, o nosso fim é lembrar ainda que semelhante reforma é geral, pois se estende aos costumes, à política, à administração e a todos os ramos da atividade que se exercita no meio social (...). Vemos então que todo o mecanismo social há de, necessariamente, experimentar a influência de uma modificação que, por ventura, se tenha operado em

108 Idem, p. 41.

alguma de suas partes (...) qualquer que seja"(109).

Oliveira Vianna em *O Occaso do Império* oferece também referências importantes sobre essa questão:

"Como quer que seja, nos meios militares, no último quartel do Império, havia generalizada esta convicção, de fundamento duvidoso de que os homens de farda eram "puros", "sãos", "patriotas", ao passo que os civis - os "casacas" - como desdenhosamente o chamavam eram corruptos, "podres", sem nenhum sentimento patriótico"(110).

109 Revista do Exército Brasileiro, pp.136 e 137.

110 Vianna, Oliveira, op. cit., p. 136.

Na Esteira dos Heróis

Os militares apelaram inicialmente para a glória e o heroísmo dos grandes chefes militares do Paraguai para, em seguida, superando a debilidade e a insegurança próprias da submissão original, evoluírem em busca de uma coesão corporativa e a definição de uma identidade político-cultural inovadora.

"Chefes como Deodoro e Pelotas, velhos soldados do Império, cobram do elemento civil, o reconhecimento dos esforços do exército, seu tributo de sangue vertido no Paraguai em defesa da nação. Ressentem-se de que o exército é maltratado e humilhado e incorporam à sua crítica valores tradicionais de honra e pundonor

militares. Os oficiais "científicos", entretanto, fundamentam sua crítica na tese do soldado-cidadão, a partir da qual reivindicam o direito de livre manifestação do pensamento e crítica, assim como uma disciplina militar que fosse inteligente e pensante"(111).

Segundo Edmundo Campos Coelho(112), após a morte de Caxias, os militares sentiram que o Exército havia ficado acéfalo e desprotegido. Nutriam a crença de que "Caxias fora o obstáculo à liquidação do Exército e o fator de contenção da hostilidade civil". A morte de Caxias (1879) e a de Osório (1880) passou aos militares um sentimento de perda de chefia expressiva, porque o Império respeitava-os como "interlocutores confiáveis". O Império não conseguiu, por inúmeros motivos, substituí-los, como não conseguiu, também, envolver a nova oficialidade em seu sutil jogo de cooptação política, principalmente, porque o Positivismo que já penetrava na Escola Militar oferecia elementos de recusa a esse envolvimento. O sentimento de

111 Coelho, Edmundo Campos, op. cit., p. 56.

112 Idem, p. 49.

exclusão derivava sobretudo de certas medidas disciplinares tomadas pelo governo contra a organização, o fortalecimento da Guarda Nacional, cujo prestígio era incontestável, além das transferências arbitrárias de comandantes militares na corte e nas províncias. Tais medidas reforçavam "a crença na disposição do Governo em humilhar ou até mesmo eliminar o Exército". Fatos simples serviram para reforçar a percepção do desprezo com que a jovem oficialidade passava a conviver. D. Pedro II encarregou-se de demonstrar, inúmeras vezes, seu pouco apreço aos militares vitoriosos do Paraguai, chamando-os de "assassinos legais", impedindo-os de realizarem uma marcha vitoriosa ao término da Guerra e reduzindo o contingente de cem mil homens, durante a Guerra, para dezenove mil, um ano depois.

Da tomada de consciência inicial de sua pouca importância na estrutura do poder do Estado, naquele momento e de seu desprestígio social, à formulação ideológica dos direitos do "soldado-cidadão" de intervir na política nacional, foi só um passo: bastaram duas décadas. Era preciso, segundo esse ideário, constituir novos caminhos que pusessem o Brasil nos rumos de uma determinada concepção de progresso social e, por conseguinte, de modernização das instituições políticas.

Um cronista arguto, Oliveira Lima, observa acerca das relações entre o Exército e o Império, o seguinte:

"O Exército brasileiro havia prestado ao Império os maiores serviços, abafando as sedições nas províncias e obtendo sucesso na longa e penosa campanha do Paraguai (1865-1870) cujos resultados positivos foram inteiramente nulos, mas que tinham por nobre motivo a vingança de um ultraje nacional. O Império, entretanto, jamais demonstrou reconhecimento ao Exército, teve a imprudência de abandoná-lo inteiramente no momento em que o ensino democrático abria horizontes mais vastos aos oficiais. Medidas disciplinares, tomadas de maneira inoportuna, logo imprimiram ao espírito de classe um novo vigor". (113)

113 Oliveira Lima, Sete anos de República no Brasil in Manoel Ernesto Campos Porto, Apontamentos para a História da República - Um Registro Centenário, p. 19.

Da mesma forma, um ex-aluno da Escola Militar, Ximeno de Villeroy, referindo-se ao momento que antecede à proclamação da República esclarece:

"A situação em que vivemos é francamente revolucionária e assim permanecerá enquanto não surgir um governo capaz de conciliar a ordem com a liberdade; só então haverá paz e sossego. Para realizar este programa de regeneração social precisamos, antes de tudo, varrer do cenário político a classe que explora insaciavelmente a sociedade brasileira"(114).

No Brasil, o envolvimento militar na luta política foi possível porque a organização estatal débil favoreceu a ação diretiva da oficialidade, na busca da organização do consenso que determinou a derrubada da Monarquia, em nome da modernização institucional, necessária para adequar-se aos avanços econômicos da sociedade. Nesse sentido,

114 Villeroy, A. Ximeno de, Benjamin Constant e a Política Republicana, p.76.

enquanto categoria especializada, os militares assimilaram, através dos ensinamentos ministrados em uma escola oficial (Escola Militar da Praia Vermelha), que os preparava para atividades de comando (oficiais), os subsídios teóricos e culturais especiais, em um contexto refinado, distinguindo-os dos "bacharéis" das escolas jurídicas. Essa nova modalidade educacional e a participação nos confrontos com os políticos pelo reconhecimento da corporação ofereciam os meios para a educação política, sob nova perspectiva, e determinavam a função político-militar que desempenhariam na consolidação da República. O caráter essencialmente doutrinário que a formação positivista conferia à formação do oficial militar, cuja instrução apelava para o rigor científico, analisando a realidade brasileira sob o prisma de uma ciência quantificável, determinava a auto-estima na reivindicação do papel de defensor de uma política também científica e moralizadora.

É interessante notar que as críticas dos militares à ordem social e política reinantes antecediam aos conflitos no Prata e à Guerra do Paraguai. Na primeira metade do século XIX já havia uma significativa distensão entre "soldados" e "bacharéis". Em 1855, o jornal "*O Militar*", editado por oficiais da Escola Militar do Rio de Janeiro acusava os "Legistas", os homens da lei, de

dessidia frente aos problemas da corporação militar e frente aos grandes problemas nacionais(115). Atribuíam aos políticos a responsabilidade pelas injustiças reinantes na ordem econômica, política e social(116). O mesmo periódico era favorável à Abolição, à imigração subvencionada, à reforma eleitoral, às estradas de ferro, à proteção da indústria nacional. Era em suma, modernizador e progressista, sendo ao mesmo tempo defensor da necessidade de reorganizar, bem treinar e equipar o Exército(117). Após 1870, na Escola Militar, o grupo de oficiais adeptos dessa visão opõe-se às instituições da velha ordem monárquica, em defesa de um republicanismo que aspirava a uma forma ditatorial, pouco importando quem ocuparia o lugar de chefe desde que respeitados os preceitos da doutrina. Para consolidarem praticamente as novas aspirações necessitavam do fomento de pactos e alianças com setores que, de uma forma ou de outra, encontravam-se excluídos da participação do poder. Esses oficiais expressavam uma busca inequívoca de engajamento, de identidade política, para exercerem sua militância à base dos princípios do Positivismo, tal como indica Edmundo Campos Coelho, referindo-se a Benjamin Constant (professor

115 Buarque de Hollanda, Sérgio, O Brasil Monárquico, 5, volume II - Do Império à República - H.G.C.B., p. 307.

116 Cardoso, Fernando Henrique in História Geral da Civilização Brasileira, p.29.

117 Idem, Ibidem.

da Escola Militar da Praia Vermelha, desde 1871), figura determinante na formação do ideário militar:

"Militar com nenhuma vocação para a carreira das armas, deseja Benjamin Constant, para o Exército, 'uma ciência muito mais nobre e fecunda que a ciência da guerra: a ciência da paz'; e mais necessária do que a instrução militar para o 'desempenho dos altos destinos sociais e políticos que neste século são chamados a desempenhar', era, segundo ele, 'uma longa instrução científica, moral e cívica'"(118).

O primeiro indício da composição dessas forças excluídas apresenta-se na forma de um movimento anti-escravista urbano. A questão da Abolição deflagrou, explicitamente, o enfrentamento entre a oligarquia latifundiária e os militares. Em 1884 a província do Ceará extinguiu a escravidão, o que provocou um movimento de adesão à causa por parte de inúmeros municípios. A extinção do tráfico de escravos da referida província,

118 Coelho, Edmundo Campos, op. cit., p. 66 e 67.

dando origem ao movimento, deveu-se à liderança de um jangadeiro: Francisco do Nascimento, apelidado de **Dragão do Mar**, que se recusou a transportar escravos. Recebido com honras no Rio de Janeiro, Francisco do Nascimento veio participar de vários atos da campanha abolicionista, sendo ovacionado também como herói, na Escola de Tiro de Campo Grande, cujo comandante era Sena Madureira. Tal fato teve grande repercussão na imprensa provocando, em contrapartida, severas críticas entre os políticos do Império, como é o caso de Franco de Sá, Ministro da Guerra. Este episódio demonstra que não só a Escola Militar era um foco de propaganda abolicionista, mas tinha o poder de irradiar o sentimento anti-escravagista entre todo o corpo de oficiais.

Em meados do século XIX, as implicações do desenvolvimento do comércio cafeeiro e a implantação de serviços urbanos de comercialização e financiamento da produção criaram uma burocracia estatal diferente daquela já existente, desde a fase da Independência. Nessa burocracia atuaram elementos, chamados por Décio Saes de "classes médias urbanas", distintas do campesinato ou da pequena burguesia de artesãos e pequenos comerciantes. Essas camadas médias desenvolveram-se nas cidades preenchendo as necessidades crescentes do aparelho

burocrático civil e militar. Na ordem dos acontecimentos, a presença dessa camada social nova (pequena burguesia), preenchendo funções urbanas e burocráticas, denuncia as alterações conjunturais da sociedade brasileira, que nesse momento, já organizava uma incipiente economia de mercado e tinha consolidado seu Estado nacional. Para muitos autores, o Golpe da Maioridade - 1841 - representa o termo natural do processo político iniciado com a Independência.

O capitalismo brasileiro, desde a sua gênese, evidenciava a contradição dos interesses entre "modernizar e conservar", interesses que eram defendidos, respectivamente, pelas novas classes médias, pela oligarquia cafeeira e burguesia nascente de um lado, e por outro, pela oligarquia tradicional que a política do Império representava. Nesse quadro, "as classes médias urbanas", compostas por funcionários públicos, militares, profissionais liberais, empregados de banco ou de escritório, jornalistas, também se integravam e ocupavam um espaço de ação expressando seus interesses. Cabe lembrar que as lutas políticas das quais o Exército esteve à frente (movimento anti-escravista e republicano) demonstravam a força da atividade de resistência à lógica do "conservar",

própria dos políticos do Império, que colocavam o governo a serviço dos interesses da oligarquia rural dominante.

A Escola Militar e a Escola Politécnica passaram a ser procuradas, principalmente, pelos filhos das classes médias, porque o ensino oferecido dava oportunidade a uma formação diferenciada, científica e técnica, em um país cuja predominância formativa ocorria nas Faculdades de Direito. Predominava nos cursos jurídicos, na preparação dos bacharéis, um currículo nos moldes dos "*studia generalia*", com base no latim, no grego e na retórica que tanto agradava à oligarquia tradicional. A instrução militar, desde sua criação no Brasil, por D. João VI (1810), promovia a "profissionalização" do ensino superior. A Real Academia Militar, fundada pelo próprio príncipe regente, em Carta de Lei, datada de 4 de dezembro de 1810, seguia os princípios da lei francesa, modelo este, que perdurou por mais de um século. Destinava-se a formar oficiais e engenheiros militares. Em 1839 foi criado o curso de engenheiros militares e dos serviços públicos. A partir dessa época, apareceu na Escola Militar, pela primeira vez, o curso de Estado Maior transformado depois em Escola de Aplicação. Em 1858 foi organizada a Escola Militar que passou a ser denominada de Escola Central (decreto de 10. de março de 1858). Por esse decreto, a Escola Central e a

Escola Militar de Aplicação passaram a desenvolver orientações educacionais distintas. Porém, só em 1874 foi que elas se separaram, definitivamente, em dois campos de estudos: civis e militares. A Escola Central transformou-se em Escola Politécnica, separando-se da formação de oficiais que passou a ser feita pela Escola Militar. Foi com esta separação que o ensino militar redefiniu-se, decisivamente, oferecendo uma "sólida formação teórica", em detrimento da instrução prática das táticas militares. A propósito disto, Oliveira Lima assim escreveu:

"A oficialidade andava transviada de sua educação profissional pela cultura de doutrinas filosóficas. Tenentes e capitães mostravam saber de cor Augusto Comte e Laffite, em vez de Jomini e Von Der Goltz. Frequentavam seus clubes, discutiam política e literatura, em vez de correrem aos campos de instrução"(119).

O alunos formados pela Escola Militar em curso regular de cinco anos saíam engenheiros militares.

119 Oliveira Lima, O Império Brasileiro, cf. Marechal Mascarenhas de Moraes - Memórias - Coleção Documentos Brasileiros, p. 51.

A Escola Militar

A Escola Militar da Praia Vermelha de 1874 a 1889 passaria por duas reformas. A primeira reforma vai ocorrer após a Guerra do Paraguai em 1874 - alterando-a em dois aspectos fundamentais:

"1) liberar o Exército da tarefa de que fora acometido desde 1810, da formação de engenheiros para as atividades civis; 2) centralizar numa só escola os estudos militares, anteriormente distribuídos por dois estabelecimentos: o do Largo de São Francisco e o da Praia Vermelha"(120).

120 Na ocasião ocupava o cargo de Ministro da Guerra, o Senador João José de Oliveira Junqueira em sua exposição de motivos apresentada ao Senado enfatizava a necessidade dos oficiais do Exército estudarem em uma escola militar, evitando de cursarem a Escola Central onde perderiam os hábitos de disciplina, por se tratar de uma escola civil. Motta, Jeovah, op. cit., p. 194-195

Dessa reforma, a Escola da Praia Vermelha passou a englobar os cursos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, os cursos de oficiais para os Corpos do Estado-Maior e de Engenheiros.

Com a reforma de 1874 o que se convencionou chamar de "ensino teórico" na Escola da Praia Vermelha passou a ter o seguinte currículo:

"1. Curso preparatório:

a. 1º ano: Gramática Nacional, Geografia, Francês, Aritmética e Desenho linear.

b. 2º ano: Língua vernácula, Francês, Inglês, História antiga, Algebra e Desenho linear.

c. 3º ano: Língua vernácula, Inglês, História (Idade Média, Moderna Contemporânea e Pátria), Geometria e Trigonometria plana, Desenho linear e Geometria prática.

2. Curso de Infantaria e Cavalaria:

a. 1º ano, 1ª cadeira: Algebra superior, Geometria Analítica,

Cálculo Diferencial e Integral; 2ª cadeira: Física experimental, compreendendo elementos de telegrafia elétrica militar; Química inorgânica; aula: Desenho Topográfico, Topografia e reconhecimento do terreno.

b. 2º ano, 1ª cadeira: Tática, Estratégia, História Militar, Camuflagem, Fortificação passageira e permanente, compreendendo o ataque e defesa dos entrenchments e das praças de guerra, e noções elementares de Balística; 2ª cadeira: Direito Internacional aplicado às relações de guerra, noções de Direito Natural e Direito Público, Direito Militar, análise da Constituição do Império; aula: Geometria Descritiva, planos cotados e sua aplicação ao desenfiamento das fortificações militares.

3. Curso de Artilharia:

a. 1º e 2ºanos: como os de Infantaria e Cavalaria.

b. 3º ano, 1ª cadeira: Mecânica Racional e sua aplicação às máquinas, Balística; 2ª cadeira: Tecnologia Militar, compreendendo o desenvolvimento da telegrafia e iluminação elétrica da defesa das praças, noções de Mineralogia, Geologia e Botânica, Artilharia e Minas militares; aula: Desenho de fortificação e das máquinas de guerra.

4. Curso de Estado-Maior:

a. 1º, 2º e 3ºanos: como o curso de Artilharia.

b. 4º ano, 1ª cadeira: Trigonometria Esférica, Ética, Astro-nomia, Geodésia, 2ª cadeira: Administração militar, noções de Economia Política e de Direito Administrativo; aula: Desenho Geográfico, redução de cartas.

5. Curso de Engenharia Militar:

a. 1º, 2º, 3º e 4º anos: como o Curso de Estado-Maior.

b. 5º ano, 1ª cadeira: Construções civis e militares, Hidráulica, Estradas ordinárias e vias férreas, principalmente em relação à arte da guerra; 2ª cadeira: Química Orgânica, Mineralogia, Geologia e Botânica; aula: noções de Arquitetura Civil e Militar, Desenho de arquitetura, execução de projetos"(121).

O currículo do Curso preparatório enfatizava o estudo da língua portuguesa e seguia a tendência predominante do ensino brasileiro: literário e humanístico descuidando-se das ciências físicas e naturais.

No entanto, os cursos de Infantaria, Artilharia e Cavalaria subdividiam-se em dois anos para os "infantes e cavalarianos", sendo um terceiro ano para artilheiros. Entre 1881 e 1887, os cursos de Artilharia e Infantaria foram reduzidos, na execução do regulamento, a somente um ano. É interessante observar que nesses cursos

121 Motta, Jeovah, op. cit., pp. 195 e 196.

predominavam as "matérias científicas" apesar da controvérsia sobre a utilidade dessas matérias para os infantes e cavaleiros. A partir de 1874, a Escola da Praia Vermelha não mais vai formar engenheiros civis, apesar de continuar formando engenheiros militares, fato este que determinou a própria tendência pedagógica que enfatizava a engenharia sobre a "escola de aplicação da arte militar". A grande conseqüência disso foi sua transformação "num centro de estudos de engenharia, em nível altamente teórico, celebrizada pela qualidade dos estudos ministrados, preponderantemente, a Matemática".

Na Escola Militar reunia-se uma equipe de professores oficiais, imbuída de idéias republicanas, trazidas do Rio do Prata e alimentadas pela teoria positivista francesa de Comte e Laffite. As discussões que promoviam acentuou, entre a oficialidade acadêmica, a convicção da necessidade de se criar um Estado forte capaz de encarnar uma ordem decisiva para o progresso econômico. O programa posto em prática visava uma revolução lenta, que respeitasse etapas históricas, naturais e orgânicas acolhendo a concepção de "ditadura republicana" de Comte, com a leitura de Pierre Laffite, de forma distinta do radicalismo imperante entre o grupo do Apostolado Positivista.

"Para garantir o progresso, a ditadura monocrática deve tornar-se republicana, em todo o Ocidente, segundo o modo e a época peculiares a cada caso, em vista das distinções abaixo indicadas. Mas a fim de que a ordem não sofra nenhuma alteração, importa que esta transformação seja sempre instituída de cima, sem provir de uma insurreição qualquer. O principal destino dela exige por toda parte uma plena renúncia à violência, para estabelecer, entre os governantes e os governados, o livre pacto que deverá gradualmente trazer uma conciliação durável entre duas necessidades simultâneas"(122).

A definição do Positivismo feita por Comte - em sua obra **Sistema de Política Positiva** - permite compreender

122 Comte, Augusto, Apelo aos Conservadores, cf. Teixeira Mendes, Benjamin Constant, Esboço Biográfico (tradução de Miguel Lemos) p. 729.

o modelo de unidade entre a visão sociológica e a política que os militares aderiram. Diz Comte:

"O Positivismo compõe-se essencialmente de uma filosofia e de uma política que são necessariamente inseparáveis como constituindo, uma a base, e a outra o fim de um mesmo sistema universal, onde a inteligência e a sociabilidade se acham intimamente combinadas"(123).

No contexto de grandes transformações da ambiência nacional o Exército vai firmar-se como a vanguarda ideológica das formulações burguesas no Brasil, porque havia adquirido, mediante a necessidade de reavaliar-se (em termos de hierarquia e função social), um espírito industrialista e, portanto, modernizador, aspirando a uma nova ordem político-social, na qual os privilégios garantidos pela monarquia estariam questionados. Passou a ser vital para a autoconsciência da oficialidade intelectualizada do Exército criar um Estado moderno que lhe permitisse enquadrar como sua atividade primeira, a função de resguardar a ordem instituída, ou

123 Comte, Augusto, op. cit., p. 729.

mais cabalmente: "tornar-se força realmente coercitiva do poder de Estado": o aparato de repressão por excelência, garantidor da violência institucionalizada. A oficialidade militar nutria, sobre os destinos da corporação, a esperança na conquista de um espaço social mais honroso do que aquele efetivamente oferecido.

Na Revista da Família Acadêmica, em seu Editorial em 10. de Novembro de 1887 é possível perceber esta nova visão, plenamente consolidada:

"Historicamente, isto é, quanto ao lado tradicional de nossa vida acadêmica, ela (a Revista da Família Acadêmica) é a sucedânea legítima (...) da Phenix Litterária e Club Acadêmico (...) que já floresceram, com bastante êxito nesta Escola, caracterizando duas fases diferentes da atividade literária, e em cujas páginas brilhantes dignamente souberam se ilustrar duas gloriosas gerações de moços entusiastas pela arte e pela ciência.

Sem perturbar, porém, a filiação histórica desses fatos (...) a Revista da Família Acadêmica - na sua qualidade de fenômeno super-orgânico e tanto quanto um ser vivo se modifica no sentido de suas conformações com seu meio - sob a ação incoercível da lei biológica da adaptação, ela em virtude da mesma lei, também há de definir-se - no espaço e no tempo - por conformações adequadas ao movimento espiritual moderno, de modo a adquirir a feição local do momento histórico que atravessamos" (124).

Mais à frente o articulista conclui:

"Cultivar a arte, a ciência, a filosofia e a religião - tanto quanto nos for possível, com plena liberdade para o direito de discussão, de análise e crítica,

124 Revista da Família Acadêmica, p.2.

sob o influxo da mais severa disciplina moral".

E ainda:

"O nosso dever, aqui outro não é senão anunciarmos ao público a existência de uma nova revista que - livre de preconceitos e cheia de nobres incentivos - vem alistar-se nas fileiras dos reformadores pátrios, exclusivamente consagrada ao nosso aperfeiçoamento moral e mental".

Os filhos das classes médias procuravam o Exército porque, impossibilitados de pagar estudos superiores, viam na carreira das armas a aspiração máxima de honrada prestação de serviços ao Estado. Além disto, ingressavam na carreira das armas como recurso extremo para conseguir a instrução, que as condições de vida lhes negavam.

A partir de 1870, esse complexo de camadas sociais modernizadoras, as quais a inteligência militar bem expressa, encontrava-se constituído e apto a candidatar-se

a um poder que já oscilava "nas mãos trêmulas da aristocracia açucareira" do nordeste do país.

O poder militar era, nesse momento, o único que se oferecia como aglutinador do conjunto das forças políticas, dadas as deficiências de organicidade, decorrentes da forma como se processou seu ingresso no quadro político. Enquanto parte dessas classes médias urbanas, os oficiais do Exército, formados pela Escola Militar expressavam aspirações modernizadoras e para isso assumiam a configuração de "intelectuais orgânicos", ideólogos indispensáveis para a recomposição superestrutural correspondente às mudanças determinantes que passaram a ocorrer nas forças sociais e políticas do Brasil (1870-1889).

Para se compreender a função desempenhada pelos militares no Brasil a partir de 1870 até 1889, é interessante recordar o que Antonio Gramsci afirma sobre os **intelectuais orgânicos** na América Latina. A seu ver as cristalizações presentes nos países, cujo desenvolvimento estava nos quadros da civilização espanhola e portuguesa, eram feitas pelo clero e pelos militares "duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas segundo modelo da mãe-pátria européia". Gramsci aponta os motivos para a

presença dessas duas cristalizações no contexto dessa realidade social: a restrição da base industrial, a predominância do latifúndio e o estágio no qual se encontrava "o elemento laico burguês"; este ainda não havia subordinado o Estado a seus interesses, afastando-o, por conseguinte, da influência clerical e militarista. É pertinente, neste momento, a partir destas indicações, verificar em que medida a constituição da hegemonia depende da presença de formuladores do conjunto explicativo (intelectuais). Segundo Gramsci, os intelectuais são os "persuasores" em nome de uma classe que almejava tornar-se dominante, isto é, "os funcionários" da hegemonia(125). Enquanto tal são elementos decisivos na produção e reprodução da ideologia que viabiliza a política de uma classe, antes mesmo que esta se torne hegemônica. A formação de "intelectuais orgânicos" é fator decisivo para as possibilidades políticas de uma classe, por que eles expressam seus interesses particulares, através da organização da cultura, de forma a dissimular o seu teor ideológico, na busca de consenso e de direção.

Segundo Luciano Gruppi, a expressão "os intelectuais são mediadores de consenso" é uma justa interpretação da concepção de Gramsci, apesar de não se

125 Gramsci, Antonio, Os Intelectuais e a Cultura, p. 21 e 22.

encontrar em seus textos (126). A idéia de "mediação de consenso" e "persuasão" no paradigma que se quer desenvolver neste estudo é fundamental, porque, no Brasil, os militares foram os "mediadores de consenso" da hegemonia burguesa que se efetivaria na Primeira República. A questão fundamental evidente acerca dessa "mediação" é que a oficialidade militar do Exército, formada na Escola Militar da Praia Vermelha (1870-1889), transcendeu seus limites de classe e seu vínculo com o poder, ao formular um ideário cuja praxis resultou em sua inserção no mundo político, como força persuasiva das novas aspirações de reformulação do Estado (modernização conservadora nos moldes burgueses).

No Brasil, a burguesia, assim como setores da oligarquia cafeeira do Oeste Paulista (os segmentos mais progressistas das forças em ascensão) e as classes médias estabeleceram alianças em nome do republicanismo e da abolição, mas não consolidaram, ainda, um projeto universalizante que transcendesse os limites das crises sociais mais imediatas. A oficialidade militar emprestou às forças que se tornariam, ao longo da República Velha, o bloco no poder, os recursos de persuasão que lhes faltavam naquele momento. Para caracterizar bem a peculiaridade do fenômeno, é preciso evidenciar os acontecimentos que

126 Gruppi, Luciano, O Conceito de Hegemonia em Gramsci, p. 21.

precipitaram no quadro brasileiro, a transformação de um grupo de intelectuais tradicionais (os militares), em representantes do poder burguês, antes que a burguesia formasse entre seus pares (da ordem civil) seus próprios intelectuais orgânicos. É curioso como a consciência burguesa em busca de hegemonia se expressa por meio da intelectualidade militar, na formulação de um ideário modernizador inspirado no modelo francês oferecido por Comte. A ordem privilegiada pelos militares é lacônica: o grau de consciência da oficialidade militar, enquanto ideólogos das aspirações burguesas de hegemonia, não se oferece, em termos de análise, com tranquilidade. Isto porque a defesa dos princípios ideológicos de uma classe não pressupõe, necessariamente, uma visão de totalidade do que está em jogo por parte dos intelectuais que a exercem. A consciência burguesa, anteriormente expressa no liberalismo monárquico, era conservadora, sendo que a "nova consciência burguesa" dos positivistas reuniu elementos necessários para uma renovação institucional de participação política. A contradição entre o novo e o velho na produção do ideário burguês, configurou-se na forma de uma metáfora: um "pêndulo". No processo capitalista, os avanços de uma fração progressista (burguesa) pôde contrapor-se à reação de outra, que almejava a permanência do "status quo" e a contradição

entre elas fez com que uma se sobrepujasse à outra. A consciência burguesa era, predominantemente, retrógrada e conservadora naquele momento (fim da Monarquia brasileira), em função da maneira pela qual os avanços capitalistas ocorreram e submeteram o trabalho ao capital sobre as bases da produção escravista.

Gramsci aponta que, os intelectuais tradicionais têm uma função mais mediatizada, uma função política. No Brasil, transformam-se em orgânicos ao aspirarem à modernização do Estado, desempenhando para isso, a mediação política necessária. Assim pensando, a oficialidade média do Exército brasileiro, no período que antecedeu à República, iria atuar na política como força persuasiva contra as instituições monárquicas, tornando-se, portanto, dirigente, educadora, organizadora, defendendo, organicamente, as aspirações burguesas, sem se dar conta desse envolvimento político-ideológico, em um nível de profundidade. Os depoimentos de alunos e ex-alunos da Escola Militar, em nenhum momento evidenciaram "estados de consciência" da função político-militar, que transcendessem, em termos de discurso, os arroubos patrióticos e moralizantes: isto porque o Positivismo que embasava essa prática não oferecia os recursos necessários para a análise e a percepção da escolha política.

Desaparece, assim, no contexto desse processo histórico, em função de sua especificidade, a distinção entre o *intelectual tradicional*, ("fossilizado" segundo Gramsci) e o *orgânico* que aspirava à remodelação social, uma vez que as modificações da estrutura econômica brasileira, impostas pelas transformações do capitalismo internacional, passaram a exigir a reorganização das forças políticas. (127)

Os oficiais do Exército brasileiro, nesse momento, na condição de "intelectuais orgânicos", atuaram como agentes da hegemonia burguesa nos dois grandes níveis superestruturais, (o que é designado por Gramsci, de "sociedade política ou Estado" e "sociedade civil") (128). Esses intelectuais são ditos *orgânicos* em relação à classe em nome da qual assumiram, ativamente, as funções de direção, porque atinaram que era hora de agir politicamente, embora já ocorresse, nesse momento, uma ação conjugada entre fazendeiros do Oeste Paulista, burguesia industrial e segmentos das camadas médias urbanas com tendências abolicionistas e republicanas. Somente após 1894 é que se organizaria o bloco no poder, subjugando o Estado a seus interesses. Os oficiais militares da Escola da Praia Vermelha, ao formularem seu ideário, queriam

127 Gruppi, Luciano, op. cit., p.21 e 81.

128 Macciochi, Maria Antonietta, A Favor de Gramsci, p.196.

viabilizar uma ação intervencionista e, exercendo, acima de tudo, uma função tutelar da ordem política e legal, dentro do esquema apontado por Gramsci - de forma regressiva, porque almejavam manter uma legalidade ultrapassada, anti-histórica que se tornava extrínseca, comprimindo as forças vivas da história: as massas populares. Trata-se então, de entender a ação militar tomada como "partido político" apenas como uma metáfora, pois eles queriam preservar a ordem social, mudando apenas as instituições obsoletas(129), ou seja, passando a intervir na vida nacional como elementos persuasivos (ideólogos), adaptando a cultura à sua função prática.

O Recrutamento e a Ética Militar

A questão do recrutamento teve importância fundamental na elaboração da ética militar. Ao contrário do que ocorria na Europa, o recrutamento da oficialidade brasileira, não se fazia entre os filhos da oligarquia rural dominante, porque esta preferia conduzi-los para as

129 Os militares nesse momento coalizando os três elementos fundamentais apontados por Gramsci em A Ciência Política e o Príncipe Moderno in Obras Escolhidas, pp. 170 e 171.

Faculdades de Direito. Por esse motivo, comporia os quadros da oficialidade militar, um contingente reduzido das classes médias, recrutado das regiões pouco desenvolvidas e, portanto, desvinculado da concepção predominante da oligarquia. A vinculação do Exército à classe média, fez com que a historiografia relacionasse o Exército às aspirações dessa classe, que constituía a parcela intelectualizada das academias militares. No entanto, mais do que isso, os intelectuais militares seriam portadores de uma aspiração diferente do consenso da inteligência nacional. Autores como José Murilo de Carvalho acreditam que, ao longo do Império, a organização militar havia se fechado, voltando-se sobre si mesma, num movimento endógeno que se caracterizava por excluir, cada vez mais, o elemento civil. O Exército, por ser uma organização pública, cuja finalidade oficial era a defesa do país, encontrava-se, após 1870, desarticulado de sua própria função. Por esse motivo, o objetivo principal da intelectualidade, que se formava na Escola Militar, face à desestrutura da corporação, foi à busca de uma conduta normativa - que transformava a lei em um fim em si mesma - e lhe oferecia recursos de distinção e reconhecimento. A rigor, a disciplina do quartel e as disciplinas científicas conduziram essa oficialidade militar a um sentimento de responsabilidade frente à Pátria, um compromisso ético que,

aos poucos, projetou-se no ideário nascente do soldado-cidadão, nos desdobramentos da formação educacional.

A ética militar resultante da visão positivista foi incorporada à formação do oficial jovem e formalizou-se no apreço pela aprendizagem científica, permitindo a superação dos vínculos ideológicos com a classe de origem. Pesava, para tanto, a força do currículo que, embora elaborado sobre disciplinas científicas e pautado no rigor das mesmas para a compreensão do social, dirigia-se contraditoriamente, para divagações de natureza filosófica. Cabe lembrar, que o discurso militar referente a essa ética afastava-se do proselitismo do bacharel em Direito. Embora os militares criassem o seu próprio proselitismo (o que leva muitos autores, e é o caso de Eduardo Prado, entenderem que sua formação era idêntica à dos juristas), recusavam da formação daqueles, os coloridos retóricos, literários e românticos. Eduardo Prado faz uma observação nesse sentido, sobre o que passa a ocorrer na Escola Militar, após 1870:

"O governo monárquico cometeu um erro imenso deixando ao ensino militar o seu caráter exclusivamente teórico (...) não fez senão abacharelar o oficial do

exército que agora, naturalmente, (possui) um tão pronunciado furor politicante, discursante e manifestante"(130).

"O resultado seria outro, se o governo olhasse para as escolas do exército, se mantivesse na Europa constantes missões militares, se promovesse o bem-estar, a boa educação, o conforto, a confraternidade bem entendida, o mútuo respeito, criando para o oficial uma atmosfera de distinção, reformando e organizando com decência e ordem os quartéis, dando uniformes mais elegantes (...) aumentando-lhes o soldo, criando clubes com instalações que exigem o decoro da oficialidade de um país civilizado"。(131)

O discurso militar passou a ser disciplinado em seu raciocínio, pois almejava a objetividade das ciências exatas evitando a "tagarelice" bacharelesca. O militar

130 Prado, Eduardo da Silva, op. cit., p. 67.

131 Idem, op. cit., pp. 67-68.

predispôs-se à ação, porque via na literatura exuberante do bacharel, os traços da inocuidade que correspondiam ao imobilismo grassante na ordem imperial. Agarrou-se, segundo seu próprio entendimento, à ciência e à tecnologia e aos pressupostos oferecidos à sua conduta pela racionalidade burguesa nos moldes da doutrina de Comte. Por outro lado, deduziu sua própria verdade da ciência, sem que se deixasse interferir por quaisquer preocupações estéticas ou religiosas em nome da realização de seu modelo social.

"Adaptado do absolutismo nada mais natural do que buscar a verdade como verdade, naquele sentido de realidade científica" (132).

O desdobramento mais imediato da formação oferecida, como observava Eduardo Prado, provocou uma atitude resoluta para questionar a ordem vigente e proliferou-se no ambiente da Escola Militar, que aos poucos tornou-se o espaço privilegiado para calorosas discussões. Estas transcendiam os conteúdos teóricos ou práticos específicos do labor militar e direcionavam-se para a interpretação da realidade com a intenção de saná-la.

132 Mercadante, Paulo, Militares e Civis, p. 58.

A inatividade posterior à guerra (um ócio irremediável no terreno social), com a qual a oficialidade acadêmica passou a conviver, possibilitou-lhe transformar-se em um grupo contestador e atento aos desdobramentos do quadro nacional, adversos à idealidade de suas aspirações, além do ressentimento para com as atitudes dos políticos que almejavam reduzir o contingente e os salários.

"A visão de que entre a Nação e o Estado, entre as classes, os escravos e o Império, havia um "estamento cívico", provado na luta, que merecia respeito e queria exercer poder, começou a generalizar-se entre os oficiais"(133).

As abstinências e privações pelas quais haviam passado e ainda deveriam passar, exigiam, em contrapartida, segundo a ideologia militar nascente, uma compensação: o poder de interferir nos rumos dos acontecimentos nacionais "para o bem da Pátria".

Do inconformismo inicial, relativo ao abandono em que o Exército havia sido deixado e que originalmente havia

133 Cardoso, Fernando Henrique, op. cit., p. 28.

se apossado dos oficiais da Escola Militar, nasceu outra conduta, mais abrangente e tendenciosa, apoiada em recursos doutrinários dos novos caminhos oferecidos pelo estudo da lei do progresso e da evolução: o envolvimento político-social. Esse movimento novo inseriu-se na prospecção renovadora das idéias advindas das filosofias progressistas da Europa do século XIX, que exaltavam a ciência, contrapondo-a à religião, ao atribuir-lhe o poder de solucionar todos os problemas do homem e da sociedade. Os intelectuais militares, diante do leque filosófico que nesse momento se abria, viam-se na contingência de optar por uma doutrina, transformando-a, adaptando-a em instrumento de compreensão, crítica ou justificação da realidade nacional, contra o obsoleto Ecletismo inconseqüente das elites políticas. Essa tendência para as discussões políticas transcendeu os limites da Escola Militar e ganhou também espaço nas Escolas Superiores, freqüentadas por civis, como ocorreu na Escola Politécnica (ex-Escola Central) e também nas Faculdades de Direito de Recife e São Paulo.

Eis um depoimento significativo do pensador liberal e monarquista Eduardo da Silva Prado:

"O Exército brasileiro começou a sentir o pouco apreço que o

governo atribuía à instituição militar"(134).

Esse autor ressalta, ainda, o motivo dessa displicência por parte do governo para com os militares: "a iniquidade, a má vontade, a rotina e a miséria eram devidas à ignorância técnica dos ministros e o pouco conhecimento sobre o próprio Exército". Eduardo Prado refere-se aos Ministros da Guerra do Governo de D.Pedro II. "Desconheciam as reais necessidades do Exército, porque entre os sessenta e três que ocuparam essa Pasta, trinta e seis eram civis". Segundo Nelson Werneck Sodré, um depoimento feito em 1865, na fase da guerra com o Paraguai, por Andrade Neves a Osório, confirma o desprezo que o Exército bem experimentava:

"Estamos mal; estão adoecendo muitos soldados e têm morrido já alguns e os médicos sempre gritando que não há remédios (...) Nossas cavalhadas estão morrendo aos montes. Tem havido deserções ... Os soldados estão muito nus e

134 Prado, Eduardo da Silva, Fastos da Ditadura Militar no Brasil, p. 56.

sem soldos. V.Excia. nos dê
remédio para estes males"(135).

O que se consolidou entre a oficialidade acadêmica do Exército, naquele momento, foi algo que se pode denominar de "esprit de corps" (uma coesão de intenções). A identidade entre os membros do Corpo de Oficiais da Praia Vermelha foi decorrente da formalização de um consenso, segundo o qual *há para cada época uma verdade a ser perseguida na construção de uma sociedade ajustada a seu tempo*. O dado novo extraído das Campanhas no Paraguai foi essa identidade: uma espécie de auto-consciência que ressaltava o sentido "nobre" da "missão" empreendida, cujo sucesso dependeu, quase que exclusivamente, do esforço pessoal e da abnegação de cada um. A corporação passou a projetar sua concepção ao construir um ideário que incluía a reformulação do Estado, o fim da Monarquia e da "politicalha". Este ideário iria patentear a construção de um modelo político ideal, caracterizado pela austeridade e pela eficiência de perseguir os destinos nacionais. Para realizar essa prossecução era necessário adquirir um novo saber, apontado por Augusto Comte, próprio para modernizar a sociedade.

135 Werneck Sodré, Nelson, op. cit., p.126.

Uma carta (confidencial) de Floriano Peixoto para o General João Neiva, datada de 10 de julho de 1887, mostrava a nova convicção dos militares sobre sua missão regeneradora:

"Vi que a solução da questão da classe, excedeu, sem dúvida, a expectativa de todos. Fato único, que prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e portanto a necessidade da ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou não posso querer para o meu país o governo da espada, mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos de que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social que, como o nosso, está corrompido.
(assinado) - Floriano Peixoto"(136).

Entre as estratégias para viabilizar sua participação na direção ideológica da luta, os militares se dispuseram, inclusive, a celebrar pactos e alianças com as

136 Cf.Oliveira Vianna, O Occaso do Império, p. 137.

forças civis que se mostravam progressistas e atuavam no quadro político, embora, em alguns momentos, sofressem tentativas de cooptação por parte de políticos conservadores. Essa prática teve origem com a Guerra do Paraguai, na qual figuras-símbolos, heróis da Guerra tornaram-se alvos de proselitismos políticos. Tomados como símbolos de apreço e enaltecimento, figuras proeminentes da Guerra - é o caso de Caxias - foram cultuadas, durante anos, pelos Conservadores do Império, graças à grande popularidade que desfrutavam.

O Partido Republicano, constituído por liberais radicais e progressistas, iria tornar-se, com o tempo, o mais forte aliado do Exército, nessa sua nova dinâmica, pois ambos possuíam, pelo menos, um projeto comum: alterar a forma política do Estado (na luta contra o poder constituído). As pré-condições da ordem superestrutural e organizativa já se encontravam presentes quando o Exército se empenhava em assumir o papel de persuasor da nova lógica e isto configura o dado estrutural novo do momento em questão.

Décio Saes afirma que, ao contrário do que parece indicar a maioria dos historiadores, o Estado burguês se consolida com a República em 1889 e não em 1930. E

complementa: a ação revolucionária do Exército, em especial da oficialidade, deixa evidente que não seria uma classe que iria exercer o papel decisivo na liquidação da monarquia-escravista, mas uma parte do aparelho do Estado. Em sua análise, Décio Saes demonstra claramente que as lutas abolicionista e republicana não eram integradas por "toda oficialidade do Exército Imperial", mas apenas pela oficialidade média (137). Esta predominou esmagadoramente no seio do grupo militar abolicionista".

É possível perceber na formação histórica brasileira um aspecto interessante: "os conflitos militares não expressam somente uma conquista ou participação do poder político" (resultado da luta pela Abolição e pela Proclamação da República), como afirma grande parte da historiografia, mas o Exército passou, a partir da Guerra do Paraguai (1865-1870) a se constituir como uma instituição em busca de uma organização mais coesa, almejando meios para sua profissionalização e optou por assegurar uma ordem que correspondesse aos princípios de sua leitura acerca da realidade social. A partir desse momento, começou a desenvolver-se, entre a oficialidade acadêmica, um discurso insólito, com traços modernizadores, almejando a regeneração total das forças no poder. Foi, em

137 Saes, Décio, op. cit., p. 341.

última instância, o enfrentamento do Exército Imperial brasileiro com os Estados vizinhos, além da aceitação de uma nova lógica explicativa acerca da sociedade, que levou o grupo militar a querer uma total reorganização, em termos burgueses, do aparelho de Estado, criando uma oposição ao instituto escravista, entendido, por eles, como incompatível com o altruísmo moralizador de seu ideário.

As palavras de Teixeira Mendes são muito elucidativas para se compreender essa questão, quando compara a obediência militar na Europa e na América (século XIX), considerando que as "circunstâncias próprias de cada país" determinam o "contraste" entre eles. Referindo-se ao Velho Continente alude às "classes retrógradas" que assenhoradas do governo, receavam as revoluções proletárias e procuravam conter as revoluções militares. Para tanto cooptavam as tropas a seus interesses. No Brasil, argumenta Teixeira Mendes: a disciplina militar era dissipada pela não identidade do Exército com a instituição monárquica, graças aos "preconceitos dinásticos" e a recusa do imperador em transformar a força militar em "gendarmaria" (guardiães da ordem e da segurança do poder). Textualmente, Teixeira Mendes diz:

"Foi ele (o imperador) que
concorreu, principalmente, para

que a direção política passasse das classes civis para as corporações guerreiras..."

Para Teixeira Mendes, a Monarquia perdera, nos últimos anos de sua vigência, os meios para conseguir a disciplina militar porque ela não se harmonizava mais com as tendências da sociedade moderna. De acordo com os preceitos positivistas, dos quais Teixeira Mendes é um genuíno porta-voz, na civilização moderna "deveria caber aos chefes da vida industrial, isto é, aos principais banqueiros" o poder e o governo e, à classe militar a manutenção da ordem interna(138). Os militares também defendiam esses princípios civilizatórios e comungavam com Comte sobre a função da classe militar.

Evidencia-se, assim, uma das maiores contradições presentes no Estado monárquico e esta contradição é o cerne desta reflexão. É importante assinalar que a intelectualidade militar brasileira, principalmente, a

138 Cabe assinalar que Teixeira Mendes, apesar de sua vinculação ao Positivismo, estabelece esta interessante análise sobre o significado da ação militar em uma sociedade moderna idealizada. A visão deste autor corresponde, ainda, à própria lógica militar do período analisado, pois os militares assumem o papel de regeneradores buscando, em sua concepção de modernidade, definir para si nova função social, de acordo com os preceitos do ideário do "soldado-cidadão". Teixeira Mendes, op. cit., p. 291.

oficialidade "média" do Exército, (formada na Praia Vermelha), nos fins do século XIX, inseriu-se na história política do período, como força coercitiva e persuasiva, funções estas que projetam uma situação de ambigüidade na qual se encontrava o Exército nas décadas finais da Monarquia. É possível, portanto, fazer uma nova leitura sobre esta questão conjuntural, porque a transformação dos oficiais de um exército inoperante em agentes de persuasão de uma nova ordem, requer, para o caso do Brasil, um novo paradigma, tomando por referência as formulações teóricas de Marx, Lenin e Gramsci. Segundo esses autores, a instituição militar constitui aspecto indissociável da estrutura do Estado repressivo. Em particular, na concepção de Gramsci, o Exército compõe o aparelho repressivo da sociedade política, isto é, o aparato de força coercitiva, por excelência, dos interesses dominantes.

Parece inequívoco que o Exército, através de sua oficialidade da Praia Vermelha (Rio de Janeiro), ao organizar-se e em função das alianças que estabeleceram com os grupos progressistas, na busca pelo consenso e direção política iria atuar ambigüamente, como força repressiva (esfera propriamente política do Estado) e, nesse momento, contraditoriamente, investiu contra esse Estado, na

condição de portador material da sociedade civil ao sublevar-se, em nome das novas forças sociais atuantes no momento. Consolidou-se, como "aparelho privado de hegemonia", ou seja, "organismo social coletivo, voluntário e relativamente autônomo" em face à sociedade política. Esse novo paradigma parte da concepção de Gramsci sobre o Estado ampliado. As referências precisas encontram-se em um estudo sobre Gramsci e as implicações de suas idéias no Brasil, feito por Carlos Nelson Coutinho(139).

139 Segundo Gramsci, o Estado, com novas determinações, comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci chama Estado, em sentido estrito, ou Estado Corporação) formado pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias (sistema escolar, Igreja e partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais, a organização material da cultura). Há entre essas esferas uma diferença na função que exercem na vida social, na articulação e reprodução das relações de poder. Formam o Estado enquanto "ditadura + hegemonia", ou como define Gramsci: "sociedade política + sociedade civil", hegemonia revestida de coerção. Nesse sentido, o Estado serve para promover ou conservar uma base econômica determinada, de acordo também com as classes determinadas. O encaminhamento dessa promoção e conservação se dá, por conseguinte, de duas formas distintas. No que se refere à sociedade civil, o exercício da hegemonia pelas classes se faz através de alianças relativas a suas posições, mediante consenso e direção política. No que se refere à sociedade política, as classes exercem, ao contrário, uma ditadura, ou seja, "uma dominação mediante coerção". Coutinho, Carlos Nelson, Gramsci - Um estudo sobre seu pensamento político, p.77.

A novidade que Gramsci introduz, segundo Carlos Nelson Coutinho, refere-se ao papel desempenhado pela hegemonia enquanto figura social, "que recebe sua base material própria, um espaço autônomo e específico de manifestação"(140). A distinção entre as duas esferas encontra-se na presença de uma materialidade (social-institucional) própria. Nesta configuração do Estado (apontada por Gramsci), a sociedade civil e a sociedade política relacionam-se, dialeticamente, como identidade e distinção.

Isto significa dizer que o Estado burguês (controlado pelas burocracias executivas e policial militar), ao configurar-se como sociedade política, possui também portadores materiais da sociedade civil, que são os "aparelhos privados de hegemonia", ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e, relativamente autônomos, em face à sociedade política(141). A hegemonia encontra nessa "autonomia relativa" assumida pela figura social, o fundamento ontológico da sociedade civil, enquanto esfera própria, dotada de legalidade própria, que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado coerção.

140 Coutinho, Carlos Nelson, op. cit., p.77.

141 Idem, p. 78.

O que ocorreu no Brasil, nos fins do século XIX, com o Exército, mais especificamente com sua oficialidade da Escola Militar (1870-1889) foi singular quanto à sua inserção no aparelho do Estado. O Exército brasileiro quis iniciar seu processo de "profissionalização", como os demais exércitos latino-americanos, após a Guerra do Paraguai. Essa "profissionalização" fazia parte integrante do processo de modernização do Estado, como exigência imposta pela integração das economias nacionais do mercado mundial sob a égide europeia(142). Porém a profissionalização almejada não os conduziu à uma identificação com o regime político vigente nesse momento (o monárquico), ao contrário, não se concretizou a identidade com o Estado Nacional, então consolidado. A ação militar desviou-se para o exercício de direção e consenso a favor da mudança política (portanto, contra o Estado Monárquico). Torna-se evidente, dentro desta concepção de Gramsci (adotada como paradigma desta análise), que os recursos ideológicos utilizados tinham uma função organizativa, porque a política posta em prática visava construir uma proposta alternativa para o Estado,, configurando a "guerra de posição" (143), isto é, o

142 Alain Rouquié - A América do Sul, in A Revolução de 30 - Seminário de História Contemporânea, p. 195.

143 Este conceito será analisado mais à frente.

enfrentamento na busca do consenso para a consolidação hegemônica de uma classe.

A história se encarregou de demonstrar que a ação militar iniciada nesse período (1870-1889) obteve êxito nos desdobramentos que se seguiram na luta pela hegemonia burguesa no Brasil, mediante os enfrentamentos dos quais ele se ocupou. A partir desse momento, o Exército tornou-se o elemento decisivo para os avanços políticos da classe, cujo ideal ele era o representante, ao fazer uso da persuasão ou exercitando-se como aparato da violência no Estado que acabava de se consolidar.

"Os exércitos estatizados" passaram a deter em toda parte (da América Latina) - à exceção do Brasil - o monopólio da violência pública legal, após os fins do século XIX, e foram organizados, treinados e equipados, segundo modelos europeus de maior prestígio. Isso ocorreria, no Brasil, somente no século XX, com a vinda de missões militares que iriam dar treinamento aos corpos de tropas. Os Exércitos que emergiram na América Latina, na segunda metade do século XIX, eram muito diferentes entre si, embora possuíssem alguns elementos que os distinguiram dos Exércitos modernos: eram marcados pela mediocridade e apresentavam dificuldades nos recrutamentos. Além disso, a

formação profissional era quase inexistente e a promoção se fazia de forma arbitrária entre os oficiais (144).

No Brasil, na composição do contingente das tropas (tarimbeiros) prevalecia o recrutamento forçado, geralmente, fruto de aliciamento. Eram os "dejetos sociais" do país, os azarados, os desempregados, vítimas de alguma catástrofe ou nordestinos fugidos da seca, que compunham o contingente de miseráveis de onde provinham as baixas esferas da corporação. O serviço militar obrigatório havia sido instituído em 1874. No entanto, não se levava a sério as implicações dessa lei (145). A lei acenava com a possibilidade de desaparecer o recrutamento forçado fazendo chegar aos quartéis um recruta com melhores condições de vincular-se à vida da caserna. Havia no Brasil um acentuado desnível social decorrente das formas de acesso ao Exército e recrutamento: a massa de soldados provinha das camadas mais pobres da população (quase todos analfabetos). Como é sabido a oficialidade provinha das classes médias, dos

144 "A ausência desse exército se revela em nossa própria história onde, até a República, ao contrário do que sucedia nas demais repúblicas sul-americanas, predominava o poder civil sobre o militar. Enquanto naquelas repúblicas o exército vivia nas ruas autodevorando-se nos entrechoques dos caudilhos, erguendo e derrubando governos efêmeros, com igual facilidade, no Brasil, vivia ele nos quartéis escovando cavalos areando fuzis e estudando filosofia". Basbaum, Leôncio, História Sincera da República - Das origens a 1889, p. 273.

145 Idem, Ibidem.

"filhos de família" e filhos de oficiais; enfim, um segmento que aspirava distinção. Tal desnível impediu a formação de uma unidade corporativa entre os pólos opostos da hierarquia militar. Por esse motivo, nas questões políticas nas quais o exército esteve envolvido, apenas uma parcela, efetivamente, participou: aquela elitizada que possuía o privilégio de cursar a Escola Militar(146).

No Brasil, a acentuada distinção entre os oficiais e os tarimbeiros (formados na tropa e nas fileiras) decorria da exclusão dos últimos, da formação teórica. A educação acadêmica, livresca dos cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha, recebia críticas veementes dos "tarimbeiros" e também de inúmeros políticos do Império (predominantemente os liberais). Referiam-se a "um diletantismo enciclopédico", no qual a Sociologia era priorizada em relação às matérias militares. Nesse tempo, a principal censura a esse plano de estudos referia-se à formação de "juristas fardados" contrariando o espírito marcial.

146 A disciplina que previa o uso de castigos corporais no Brasil, era inspirada no código disciplinar prussiano em vigor, do Conde de Lippe, que datava de 1763. Previa, por exemplo, golpes de chibata como castigo para pequenas infrações. Esses castigos foram abolidos por lei, em 1874, mas continuaram a ser aplicados no Exército até a segunda metade do século XX, fato este que provocaria, em 1910, a chamada "Revolta da Chibata".Idem, p. 274.

A criação de um sistema de ensino militar possibilitou a homogeneização somente do corpo de oficiais e a exclusão da massa dos soldados, além de assegurar a formação de uma refinada elite intelectual capaz de intervir no comando político. Tal ensino também assegurou o desenvolvimento de uma identidade, na qual estava presente um sentimento de superioridade, adquirido nas alusões de Augusto Comte aos filósofos conhecedores da ordem social e política. Elitizados intelectualmente, circunscreviam-se na formulação de uma idealidade nacional de bases precisas e excludentes, na qual só havia lugar para as massas, na condição de tuteladas.

A instrução dos oficiais e sub-oficiais do Exército no Brasil, a exemplo de outros países da América Latina, era feita em escolas nas quais ministravam-se conteúdos específicos e distintos do meio civil (147). Isto favoreceu o aparecimento de valores e referências à ética militar. A existência de um ensino propriamente militar introduziu modalidades de recrutamento em que os civis não tomavam parte. A passagem obrigatória dos

147 "Ao contrário do que ocorria em outros países, com largas tradições militares, a tendência inabalavelmente pacífica do Império, por um lado e os defeituosos processos de recrutamento para a tropa, por outro, faziam do exército uma classe distinta e separada do seio da nação". Calógeras cf. Leôncio Basbaum, op. cit., p. 275.

oficiais pelas escolas militares de bom nível, propiciou, ainda, à sociedade militar, os recursos morais, ideológicos e institucionais que permitiram sua libertação da tutela civil e a exclusão dos tarimbeiros do conjunto do grupo pensante da corporação.

"No Brasil a carreira militar oferecia poucos atrativos e o recrutamento tornava-se sempre mais endógeno, o que aumentou, o divórcio dos militares com as elites civis e o espírito da corporação que modelou, dessa forma, o desenvolvimento do ensino militar".(148)

Os oficiais saídos das escolas militares começaram a olhar de cima para os bacharéis civis, os juristas que povoavam a administração pública e a política brasileira(149) e sem sombra de dúvida, passaram a reivindicar um *status* equivalente. Em 1882, com a fundação da *Revista do Exército Brasileiro*, publicação técnica mensal, os oficiais militares tiveram um veículo para exporem suas idéias, quer reivindicando soluções, quer

148 Rouquié, Alain, O Estado Militar na América Latina, p. 81.

149 Idem, *Ibidem*.

difundindo os progressos técnicos realizados por outros exércitos. Nas páginas dessa revista estava expresso o pensamento do Exército brasileiro, após a Guerra do Paraguai. A linguagem nova, extraída de suas páginas, mostra uma visão que se constituiu, não por generais ou ministros, mas por oficiais, ainda nos primeiros postos. Ela era, de início, otimista e depois, tornou-se ácida e descrente de qualquer ação do Império(150). Nas citações que se seguem é possível observar a identidade militar com a concepção burguesa:

"O soldado pode resignar-se perfeitamente com o regime da disciplina militar, ainda o mais severo, contanto que ele seja fundamentado em princípios de justiça, e executado com equidade. Já foi proclamado o princípio de igualdade do cidadão perante a lei. Entretanto, parece que ele é desconhecido na classe militar, onde a praxe e mesmo a lei supõe estabelecido o princípio de que só o superior tem razão".

Mais à frente:

150 Motta, Jeovah, A Formação do Oficial do Exército, p.183.

"... vede o exército é necessário para a defesa da pátria; sem a defesa da pátria, quando atacada pelo estrangeiro, ela perderá a sua independência, integridade e autonomia, e os seus cidadãos serão despojados de suas propriedades e ofendidos em suas famílias e em sua liberdade: já vedes, é preciso defender a propriedade, a liberdade e a família: é preciso o exército (...)(151).

A Milícia Civil. A Guarda Nacional x Exército

As transformações da mentalidade do oficial militar transcorriam à revelia dos interesses que o Estado monárquico representava, como já se afirmou anteriormente, graças à própria interferência política das oligarquias

151 Revista do Exército Brasileiro, 1887, autor Espírito Santo Junior, Capitão do Estado Maior da Artilharia, p. 43 - Jurisprudência Militar.

dominantes, até a Proclamação da República. Apesar da oficialidade militar ser formada, obrigatoriamente, no Brasil, por uma escola oficial, esse Exército, na configuração do Estado escravista moderno, não assumiu, de início, sua função histórica (coercitiva). O que ocorreu no Brasil foi a presença de uma dualidade de funções, quanto à manutenção da ordem interna e externa.

A Guarda Nacional (fundada em 1831 - por Feijó, em substituição às antigas Ordenanças e Guardas Municipais) preenchia uma das atividades que caberia ao Exército moderno e profissional. Os componentes da Guarda Nacional eram recrutados segundo o esquema censitário ("cidadãos em condições de serem alistados como eleitores) excluindo todas as classes populares não-escravas de seu contingente; mais precisamente, camponeses e pequena burguesia urbana (152). A Guarda Nacional, além de ser o próprio aparato de força das oligarquias no poder, neutralizava a participação das classes populares - "desejosas de transformar o processo de independência num processo de reforma econômica distributiva"(153). Destinava-se, precipuamente, a reprimir revoltas (populares) internas(154) ocupando, por

152 Saes, Décio, op. cit., p. 175.

153 Idem, Ibidem.

154 Idem, Ibidem.

consequente, a função historicamente reservada para os exércitos nacionais.

A observação de João Quartim de Moraes veio reforçar as considerações de Décio Saes a respeito da questão. Para Quartim, a criação da Guarda Nacional constitui uma ruptura do monopólio estatal sobre os meios da violência armada, "uma adaptação perversa do Liberalismo às condições de dominação de classe da oligarquia agrária"(155).

A criação da Guarda Nacional consagrou a dualidade institucional entre duas forças porque o comando supremo da Guarda Nacional encontrava-se no Ministério da Justiça, ao passo que o Exército ficava sob as ordens do Ministério da Guerra. Tal fato demonstra as razões políticas na criação da Guarda Nacional: contrabalançar o poder do Exército (enquanto força armada do poder central), porque, em princípio, reforçava o mando local dos proprietários rurais. Participava dessa instituição somente a minoria que detinha o poder de decidir politicamente e isto demonstra que se tratava de uma "milícia da classe dominante", ou melhor, "o latifúndio armado", pois os

155 Quartim de Moraes, João - A Esquerda Militar no Brasil - Da Conspiração Republicana à Guerrilha dos Tenentes, p. 31 e 32.

eleitores (em função do caráter censitário do qual se revestiam as eleições) eram sempre pessoas de posse. Além disso, ficavam isentos do serviço militar, aqueles que se alistassem na Guarda Nacional. A Guarda Nacional representava a opção para os filhos da oligarquia agrária, que não ingressavam nos cursos jurídicos ou rejeitavam estar ao lado, no Exército, das classes médias e das massas populares. Isto se explica pelo fato de haver uma "desconfiança" dos chefes políticos das oligarquias em relação ao Exército: trabalhando mesmo para enfraquecê-los, pois temiam que o Exército se transformasse "no braço armado do Poder Central". As bases do poder oligárquico no Brasil, nesse período (por representarem as aspirações da dominação rural) repousavam no mandonismo local. Daí a necessidade de uma força armada política e, organicamente, descentralizada, posta a serviço de sua hegemonia(156).

Destituído de uma de suas funções fundamentais de Exército moderno (guardião da ordem interna), cabia à corporação brasileira manter apenas a ordem externa, fato esse que a condenou ao ostracismo. Em virtude dessa ociosidade funcional, após 1870 (com o fim da Guerra do Paraguai), restou à oficialidade acadêmica organizar-se, portanto, como uma das facções da "inteligência nacional"

156 Quartim de Moraes, João, op. cit., p. 31 e 32.

para criar um ideário que incluísse, em seus princípios, funções precisas e honrosas para o Exército.

A burguesia nascente encontrou nos representantes do Exército (oriundos da pequena burguesia, ou na expressão de Décio Saes: "classes médias urbanas") os primeiros arautos de seus interesses, ainda nem claros e nem explícitos para si(157). O ideário militar ao ser constituído estabelecia como prioridades: criar um Estado verdadeiramente moderno, neutralizar o poder de mando das oligarquias tradicionais e promover o "progresso social" dentro da ordem. Para realizar tal aspiração, a de consolidar a nova ordem política, para resolver os

157 O desenvolvimento da burguesia brasileira, insipiente no início, ganha impulso na segunda metade do século XIX. A Associação Industrial criada em 1881, segundo Nícia Vilela Luz organiza a indústria para a luta por seu desenvolvimento, tendo por líder no Congresso, Antonio Felício dos Santos. Contra a indústria que se organizava e reivindicava proteção dois grandes inimigos se apresentam: o latifúndio e o imperialismo. Argumentos preconceituosos do tipo: "o Brasil é um país essencialmente agrícola"; "o que a indústria nacional fabrica é de pior qualidade" demonstram as resistências contra esse empreendimento. Por outro lado, os bancos estrangeiros nenhum serviço prestavam ao comércio ou indústria; dedicavam-se quase que, exclusivamente, a especulações cambiais. Nesse quadro a indiferença da Monarquia se fazia sentir. Por este motivo a burguesia nascente não simpatizava com o regime que não a favorecia econômica e politicamente. As manifestações industrialistas no Brasil expressam-se pela primeira vez, em um movimento de cunho nacionalista, no final do Império, que pleiteava a proteção para a indústria como forma de restabelecer o equilíbrio na balança de pagamento. Luz, Nícia Vilela, A Luta pela Industrialização no Brasil, p. 57.

problemas políticos e sociais que a seu ver afligiam a sociedade, essa oficialidade precisava fortalecer-se (atuar como partido), isto é, adquirir sua autonomia material como instância da sociedade civil, inicialmente, para consolidar-se, depois de instituído o Estado republicano (nos moldes burgueses) como exército burocrático e permanente, próprio das sociedades modernas, já que o Estado monárquico não o reconhecia, não o prestigiava e não o utilizava como aparelho coercitivo.

A classe politicamente poderosa (oligarquia tradicional agrária) não necessitaria, até então, de apoio do aparato de força constituído pelo Exército, para permanecer no poder, ou para defender seus privilégios ou interesses. Coube à Guarda Nacional o desempenho dessa função, isto porque era uma organização militar "rigorosamente fiscalizada e estreitamente comandada pela oligarquia dominante"(158). Esse domínio se exercia, independentemente, do instrumento militar por excelência: o Exército.

158 "Pelo menos do fim da Guerra do Paraguai até a República a posição do exército foi a de uma força independente, desligada das classes dominantes e das forças populares, constituindo ele mesmo uma espécie de subclasse particular (...)" Basbaum, Leôncio, op. cit., p. 275.

Se o recrutamento dos praças, por um lado, se fazia entre os elementos da camada mais pobre da população, a oficialidade era recrutada entre os das camadas livres, mas não proprietárias, o que levaria Rui Barbosa a identificá-las como "rudimento de burguesia" incapazes de alterar a estrutura social. O equívoco de Rui Barbosa era consenso entre os políticos do Império e da própria inteligência nacional. Não viam nas classes médias (os rudimentos da burguesia) nenhuma ameaça. O poder novo: o poder militar - aglutinador de novas forças - não se revelava em termos de suas possibilidades, a ponto de ser identificado e, portanto, não fazia parte das preocupações da Monarquia.

A derrubada do governo foi o resultado da combinação dos novos elementos aglutinantes, de idéias e aspirações das classes que queriam o poder e se impuseram nos desdobramentos dos conflitos sociais originados no processo de transformação da sociedade brasileira. Nas Escolas Militares, a partir de 1874, a oficialidade encontraria substratos para sua ação, opondo-se frontalmente ao bacharelismo jurídico da aristocracia agrária em seu obsoletismo na condução dos destinos sociais do país.

Na Escola Militar,

"...os representantes da nascente pequena burguesia procurariam, na segunda metade do século, educação e instrução que lhes permitissem constituir uma nova elite, de espírito talvez um pouco diferente daquele que era representado pelos bacharéis em leis, de Coimbra, de Recife ou de São Paulo, onde recebia formação superior grande parte dos filhos das famílias do patriarcado rural"(159).

Nos cursos jurídicos formavam-se os filhos da oligarquia proprietária, na composição dos quadros indispensáveis para o aparelho de Estado. Os bacharéis, em sua maioria, expressavam por isso, a mentalidade predominantemente tradicional, própria do sistema senhorial. Em oposição àqueles que preenchiavam as funções administrativas do país, os militares representavam o ímpeto renovador, dentro de uma lógica calcada em preceitos modernizadores. O confronto ideológico entre o "Liberalismo jurídico" dos bacharéis e a nova lógica da

159 Basbaum, Leôncio, op. cit., p. 275.

oficialidade militar, de cunho positivista perduraria em todo período, transpondo mesmo a implantação do regime republicano.

Cabem, neste momento, algumas considerações breves acerca dos rumos do Liberalismo e do Positivismo no Brasil, a título de elucidação de sua gênese e seu processo(160). A formação no Brasil da Sociedade Nacional conteve em si uma conciliação sócio-cultural com os padrões ideológicos europeus. A adaptação desses padrões foram marcados por profundas ambigüidades, de tal sorte que Marco Aurélio Nogueira diz a respeito do Liberalismo ser preferível falar em **liberal-conservadorismo**. Esse Liberalismo conservador foi predominante no início da revolução burguesa que se iniciava no Brasil, para evoluir, posteriormente, para formas mais exacerbadas (o próprio republicanismo). Segundo Marco Aurélio "a modernização conservadora" impediu que se constituíssem, no Brasil, classes com perfis definidos que poderiam conduzir a organização da hegemonia de uma delas. Ao contrário, a ausência dessa hegemonia abriu espaço para vigência de "ideologia à conservação e ao Ecletismo". Não pode ser considerada estranha portanto, a transformação conservadora dos liberais durante o Segundo Reinado, que resultou em um republicanismo inflamado ou se

160 O aprofundamento desta questão será feita no Capítulo III.

converteu em monarquismo - é o caso de Afonso Celso e de Joaquim Nabuco - que representam estas última tendência. O que se quer enfatizar é que a trajetória liberal no Brasil foi multifacetada, seguindo o Liberalismo caminhos tortuosos e contraditórios à realidade concreta. Adaptando-se às imposições das relações externas, o Liberalismo brasileiro apresentava sua face eclética e combinações conceituais arbitrárias.

A Radicalização Militar e seus Motivos

O movimento que se propagou no Exército, após 1870, inicialmente de inconformismo, subdividiu-se em duas tendências reivindicatórias, aparentemente opostas: "o técnico-profissional e o filosófico-político". O que dele resultou escapa do terreno das emoções para redundar em algo mais fecundo, resultante das transformações estruturais.

Enquanto a tendência técnico-profissional tomava conta de um grupo de oficiais atuantes e fazia progressos com a lei do recrutamento de 1874, com a extinção dos

castigos corporais e com a reforma de ensino da Escola Militar, com a fundação da Revista do Exército Brasileiro, outra tendência nascia e crescia ao seu lado; Jeovah Motta a denominou de filosófico-política (161). . Estas duas linhas críticas, nascidas no período que vai do término da Guerra do Paraguai até a República, independentes e isoladas de início, juntaram-se e se complementaram no decorrer dos avanços das questões nas quais o Exército se envolvia.

Os choques entre o Exército e o poder político constituíram a gênese do envolvimento militar na história brasileira. Dois incidentes viriam agravar o quadro das tensões entre o Governo e o Exército, em 1886. O mais grave incidente desse enfrentamento envolveu um coronel, veterano da Guerra, Cunha Matos, que ao inspecionar as tropas do Piauí denunciou negociatas de políticos importantes com fornecimentos ao Exército. A reação dos implicados foi de tal violência, que Cunha Matos recorreu à imprensa para se defender. Esse fato lhe valeu uma punição por parte do Ministro da Guerra, Alfredo Chaves. As repercussões nos meios militares foram grandes, de tal sorte que figuras como Visconde de Pelotas, militar e senador, e Sena Madureira ocuparam a tribuna do Senado e a

161 Motta, Jeovah, op. cit., p. 186.

imprensa para defender a corporação reivindicando o direito de defesa do coronel acusado. Em contra-partida, os proprietários escravocratas representados pelo Barão de Cotegipe, figura eminente do Império, não viam as coisas por esse prisma e exigiram uma punição para a ousadia militar. O Exército fechou questão contra a demissão de Deodoro, do Comando das Armas do Rio de Janeiro, sobre o qual pesava acusação de haver prevaricado. A pressão aumentou e culminou com o "recuo honroso do Governo". Ao mesmo tempo, o Conselho Supremo Militar emitiu um parecer, com a anuência do Imperador, pretendendo pôr um termo no caso. Nele se enunciava:

1º- que os militares, como todos os cidadãos brasileiros, gozam, pela Constituição, da liberdade de externar, pela imprensa, suas opiniões, independentemente de censura prévia; 2º- que no exercício desse direito poderão ser responsabilizados pelos abusos que cometerem; 3º- que esses delitos deverão ser julgados no fôro militar ou civil, conforme a categoria a que pertençam; 4º- que deverão ser considerados delitos

militares e, portanto, julgados em jurisdição militar, os abusos da imprensa que estão previstos nos regulamentos que regem a disciplina do Exército, sendo que é atentatório à disciplina do Exército, ao decoro que mutuamente se devem os membros desta corporação, discussão na imprensa entre oficiais, sobre objeto de serviço militar (162).

A radicalização militar oficializou-se em uma reunião da qual participaram: Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Serzedelo Correa e outros militares importantes, ocorrida no Teatro Recreio, no dia 2 de fevereiro de 1887, ocasião em que expediram uma moção de desagravo à honra militar. Diante disso, o Governo se viu obrigado a retroceder e a desconsiderar as "censuras" da folha de serviço do oficial. A iniciativa de Deodoro, através de duas cartas dirigidas ao Imperador, nas quais expressava a indignação e a impaciência militar, deixou o Ministério apreensivo. Acionando o Conselho Militar sobre a constitucionalidade dos regulamentos, o Ministério perdeu

162 Magalhães Junior, Raimundo, Deodoro, A Espada contra o Império, p. 232.

em favor do direito concedido aos oficiais de se expressarem através da Imprensa. Estava em questão a busca de uma solução pacífica diante das tensões que ameaçavam a ordem institucional. O resultado dessa reunião, sob o ponto de vista da imprensa, seria a queda do gabinete de Cotegeipe. A consequência para os cinqüenta alunos oficiais, participantes da reunião, foi o desligamento sumário da Escola Militar. Deodoro ficou encarregado de entregar a moção ao Imperador e não recebeu nenhuma resposta. A solução encontrada para essa Questão Militar deixou totalmente desprestigiado o gabinete de Cotegeipe, cuja destituição em março de 1888, evidenciou a força da radicalização e a fraqueza da sustentação governamental.

A fundação do Clube Militar por um grupo de oficiais do Exército foi a decorrência imediata dessa vitória militar sobre o Governo. Reunindo, sob a presidência de Deodoro da Fonseca, os mais influentes militares do Exército, o Clube Militar tornou-se o órgão de defesa dos direitos da oficialidade visando melhorar sua situação. O Clube Militar, nos anos que se seguiram, tornou-se o centro das agitações políticas dos militares.

A determinação política dos militares em tornarem-se força coercitiva, burocratizada (aparato da violência

institucionalizada), como aponta Gramsci, faz parte do movimento de adequação da estrutura agrária às necessidades do capital. É possível identificar essa intenção nos artigos da *Revista do Exército Brasileiro*, editada pelo Clube Militar. Discutiam, sobremaneira, a reorganização do Exército desde 1882. Em 1886 a mesma revista publicou um artigo do Cel. Sena Madureira, com o título: **A Reorganização do Exército**, no qual ele fez um estudo comparativo entre a Infantaria, Cavalaria e Artilharia de países europeus considerados modelos de organização militar. Em uma passagem do referido artigo lê-se:

"Assunto de tanta magnitude, como a reorganização de nossas forças de terra não pode ser resolvido senão depois de acurado estudo e meditação (...). Julgamo-nos bastante autorizados para, a exemplo de outros (países), apresentar um projeto de reorganização das forças de nosso exército, não obstante o estudo continuado que dela fazemos há mais de 16 anos.

Quando os exércitos de outras nações progridem e aperfeiçoam os

seus meios de guerra para garantir a paz, contendo a ambição dos países vizinhos: quando a República do Prata, nossos limitrofes, procuram com todo afã levantar o nível moral e aumentar o efetivo, nós reduzimos à metade o exército que possuímos a mais de 20 anos, antes da guerra com o Estado Oriental e o Paraguai"(163).

Os oficiais militares brasileiros organizavam-se dentro do esquema de conciliação "pelo alto" buscando uma transição segundo o modelo da modernização conservadora. Esse modelo torna-se compreensível no quadro da reprodução ampliada da dependência porque o Brasil, naquele momento (entre 1870-1889), passou da subordinação formal à subordinação real face ao capitalismo europeu. O Estado brasileiro, por esse motivo, precisava tornar-se o instrumento e o local para que se operasse a conciliação entre as classes, uma vez que a sociedade civil, dotada de debilidade não se exercitava como mediadora cultural nesse processo de transformação da realidade nacional. Essas

163 Revista do Exército Brasileiro, 1886, pp. 266 a 267.

mediações difusas da cultura prenunciavam-se, inicialmente, nos Cursos Jurídicos e na Escola Militar da Praia Vermelha, de forma mais incisiva.

O centro emanador das novas idéias entre a oficialidade foi o Clube Acadêmico Positivista Militar - que funcionava dentro da Escola Militar. Essa atuação é percebida através do testemunho de Ximeno de Villeroy, discípulo da Escola Militar quando se refere à participação do Exército no movimento republicano:

"Os verdadeiros republicanos, especialmente os discípulos de Benjamin Constant hão de sempre lamentar a crescente desmoralização dos poderes públicos que se acentua de mais em mais e hoje mais do que nunca, lamentarão igualmente que as classes armadas tão freqüentemente tenham sido levadas a abandonar seus deveres profissionais para intervir na política, mais ou menos revolucionariamente"(164).

164 Villeroy, A.Ximeno de, op.cit., p.81.

A recusa da oficialidade militar do Exército em aceitar qualquer doutrina de "obediência passiva", bem como a convicção de que os políticos civis eram ineptos para governar a nação, era reflexo da nova lógica que os impulsionava a agir, politicamente, como mediadores da modernização do Estado. Tal consenso perpetuou-se ao longo da República porque o Exército ao proclamá-la atribuiu-se a responsabilidade de resguardá-la como um árbitro, algo como uma espécie de Poder Moderador no exercício da função policialesca da ordem política almejada, que aos poucos tornou-se explícita:

"A principal instituição social que tem por fim garantir a ordem é o exército, que consiste propriamente na reunião de homens subordinados a um só chefe com o fim de defenderem a pátria".

"O Exército sendo um elemento de ordem, é indispensável para neutralizar a ação dos meios dissolventes da sociedade, assim como sustentáculo de autoridade e integridade de uma nação"(165).

165 Revista do Exército Brasileiro, 1886 p. 42. - A Reorganização do Exército.

Ao descrever o panorama político da época, Villeroy permite perceber a convicção sentida pelo exército de agir revolucionariamente:

"Aqueles poucos que têm algum civismo, que almejam a constituição de uma pátria digna, devem cruzar os braços esperando pelos efeitos tardios da decantada evolução ? Certamente, as revoluções não podem constituir regime de governo; mas situações há em que se tornam indispensáveis"(166).

O primeiro grande enfrentamento entre o Exército e o poder monárquico começou no processo que culminaria com a Abolição. O desempenho nessa grande questão nacional configurava já a predisposição de luta política, em nome de novas convicções, que se fortaleciam entre os militares. Em 1887, o Clube Militar, porta-voz dessa predisposição política, se posicionou contra a apreensão de escravos foragidos, imposta pelo governo. Antes, em 1884, os abolicionistas já haviam obtido o apoio da oficialidade da Escola Militar da Praia Vermelha. A partir dessa data

166 Villeroy, A.Ximeno de, op.cit., p.82.

abraçaram a causa encarregando-se de propagá-la. Em um artigo da Revista da Família Acadêmica, março de 1889, é possível ler:

"Agitava-se no seio da sociedade brasileira uma idéia liberal e nobre, o apoio da Praia Vermelha era amplo e resoluto como o coração do soldado (...) Quem mais trabalhou pelo abolicionismo do que as Escolas Militares e quem desconhece que o abolicionismo da Praia Vermelha é mais antigo do que a Confederação ?"(167).

No mesmo artigo, lê-se ainda:

"Se observarmos o imenso complexo dos interesses sociais, veremos que eles se acham distribuídos em dois grupos perfeitamente distintos, constituindo os interesses de ordem e os interesses de progresso. Para atender estas duas ordens de interesses é necessário que a cada uma delas

167 Revista da Família Acadêmica, Editorial, 19 de março, 1889, p. 133.

correspondam instituições sociais destinadas a manterem a ordem, bem como a promoverem o progresso e desenvolvimento da sociedade. A principal instituição social que tem por fim garantir a ordem é o exército (...)"(168).

A escravidão parece ter sido o principal fator perceptível do desencanto dos militares do Exército com o Império e a Monarquia Parlamentar, isto porque a guerra contra Lopes havia colocado "ombro a ombro" os negros e mulatos com os oficiais, fato este que impulsionou a compreensão do sentido do escravismo. Além disso, cadetes e tenentes, formados na Escola Militar, já estavam envolvidos com os problemas filosóficos e sociais, pelo acesso à uma nova concepção reformadora que o Positivismo lhes oferecia.

"O Positivismo alcançava-lhes os propósitos existenciais através de sua ideologia altruística; à disciplina dos quartéis prendia-se o dogmatismo de Augusto Comte, cujos esquemas se inspiravam na

168 Rev. da Família Acadêmica, Editorial, 19/03/1889, p.140.

incondicional aceitação dos métodos científicos"(169).

A definição da luta contra o Estado Imperial, iniciada com a educação ministrada na Escola Militar, a partir de 1872, com o ingresso do professor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, tornou-se ostensiva em 1887, com a famosa petição do Clube Militar de 25 de outubro. O Exército ao se negar a cumprir a "desonrosa atribuição" que o governo lhe impunha, de policiar a área de conflito entre escravos e senhores na captura de escravos fugidos(170) dá início ao questionamento das bases institucionais do poder predispondo-se a um enfrentamento, cujo resultado se projetaria no fortalecimento da corporação.

A generalização das discussões políticas na Escola Militar da Praia Vermelha assumiu aspecto insólito graças, principalmente, à atuação de Benjamin Constant. As conotações políticas inseridas no magistério da matemática aguçaram as percepções e predispuseram os alunos a favor da República. Graças, ainda, à iniciativa de Benjamin Constant, que era vice-presidente do Clube Militar, a primeira atitude do Exército politizado contrariava as ordens expressas da coroa para perseguir escravos.

169 Mercadante, Paulo, op. cit., p. 107.

170 Saes, Décio, op. cit., p. 178.

Definia-se a situação da classe armada através da moção de recusa à obediência, que na época, teve grande alcance social e político. Textualmente, expressava-se Benjamin à Princesa Isabel:

"Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios de humanidade, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de S.M., o Imperador, vosso augusto pae, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de saudade, em nome do vosso futuro e do futuro de vosso filho, esperam que o Governo Imperial não consinta que os Oficiais e as praças do Exército sejam desviados de sua nobre missão". E continua: "Acreditai que o Exército não deseja o esmagamento do preto pelo branco, não consentiria também que o preto, embrutecido pelos horrores da escravidão,

conseguisse garantir sua liberdade esmagando o branco"(171).

Já em um segundo momento, a evolução do que se convencionou chamar de "A Questão Militar" (1887), culminou com a exigência dos militares para que expusessem suas reivindicações publicamente. A capitalização da dissensão política por parte dos republicanos, mediante apoio aos "incidentes disciplinares" dessa época, fizeram com que se ampliassem as disputas entre o Exército e o Governo. Em 1883, Clóvis Bevilacqua escreve sobre o momento:

"Cessando a Guerra do Paraguai, as inteligências já não podiam voltar à estagnação, ardiam por avançar. O choque as arrancara do entorpecimento e lhes trouxera o amor da agitação e da luta. Atiram-se, então, por novos caminhos, e daí resultou essa eclosão que, começada alguns anos antes, se acentuou em 1870, e vai aumentando continuamente"(172).

171 Villeroy, A.Ximeno de, Benjamin Constant e a Política Republicana, p. 87.

172 Clóvis Bevilacqua citado por Jeovah Motta, op. cit., p. 187.

Os primeiros indícios da elaboração de um ideário militar se expressavam nos debates pelo livre direito de discutir e criticar os assuntos que lhes dissessem respeito. Formava-se, portanto, um conjunto lógico-normativo exacerbado de preceitos moralizadores à medida que o Exército passava a atuar como uma espécie de "partido", criando para si condições de intervir na vida política brasileira, ao assumir o papel de "guardião" da ordem jurídico-política burguesa, a qual ele ajudou a consolidar entre 1889 e 1891.

A grande questão que motiva esta análise circunscreve-se, portanto, na relação entre a participação da oficialidade na vida política e o processo das transformações que se operavam no Brasil, na consolidação da República burguesa. Não se tratava meramente de agitação de inconformados. O questionamento da ordem tinha endereço certo: ruptura ideológica com as forças mais tradicionais configuradas na atuação do catolicismo oficial e burocrático, sua presença no ensino e nos atos comuns da vida civil; na preponderância da escolástica e espiritualismo eclético; na política, na mentira e na apatia dos políticos de retóricas descomprometidas, no poder centralizado da Monarquia em todos os setores ativos da sociedade; na obsolescência institucional para promover

os avanços do país rumo a estruturas progressistas de feição capitalista e industrial (173).

Em que pese a contradição semântica e conceitual, é possível dizer que a "revolução", almejada pelas forças sociais mais progressistas, era conservadora, porque não ensejava por transformações radicais e democráticas nem no plano econômico, nem político. Até um certo momento, ao Estado coube o papel de viabilizador de uma certa modernização, exigência das novas forças emergentes das transformações que se operavam no plano econômico internacional. Esta viabilização deve ser entendida no sentido que o Estado imperial administrou as contradições políticas, facilitando a prosperidade econômica em um período que se iniciou em 1850 e prosseguiu até a República. Cabe, neste sentido, salientar que a exigência modernizadora de colocar o país no ritmo da economia internacional, projetava para a "intelligentsia" a necessidade de assimilar os cânones da cultura européia, adaptando-a à pulsação própria da realidade nacional. É compreensível, portanto, que a oligarquia rural tradicional ao manter o Estado atrelado a seus interesses, adotasse formulações ecléticas, da mesma forma que o Liberalismo

173 Motta, Jeovah, op. cit., p. 187.

renovado e o Positivismo encontraram nos meios mais progressistas, significativas e singulares adesões.

A perfeita compreensão dos princípios destas duas tendências doutrinárias (Liberalismo e Positivismo), adaptadas à realidade brasileira, nos fins do século XIX, é necessária para elucidar a participação dos ideólogos brasileiros nas determinações que dariam origem ao novo regime, como aspecto da antecipação de projetos políticos, cuja consolidação transcorreria somente nos desdobramentos políticos-sociais do início do século XX.

A ênfase desta análise recairá sobre o Positivismo que se adequou às necessidades da atividade intelectual desenvolvida na Escola da Praia Vermelha. Era lá que mais se procuravam os "novos caminhos" oferecidos pelas ciências, em contra-posição aos caminhos oferecidos pela religião. A oficialidade intelectualizada passou a requisitar a "certeza" apresentada pelos princípios e teorias como fatos históricos, seus nexos causais como uma realidade sociocultural, também nova. O Positivismo se oferecia como uma das grandes construções teórico-doutrinárias do mundo moderno e oferecia os substratos para as diretrizes almejadas. Na Escola Militar, o sistema comtiano predominou graças a dois fatores: o currículo escolar

grandemente pejado de estudos matemáticos e a ação
proselitista do extraordinário professor que foi Benjamin
Constant"(174).

174 Motta, Jeovah, op. cit., p. 188.

CAPITULO III -

**FUNDAMENTOS DO NOVO IDEARIO:
LIBERALISMO E POSITIVISMO**

Cap. III - Fundamentos do Novo Ideário : Liberalismo e Positivismo

A Guerra do Paraguai, encerrada em 1870, foi o divisor de águas desse processo que se iniciou em meados do século XIX, marcando o início de mais uma etapa nessa transição rumo ao capitalismo. Convém perceber que a formação do capitalismo no Brasil se processou a partir do escravismo colonial e não do feudalismo, conforme ocorreu na Europa. O que se verificou no Brasil decorreu, sobretudo, do prolongamento do escravismo colonial, diferentemente de outras regiões escravistas da América. Esse prolongamento permitiu o desenvolvimento de forças produtivas e uma acumulação originária do capital, fator esse que iniciaria o processo propriamente capitalista.

Os oficiais do exército "positivista" almejavam tornar-se uma espécie de organização profissional (uma milícia civil) sem vínculo com a ordem institucional arcaica, representada pela Monarquia, valendo-se, para isso, da definição de sua própria identidade (recurso encontrado para recompor-se enquanto corporação). O elemento complicador dessa singularidade foi a forma como

se identificaram com uma vertente do ideário burguês que, ao almejar-se universalizante, transformou-se em projeto político. Tratava-se, sobretudo, de envolver-se, estrategicamente, em um espaço de luta, um espaço no qual se configurava, o que Gramsci denomina uma "guerra de posições", (um processo que antecipa a busca do poder por uma classe - a burguesia - processo esse já em curso, no interior do qual esboçava-se uma batalha pela hegemonia e pelo consenso social). Os militares, na condição de agentes produtores de um ideário burguês-militar, ocupariam em um só momento dupla função nessa "guerra de posições": uma referente ao seu caráter de força de coerção organizada, e outra, como "partido", isto é, como aparelho privado da hegemonia. Essa dupla função da qual se desincumbiu uma parcela (a oficialidade culta) do Exército - força coercitiva e persuasiva -, desenvolveu-se no interior do próprio Estado, em seu sentido amplo, divergindo de sua orientação.

Após 1870, as lutas que se travaram no Brasil faziam parte dessa "transição como processo" e denunciavam o antagonismo econômico entre as oligarquias proprietárias da terra e os representantes das novas forças sociais. Estes movidos por outros interesses assimilaram as novas idéias emanadas também da Europa. Entre elas preponderou o

Positivismo. Neste sentido, é imprescindível dizer que não se admite o caráter pré ou proto-capitalista do período histórico, objeto desta análise (1870-1889); que culmina com a República, mas um período de transição, acionado pela emergência das novas aspirações que se conflitam com os interesses representados pelo Estado.

Florestan Fernandes referindo-se aos acontecimentos que precederam a consolidação da República afirma:

"o que nasceu em 1889, não foi uma República Democrática (que esteve nos sonhos dos nossos ideólogos republicanos), mas o produto político de uma "conciliação pelo alto", a mais daninha que se concretizou no Brasil. Essa conciliação não se vincula com uma ideologia republicana-democrática e com um projeto federalista de nação. Ela visava a continuidade do poder estabelecido na economia, na sociedade civil, na cultura e no Estado. Fechou-se contra o povo, a ralé: apenas conferiu ao

Estado uma aparência republicana, constitucional e representativa das intervenções da "inteligência militar (a oficialidade acadêmica) na política brasileira a partir de 1870 e seu suporte doutrinário"(175).

O período histórico que se inicia em 1870 e se encerra com a República (1889) configura-se como a gênese desta ação político-militar de caráter autoritário, na qual uma parcela do Exército, representada pela oficialidade militar (da Praia Vermelha) inaugura, na condição de intelectuais (aspirantes de uma certa modernização do Estado), uma ética absoluta, prenúncio dos projetos ditatoriais futuros da história brasileira. De fato, "ele persistiu cego, surdo e adverso às necessidades e aspirações populares".

Nos desdobramentos do processo que alteraria as bases institucionais do Estado brasileiro, as novas forças sociais emergentes impulsionavam a evolução de novas idéias, algumas das quais, embora já grassassem entre a intelectualidade brasileira, desde épocas mais remotas - é

175 Fernandes, Florestan, A Traição à República, artigo Folha de São Paulo, 21 de outubro de 1991, p.1-2.

o caso do Liberalismo - agora, expressam-se com mais intensidade. As duas tendências mais significativas presentes no universo acadêmico-político desse período (segunda metade do século XIX) : Positivismo e Liberalismo, aparentemente opostas em seus princípios doutrinários, constituíam-se, ambas, duas vertentes da mesma formulação ideológica (matriz)(176), a saber: a *weltanschauung* elaborada pela burguesia européia do século XVIII . É, pois, do racionalismo francês que o Positivismo e o Liberalismo (clássico) se originam.

É importante dizer, acerca dessas duas vertentes doutrinárias no Brasil, que ambas sofreram adaptações significativas para se moldarem aos interesses consubstanciados sob suas teorizações. Tanto o Liberalismo como o Positivismo não se apoiaram sobre as mesmas bases e nos mesmos motivos que os consagraram na Europa, como manifestações contundentes da ideologia burguesa, em seu processo de avanço na estruturação de sua hegemonia enquanto classe.

176 O conceito de ideologia aqui referido é o mesmo utilizado por Michael Löwy, As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen, 1987, p. 12: Visão Social do Mundo. Ela se circunscreve em "um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, idéias e orientações cognitivas, internamente, unificado por uma perspectiva determinada, por um certo ponto de vista socialmente condicionado". Este conceito será melhor discutido na Metodologia.

O Liberalismo brasileiro, por exemplo, de nada se aproximava do teor revolucionário da doutrina voltada contra as instituições do "Ancien Regime" europeu, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza e os entraves do feudalismo na formação de um mercado interno(177). Os argumentos de Marco Aurélio Nogueira acerca desta questão permitem melhor elucidá-la:

"No Brasil, ficava exacerbado o caráter antinômico e contraditório do Liberalismo: a problemática articulação entre liberdade e propriedade, entre o formalismo da lei e a democracia social, entre liberdade (autonomia, individualidade) e igualdade (heteronomia, sociedade) que tanto perturbava a racionalidade da doutrina".

Segundo Marco Aurélio, o Liberalismo no Brasil não encontrava os sujeitos reais que lhe dessem suporte e portanto "impregnava-se do autoritarismo que ordenava as relações sociais e políticas escamoteando a questão social e do indivíduo". Impedia o impulso reformador em troca da

177 Viotti da Costa, Emília, Da Monarquia à República: Momentos Decisivos, p.111.

moderação e da prudência, por temor de suas últimas conseqüências(178).

O Liberalismo - um pouco de História

A visão liberal, constituída ao longo do século XII até o XVIII, expressava a evolução social e econômica, que embora não tendo sido homogênea em todos os países da Europa ocidental, resultou em culturas nacionais, das quais são expressões significativas, os teóricos racionalistas franceses. Esta visão social de mundo procedeu de um conceito fundamental - a liberdade - a partir do qual desenvolveram-se todos os outros: o individualismo, a igualdade jurídica, a democracia e o direito inalienável de propriedade. Tendo por suporte a crença "no poder da razão", o pensamento burguês voltou-se para o mundo exterior, desejoso de conhecer e apreender com seu otimismo. Para ele, o futuro não era objeto de dúvidas, e a razão comporia a harmonização de uma sociedade que,

178 Nogueira, Marco Aurélio, op. cit., p. 66.

consolidada sobre a liberdade individual, promoveria o bem-estar comum e o progresso geral(179).

No período compreendido entre a Reforma Protestante e a Revolução Francesa, a nova classe social, emergente das transformações estruturais que passaram a ocorrer na base econômica da sociedade européia, afirmou seus direitos e conquistou a participação plena do controle do Estado. As novas condições materiais, decorrentes da alteração da estrutura produtiva, que inauguravam uma sociedade de mercado, deram origem, também, a novas relações sociais que passaram a exigir, contra a antiga ordem feudal do "jus divinum e do jus naturale", uma nova filosofia que permitisse justificar, racionalmente, o novo mundo que agora nascia. Essa nova filosofia foi o Liberalismo, desenvolvendo-se e consolidando-se como doutrina, graças às contribuições das idéias de pensadores, que, em circunstâncias determinadas, defendiam propósitos, diferentes da lógica da doutrina nascente. É o caso de Maquiavel, Hobbes, Lutero, Locke, Pascal, Bacon e Rousseau, entre outros. Esses pensadores, originalmente, confrontavam-se com os privilégios e os hábitos tradicionais que estavam enraizados no cotidiano medieval.

179 Goldman, Lucien, Origens da Dialética, p. 32 a 37. A propósito deste conceito: Liberalismo, o livro de Harold J.Laski, Liberalismo Europeu (1ª edição em português - 1973) é referência obrigatória.

Emília Viotti, ao discutir a origem do Liberalismo, afirma: "O Liberalismo é uma ideologia essencialmente burguesa e está intimamente relacionada ao desenvolvimento do capitalismo e à crise da sociedade senhorial"(180). Aponta, ainda, para a insuficiência dessa afirmação considerando que o capitalismo passou por diversos estágios e a própria burguesia transformou-se ao longo da história. A burguesia, portanto, repudiou os princípios norteadores do ideário que ela havia inventado em um momento anterior, em outra circunstância histórica. A compreensão do significado desse Liberalismo no momento de sua constituição começará quando for possível ultrapassar o nível da retórica liberal. *A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (27 de agosto de 1789) é o documento que consubstancia os princípios básicos do Liberalismo político. Aí aparecem consignados: o princípio do governo representativo, a supremacia das leis e a soberania da nação (nenhum indivíduo ou grupo social pode exercer autoridade que não emane diretamente da nação, reza o texto). De acordo com a *Declaração*, todos os cidadãos têm o direito de participar na elaboração da lei, devendo esta expressar os interesses coletivos, sendo todos iguais perante a lei. São abolidas todas as distinções ou privilégios que não resultem dos méritos individuais e

180 Viotti da Costa, Emília, Liberalismo Brasileiro, Uma Ideologia de Tantas Caras, Folhetim, p. 6.

ficam assegurados as liberdades individuais e o direito de propriedade(181).

A *Declaração dos Direitos* faz uso de uma linguagem abstrata e não esclarece o que é a nação e quem são os cidadãos, quem poderá elaborar as leis e quem o governo irá representar. "Esses limites só seriam definidos na prática política". Os redatores da *Declaração* expressavam as aspirações de combate aos privilégios da nobreza e do clero e a intenção de destruir o aparato do Estado absolutista, que garantia esses privilégios.

O Liberalismo clássico, até 1789 era, portanto, a elaboração da burguesia revolucionária, cujos expoentes acreditavam que a sociedade humana e os homens podiam aperfeiçoar-se através do uso da razão. Esse ideário amparado nos postulados racionalistas e seculares apregoava a capacidade dos homens para compreenderem tudo e solucionar todos os problemas, através da ciência, principalmente, a matemática e a física da revolução científica do século XVII. Em suas hipóteses estavam incluídos, além do individualismo, a negação de todas as tendências obscurantistas das instituições e do comportamento irracional. Apregoava, ainda, que a

181 Viotti da Costa, Emília, op. cit., p. 6.

sociedade era o produto da livre vontade dos indivíduos que concederam poder à autoridade no zelo dos "direitos naturais" e que os objetivos sociais eram, em consequência, a soma dos objetivos individuais. A felicidade e a liberdade constituíam o supremo objetivo de cada homem e por isso, a felicidade coletiva era a meta fundamental das ações políticas. As formulações desse Liberalismo, quer no que concerne ao aspecto político, como ao econômico, conduziram à conclusão que o progresso constituía a ambição de toda sociedade e era, por isso, tão "natural" quanto o próprio capitalismo(182). Bastava remover os obstáculos artificiais, que o progresso se produziria inevitavelmente. Tratava-se de um progresso, cujo avanço passaria, necessariamente, pelo capitalismo.

O mundo humano, sob essa ótica, organizava-se sob o prisma de um utilitarismo crasso que reduzia todas as relações humanas à luta entre competidores iguais e livres para realizarem suas aspirações - estabelecendo, por isso, acordos úteis (contratos) - e restringindo as tarefas da política à contenção mínima da "naturalmente ilimitada liberdade humana". No plano político, o Liberalismo pregava a fé nas possibilidades dos indivíduos soberanos que buscavam seus próprios interesses através da competição,

182 Hobsbawn, Eric, A Era das Revoluções, p. 256.

salvaguardando o Direito Natural, que direcionaria as ações dos homens na construção das bases para a concretização do bem comum.

Voltaire, ao definir o ideal da classe burguesa, cujas idéias prevalecem no século XVIII, em sua obra *Cartas Inglesas*, apresenta quatro equações, que a seu ver organizaram o ciclo do progresso: o comércio como fator de riqueza; a riqueza, fator de liberdade; a liberdade a favorecer o comércio e este, por sua vez, a favorecer o poder do Estado(183). A avidez pelo poder constitui o ideal comum a todos os segmentos que compõem as classes burguesas no século XVIII sacramentado na forma como o Estado se organiza para representá-las.

O Liberalismo não foi fruto só da alteração de um clima mental, mas originou-se, sobretudo, de todo um processo revolucionário que o antecedeu e impulsionou uma mudança sem precedentes na história humana, franqueada pelas conquistas da ciência e da técnica. O questionamento dos privilégios do nascimento, imposto pelos primeiros pensadores liberais, resultou no enfrentamento ideológico com a ética cristã, com o poder estabelecido, originando as bases políticas dos Estados Nacionais. O triunfo do

183 Touchard, Jean, História das Idéias Políticas, p. 46.

Liberalismo no século XIX, ao perder o ímpeto revolucionário de sua origem, realizou-se sobre a consolidação do capital e da propriedade privada em uma imensa escala, provocando mudanças tão profundas que determinaram a hegemonia de nações sobre nações. A partir daí, essas nações passaram a disputar concorrencialmente, o mercado mundial e submeteram-se às regras desse mercado, saindo vencedoras sempre as mais fortes. O Liberalismo, nesse momento, "serviu ainda para ocultar através de formas universalizantes a ficção de uma prática que beneficiaria apenas minorias: os que eram definidos como cidadãos, os que tinham propriedades, os que se faziam representar no poder"(184).

O Liberalismo configurou-se, no entanto, como afirma Harold J.Laski(185), muito mais como "um hábito mental" do que propriamente uma "doutrina". A liberdade reivindicada pelos primeiros ideólogos liberais, em nome do individualismo e do combate aos privilégios, resultou em um valor restrito àqueles que possuíam propriedade, perdendo, na prática, a universalidade dos princípios, apregoada, inicialmente, pelo discurso inflamado e revolucionário.

"Uma vez constituído, a partir da experiência burguesa, o pensamento

184 Viotti da Costa, Emília, op. cit., p. 7.

185 Laski, Harold J., op. cit., p. 11.

liberal passará a ser utilizado por grupos diversos em diferentes partes do mundo. Foi na prática desses grupos que se definiram os limites do Liberalismo. Em todas as regiões que o Liberalismo teve influência, o problema crucial foi o da tradução da teoria em prática".(186)

Os limites do Liberalismo no Brasil, como aponta Emília Viotti(187), advinham da inadequação das idéias transplantadas da Europa à estrutura sócio-econômica correspondente. Essas idéias eram defendidas inicialmente por uma "aristocracia rural" intelectualizada, uma vez que a burguesia industrial nascente, pouco expressiva, dependia quase que totalmente do Estado ou das oligarquias rurais.

186 Viotti da Costa, Emília, op. cit., p. 7.

187 Viotti da Costa, Emília, Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil, p. 90 e 91, in Brasil em Perspectiva, coletânea organizada por Carlos Guilherme Motta, é texto clássico de referência obrigatória para discussão deste tema.

A Formação do Espírito Burguês

A estrutura econômica, de base fundamentalmente agrária e escravista, não possibilitou, mesmo nos desdobramentos dos avanços capitalistas no Brasil, o desenvolvimento de uma burguesia do tipo europeu. Florestan Fernandes, acerca da origem da sociedade nacional brasileira desse período, tem palavras conclusivas:

"À medida que se intensifica a expansão da grande lavoura sob as condições econômicas, sociais e políticas possibilitadas pela organização de um Estado Nacional, gradualmente uma parcela em aumento crescente de senhores rurais é extraída do isolamento do engenho ou da fazenda e projetada no cenário econômico das cidades e no ambiente político da Corte ou dos Governos. Por aí se deu o solapamento progressivo do

tradicionalismo vinculado à dominação patrimonialista e começou a verdadeira desagregação econômica, social e política do sistema colonial. Essa porção de senhores rurais tendeu a secularizar suas idéias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida, revelando-se propensa a acertar formas de organização da personalidade, das ações ou das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram mal vistas e proscritas no passado. Em uma palavra, ela "aburguesou-se", desempenhando uma função análoga a certos segmentos da nobreza européia na expansão do capitalismo"(188).

188 Fernandes, Florestan, A Revolução Burguesa no Brasil, p.p. 27 e 28.

Florestan indica que nesse processo de aburguesamento dos referidos extratos, surgem, paralelamente, novos tipos humanos que longe estavam do enraizamento com o código ético senhorial. A esfera de serviços, muito antes da extinção do escravismo e o aparecimento do trabalho livre, havia se modificado, "tanto ao nível das elites, quanto ao nível da massa de assalariados". Este processo se intensificou "nas regiões beneficiárias do surto econômico provocado pelo café ou pela imigração". O "espírito burguês" tem origem nesses extratos que eram constituídos por: "negociantes a varejo e por atacado, os funcionários públicos e os profissionais 'de fraque e cartola', os banqueiros, os vacilantes e oscilantes empresários das indústrias nascentes de bens de consumo, os artesãos que trabalhavam por conta própria e toda a massa amorfa de pessoas em busca de ocupações assalariadas ou de alguma oportunidade para enriquecer"(189). A formulação do conceito de modernização no contexto dessa ordem social era difuso e mal definido. Representava, sobretudo, aspirações mediatistas de reformulação institucional, mas não uma lógica propriamente industrialista que só se definiria, com profundidade, nas primeiras décadas do século XX, excetuando casos isolados.

189 Fernandes, Florestan, op. cit., p. 28.

O conceito de modernização foi apropriado por liberais, de um lado, e positivistas, de outro. Estes últimos radicalizaram os princípios do espírito burguês (na leitura do Positivismo comtiano) e articularam alianças tácitas com os segmentos sociais mais progressistas, naquele momento, na tentativa de implantar no Brasil, as pré-condições jurídicas e políticas essenciais para promover o avanço do país para um estágio idealizado. No contexto da sociedade brasileira o chamado "espírito burguês" apresenta sua dicotomia no confronto entre a forma atrasada e as novas aspirações gerais, presentes no quadro cultural e que se exprimem nas idéias importadas (e adaptadas) da Europa: Liberalismo e Positivismo.

"O Liberalismo assimilado e aclimatado pelas elites brasileiras era, sobretudo, de origem inglesa, um Liberalismo pré-democrático, lockeano (...) Marcadamente elitista, diferiu bastante do Liberalismo democrático de influência francesa, encontrado em países hispano-americanos"(190).

190 Vizentini, Paulo Gilberto Fagundes, Os Liberais e a Crise da República Velha, p. 31.

Por esse motivo, no Brasil, o Liberalismo ganhou colorações variadas e as idéias liberais foram organizadas atendendo a etapas distintas do processo de consolidação do Estado Nacional, correspondentes às aspirações locais e, não raro, conflitantes. Em um primeiro momento, essas idéias significaram a "liquidação dos laços coloniais sem alterar a estrutura da sociedade" (antes da Independência). Após a Independência, expressaram o repúdio contra o absolutismo do primeiro Imperador a favor do constitucionalismo. Na segunda metade do século XIX, as acomodações e ajustes feitos pela monarquia, motivaram a nova direção das idéias liberais, que, no plano do debate, apontavam o mascaramento das contradições do sistema, ignorando a distância entre a lei e a realidade, buscando preservar a ordem instituída. Conviveram, portanto, nos fins do século XIX, dois liberalismos no Brasil: um que amparava a monarquia e outro que a questionava. Estes últimos expressaram aspirações republicanas (Manifesto de 1870) e estabeleceram alianças com os representantes positivistas.

Desde a Independência (1822) foram rejeitadas certas idéias presentes no Liberalismo francês, como o materialismo enciclopedista, optando sempre por fórmulas conciliatórias ou combinações ideológicas, forjadas em um

Ecletismo, também de origem francesa. É interessante observar, por exemplo, que a "intelligentsia" liberal, ao exprimir os interesses das oligarquias agrárias dominantes, adotou uma atitude pragmática procedente de uma tendência de concórdia e equilíbrio na forma de uma ideologia eclética. Os ideólogos liberais brasileiros que apoiavam a Monarquia expressavam, nesse tempo, uma reação ao enciclopedismo, sem, no entanto, endossarem as idéias da visão feudal. Em outras palavras, expurgaram o Liberalismo de seus aspectos mais radicais e adotaram uma formulação mais conservadora que não possibilitasse alterar a ordem instituída, a saber: a manutenção do escravismo e a preservação da estrutura tradicional de produção. Cabe assinalar que o Liberalismo dos primeiros tempos transforma-se após 1870, acompanhando as imposições da necessidade de modernização que começa a se processar no Brasil. O Liberalismo que orientou os primeiros passos da Independência, marcadamente elitista, anti-popular, impregnado de autoritarismo que amparava a Monarquia, torna-se infiel a ela, tomando, por assim dizer, um novo rumo, cujo resultado se antevia em posturas extremadas e contraditórias, considerando-se que se tratava do mesmo ideário. O resultado disso foi o programa republicano e o envolvimento com outras questões que o governo monárquico não soube administrar.

Liberais de pelo menos dois matizes passaram a conviver em um mesmo espaço, no processo de decadência da monarquia, confrontando-se como se fossem defensores de doutrinas antinômicas. Isso se explica pela força do contraste entre a lentidão das idéias em se adequarem à rapidez da mudança social. Só a evolução do capitalismo reverteria essa situação. Atuando durante o período que vai de 1822 até 1930, os liberais mais progressistas estruturaram um projeto político ambíguo e contraditório, já no início da Primeira República.

É preciso lembrar que as novas "elites liberais"(191), dos fins do século XIX, tiveram sua origem, em parte, na classe dominante detentora do principal meio de produção - a terra - e nos setores das classes médias (profissionais liberais, professores, intelectuais). Por esse motivo, o Liberalismo, que defendem, mesmo após 1870, não perde seu caráter conservador ao ajustar-se à realidade local. Enquanto doutrina adaptada trazia a marca de uma atitude opositora e se expressava através de inúmeras críticas às instituições corruptas, identificadas, pelo menos, teoricamente, à idéia de soberania popular evoluindo para o republicanismo. Graças a essa origem de classes,

191 Estes novos liberais representam, principalmente, a visão da nova oligarquia do café, de intelectuais das classes médias e de uma parcela dos bacharéis dos cursos de Direito.

defendiam as aspirações dos grandes proprietários em suas pregações a favor da descentralização e do federalismo, além do comando dos poderes políticos locais, pela emancipação municipal e provincial da tutela monárquica.

Em definitivo, essa "limitação" aludida ao Liberalismo brasileiro, nesse momento histórico (relativo às últimas décadas do Império), encontra-se no modelo escravista, preservado na estrutura produtiva mesmo após a instituição do Estado independente. Esta contradição ideológica fundamental é resolvida praticamente, pela presença de uma dualidade jurídica de institutos privados, na qual os negros eram, formalmente, conceituados como "bens semoventes", sujeitos ao regime servil. O aspecto mais intrigante do Liberalismo brasileiro dos conservadores refere-se à concepção de democracia que se fundamenta "a priori" no preceito: "a maioria deverá submeter-se às regras já aceitas e consagradas"(192).

Segundo Emília Viotti, outro fator que conferiu especificidade ao Liberalismo, além da estrutura escravista da sociedade (que parece ter sido sua fundamental contradição) foi o caráter tardio da Revolução Industrial

192 Mercadante, Paulo, Militares e Cívís, p.98.

brasileira, porque esta só ocorreria no século XX, em condições bastante diversas da ocorrida na Europa.

"Teoria e prática liberais no Brasil se explicam pela especificidade da "burguesia" brasileira e pela formação tardia do proletariado, fatos que resultaram, em última análise, da maneira pela qual o processo do desenvolvimento do capitalismo se deu no Brasil"(193).

Entre as peculiaridades do processo brasileiro, o Liberalismo do grupo progressista após 1870, tornou-se contundente na pregação de reformas políticas, afastando-se, portanto, dos liberais que apoiavam a Monarquia. Mas, dentro do quadro assim delineado, a liberdade passou a ser apenas uma figura retórica ou, quando muito, um traço psicológico dos mais românticos e ecléticos.

A formação jurídica preponderou entre os liberais que formavam um grupo sólido capaz de exercer influências em âmbito nacional, irradiada através do centro da atividade partidária. Era sonho comum dos bacharéis, dos

193 Viotti da Costa, Emília, Liberalismo Brasileiro, Uma Ideologia de Tantas Caras, p. 7.

juristas e de alguns políticos colocar a nação nos rumos da modernidade ocidental, tão fortemente propalada como meta prioritária a ser atingida. A origem ideológica desse Liberalismo adaptado, bem como, a do Positivismo, foi a mesma, ambos postos a serviço de interesses distintos na sociedade brasileira do século XIX. Representavam, portanto, as forças políticas que passaram a se enfrentar pelo controle do poder do Estado, nesse momento.

O Positivismo: História e Preceitos

O Positivismo comtiano filiado aos princípios do racionalismo francês, tem como uma de suas vigas mestras a idéia de progresso, da mesma forma que o Liberalismo. Augusto Comte considerava Condorcet seu antecessor imediato e, este era um genuíno representante do pensamento racionalista do século XVIII. Tanto os racionalistas, quanto Comte, tinham por suportes teóricos de suas doutrinas: a fé ilimitada no progresso da ciência e a supervalorização do pensamento científico como solução para os males sociais. A ciência, portanto, para eles, constituía o fundamento supremo de toda cultura humana. A

referência a esses vínculos estreitos entre a doutrina de Comte e o racionalismo do século XVIII, não é um mero acidente, pois o comtismo, assim como o Racionalismo Iluminista, são expressões do ideário burguês em momentos diferentes da história desta classe, rumo à consolidação de sua hegemonia face à sociedade ocidental, como já se afirmou anteriormente.

Os iluministas foram os ideólogos da burguesia em ascensão, ou seja, da burguesia em sua fase revolucionária, quando esta se confrontava com as instituições feudais. Nessa fase, elaboram um conceito de determinismo histórico, objeto de significativos equívocos. O racionalismo francês não soube também como solucionar algumas questões nascidas das contradições de seus princípios: o problema entre o homem e a história, liberdade e determinismo, por exemplo. Os filósofos racionalistas, porta-vozes de uma classe revolucionária em ascensão, precisavam solucionar o problema relativo à conciliação entre o postulado do determinismo e a ação política transformadora na superação desse sofisma. Toda sorte de sutilezas foram usadas. Evasivas como se vê na obra de Montesquieu confirmam essa dificuldade. Segundo

esse autor, "embora existam leis históricas, nem sempre os homens as obedecem"(194).

Ironicamente, o mesmo problema apresentava-se ao comtismo, porque também Comte sente-se incapaz de resolvê-lo. Para Comte, os fatos da história são determinados e não casuais, mas na história política a consciência desempenha um papel muito importante. Como resolver essa questão sobre determinismo e consciência? A solução por ele encontrada aparece na formulação de um conceito idealista de consciência, no qual ela é também determinada, ou melhor, auto-determinada. Em consequência disso, Comte foi levado a concluir que as modificações da consciência histórica determinam as transformações de ordem política. Por este motivo ao dar primazia à consciência em detrimento da ação política, Comte subestima toda e qualquer ação transformadora do social, negando a necessidade de uma atividade racional, planejada ou transformadora.

Comte ao solucionar, ainda que precariamente, as necessidades teóricas de seu sistema, defronta-se, no plano social, com os interesses de uma parcela da burguesia francesa - a qual representa - e que necessita, nesse

194 Fausto, Ruy, in Revista Brasileira, número 8, Novembro/Dezembro, p.19.

momento, fazer certas reformas sociais. Compreendeu, ainda, que a burguesia precisava levar avante a revolução, no sentido de prolongar o processo de negação da sociedade antiga, para estabilizar o impulso de sua revolução, adaptando-a às novas condições(195). Comte representava a burguesia conservadora que queria frear a história, ou mesmo negá-la para impedir os avanços da outra classe social que se organizava e a ameaçava: o proletariado (196).

O Positivismo comtiano é, de fato, a ideologia de uma burguesia que deseja, fundamentalmente, superar a contradição inerente ao capitalismo, às custas de concessões às massas exploradas(197). É, portanto, uma ideologia claramente reformista e autoritária, expressão cabal da racionalização do mundo feita por certas camadas da burguesia européia de meados do século XIX(198). A decorrência imediata desse reformismo social, expresso no pensamento de Comte, é seu cunho pragmático e reducionista, identificando os fatos sociais como coisas. Comte proclamava que os fenômenos sociais eram fatos naturais submetidos a leis naturais considerando que "na natureza não há senão coisas". Segundo Michael Löwy

195 Fausto, Ruy, op. cit., p.23.

196 Löwy, Michael, Ideologia e Ciência Social, p.39.

197 Fausto, Ruy, op.cit., p.23.

198 Idem, p.26.

"...esta abordagem é rigorosamente desenvolvida, implícita ou explicitamente, pela economia política: é aqui que, provavelmente, se encontram as raízes do naturalismo positivista enquanto discurso ideológico típico da nova ordem industrial" (burguesa)(199).

Ruy Fausto afirma que o comtismo é "o racionalismo degenerado, o iluminismo em decadência", ou melhor, "o ponto de chegada do racionalismo" (200). Nele já se encontra o germe do irracionalismo que o sucederia. Mais do que isto, o comtismo é a expressão da auto-negação do ultra-racionalismo, que não soube resolver suas próprias contradições. A obra de Comte é uma síntese calcada sobre uma certa "nostalgia da unidade" que aparece sob as mais diversas formas em autores do século XIX. Para Comte, o "tipo normal" da existência humana encontra-se, sobretudo, no "estado de plena unidade". A humanidade à qual Comte se refere é aquela constituída pelo conjunto dos seres humanos do presente, do passado e do futuro, sendo os mortos mais

199 Löwy, Michael, As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen, p. 26.

200 Touchard, Jean, História das Idéias Políticas, v.6, p.93.

importantes do que os vivos. Segundo o comtismo: "os vivos são sempre, e cada vez mais governados pelos mortos: tal é a lei fundamental da ordem humana".

Esse irracionalismo é notório em suas postulações políticas, pois a finalidade da política, para o comtismo, não era outra senão a de fazer de todo cidadão um funcionário social, inteiramente subordinado ao Poder, decorrendo daí o "sentido da obediência total" na "política positiva". O triunfo da ordem sobre o progresso ofereceu a Stuart Mill os elementos de sua observação sobre o Positivismo: "um sistema completo de despotismo espiritual e temporal"(201).

O Reformismo Burguês

As idéias de Comte, Littré e Laffite encontraram receptividade no Brasil em função de seu caráter reformista em relação ao social, além de seu fundo autoritário e moralista(202). A afirmação do progresso, da indústria e da

201 Touchard, Jean, op. cit., p. 93.

202 Nogueira, Marco Aurélio, As Desventuras do Liberalismo, p. 79.

ciência correspondiam, nesse período (1870 a 1889), às aspirações novas, que já se faziam presentes entre os setores mais progressistas da sociedade (203).

Para Cruz Costa, a explicação para o advento do Positivismo no Brasil está intimamente relacionado com o processo que indica o declínio do Império. A Guerra do Paraguai fora, nas suas conseqüências políticas, um rude golpe nas instituições monárquicas, da mesma forma que a proclamação da Terceira República na França, (...) veio reacender aqui o republicanismo americanista, abafado desde 1831. O reformismo burguês que havia permanecido enrustido na reprodução ampliada do capital no Brasil necessitava, agora, de uma doutrina que lhe amparasse o simulacro progressista.

203 Além das duas doutrinas já discutidas, é necessário lembrar que a tradição católica fazia-se presente nos meios mais conservadores ligados ao Império. No entanto, a Igreja Católica, instituição ligada ao Estado Monárquico, submeteu-se ao prestígio de outras forças como a Maçonaria, transformando-se em algo convencional, sem maior vigor. Oficializada na Constituição de 1824, a religião católica não teve como evitar esta sua submissão ao poder civil, reconhecido pelos próprios membros do clero, cuja força era sempre arrefecida pelos interesses laicos. Neste sentido, ela combinava com as circunstâncias reais de atraso cultural do país e não impondo sua filosofia no meio culto da sociedade. Se os liberais clássicos inspiravam-se num ideal ético-jurídico a priori, os positivistas insistem na identidade do destino humano reconhecendo na situação nacional uma etapa a ser cumprida e superada.

"Precisávamos de uma reforma e era mister que a burguesia encontrasse uma fórmula suave para essa reforma. O Positivismo serviu para que se realizasse essa transformação" (204).

Estas palavras reafirmam a compreensão do papel do ideário militar, na justificação da nova concepção de mundo para reformar o Estado, adequando-o às exigências burguesas tal como ocorria na "nação central", a França, modelo de Estado apontado por Comte.

Contrariando a ortodoxia do Apostolado Positivista, que buscava centralizar a divulgação das idéias, desde sua fundação(205), a Escola Militar da Praia Vermelha representava uma dissidência frontal a certos princípios da doutrina comtiana, graças à influência de Benjamin Constant. Embora o Positivismo ortodoxo não tivesse finalidades políticas revolucionárias em sua forma original, a adaptação que se fez dele no âmbito militar, paradoxalmente, o convergiu para a insurreição republicana no confronto com as instituições monárquicas, apesar do

204 Cruz Costa, João, A Filosofia no Brasil, p. 80.

205 Em 5 de setembro de 1878 - foi fundada a "Sociedade Positivista do Rio de Janeiro".

anti-militarismo doutrinário claro no discurso de Benjamin Constant Proferido no Clube Militar:

"Se no regime democrático (...) é condenada a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o predomínio da espada, que tem sempre mais fáceis e melhores meios de executar os abusos e as preponderâncias (206).

Esta visão era, em tese, compatível com o inspirador doutrinário do Exército positivista. Em uma carta a Eichthal, 10. de maio de 1824, Comte critica o revolucionarismo de Saint-Simon afirmando sua "absoluta oposição". A ordem aspirada por Comte refere-se àquela da fase industrial "contendo o progresso", isto é, o desenvolvimento da indústria e ciências, que levaria ao progresso a comunidade sem revolução.

O método positivo de Comte pretendia afastar, contra a concepção de Saint-Simon, o sentido "negativo" das

206 Lins, Ivan, História do Positivismo no Brasil, p. 309.

idéias e a ameaça que as mesmas representavam por serem: "críticas, anárquicas, dissolventes e subversivas"(207).

Cabe assinalar que o Apostolado Positivista no Brasil, representado por Teixeira Mendes e Miguel Lemos, seguia a orientação de Pierre Laffite, um dos seguidores de Comte, divulgando sua intenção inicial que consistia em "demonstrar a aptidão dessa doutrina para educar e moralizar a sociedade"(208). "O Apostolado era contrário a qualquer movimento de caráter violento e abrupto, confiando no progresso inexorável da humanidade"(209). No entanto, apesar de afirmações como as de Benjamin, o Positivismo da Escola Militar trilhava outro rumo, abrindo-se à atividade política e a um certo "desrespeito" pelas "leis naturais" da evolução, pelo legalismo e pela disciplina hierárquica.

Em um relatório enviado a chefia do Positivismo ortodoxo em Paris, exercida por Pierre Laffite com o título de "Resumo Histórico do Movimento Positivista no Brasil" (1822), Miguel Lemos aponta a origem da primeira Associação Positivista como resultado da aliança de dois grupos: um ligado a interpretação do Positivismo feita por Littré e outro, fiel aos ensinamentos de Comte. A constituição dessa

207 Löwy, Michael, As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen, p. 23.

208 Torres, J. Camilo de Oliveira in O Positivismo no Brasil, p. 54.

209 Nogueira, Marco Aurélio, op. cit., p. 81.

entidade ocorreu no dia 10. de abril de 1876 e dela faziam parte os seguintes membros: Benjamin Constant (professor da Academia Militar), seu genro Alvaro de Oliveira (professor catedrático da Escola Politécnica), Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, que mais tarde tornar-se-iam líderes do apostolado positivista, além de Luís Pereira Barreto. Esta associação tinha por finalidade precípua a fundação de uma biblioteca que reunisse as obras aconselhadas por Comte, incluindo entre suas intenções a abertura de "cursos científicos" dirigidos a jovens iniciados.

A associação foi criada no momento em que as novas idéias se consolidavam, expressando distintas aspirações de caráter político-social no panorama brasileiro. Isso explica porque os grupos defensores das mesmas idéias se aglutinavam em tendências distintas. No terreno das pregações positivistas, alguns representantes aderiam à interpretação de Emílio Littré (1801-1881), que recusava o aspecto religioso da doutrina comtiana. Com o tempo esse grupo incorporou aspectos da teoria positivista inglesa de Stuart Mill e Herbert Spencer. Por outro lado, a Escola de Recife seria criada a partir do rompimento de Tobias Barreto com toda espécie de Positivismo. Outros convergiram a preocupação especial das idéias positivistas para o terreno das reformas políticas. É o caso da

configuração positivista na Escola Militar do Rio de Janeiro (Praia Vermelha) (210).

As diferenças de princípios entre essas tendências impediram a preponderância de uma delas como a coalizadora das aspirações doutrinárias do Positivismo no Brasil. Dessa forma, distanciavam-se as práticas políticas. O Apostolado Positivista do Rio de Janeiro passou a dedicar-se a outros objetivos para sobreviver, tarefa desincumbida por Miguel Lemos.

A ruptura de Miguel Lemos com as interpretações de Littré datam de 1877 (após seu retorno da França) quando o mesmo aproximou-se, deliberadamente, do grupo de positivistas ortodoxos, identificando-se plenamente com suas idéias. Influenciando Teixeira Mendes, Miguel Lemos encaminhou à antiga Associação Positivista uma exposição de motivos com o intuito de acentuar a ortodoxia doutrinária. Disso resultou a reorganização dessa Associação em 5 de setembro de 1879, já com o nome de Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, declaradamente fiel à direção suprema de Pierre Laffite em Paris. (211).

210 Paim, Antônio, O Apostolado Positivista e a República, p. 4.

211 Idem, p. 5.

A sociedade positivista do Rio de Janeiro era presidida por Joaquim Ribeiro Mendonça quando a entidade comemorou o vigésimo primeiro aniversário da morte de Comte. Nada impediu, no entanto, as inúmeras dissidências que passaram a ocorrer com o desligamento de membros eminentes como: Pereira Barreto e Benjamin Constant. Este último, sem aceitar as interpretações de Littré, posicionar-se-ia contra a Religião da Humanidade, doutrinariamente praticada pela ortodoxia que almejava, definitivamente, propagar a doutrina de Comte em sua integralidade. Utilizaram-se para concretizar esse propósito do culto e de outras manifestações religiosas, como recurso para o envolvimento e cooptação sectária de novos membros.

A ruptura de Benjamin Constant com o Apostolado Positivista deveu-se, sobretudo, à sua discordância da direção imposta por Miguel Lemos, que impunha como exigência, uma contribuição mensal obrigatória aos membros do Apostolado com vistas ao sustento dos sacerdotes. Essa discordância levou-o a desligar-se dela através de uma carta(212) na qual declinava seu intento. Além de Benjamin

212 Em um trecho da mesma, Benjamin afirma:

"Resumirei nas seguintes observações a minha discordância em relação a este ponto:
1º O aspirante ao sacerdócio não faz ainda parte do poder espiritual, tal como o Positivismo estabelece.

Constant, também desligou-se do Apostolado, Quintino Bocaiúva, porque Miguel Lemos fazia restrições àqueles, a quem, mais tarde, denominaria de "republicanos metafísicos". O Apostolado Positivista afastou-se com o tempo do movimento republicano, só voltando a buscar meios de participação na política, após proclamada a República(213).

O Positivismo Militar - A Outra Face da Modernização Conservadora

Os dois paradoxos que cercaram o Positivismo militar brasileiro no período Imperial foram: a perda do caráter "pacifista" (antimilitarista) e, conseqüentemente,

20 O seu subsídio, bem como o de cada membro do poder espiritual, que no estado final é pago pelo tesouro público, no de transição deve sê-lo pelo subsídio sacerdotal.

30 As alterações no valor daquele subsídio, quando necessárias, como acontece no caso atual, em que ele realmente é muito pequeno, devem ser feitas pelo chefe geral do poder espiritual e sob sua única responsabilidade.

Estas observações nada tem, como deve reconhecer, de ofensivo à sua pessoa que muito considero: trata-se pura e simplesmente de uma questão de princípios". Cf. Teixeira Mendes, Benjamin Constant, Esboço Biográfico, p. 541.

213 Paim, Antonio, O Apostolado Positivista e a República, p. 5.

a perda de sua essência conservadora, apregoada por Comte, principalmente, por haver inspirado um movimento político de caráter progressista, contradição doutrinária, resolvida praticamente pelos militares no aprofundamento da idéia de um poder forte para o Estado oposto à anarquia do regime vigente, representado por uma ditadura, que se exerceria enquanto poder espiritual, na condução da sociedade brasileira à plena realização do progresso. Sua viabilidade, entendiam os ideólogos, dependeria de um governo anti-democrático e anti-liberal, calcados na opinião pública e no direito natural, suprimindo qualquer forma de privilégio. Esta é uma das faces da modernização conservadora, representada pela ação desenvolvida pelos militares, principalmente, a oficialidade acadêmica, que a partir da Guerra do Paraguai, substituiu a "antiga tradição de obediência e servilismo por um espírito mais crítico e individualista" e transformou-se ao adquirir a fisionomia de sujeito político(214) um novo poder cuja invocação determinaria a legitimidade do Estado, representante e executor dos direitos naturais.

Decorrente do processo de mudanças que passaram a ocorrer a partir da segunda metade do século XIX, no Brasil, pela rápida expansão do café, pela alteração da

214 Nogueira, Marco Aurélio, op. cit., p. 73.

estrutura social, aumento do trabalho livre, as idéias liberais e positivistas se firmaram, constituindo-se, no plano teórico, nas duas faces da modernização conservadora, isto é, duas vertentes do mesmo espírito burguês, ora progressista, ora regressista. A referência à metáfora da "moeda", alusão às faces da modernização conservadora representadas, no Brasil, pelo Liberalismo e Positivismo, visa evidenciar a origem comum, o vínculo indissociável entre as duas vertentes a uma mesma gênese doutrinária, apesar de suas adaptações histórico-conceituais à realidade nacional. Essa metáfora visa, ainda, reforçar, por conseguinte, a percepção das bases que permitem identificar o processo brasileiro ao que se convencionou chamar de "revolução prussiana", na qual os acordos, os pactos eram empre realizados pelas elites poderosas, através de seus ideólogos, em nível superestrutural, com o objetivo de impedir qualquer alternativa de ação democrática e popular. Era mister para o Positivismo militar afastar-se do que lhes parecia a fonte moderna da instabilidade, constituída pelo Liberalismo, à medida que, marcado por traços jacobinos herdados das luzes, reproduziriam o caos social, advindo daí a insegurança do poder novo almejado pela configuração autoritária dessa faceta da burguesia. Manifestando aqui um dos aspectos mais disfarçado de suas

configurações, o poder burguês lança-se em defesa de um novo conceito de liberdade.

A discussão sobre a formação do Brasil como sociedade nacional, explica como Liberalismo e Positivismo estamparam-se (no período analisado) como doutrinas ambíguas, adaptadas e, em certa medida, distantes da realidade formal que lhes servia de suporte. A força dos valores doutrinários, copiados da Europa, firmava-se, muitas vezes, somente no plano retórico, dissociada que estava das necessidades dos sujeitos reais, em sua prática política. O discurso liberal e positivista, nos espaços sociais, nos quais essas doutrinas frutificaram, foram sempre inflamados e radicais, mostrando seu caráter antinômico e, por vezes, até insustentável.

As duas tendências liberais no Brasil, a partir do século XIX, convivem juntas, porém se contradizem em termos de prática política e de reorganização de seus princípios, pois expressam aspirações diferentes. O novo Liberalismo a partir desse momento, caracteriza-se por denunciar a presença de conflitos no terreno político e social, manifestando aí seu progressismo em relação ao Liberalismo monárquico. O novo Liberalismo, aspirando à modernização social, através da reforma da instituição do Estado,

justamente como queriam os positivistas, passa a expressar o novo perfil dos agentes políticos.

O Liberalismo que embasava a prática da oligarquia rural, desde a Independência, e, trazia em si a contradição de princípios, combinados para excluir da doutrina, o "nefasto", o "inconveniente", o "inviável", não era o mesmo que preponderou entre os bacharéis dos cursos jurídicos e políticos de retórica inflamada, que passaram a reivindicar o federalismo e procuraram afastar o controle do Estado de seus negócios. O Positivismo apresentou-se, predominantemente, nos meios acadêmicos e políticos, além de soldar o ideário militar nascido na Escola Militar da Praia Vermelha, a partir de 1871.

O Positivismo militar expressava uma aspiração reformista moderna, com traços anti-democráticos, ditatorial e fundamentalmente elitista. Os preceitos liberais, que predominaram ao longo da evolução histórica brasileira, desde o período colonial, com a emergência do Positivismo perderam seu caráter monopolista, porque a nova doutrina respondia às aspirações de reforma social de fundo autoritário e moralista. Nesse quadro, os enfrentamentos que se apresentaram na cena política foram, inicialmente,

pouco contundentes, mas tornaram-se vigorosos após a proclamação da República.

Tais enfrentamentos entre representantes das duas doutrinas políticas tornaram-se constantes e generalizados, quer na imprensa, quer nas assembléias e academias. Tratava-se, sem dúvida, de uma luta que expressava, em nível superestrutural, a presença de novas forças sociais e a tentativa de reorganizar a hegemonia no Estado, sem alteração das bases econômicas.

A "modernização conservadora", aspirada tanto por Liberais como por Positivistas, na prática, resultava em estratégias de ação, diferentes. Há que se mencionar, para melhor compreensão disso, a fundação do Partido Republicano e o Manifesto de 1870, cujo suporte teórico-doutrinário era fundamentalmente liberal. Por outro lado, o Apostolado Positivista e as atividades do Clube Militar repousavam sobre as concepções doutrinárias de Comte, apesar das divergências que os distinguiam.

O Positivismo foi o que maior influência exerceu no Brasil, depois da Escolástica, segundo a opinião de Cruz Costa(215). Sua introdução data de 1850, através de uma

215 Cruz Costa, João, A Filosofia no Brasil, p.86.

tese de doutorado defendida na Escola Militar por Miguel Joaquim Pereira de Sá, sobre os princípios de Estática. O advento dessa doutrina no Brasil coincidiu com os primeiros sinais da decadência do Império, ao mesmo tempo que, na Europa, as ciências ganharam novo impulso, dando origem a um "cientismo" ingênuo e quase religioso.

A grande novidade doutrinária é a afirmação da existência de um espírito positivo, por Augusto Comte, que ao apoiar-se nos trabalhos de Carnot sobre as leis da termodinâmica, define o novo "espírito científico" e renuncia às hipóteses inverificáveis sobre a essência da matéria. Empenha-se, de forma reducionista, em demonstrar que as possibilidades do conhecimento encontram-se, unicamente, na observação e na experimentação, graças às quais os cientistas podem **prever** as seqüências fenomênicas e **prover** o melhoramento do bem-estar da humanidade mediante a utilização calculada dessas previsões(216). Augusto Comte Opõe-se à concepção do direito natural e ao pacto social, além das doutrinas teológicas defendidas pela Igreja Católica e preconiza o emprego de novos métodos no exame científico dos problemas sociais. Para isto, substitui as interpretações metafísicas na defesa das leis naturais que respaldam o valor da autoridade e da ordem

216 Châtelet, François, op. cit., p. 121/

pública contra os abusos do individualismo da escola liberal(217).

É significativa a observação de Cruz Costa sobre a penetração das doutrinas filosóficas no Brasil. A seu ver, as correntes filosóficas devem o seu sucesso aos grupos organizados que as apóiam e "as idéias parecem não poder aqui constituir apenas diretrizes, mas precisam realizar-se"(218).

"O Brasil se moderniza e se esforça por sincronizar sua atividade com a do mundo capitalista contemporâneo. É nesta fase que ressoará pelo Brasil a 'polifonia' das novas correntes filosóficas européias. Os corifeus do pensamento moderno, (...) não eram, na sua maioria homens pertencentes à plebe, às camadas populares. Se já não eram filhos de senhores de engenho ou de fazendeiros de café, eram representantes e herdeiros, em boa parte da incipiente burguesia de

217 Ribeiro Jr., João, O que é Positivismo?, p. 15.

218 Cruz Costa, João, A Filosofia no Brasil, p.80.

comerciantes e burocratas, que surgiram nas aglomerações urbanas (...) em meados do século XIX, graças às transformações econômicas que então se processaram"(219).

O ensino militar foi o formador de um novo consenso entre os oficiais, cuja orientação os conduziu a um antagonismo de princípios frente aos liberais civis, principalmente, os bacharéis formados nas Faculdades de Direito ao recusarem a cultura intelectual e livresca dos cursos jurídicos "mais literária do que científica". Os filhos das classes dirigentes ("os casacas", segundo a oficialidade acadêmica) procuravam, em geral, as profissões jurídicas, cabendo o ensino científico, apenas aos militares do Exército e da Marinha.

Jeovah Motta mostra como o Positivismo foi, aos poucos, afigurando-se como instrumento (teórico) eficaz da renovação e da modernização do país. Diz o autor:

"Singolarmente as idéias de Comte se inserem na vida brasileira com acentos revolucionários, elas que

219 Cruz Costa, João, op. cit., p. 124.

na França, quarenta anos antes, haviam sido concebidas com uma destinação conservadora e até reacionária. Lá refletiram o alarme da grande e pequena burguesias ante às primeiras manifestações do movimento operário, aqui ajudaram a burguesia nascente a formular suas teses contra os elementos retrógrados, ligados ao feudalismo agrário e ao esnobismo social e cultural" (220).

No terreno do confronto ideológico, a ética militar defrontou-se e se opôs a ética relativa do político. De início, a ética militar calcava-se em um proselitismo, quase ingênuo e pouco ameaçador, como afirma Paulo Mercadante:

"Ciência, verdade, altruísmo, eis os elementos que expunham entre os intelectuais e figuras do próprio domínio rural. Os elementos introduzidos no apostar do

220 Motta, Jeovah, Formação do Oficial do Exército, p. 191.

problema não inspiravam o receio quanto à subversão do sistema social e político. Explica-se assim, a tolerância manifestada pela sociedade brasileira em relação à doutrina de Comte"(221).

Também Tocary Bastos, a propósito do ensino militar promovido por Benjamin Constant, afirma que havia um objetivo exclusivamente político, "a formação de uma elite dirigente, positivista". A seu ver "o papel do alferes-aluno foi primordial". Coube a ele conspirar, agitar e empurrar os seus chefes a atitudes cada vez mais radicais, não julgando exagerado falar em "revolução escolar".

O Positivismo encontrou no Brasil terreno fértil para consolidar-se como ideário "modernizante", por um lado, e "reformista", por outro. Sem propor rupturas radicais e violentas encaminhava a defesa de uma "evolução pacífica e de um progresso subordinado à ordem"(222), no qual havia lugar para um "proselitismo quase iluminista e místico" (Comte relacionava os problemas políticos com a

221 Mercadante, Paulo, op. cit., p. 106

222 Nogueira, Marco Aurélio, As Desventuras do Liberalismo, Joaquim Nabuco, A Monarquia e a República, p.79.

educação, cabendo a esta um papel, extremamente importante, na condução do espírito humano através da história. Bastava, para tanto, desenvolver um trabalho educativo bem orientado). Comte queria, também, elaborar uma "síntese definitiva" entre ciência e moral. Em resumo, o Positivismo subsidiava, no plano teórico, a contestação da velha ordem política, bem como suas bases doutrinárias, sem defender qualquer revolução.

Desde a Independência, o aparelho político administrativo exigia a formação de bacharéis para comporem a burocracia estatal que se ampliava consideravelmente. Tal exigência impulsionou a criação do ensino superior. Em conseqüência, o panorama sócio-político do Império passou a superestimar o bacharelismo, impondo-o como condição indispensável para a ocupação de cargos na cúpula administrativa e judiciária.

A predominância do Ecletismo acadêmico(223) que tanto agradava à elite dominante, como já se mencionou

223 O Ecletismo domina o pensamento teórico-conceitual na explicação da realidade durante a primeira fase do segundo reinado. Victor Cousin, o principal representante desta tendência, oferecia as bases do modelo eclético que rejeitava o sensualismo de Locke e Condillac. O Ecletismo era um reducionismo amalgamado de tendências tais como: idealismo, sensualismo, ceticismo e misticismo. "O conservadorismo tradicionalista nacional encontrava no Ecletismo, o equilíbrio natural para a estabilização do Império". A

anteriormente, refletia, antes de 1870, o atraso cultural nos dois cursos jurídicos existentes - Recife e São Paulo - e dos cursos de Medicina - Bahia e Rio de Janeiro. O Positivismo tornou-se uma alternativa aceita, posteriormente, pelos acadêmicos contra este atraso cultural.

Segundo Roque Spencer Maciel de Barros, a aplicação da filosofia positiva na história da realidade brasileira possibilitava traçar um programa de ação (224) peculiar, graças às formas de mediação que o circunscreve à lógica burguesa em sua forma mais acabada, pois explorava virtualmente as contradições do regime vigente. Isso justifica, principalmente, a exigência de uma formação científica razoável que oferecesse os argumentos contra o Ecletismo reinante e a ambigüidade política, derivada dos recuos e avanços do Liberalismo.

"O Ecletismo reinava absoluto quando as novas forças sociais começariam a ascender e a se converter em base para difusão do

intelectualidade brasileira, após 1870, investe contra o Ecletismo pelo que ele representava. A tendência principal que marcou o confronto teórico foi o Positivismo. Ribeiro Jr., João, O que é o Positivismo?, p. 60 e 61.

224 Barros, Roque Spencer Maciel de, A Filosofia Metafísica, cf. Ivan Lins, História do Positivismo no Brasil, p. 547.

naturalismo, do evolucionismo e do Positivismo, bem mais ajustadas às aspirações de progresso e de reforma político social que passariam a se generalizar"(225).

Na América Latina, em geral, em função das características próprias de sua estrutura organizativa, o Positivismo vai atingir grande repercussão e isso graças, principalmente, ao papel que essa doutrina representa diante das preocupações político-sociais que se generalizavam. Há que se lembrar que o Positivismo aspirava desincumbir-se no papel histórico de filosofia da ciência, sem se descuidar do aspecto social. Nesse sentido, "a doutrina de Comte era uma forma empirista, adversa a qualquer problemática que não fosse a explicação, mediante observação, das supostas leis efetivas dos problemas"(226). O objetivo dessa doutrina, pelo menos no terreno das inquietações, era a reforma da sociedade, fato este que impulsionava as investigações para o terreno das ciências sociais. Suas bases assentavam-se sobre as obras de Cabanis e Broussais e nas idéias sociais de Saint-Simon. Sua idéia central, dotada de postulados simplistas, identificava tanto nas ciências sociais, como na ciência da natureza,

225 Nogueira, Marco Aurélio, op. cit., p. 79.

226 Mercadante, Paulo, Militares e Cíveis, p.73.

uma "neutralidade serena, imparcial e objetiva" adequada a justificar e preservar os privilégios dos que já os possuíam.

Partindo do pressuposto da necessidade de uma crença, um dogma geral, o Positivismo buscava explicar as diversas fases do desenvolvimento da humanidade através de todos os tempos, pelo reducionismo da teoria dos Três Estados, segundo a qual, a sociedade seria explicada pelos graus de conhecimento humano: o teológico, o metafísico e o positivo, sendo este último, a expressão da idealidade em termo de progresso. Cabe aqui o comentário de Silvío Romero, ex-positivista a propósito da dogmática comtiana:

"A esse dogma devem subordinar-se todos os impulsos, todas as manifestações de atividade humana, sob todos os aspectos considerada. A convergência das idéias, sentimentos e atos à doutrina fundamental e unitária é a *conditio sine qua non* da marcha normal da vida humana. O contrário disto é a desordem, é agitação dispersiva, é a anarquia mental imoral de que tanto falam

os positivistas com uma impertinência só igual a sua cegueira"(227).

Comte havia elaborado, na construção da doutrina positivista, uma classificação das ciências, uma doutrina social que previa uma ciência nova - a Sociologia - a permitir a reforma da sociedade, que se fazia acompanhar de uma Religião da Humanidade, expressão mais cabal da nova ordem idealizada por um espírito (burguês), rigorosamente conservador.

Segundo Michael Löwy, o Positivismo comtiano apresenta duas premissas essenciais, estreitamente ligadas; a saber: 1) "A sociedade pode ser epistemologicamente assimilada à natureza ("naturalismo positivista"); na vida social reina uma harmonia natural". 2) "A sociedade é regida por leis naturais, quer dizer, leis invariáveis, independentes da vontade e ação humanas"(228). Nesse sentido, os homens se transformam em meros executores dos preceitos naturais, na concretização de um curso histórico pré-determinado.

227 Romero, Silvio, Obra Filosófica, p. 319.

228 Löwy, Michael, Método Dialético e Teoria Política, p. 10.

Por sua natureza, o Positivismo serviu a aspirações bastante díspares, tanto na América Latina, como no Brasil, aos consolidadores, reformadores e modernizadores da ordem pública. As implicações ideológicas dessa doutrina consubstanciaram adesões diversas, nos meios civis e militares brasileiros, de forma mais incisiva do que em outros países, porque o antagonismo econômico, que se acentuava entre as oligarquias rurais tradicionais e os representantes dos novos interesses, motivava alterações também no setor intelectual, que aos poucos, tornou-se o meio privilegiado dos enfrentamentos que começaram a ocorrer. O Positivismo ofereceu-se como alternativa teórica para aqueles que se desiludiam com o Ecletismo dos políticos do Império, "sequiosos que estavam em introduzir sua ordem e sua concepção de progresso"(229). A propósito do Positivismo militar Tocary Bastos afirma que

"os líderes militares impulsionados pelos setores juvenis da classe (...) portavam uma ideologia política capaz de definir não somente a situação revolucionária, como as novas organizações institucionais que

229 Cruz Costa, João, História das Idéias no Brasil, p. 129.

deveriam emergir do processo revolucionário".

E acrescenta:

"essas definições foram retiradas do ideário comtista e marcam não somente uma tomada de posição ideológica, como vão constituir, pelo menos na época, o 'divisor das águas' entre os republicanos 'cafezistas' (...) e os representantes militares"(230).

O Positivismo comtiano, ao adotar, por princípio, o Sensismo explica, no terreno conceitual, que as relações estariam reduzidas à sucessão e à simultaneidade no espaço e no tempo. Da mesma forma, não admite a imutabilidade das categorias intelectuais do homem, considerando as sucessivas teorias explicativas do social como tendências aproximativas para se conhecer a realidade. Ao defender um regime sociocrático, revela seu caráter dogmático, copiando os métodos disciplinadores da Igreja Católica de teor medievalista com roupagem nova. O comtismo advoga uma realidade garantida por leis

230 Bastos, Tocary Assis, Revista de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 130.

inflexíveis que servem como suporte teórico para um tipo de autoritarismo comum aos seguidores de Saint-Simon(231). Sua grande contradição, porém, consiste em encerrar elementos do progresso ao lado de princípios conservadores e até reacionários, ao afirmar que as leis sociais são leis naturais, cuja consequência é a impossibilidade de qualquer transformação na própria sociedade. Enaltece, com isto, a resignação e a aceitação passiva ao "status quo" social (232) e da ordem instituída, além de fazer apologia ao imobilismo político das massas através do apelo ao conformismo e ao acatamento.

São reveladoras as palavras de Augusto Comte:

"Evidentemente, não pode existir verdadeira resignação, quer dizer disposição permanente para suportar com constância e, sem nenhuma esperança de compensação, quaisquer males inevitáveis, a não ser como consequência de um profundo sentimento das leis invariáveis que regem todos os diversos gêneros dos fenômenos naturais. Portanto, é exclusi-

231 Mercadante, Paulo, op.cit., p.74.

232 Löwy, Michael, op.cit., p. 10.

vamente à filosofia positiva que se relaciona uma tal disposição, a qualquer assunto que ela se aplique e por conseguinte, com relação também aos males políticos"(233).

Este trecho expressa um dos raros momentos onde o discurso sociológico burguês se manifesta em toda sua pureza, por assim dizer, em seu estado selvagem(234) ao propor o conformismo social pelo reconhecimento das leis supostamente imutáveis.

A doutrina de Comte oferecia, ainda, seus referenciais teóricos através de sua retórica forte, dogmática e disciplinada, de tal sorte que conseguiu adeptos no Brasil, nos meios acadêmicos, tanto civis como militares, a partir da segunda metade do século (1850)(235). Na Escola Militar do Rio de Janeiro e na

233 Comte, cf. Michael Löwy, op.cit., p. 11.

234 Segundo Leôncio Basbaum, a concepção política positivista está dentro do espírito da burguesia francesa do meado do século passado. "No Estado positivista não haveria Parlamento, como expressão da vontade popular; o poder deveria concentrar-se num grupo seletivo de capitalistas, banqueiros, comerciantes, industriais e camponeses". Basbaum, Leôncio, Sociologia do Materialismo - Introdução à História da Filosofia, p.240.

235 A partir de 1857, a doutrina de Comte ganha novas adesões significativas para sua divulgação mais sistemática: Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Luís Pereira Barreto, Joaquim Serra (divulgador da

Escola da Marinha, essa doutrina difundiu-se, intensamente, entre os alunos e professores, fato este que também ocorreu nas escolas de Medicina e Politécnica, porque o comtismo oferecia-se como instrumento de regeneração dos "males políticos" e amparo teórico às aspirações reformadoras e anti-democráticas e como recurso explicativo para conter "cientificamente" quaisquer demandas, por transformações radicais adversas à ordem pré-estabelecida.

Oliveira Lima, em um artigo escrito em Paris e publicado em 1896 (e traduzido para o português): *Sete Anos de República no Brasil* deixa claro como se processou a adesão ao Positivismo pelos militares:

"Nas escolas militares, particularmente, a idéia (positivista) fez progressos rápidos e seguros. O oficial, por sua educação voltada para a obediência passiva, oferecia material mais maleável, terreno mais adaptado ao ensino moral de seus superiores (...). A aspiração

teoria no Maranhão) e outros. Além das escolas militares o Positivismo infiltrou-se em São Paulo, no próprio curso jurídico e angariou aí inúmeros adeptos, entre eles, os futuros líderes gaúchos da República: Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos.

republicana se introduziu, primeiramente, nas escolas, sob a forma de conquista científica. Em seguida, a idéia republicana foi apresentada pela doutrina filosófica, que depois da concepção religiosa dos jesuitas foi a que mais fortemente disciplinou uma parcela dos espíritos humanos. Refiro-me ao Positivismo ortodoxo de Augusto Comte".(236)

O Positivismo na Escola Militar

Era imperativo para modernizar o país, que o governo tomasse providências "para romper com a estagnação cultural". Na Escola Militar da Praia Vermelha, além de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, outros professores foram fortemente influenciados pelo Positivismo: Miguel

236 Oliveira Lima, Sete Anos de República no Brasil in Manoel Ernesto Campos Porto, Apontamentos para a História da República - Um Registro Centenário, p. 18-19.

Joaquim Pereira de Sá, Augusto Dias Carneiro, Robert Trompowsky, Sebastião Francisco, Manuel Almeida Cavalcanti. Entre estes, sobressaíram-se Benjamin Constant e seu discípulo e substituto Roberto Trompowsky, grande conhecedor da teoria de Comte, principalmente as idéias referentes à filosofia matemática apresentada na "*Síntese Subjetiva*".

Um ex-aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, referindo-se ao ensino ministrado em fins do século passado, permite compreender, que o envolvimento político com as questões sociais evoluíram de um processo educativo, que pretendia ser "científico", dirigido a uma "elite" iniciada, capaz de inferir dos princípios matemáticos, elementos de uma concepção diferenciada da realidade sócio-política.

"Na Escola sempre se ensinou ciência. E mesmo dela, só o cálculo e a Geometria diferencial e integral obedeciam à orientação da "*Síntese Subjetiva*" de Augusto Comte, que aí condensou, na imortal protofonia, que é o primeiro volume da mesma e definitiva sistematização da

ciência, do número, da extensão e do movimento".

Neste mesmo depoimento, esse aluno afirma que:

"Isso era o suficiente para abrir, às inteligências, horizontes tão amplos que os cérebros ficavam afeitos a tudo conceber convenientemente, dando em resultado uma geração de tal modo apta a tudo assimilar, que ilustrou e ainda está ilustrando, não só os altos escalões da hierarquia militar, como os vários setores da vida nacional a que circunstâncias várias a solicitaram"(237).

A ideologia militar, pelo fato de tomar por base também as referências educacionais que se encontram na obra de Comte - *Curso de Filosofia Positiva* - equacionou os dois princípios básicos: a) limitar o procedimento pedagógico às ciências realmente positivas; b) criar uma nova classe de sábios encarregada de formular as bases de uma ciência política (sociologia). É curioso notar como os preceitos

237 Lins, Ivan, História do Positivismo no Brasil, p. 278.

se operacionalizavam através da fala de articulistas que escreviam nas revistas publicadas pela oficialidade militar da época.

Nesta passagem significativa da Revista do Exército Brasileiro(238) é possível comprovar essa questão:

"Ora, estamos inteiramente crentes de que os homens de espírito mais cultivado, aqueles cuja esfera de ação se estende indefinidamente através do espaço e do tempo, aqueles que se manifestam grandes exercitando a sua ação nas diversas funções sociais, aqueles que podem ser, com justiça, **denominados sábios**, moralistas, jurisconsultos, políticos, magistrados, artistas, etc, aqueles homens que por sua dedicação tem adquirido jus a serem considerados os principais obreiros da civilização, aqueles homens que mais podem influir e mais influem efetivamente no desenvolvimento da

238 Lins, Ivan, op. cit., p. 137.

humanidade, nós (dissemos) e estamos inteiramente crentes que (...) nutrem o mais louvável desejo de, a par das próprias vantagens, conseguirem para a pátria e para a humanidade inteira a maior soma de bens possível."

Os fundamentos desse ideário aparecem bem explícitos na carta de Augusto Comte enviada a seu amigo Valet, datada de 8 de setembro de 1824, na qual evidencia, sobretudo, as preocupações relativas ao surgimento de uma nova classe: os sábios.

"Por esta razão (este é meu pensamento exato) estou bastante convencido de que a política teórica não fará doravante nenhum progresso real e não exercerá sobre a prática nenhuma influência útil, enquanto não for cultivada por uma classe especial de sábios, educada expressamente no conhecimento geral das diversas ciências positivas, e cultivando apenas a ciência política. Eis o

que eu deveria ter afirmado no texto, e que, a partir de agora, encontrar-se-á nele. Minha culpa, confesso-o, foi ter-me arriscado, ingenuamente, a ser mal compreendido. Se nos apegarmos ao sentido natural de minhas expressões sobre este assunto, vemos que tua objeção é bem fundada, pois certamente, os físicos, químicos, etc - atuais são inaptos para praticar a política. Vês que se trata de uma nova classe de sábios cuja formação é tão importante e, entretanto, tão pouco adiantada"(239).

A obra de Comte (tomada em seus preceitos científicos e políticos, porém não religiosos) foi assimilada pelos cadetes da Praia Vermelha. É portanto, na discussão sobre o papel da ciência, que se encontra o suporte doutrinário referente à formação de uma comunidade de sábios "cuja função é elevar a política ao plano das

239 Cf. Tocary Assis Bastos, op. cit., p. 46.

ciências de observação". A adaptação teórica militar visava confirmar sua identidade com o novo poder: o espiritual, cujo destino era exercer-se como um novo sacerdócio de finalidade pedagógica para a execução da política. Cabe aqui concluir que esse foi o principal suporte da ação diretiva desta intelectualidade, nascida no Exército, à qual se reservava a preservação da ordem, sobre qualquer movimento identificado como anárquico e que ameaçasse a pátria.

O poder espiritual constitui a função geral e divide-se em tantas partes, quantas forem as classes sociais e, sobretudo exerce influência sobre todo e qualquer fato social quando se encontra bem organizado, isto é, em exata harmonia com o estado de civilização correspondente. A principal atribuição desse novo poder é "a orientação suprema da educação", tarefa na qual esses intelectuais orgânicos, em nome das novas aspirações burguesas, asseguram para si o poder espiritual aludido por Comte. Esse poder é normativo e visa:

"...preparar os indivíduos para ordem social em que devem viver e para adaptar, quando possível, cada um deles ao papel particular que aí deve desempenhar".

A pedagogia de Comte posta em prática na lógica militar almeja sobretudo ser redentora e rearticuladora no sentido de reconduzir o progresso nacional para fazê-lo chegar ao seu ideal humano supremo: a ordem combinada com o progresso.

Segundo Comte, para que a humanidade, desamparada da fé, pudesse novamente se conduzir numa perfeita coerência lógica e harmoniosa, era necessário que esse novo poder, sólido evitasse as perturbações do espírito metafísico na ordem material.

"Eu encaro, dizia ele, todas as discussões sobre as instituições como puras futilidades, até que a organização espiritual da sociedade esteja efetuada, ou pelo menos, muitíssimo avançada"(240).

240 Carta de Comte a Valet, 25.12.1824, cf. José Maria dos Santos, A Política Geral do Brasil, p. 214.

Benjamin Constant: o Grande Articulador

Em novembro de 1871, entrou para a Escola Militar através de um concurso público, aquele que impulsionaria o momento revolucionário militar: Benjamin Constant. Os testemunhos elogiosos de alunos que estudaram com ele na Escola Militar da Praia Vermelha, conferiram-lhe um lugar de destaque na elaboração do ideário, que reivindicava o direito de "cidadania" ao oficial militar. Marcado por uma história pessoal de lutas contra as instituições monárquicas, que lhe negavam sempre uma vaga como professor, embora tivesse brilhante desempenho em concursos públicos, Benjamin sempre preservou a altivez, inúmeras vezes aludida por pessoas que com ele conversavam. Ao longo de sua carreira, Benjamin Constant, como professor da Escola Militar, apesar de adepto incomparável do Positivismo no Brasil, fez restrições à Religião da Humanidade. Julgava a matemática uma ciência definitivamente constituída, não comportando nada além do aperfeiçoamento de seus detalhes.

Benjamin Constant, segundo Teixeira Mendes, aderiu ao Positivismo em 1857, convergindo suas preocupações

diante da doutrina de Comte para outra esfera, diferente daquela que predominava, no primeiro momento, entre os positivistas em geral. Benjamin apreendeu de Comte as questões relativas à filosofia da história, da vida social e política, capazes de envolver e de fanatizar, ainda que fossem ignorados os demais aspectos doutrinários.

"Rejeitando as velhas fórmulas revolucionárias e democráticas, esses moços queriam a república como ponto de partida da reorganização social, sem Deus e sem rei, pelos princípios estabelecidos por Augusto Comte"(241).

Benjamin se considerava um positivista integral e se dava ao direito de achar pouco sólidas certas elucubrações comtistas, especialmente, algumas relativas à matemática contidas na *Síntese Subjetiva*. Ao escrever, em 1868, um trabalho com o título: *Teoria das Quantidades Negativas*, revela sua adesão aos princípios do comtismo. Em 1872 Benjamin torna-se lente na Escola Militar, despertando na mocidade acadêmica um grande entusiasmo pelo Positivismo, ao enaltecer em suas aulas as implicações

241 Teixeira Mendes, Benjamin Constant, Esboço Biográfico, p.40.

históricas, sociais e políticas dessa doutrina. Habilmente, Benjamin conseguiu conduzir seus alunos, através de reflexões teóricas ao cerne da obra de Comte, cuja decorrência mais imediata foi o despertar de um ideal republicano distinto daquele difundido pela elite civil. A Sociologia de Comte já havia adentrado, por muitos caminhos, as Faculdades de Direito e, agora, os bacharéis de farda (os soldados-cidadãos) fariam dela o substrato teórico do ideário, que almejava integrar o Brasil nos rumos da civilização "ao nível do século"(242). Discípulo de Lagrange, Benjamin considerava o Positivismo como "a síntese de todo saber humano", pondo à parte qualquer misticismo ou materialismo algébrico.

Os comentários de Ximeno de Villeroy sobre Benjamin Constant são incisivos sobre sua atuação: "sua poderosa e irresistível influência se estendia também à maioria dos demais professores e a quantos dele se acercavam"(243). Fazendo do Positivismo, o guia teórico de suas atividades na Escola Militar, após 1872, Benjamin introduziu, através de suas aulas, uma nova visão acerca da posição que o soldado deveria ocupar na sociedade. Consta que Benjamin não ensinava apenas os conteúdos da

242 Barros, Roque Spencer Maciel de, O Positivismo e a Antiga Escola Militar, p. 5.

243 Villeroy, A.Ximeno de, op.cit., p.30.

matemática, mas sobretudo, marcado por sua índole conceituadora, abria discussões sobre "as leis que regem a sociedade e comandam a História e sobre a ciência que racionaliza o governo dos povos e lhes ilumina o futuro". Seu fascínio exercia-se sobre os jovens, justamente porque transcendia em seus conceitos, o conteúdo da Matemática para discutir sobre a Filosofia da História e os princípios da Dinâmica Social (244).

Referindo-se ao mestre, Cândido Rondon escreve:

"Benjamin Constant operava o prodígio quase sobre-humano de transfigurar a sua cátedra de Geometria Algébrica em altar levantado à mais pura idealização da pátria (245).

Jeovah Motta indica um possível roteiro seguido por Benjamin Constant em seus cursos:

1 - Definição e conceituação da Geometria Analítica. Para Isso:

2 - Posição da Geometria Analítica no conjunto da Ciência Matemática. E para isso:

244 Motta, Jeovah, op. cit., p. 189.

245 Idem, Ibidem.

3 - Definição e conceituação e posição da Matemática no conjunto das ciências positivas. Para isso:

4 - Conceito de ciência positiva, lei dos três estados. E como consequência:

5 - Classificação das ciências, as sete ciências positivas, os seus conteúdos e métodos próprios. Entre as ciências:

6 - A Sociologia, a Estática e a Dinâmica sociais.

7 - Conclusões sobre a Matemática em geral e sobre a Geometria Analítica em particular.

8 - Os diversos pontos do programa de Geometria Analítica, com referências incidentais, mas constantes, aos números 3 a 6.

Era na condição de professor de Geometria Analítica que Benjamin apresentava e discutia questões do Positivismo, nos seus aspectos de filosofia da ciência, conduzindo o auditório à convicção de suas razões de ordem, percorrida em exposição convincente, tal o domínio e a clareza com que expunha os temas analisados. Sem se preocupar com "as glórias e misérias" da política nacional, Benjamin atingiu o maior prestígio entre os oficiais que concluíam o curso na Escola Militar e ofereceu-lhes os

elementos doutrinários para a adesão ao Positivismo, ao Abolicionismo e ao Republicanismo (246).

Segundo Marco Aurélio Nogueira o Positivismo divulgado na Escola Militar era menos rígido, moralista e "mais aberto à atividade política e a um certo 'desrespeito' pelas leis naturais da evolução, abraçando um legalismo e um respeito à disciplina hierárquica"(247).

Lauro Sodré, ex-aluno (da Escola Militar) e grande admirador de Benjamin, refere-se à participação dos oficiais na proclamação da República, nos seguintes termos:

"Tinha a cercá-lo, cheia de fé e dedicação sem limites a mocidade saída das escolas e que havia nas suas lições aprendido a viver para a pátria em que se dilata a família; e ao lado desses jovens confrades capazes de todas as audácias, levados pelos seus corações, que os impulsionavam para o bem, havia todo um numeroso grupo de oficiais do exército a quem na hora decisiva, viria a

246 Motta, Jeovah, op. cit., p. 191.

247 Nogueira, Marco Aurélio, op. cit., p. 81.

caber influir pela sua ação, no exercício de cargos em que se achavam para que se pudesse chegar, como se chegou, a remate de um plano, que fez com que nos sucessos aqui ocorridos houvesse quem visse antes uma evolução do que uma revolução, realizada a substituição de um regime pelo outro de uma maneira verdadeiramente única na história"(248).

Segundo testemunhos, coube a Benjamin Constant o mérito de romper com a antiga tradição do ensino humanístico, principalmente, na Reforma do Ensino que ele efetuou, enquanto ocupava a pasta de Ministro da Guerra, após a República (1891). Demonstrava, desde a época que ensinava na Escola Militar, a preocupação com a formação geral dos militares, fato que o levou a privilegiar, posteriormente, a Sociologia, a Matemática e o Ensino Moral entre as demais matérias daquela instituição. Acreditava na necessidade de favorecer à maturidade política e moral dos oficiais, intento que só se consolidaria através de um

248 Sodré, Lauro, Benjamin Constant - artigo para O Jornal e o Diário de São Paulo.

conteúdo diversificado. Benjamin recusava-se a ficar na simples exposição da matéria curricular e, com isto, motivava os alunos a caminhar com ele nas considerações filosóficas sobre as ciências, com ênfase na Sociologia e expressava as necessidades de se encontrar, em nome das mudanças que se operavam na sociedade brasileira, instrumentos conceituais novos, capazes de abrir caminhos para a ação social e política. Ele foi capaz de organizar, de início, os anseios daquela juventude que sob o influxo das aludidas transformações estruturais, erigiria um ideário modernizante. No entender de Eduardo Prado, a difusão do Positivismo pela Escola Militar provocaria o aparecimento de um "novo oficial", diferente do antigo:

"O oficial novo, no Brasil, ouviu nas escolas maior número de professores. Esses professores (pelo menos muitos deles) ou são bacharéis discursadores ou são militares do livro francês, filosofantes do Positivismo, desses que para exposição dessa escola tiveram a habilidade de criar no Brasil uma retórica especial"(249).

249 Prado, Eduardo da Silva, Fastos da Ditadura Militar no Brasil, p. 66.

A aspiração republicana dos oficiais pautava-se sobre a visão de Comte sobre a República. Segundo Comte, a república não é a democracia nem o governo do povo pelo povo.

"É apenas a negação do direito divino objetivado na pessoa do rei e perpetuada na sucessão dinástica. A igualdade e a soberania do povo são alusões inadmissíveis".

Em suas duas obras *Sistema de Político e Catecismo Positivista* Comte deixa claro que "desde que num país se instale um ditador, por outra qualquer forma de eleição que não seja a hereditariedade e que esse ditador mantenha a ordem *ipso facto*, a república está instituída nesse país"(250).

As aspirações centralizadoras, modernizadoras e industrialistas presentes nos discursos militares anunciam uma concepção da organização social e política, discrepante do federalismo republicano dos liberais.

250 Santos, José Maria dos, A Política Geral do Brasil, p. 214.

A consciência burguesa no Brasil apresenta-se multifacetada. Isso se deveu, sobretudo, à cisão, como já se afirmou, entre as forças conservadoras e progressistas que disputavam a hegemonia. Se houvesse uma unidade entre as classes proprietárias tradicionais e novas (estas representadas, principalmente, pelos cafeicultores paulistas) as reivindicações e os descontentamentos das formulações militares não encontrariam ressonância na época. Werneck Sodré afirma sobre o distanciamento de interesses entre as frações dominantes:

"Não era o que acontecia, entretanto, enquanto uma de suas frações permanecia ancorada na estrutura colonial, na medida em que perdia em força, a outra aceitava inovações, abandonava velhas técnicas e normas, alijava o trabalho escravo, esposava relações capitalistas de produção e ansiava por reformas na medida em que ganhavam em força"(251).

O Império, posto a serviço da primeira, não servia à segunda, que passa a almejar o aparelho de Estado para

251 Sodré, Nelson Werneck, Formação Histórica do Brasil, p. 274.

colocá-lo a seu serviço. Nesse sentido, as idéias que expressam a necessidade de modernizar sem alterar a estrutura econômica do Estado, são receptivas para a "nova oligarquia", tais como: abolição do trabalho escravo e sua substituição pelo trabalho assalariado, incentivo à migração; aumento da representação eleitoral, renovação de mandatos e o regime federalista. Em suma, tudo o que a República poderia oferecer e consolidar. A República torna-se, portanto, o denominador comum das esperanças de alteração da ordem pública. Nem as reformas de última hora impostas pelo Ministro Ouro Preto (252) contiveram o consenso republicano. As reformas de Ouro Preto eram moralizadoras e pautavam-se na observância da Constituição. Esse recurso de resistência à onda republicana, que se mostrava inexorável, não surtiu o efeito desejado: anular a força da modernização burguesa. A queda de seu ministério e sua substituição por um conservador, enfraqueceu, ainda mais, as reservas institucionais da Monarquia. 15 de novembro, como afirma Jeovah Motta, foi, ao mesmo tempo, epílogo e prólogo de algo irremediável nascido do movimento militar.

252 O ministério de Ouro Preto foi o penúltimo do Império. Sua queda representou o enfraquecimento definitivo do poder.

O enfrentamento entre os defensores de novos interesses e as frações conservadoras da oligarquia dominante, permitiu a ocorrência de vinculações estreitas entre os representantes das forças progressistas e segmentos das classes médias. Isso se explica pelo distanciamento de interesses entre as frações que constituíam as classes dominantes rurais. "Na manipulação da política econômica, por outro lado, os interesses de uma das frações não se conjugavam com os da outra e a luta pela orientação tornava-se mais aguda a cada passo"(253). O Partido Republicano Paulista foi a evidência maior da reorganização das forças sociais e de seus antagonismos.

Na composição das forças que passaram a aspirar o poder no final do século XIX figuravam: o grupo progressista, ligado à produção cafeeira e os elementos das classes médias urbanas. Entre eles os mais ativos foram os oficiais do Exército e a burguesia industrial nascente que colocaram na transformação do Estado, a esperança de novas perspectivas de consolidação da "modernização conservadora". Trata-se, por conseguinte, de conseguir uma alteração social mediante a conciliação entre o novo e o velho, ou seja, um reformismo "pelo alto", que não previa a

253 Sodré, Nelson Werneck, op. cit., p. 274.

alteração estrutural da sociedade e exclui, definitivamente, a participação popular.

A "*intelligentsia*" nacional, constituída sob a insígnia do divórcio entre interesses populares e ação política, absorveu todas as doutrinas anti-democráticas e revelou seu verdadeiro caráter. Os militares do Exército não constituíam exceção à regra. Ao contrário, incorporaram através da formação positivista, elementos consolidadores do ideário do "soldado cidadão". Tratava-se de uma força nova que resvalava através do poder institucional - o Exército Nacional, configurando-se na transição para o Estado burguês, como grupo de maior resistência à política monárquica.

Oliveira Vianna, em *O Occaso do Império*, bem observa que o Positivismo Militar não teve forças para levar (por si só) as classes armadas à criação e ao desdobramento "do verdadeiro político militar". Indica, entretanto, que entre os adeptos mais fervorosos do republicanismo estavam, além dos "bacharéis novatos" os "cadetes filósofos" da Escola Militar. Era, com efeito, nessas classes de letrados que o partido republicano encontrava seus adeptos. Entre eles, destaca-se "um

pequeno contingente para quem a crença no ideal republicano tinha uma sólida base filosófica: os positivistas".

Havia entre o Apostolado Positivista e a pregação de Benjamin Constant, divergências profundas quanto à ortodoxia doutrinária (254). Teixeira Mendes admite, no entanto, que coube a Constant o mérito de propagar entre os alunos da Escola Militar "o advento do novo ideal". Diz, no entanto, que Benjamim, não obstante sua capacidade, sua influência ao preparar a mocidade militar para a "revolução" republicana, não "conjugou a teoria e a prática própria da ortodoxia comtiana", visando as soluções políticas indicadas por Augusto Comte.

É possível observar, a despeito das divergências entre o Apostolado Positivista, fundado por Miguel Lemos e Teixeira Mendes e os oficiais positivistas da Escola Militar (Praia Vermelha), uma concepção comum acerca da República. Oliveira Vianna indica, com precisão:

254 Ximeno de Villeroy afirma que a divergência entre os militares positivistas e o Apostolado tem origem no momento em que "o Apostolado passou para o segundo plano as questões sociais e políticas, voltando-se à organização do culto com a novidade de um cerimonial muito discutível e cuja necessidade de oportunidade ninguém sentiu ou compreendeu", op. cit., p.p. 267 e 268.

"Os positivistas eram republicanos, mas à sua maneira, à sua originalíssima maneira".(255)

Embora concordassem com outros republicanos que a República era uma forma superior de governo, "em muitos pontos estavam em completo antagonismo com os signatários do Manifesto Republicano de 1870"(256).

Os positivistas não cotejavam os ideais democráticos que formalmente apareciam no **Manifesto**, pois concebiam uma forma de governo, na qual a democracia era abandonada em nome de uma suspeição contra as massas populares. Almejavam um governo ideal - que segundo Comte, deveria ser uma República Ditatorial, "e não a República Democrática de Ledru Rollin". Nesse sentido, defendiam uma Carta Outorgada contra uma Constituição nascida do "perigoso recurso de uma Assembléia Constituinte"(257).

"O restante final para onde devia tender o seu sistema de governo era a constituição de uma sorte de mandarinato intelectual, uma

255 Sodré, Nelson Werneck, op. cit., p. 274.

256 Vianna, F.J.Oliveira, O Occaso do Império, p. 120.

257 Idem, Ibidem.

oligarquia de sábios e filósofos, e não o domínio de Demos, o governo das maiorias populares (...)".

Oliveira Vianna diz ainda:

"Para o seu idealismo eles haviam, como confessavam, aproveitado todas as idéias de Comte sobre a organização política adequada à fase inicial da transição moderna e que se acham principalmente consignadas no 5º capítulo da *Política Positiva* e no *Apelo aos Conservadores*, nos projetos constitucionais elaborados sob a sua inspiração de 1848 a 1850 pela Sociedade Positivista de Paris, nas circulares anuais, nas cartas escritas aos seus discípulos até agora publicadas"(258).

As idéias de Comte sobre a organização política nascem da crença de que "a sociedade e o homem, tal como o

258 Vianna, F.J.Oliveira, op. cit., p. 121.

mundo, obedecem a imutáveis leis naturais, devendo a reforma das instituições ser preparada pela modificação das opiniões e dos costumes". Na Escola Militar, Benjamin Constant defendia essas idéias. Sob a influência de Pierre Laffite, Benjamin entendia a "ditadura republicana" como a preponderância do Governo sobre as Assembléias, preponderância que se caracterizaria, sobretudo, pela iniciativa e pela concentração do poder numa única pessoa que representasse a ação diretora governamental(259). Esse desvio doutrinário de Benjamin foi objeto de censura por parte dos integrantes do Apostolado Positivista, mas Laffite, em carta datada de 26 de março de 1890, elogiou a ação de Benjamin ao realizar, a seu ver, o sentido mais próximo da concepção comtiana.

Textualmente, Laffite declara: "Realizastes, pois, no fundo, a ditadura no sentido verdadeiramente sábio que se deve dar a esta palavra" (...). Referia-se Laffite ao cuidado de Governo Provisório, do qual Benjamin era parte, de tomar a iniciativa de prever uma Constituição. A resposta de Benjamin confirmou sua intenção de adequar os fundamentos do Positivismo à particularidade do meio na consolidação da República.

259 Lins, Ivan, História do Positivismo no Brasil, p. 331.

Comte, em suas obras, *Curso de Filosofia Positiva*, *Catecismo Positivista* ou *Exposição Sumária da Religião Universal e Apelo aos Conservadores* esboça uma nova teoria política e uma nova religião, segundo a qual a civilização ocidental já havia entrado no período transitório que mediava as eras metafísica e positiva da história. Pensava que a forma legítima de poder era uma República ditatorial provisória que possibilitaria a realização da ordem e do progresso. A seu ver, a democracia era incompatível com a República, da mesma forma que o Parlamento. Era favorável à concentração do poder nas mãos de um único homem "que, não sendo estorvado por legislatura", poderia dar à República, continuidade e consistência, defendendo-a contra os aristocratas e burgueses. O único controle do poder ditatorial adviria através da "opinião pública", de sorte que estariam preservadas as mais amplas liberdades civis.

C A P I T U L O I V

AS BASES SOCIAIS
E A CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO MILITAR

CAP. IV - As Bases Sociais e a Construção do Ideário Militar

"Na Escola Militar, nas vésperas da queda da Monarquia, no alto de uma cátedra, um soldado-filósofo, comunicava aos discípulos idéias de aperfeiçoamento moral envoltas em lições de ciências exatas. Na interpretação dos teoremas, na definição de um cálculo, dos termos da equação, encontrava o professor como introduzir um certo número de pensamentos em cujo fundo vinham as sementes de um novo destino. Esse curso teve a sua função doutrinária na época, concorreu para a afirmação de uma corrente impetuosa que entregou, ainda uma vez, na hora crítica e perigosa da revolução, a sorte do

país à sua única força organizada. Benjamin Constant exerceu em suas aulas de matemática um papel apostolar, e qualquer que seja o ângulo em que nos coloquemos para examinar-lhe a fisionomia e abstração do aplauso e do credo filosófico, temos de vê-lo na impureza empolgante de seu idealismo a contribuir com tenacidade para implantação da ordem de coisas que transformou nosso sistema de governo"(260).

CARLOS MAUL

A revolução militar que se encaminhou, após a proclamação da República para o "radicalismo militar", expressão que designa na historiografia o Governo Provisório, "não se esgota no político", segundo Luís Werneck Vianna, porque não se configurou como mera apropriação dos aparatos do poder estatal. Acima de tudo, a ação militar, que levou a oficialidade da Escola Vermelha ao confronto com as bases institucionais da Monarquia,

260 Maul, Carlos, O Exército e a Nacionalidade, pp. 8 a 13.

trazia em si uma concepção de organização social e política inovadora, em sintonia com a complexidade do avanço histórico da burguesia.

O ideário militar, formulado no interior de uma escola oficial, almejava a centralização, a modernização e a organização da sociedade. O processo de organização das idéias e a formulação de um ideário foi fruto da incorporação de certos argumentos compatíveis com as aspirações antimonárquicas e, principalmente, contra a ordem de coisas prevalente no plano das idéias e da realidade social e política. Jeovah Motta demonstra que os novos caminhos procurados pela inteligência nacional renovadora partiam da certeza referente à inadequação das instituições para colocar o país na ordem capitalista internacional. Negavam, por conseguinte, todo aparato cultural de sustentação das forças conservadoras: a religião, na forma do catolicismo oficial e seu monopólio no ensino e nos atos comuns da vida civil, no predomínio da escolástica e do espiritualismo eclético, do liberalismo débil, da obsolescência dos partidos políticos, verdadeiras camisas-de-força a serviço da centralização econômica e política e da manutenção do escravismo (261).

261 Motta, Jeovah, op. cit., p. 187.

Nos traços de sua imponderabilidade, que se apresenta na história, o governo monárquico desviou-se da única força garantidora do regime, arbitrando os interesses dominantes. A Monarquia oferecia com isto, aos militares do Exército (mais especificamente à sua oficialidade), os elementos de sua crítica na busca de explicações à sua perplexidade. O imponderável da ética militar se enunciava no imperativo de reavaliação da realidade e na necessidade de intervir nela. A concepção burguesa, configurada nas ideologias presentes na realidade brasileira - naquele momento - permite identificar a complexa necessidade que as forças sociais dominantes no capitalismo possuem para negar o obsoleto e virtualizar a modernização (262).

Nesse momento, no quadro brasileiro, os oficiais militares representavam o avanço e o progressismo burguês através das aspirações modernizadoras.

A formação acadêmica e a socialização política ofereceram à intelectualidade elitizada do Exército, ao

262 Nos desdobramentos do modo de produção capitalista os ideários progressistas da burguesia sempre recusaram a ordem sacramentada de sua produção histórica anterior (sua face conservadora), para promoverem o avanço social sem comprometimento do poder. Alterações institucionais colocam-se na ordem do dia da relação dicotômica e conflitante que o pensamento burguês trava consigo mesmo ao aspirar a recomposição de suas formas de dominação contra o atraso.

longo de uma sólida trajetória cultural, um sistema de referências capaz de realizar, no terreno das idéias, a revitalização, além da glória militar, das aspirações burguesas de modernidade. Compreender esse processo significa desvendar a questão teórica, que se enunciou anteriormente, ler a história como processo de tensão e construção. Entre os agentes das transformações operadas no Brasil, os militares acadêmicos cumprem uma função inquestionável ao defenderem o preceito, segundo o qual "a educação positiva institui a unidade real". Entendem que "a desordem dos espíritos populares", nascida segundo Comte, da revolução era, todavia, suscetível de uma plena retificação, cabendo à classe de sábios esta tarefa retificadora, melhor dizendo, moralizadora. Comte, inspirador do Positivismo militar e, por conseguinte, um conservador assumido quer regenerar o social, apelando para soluções no terreno intelectual e, sobretudo, moral. Essa regeneração social torna-se possível à medida que se propõe a responder a um "o que fazer". Há uma intenção: submeter os fracos pelos fortes mediante a preponderância de um poder espiritual - prerrogativa do sábio - do filósofo. Entre os preceitos positivistas, o conhecimento teórico objetivava atingir, acima de tudo, a previsão científica para garantir a vigência, na prática, de um conjunto normativo capaz de resguardar o "domínio dos seletos", a

manipulação e o controle da realidade natural e social e a tutela sobre as massas. As conseqüências do teor ideológico dos preceitos positivistas se expressam, sobretudo, em formas reducionistas que separam a teoria da prática na recusa de interpretar os fenômenos humanos e naturais. Foge do escopo da concepção de ciência a função interpretativa do real. Nesse sentido, a preponderância da teoria sobre a prática é notória, porque a prática é entendida como função meramente instrumental da teoria que a submete e a subordina. A ciência, tal como a realidade, é constituída por uma hierarquia valorativa.

As realizações dignas de reconhecimento são constitutivas, no entender de Comte, apenas no terreno teórico. Esse motivo é suficiente para Comte atribuir à educação um papel eminente na consecução da meta moral para toda a Humanidade, ao submeter o "progresso" à vigência da "ordem". Convém lembrar que a doutrina de Comte fornecia uma filosofia da história, a servir de guia para ação e que desembocava numa teoria geral da educação(263). Os intelectuais da Escola Militar dela se serviram, devidamente, como instrumento de legitimação de sua prática. Por outro lado, deriva o poder político do novo poder espiritual que a tudo submete. Para a nova ciência -

263 Barros, Roque Spencer Maciel, A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade, p. 26.

à Sociologia - é reservado o atributo de elucidar as leis naturais que regem o domínio social e político, cujas bases encontram-se nas ciências exatas. Esse atributo da Sociologia confere-lhe o lugar de ciência prática, capaz de conceder ao real a unidade compreensível que lhe é inerente, pautado em seu axioma básico: "saber para prever, prever para prover".

A fragmentação do real faz parte do conjunto explicativo, no qual não há lugar para a visão de totalidade. Identificando a lógica positivista como a lógica isenta de juízos de valor e, portanto, "neutra", capaz de oferecer à compreensão do real um substrato "objetivo", os jovens militares, ao lado dos professores da Escola Militar passaram a professar sua crença indiscutível na capacidade das ciências que legitimavam e sistematizavam a ordem industrial. Na hierarquia apontada por Comte, referente à realidade social, a elite se subdivide em três classes: a classe dos cientistas, cuja incumbência é determinar o plano do novo sistema, a classe dos artistas, capaz de provocar a adoção universal desse plano e a classe dos industriais que deverá pôr o sistema em atividade imediata, pelo estabelecimento das instituições práticas necessárias(264). Caberia à elite providenciar para que a

264 Comte, Augusto, Opúsculo da Filosofia Social, p. 108.

Humanidade se realizasse pelo acatamento à ordem advinda das leis naturais que regem o social.

Neste contexto cabe perguntar: quem são os filósofos ou cientistas? São os regeneradores da ordem moral e política, expressa no princípio da conservação do "status quo" social. Os militares identificados com a "missão" dos cientistas, almejam remodelar a ordem social pelo consenso, em sua função educativa e condutora dos destinos nacionais.

Os militares haviam incorporado, naquele momento, em nome do papel histórico que vislumbravam para si, a necessidade de procurar na ciência os elementos fundamentais de esclarecimento intelectual para melhor apreciação da realidade imediata, entrecruzada com a referência aos destinos da humanidade. Buscavam um espaço para interferir na política nacional como partido (função dirigente), como meio de modificar na realidade brasileira, não só os aspectos materiais e sociais, mas, sobretudo, morais, de acordo com a hierarquia da classificação das ciências, oferecida por Comte.

Na Escola Militar do Rio de Janeiro, em fins do século XIX, o Positivismo, nas palavras de Umberto

Peregrino, era sempre "esposado e ostentado pelos cadetes de maior projeção, em geral alunos distintos, cuja formação era "consagrada" ao comando das tropas, "homens para instruir recrutas", atirar ao alvo nos stands, galopar em terreno variado, marchar pela carta, brilhar nas formaturas de ordem unida ..." Se no terreno das atividades práticas almejavam o realce e o reconhecimento, almejavam, sobretudo no terreno intelectual, os recursos que essa doutrina lhes oferecia para ostentarem distinção equivalente. E arremata o autor, citando José Maria Belo:

"...o verdadeiro papel do Positivismo na Escola da Praia Vermelha foi o de fornecer a esse núcleo de elite, com um elemento de coesão a mais, as diretrizes espirituais e políticas dos jovens oficiais, tornando-os (...) uma força não apenas espiritual do Exército, como também de atuação considerável no conjunto da vida nacional(265).

Umberto Peregrino, no opúsculo citado, analisa a "fisionomia da Escola Militar da Praia Vermelha" e afirma

265 Peregrino, Humberto, História e Projeções das Instituições Culturais do Exército, p. 22.

sua importância na vida cultural brasileira, principalmente, pelo fato de não ter sido apenas um centro de "erradiação filosófica" mas, sobretudo, pelo "papel desempenhado no campo político". Servem como fontes historiográficas de maior importância as referências para elucidar esta questão: Teixeira Mendes, *Benjamin Constant, Esboço Biográfico*, Eduardo Prado, *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, além de Ximeno de Villeroy, *Benjamin Constant e a Política Republicana*, Oliveira Vianna, *O Ocaso do Império*, além das revistas: *A Família Acadêmica* e *Revista do Exército Brasileiro*.

É possível conferir através desses autores e documentos mencionados o papel relevante prestado pelo Positivismo, ao projeto político que se delineava entre as paredes dessa instituição militar, no Rio de Janeiro. A preparação filosófica, pautada nas ciências classificadas por Comte, enobrecia a função militar graças, sobretudo, às formulações que conferiam ao espírito militar, nesse momento, os referenciais de análise que negavam o "humanismo empedernido e bacharelesco" dos civis de casaca e buscava, por outro lado, resguardar o espaço de atuação militar no aparelho de Estado, como função relevante e distinta. É possível auferir do conjunto das ações

militares que se processaram a partir de 1870 até depois da proclamação da República, três aspectos importantes:

1º - O progressismo do Exército, apesar de moralizante e reformador, era anti-democrático e anti-popular no sentido de reivindicar sobre as massas populares, um exercício de tutela pautada em sua ignorância, para fazer cumprir o que consignavam como etapas históricas para o progresso com ordem.

2º - Não havia entre a "intelligentsia" militar um ímpeto militarista, apesar de entenderem como a função do Exército resguardar a Nação, valendo-se de seu aprimoramento para guerra como recurso primeiro para a transição para a paz universal.

3º - O ensino veiculado na Escola Militar não preparava os alunos para a "profissão das armas", marcado, principalmente, por grande desinteresse pelas disciplinas práticas preponderando a formação teórico-filosófica(266).

A própria auto-visão da inocuidade funcional da atividade militar se apresenta em um artigo escrito por um alferes-aluno - Ulisses Cabral.

"Na realidade é fácil conceber que a degenerescência da classe militar, motivada por quaisquer

266 Revista do Exército Brasileiro, 1885, p. 22 e 23.

causas em qualquer tempo seria motivo de triunfo aos opostos à perdurabilidade da guerra, mas não é totalmente assim desde que se considerem certos princípios em que se baseia a razão da paz universal, ao menos como pensamos"

Mais à frente, o articulista conclui:

"A extensão dos exércitos, o constante aperfeiçoamento das armas, as pesadíssimas contribuições dos povos para a manutenção da gente armada (...) são uma necessidade crescente até que progressos de outra esfera, em nome de necessidades mais legítimas reclamem sacrifícios mais razoáveis. Toda a atividade então do homem pelo homem será, com efeito, o primeiro gérmen da paz universal. A guerra será então uma monstruosidade inaceitável".

Da mesma maneira, os pressupostos doutrinários defendidos por Benjamin Constant reafirmam o papel do ensino militar, que devendo acompanhar os processos da guerra, prepararia a compreensão do "papel civilizador" dos exércitos futuros, principalmente, os sul-americanos. O ensino deveria formar o "cidadão-armado", o "agente dinamizador do progresso e defensor da República". Era necessário, portanto, que o ensino se organizasse preponderantemente sobre uma instrução científica mais rigorosa.

Benjamin Constant ao realizar um estudo sobre a organização, plano de estudo e métodos referente às Escolas Normais em 1882, revela as influências de Comte sobre seu pensamento:

"Há mais de meio século que o gênio eminente (Comte), de inexcedida sabedoria, e da maior elevação a que pode chegar a mente humana, instituiu uma sólida e larga base o plano geral da nossa educação científica. Neste vasto plano as ciências se sucedem seguindo o natural encadeamento dos fenômenos correspondente, e

aquele gigante intelectual estabeleceu normas eternas, as mais apropriadas ao pleno desenvolvimento da inteligência em suas várias esferas de atividade"(267).

De acordo com o plano apontado por Comte, Benjamin ainda afirma:

(o plano) "evita sabiamente os funestos desvios a que é propenso o nosso espírito quando abandonado às suas tendências para o maravilhoso, para as vãs investigações relativas às causas primárias e finais, à natureza íntima das coisas, para os conhecimentos absolutos e interditos à razão humana".

Segundo Benjamin, a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química, a Biologia, a Sociologia e a Moral representam os elementos constitutivos da mais perfeita

267 Motta, Jeovah, op. cit., p. 209.

coordenação científica e formam o ensino mais qualificado e integral para todos os indivíduos. A seu ver:

"A ordem em que elas têm que ser consideradas corresponde às naturais dependências que se encadeiam, segundo a lei de complicação crescente e generalidade decrescente".

No entender de Jeovah Motta, Benjamin representava dentro do Exército, a configuração de uma das duas tendências que sempre se defrontaram nas Academias, desde o século passado: culturalistas (ou científicas) e profissionalistas. Benjamin era, nos dizeres do autor citado, "um representante proeminente" da tendência culturalista, para quem o saber teórico embasava os outros conhecimentos.

A modernização intelectual oferecida pela lógica cientificista do Positivismo, enquanto doutrina dotada de todas as virtudes para atender às solicitações do espírito de forma clara, descartava todas e quaisquer especulações metafísicas e amparava a meditação sobre problemas reais e tangíveis, por exemplo: a liquidação da escravidão e o

direito escravista, além da própria situação de precariedade na qual se encontrava o Exército (268).

É preciso, para dirimir qualquer dúvida sobre o propósito transformador da inteligência do Exército, em se portar como mediadora da implantação da ordem burguesa para o Estado, tomar como testemunho as palavras de Teixeira Mendes sobre a questão do confronto ideológico entre os militares e os políticos(269). Ele confirma, reforçando o argumento principal desta tese que, antes de mero "ressentimento e revolta(270), (como afirmam alguns autores sobre a participação militar, no movimento republicano), o

268 Humberto Peregrino cita uma aula de um certo prof. Brasília Bezerra que no 2º ano ministrava uma matéria denominada "Arte Militar" abrangendo tática, estratégia, história militar e fortificações. Peregrino demonstra nesta narrativa do procedimento do referido professor como ao iniciar sua aula a questão política e social se introduz:

"Não sei se os senhores leram o Jornal do Comércio de hoje" - começa ele e por aí vai, numa alocução fácil, cálida e rica, discutindo com graça e proficiência os artigos, os discursos, as notícias do jornal que trazia sempre consigo. Só ao meio do tempo regulamentar de aula enceta na lição propriamente dita. Mas ainda é o mesmo envolvente expositor, a um tempo erudito e acessível, entrecortando a matéria, por vezes árida, com oportunas doses de humorismo e malícia". Peregrino, Humberto, op. cit., p. 28 e 29.

269 Teixeira Mendes ao lado de Miguel Lemos são os mais legítimos representantes do Positivismo ortodoxo e fundadores do Apostolado Positivista no Brasil.

270 Ver tese de Valeriano Mendes Ferreira Costa, Ressentimento e Revolta - Formação cultural e radicalização política dos jovens oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha: 1874-1889 - São Paulo - USP, 1990 (tese mimeografada).

ideário militar pautava-se por uma intenção consolidada de mudar todo o sistema político vigente" em nome de uma concepção de Estado diferente do republicanismo liberal e federalista.

Teixeira Mendes afirma, inicialmente, que:

"Havia muito que profundos descontentamentos minavam o nosso exército"(271). No entanto, "uma minoria inteligente e dedicada, à cuja frente destacava-se à mocidade das escolas militares, não se detinha nesse ponto de vista estreito e egoísta. Esse pequeno núcleo estava convencido que cumpria mudar todo sistema político vigente"(272).

Convém lembrar que Gramsci, ao discutir o papel dos Exércitos nos períodos de crise orgânica indica que a ação dos mesmos, nos diversos momentos históricos e nos vários países, apresenta-se com peso muito diverso. Ressalta, também, que nem sempre essa ação na vida estatal

271 Teixeira Mendes in O Apostolado Positivista e A República (seleção e introdução dos textos feitos por Antonio Paim), p.39.

272 Idem, Ibidem.

incide no terreno meramente técnico-militar, mas influencia, sobretudo, o peso do extrato social de origem que lhe dá "formas talvez ainda mais aparatosas e exclusivas". Gramsci lembra, ainda, que "nas análises concretas dos acontecimentos reais, as formas históricas são individuais e quase únicas", aludindo à participação dos exércitos na dinâmica do poder (273).

O papel fundamental exercido por Benjamin Constant na organização do ideário militar que aspirava à República elucida essa forma histórica peculiar da participação conspiradora dos militares

"A sua grande elevação moral fez-lhe logo reconhecer que uma simples sedição militar seria apenas uma vergonha para nossa Pátria e traria após si os maiores desastres. Não podendo desarmar o conflito, capitaneou a insurreição a fim de dirigir e transformar"(274).

É preciso assinalar que o Exército não foi, em momento algum, um mero instrumento das ambições civis, para

273 Gramsci, Antonio, Obras Escolhidas, p.198.

274 Mendes, Teixeira, op. cit., p.39.

ser usado por políticos espertos em seu próprio benefício. A tentativa de cooptação, o incentivo ao descontentamento, converteram-se em respostas próprias de cunho ideológico distinto. Os apelos civis vinham através, principalmente, da imprensa, tais como os jornais: *O País* (dirigido por Quintino Bocaiúva) e o *Correio do Povo* que incitava o Exército contra o governo.

O que constitui a verdadeira imponderabilidade do momento histórico reside na leitura acerca da realidade nacional, constituída pela formação teórica e pela socialização política positivista, que forneceu ao Exército brasileiro, na mocidade acadêmica convertida no "soldado-cidadão", o instrumento ideológico para propor alterações da sociedade, dentro da modernização conservadora.

Essa ideologia modernizadora e burguesa que consubstanciou as formulações militares, combinando os preceitos doutrinários com o sentimento social, resultou em um novo código de ética, que transformou os avanços políticos da corporação em ideário consistente.

O testemunho de Teixeira Mendes, sobre o que Benjamin pensava da mocidade militar, imbuída da missão moderna do Exército, é significativo:

"Compreendeu essa mocidade que ela devia cooperar para que a humanidade entre o mais depressa possível no franco regime industrial, e por isso mesmo compreendeu, desde logo, que seu lugar era ao lado daqueles que pregavam a reforma política e social de que dependiam o progresso e a ordem de nossa pátria" (275).

As formulações sobre a República, como aspecto fundamental do ideário que se formaria na Escola Militar (Rio de Janeiro, Praia Vermelha), encontravam-se principalmente em algumas obras de Comte: *Curso de Filosofia Positiva e Política Positiva*.

Teixeira Mendes deixa clara a influência de Benjamin Constant entre a mocidade acadêmica da Escola Militar:

"Assim favoravelmente predispostos por um mestre que ela estremecia e respeitava, essa mocidade corria

275 Mendes, Teixeira, Benjamin Constant, Esboço Biográfico, p. 387.

apressada para junto dos que se haviam consagrado à propaganda integral e fiel do Positivismo, a fim de iniciar-se na doutrina regeneradora. Ela hauria em nossos cursos, em nossos folhetos e em nossas conversações as soluções políticas e sociais descobertas pelo nosso Mestre, preparando-se por este modo ao papel cívico que lhe estava destinado"(276).

Benjamin Constant relatando sobre os acontecimentos que antecederam ao 15 de novembro indica a gênese do processo que organizaria a prática militar:

"Vem de longa data a gestação deste acontecimento. Era o orador ainda moço, pobre como ainda é hoje, porque nunca se curvou e sempre achou melhor viver no retraimento humilde e puro de suas idéias do que no esplendor de

276 Mendes, Teixeira, op. cit., p. 387.

posições que conquistam a preço de sacrifício do caráter. Entrando na carreira do magistério quis o corpo docente de então, cortá-la porque o orador sendo positivista, procuraria propagar as suas idéias. O ex-imperador, a quem sempre venerou como à sua virtuosa família, opôs-se a que se consumasse a violência, e o orador começou a ensinar a doutrina de Augusto Comte a seus queridos alunos. Dessa convivência es-piritual nasceu a mocidade militar educada nos sãos princípios da doutrina criadora que ensina, que estatui a missão moderna dos exércitos como mais pacífica do que guerreira, menos nacional do que humanitária"(277).

Os argumentos mais fortes sobre a posição de Benjamin acerca de sua concepção militar encontram-se nas

277 Mendes, Teixeira, op. cit., p. 387.

considerações iniciais do estatuto de Reforma Educacional de sua autoria expedida após a proclamação da República (1890) (278).

"1º - É de urgência e indeclinável necessidade aperfeiçoar e completar o ensino nas escolas militares, de modo a tender os grandes melhoramento da arte da guerra, conciliando as suas exigências com a missão altamente civilizadora, eminentemente humanitária e moral que, no futuro, está destinado aos exércitos do continente sul-americano.

2º - O soldado, elemento de força, deve ser de hoje em diante o cidadão armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso, como garantia da ordem e da paz públicas, apoio inteligente e bem intencionado às instituições republicanas, jamais instrumento

278 Motta, Jeovah, Formação do Oficial do Exército, p. 207.

servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral.

3º - O militar precisa de uma suculenta e bem dirigida educação científica que, preparando-o para tirar toda vantagem e utilidade dos estudos especiais de sua profissão, o habilite, pela formação do coração, pelo desenvolvimento dos sentimentos efetivos, pela expansão de sua inteligência, a bem conhecer os seus deveres, não só militares, como, principalmente, sociais.

4º - Impõe-se um ensino integral, onde sejam respeitadas as relações de dependência das diferentes ciências gerais, de modo que o estudo possa ser feito de acordo com as leis que têm seguido o espírito humano em seu desenvolvimento, começando na Matemática e terminando na

Sociologia e Moral, como ponto de convergência de todas as verdades, de todos os princípios até então adquiridos, e foco único de luz capaz de iluminar e esclarecer o destino de todas as concepções humanas"

É preciso mencionar a respeito desta questão as palavras de Comte:

"Em todo regime regular, o governo propriamente dito só pode ser uma expansão da preponderância civil. É por isso que a ordem final das sociedades modernas assegura o poder temporal aos principais chefes industriais (...) Uma tal supremacia tranquilizará e acalmará a massa popular sem exigir nenhuma grave compressão habitual, e reagirá sobre os chefes industriais de maneira a torná-los cada vez mais dignos de sua final elevação altruística, à medida que seus sentimentos se

purificarem e sua visão se alargar(279)".

Os militares, convictos da necessidade de modernizar a sociedade brasileira, para colocá-la nos rumos da civilização (aspirada por Comte) atuaram no sentido de inserir um novo elemento cultural obtido na consagração das ciências quantificáveis, para em seguida, erigirem, idealmente, uma sociedade elitizada na qual cumpririam a função precípua indicada por Comte aos "sábios": regenerar o social para conduzi-lo à consecução da ordem civilizada. Os militares assumiram a posição dos "sábios-guardiães" que deveriam organizar "a sociedade segundo os imperativos do consenso" resultando, no campo político, uma **ditadura republicana** que conciliasse "uma investidura popular de poder político com a garantia do pleno exercício das liberdades públicas".

Cabe dizer, que essa ditadura, na perspectiva apontada por Comte, não se confunde, teoricamente, com o despotismo, a arbitrariedade ou o totalitarismo de nenhuma forma, mas é o resultado do predomínio da força material, no qual o poder político é fruto da reunião do executivo e legislativo: isto é uma lógica autoritária cujo poder emana

279 Comte, Augusto, Política Positiva in Antonio Valença Mello, op. cit., p.80.

do consenso das massas (uma investidura só **simbolicamente** popular). As bases desse poder pressupõem a criação de uma ética que se apóia em um "nacionalismo cultural", manifestação ideológica anti-popular cuja gênese é possível ser apreendida já neste contexto histórico. A intenção presente, quer consciente, ou inconscientemente na ética militar, manifesta-se em sua prática ao excluir a participação democrática, porque os "destinos da pátria" se reservavam à "elite de sábios" que os militares advogavam ser.

Os fundamentos dessa ética, definem os propósitos existenciais, através de um altruísmo, no qual, acima de tudo, estava o serviço à Pátria, combinado com apreço à honra militar. Excluía o militarismo, inicialmente, em nome da aceitação da "ditadura monocrática" defendida por Comte.

Segundo Comte:

"a ditadura monocrática deve, pois, tornar-se republicana em todo Ocidente, segundo o modo e a época peculiares a cada caso, em virtude das distinções abaixo indicadas. Mas, a fim de que a ordem não sofra nenhuma alteração,

importa que esta transformação seja sempre instituída de cima, sem provir de uma insurreição qualquer. O principal destino dela exige por toda parte uma plena renúncia à violência, para estabelecer, entre os governantes e governados, o livre pacto que deverá gradualmente trazer uma conciliação durável entre duas necessidades simultâneas"(280).

Ainda segundo Comte:

"Somente uma digna transformação é que pode permitir que o poder prático afaste os entraves onerosos e degradantes que ele (o progresso) ainda encontre nos destroços do regime parlamentar. Sem admitir as sutilezas metafísicas que distinguem as leis das ordenanças ou decretos, esse poder (prático, ditatorial) deve assim concentrar todo o governo,

280 Comte, Augusto, Apelo aos Conservadores, in Paim, Antonio, O Apostolado Positivista e a República, p. 24.

conservando apenas uma assembléia puramente financeira para o voto trienal do orçamento"(281).

Segundo Fernando Henrique Cardoso, os militares voltados à crítica política eram pobres de origem, embora educados de forma diferente daquela dos "legistas". Isso os conduziu a um progressismo social, prendendo-os em sua ação e orientações ao círculo de ferro das "revoluções dentro da ordem", "na medida em que também para eles a própria corporação militar - defendida como parte do Estado, era "o partido" e na medida em que o povo aparecia-lhes mais como um atributo inerente à nação, do que como soberano, cuja majestade deveria reluzir tanto mais quanto mais autônomo e educado fosse"(282).

Os Ideólogos

A ideologia militar ao confrontar-se com as instituições do Estado monárquico ocupou um "lugar" (entre

281 Comte, Augusto, op. cit., p. 24.

282 Cardoso, Fernando Henrique cf. Luis Werneck Vianna, op. cit., p. 45.

1870 e 1889) no qual as aspirações, embora ainda veladas, sobrepujavam o terreno social expressando uma nova visão política que representava a gênese de uma nova luta pelo poder entre as forças sociais emergentes. Essas forças se exprimiam, nesse momento, difusamente ou se combinavam numa unidade miscigenada e complexa, na qual misturavam-se os elementos teóricos e formais com as práticas sociais necessárias à concretização histórica.

A gênese do processo ideológico, que se iniciou na Escola Militar da Praia Vermelha tem uma história. Em 1874, o ciclo da Escola Central havia se encerrado, inaugurando os estudos científicos no Brasil, impulsionado pela Engenharia. A Escola Militar da Praia Vermelha seria, nas palavras de Umberto Peregrino, mais atuante, mais poderosamente influente na vida cultural brasileira(283). Essa Escola que acolhia os filhos da burguesia comercial e burocrática (classes médias urbanas) tornou-se, nos fins do século XIX, "o pólo de atração de tantos e de tão altos valores que dali se projetariam poderosamente na vida nacional, a ponto de se tornarem os artífices da substituição do regime monárquico"(284).

283 Peregrino, Umberto, História e Projeção das Instituições Culturais do Exército, p. 16.

284 Idem, Ibidem.

Os jovens intelectuais que passaram a integrar o ciclo dos seguidores do comtismo, na condição de militares e discípulos de Benjamin, vão se deparar com as formulações do projeto político e educativo do Positivismo, para discutir, a partir dele, as questões nacionais e as crises que se avolumam no Império. A formação da doutrina do "soldado-cidadão" ganha características diferentes, ao transmutar a lógica científica oferecida pela matematização do real na lógica de ação social, de idealidade política (salvacionista e, portanto, transformadora), como já foi mencionado anteriormente. Aspirando progresso sem alteração da ordem, os jovens cadetes esboçaram, ao participarem da discussão das questões políticas que o momento lhes oferecia, também uma estratégia político-militar, guiados pela organicidade da doutrina comtiana, que encerrava subsídios ao ensino científico e era adversa a todo e qualquer espiritualismo metafísico. "O propósito fundamental de Comte não era erigir uma nova filosofia ou estabelecer a ciência sobre novas bases, mas proceder a uma reforma da sociedade"(285). Para tanto, Comte necessitava reformar "o saber e o método", uma vez que para ele a característica da sociedade advém do grau que ela atingiu em seu desenvolvimento intelectual(286).

285 Vita, Luís Washington, Alberto Sales - O Ideólogo da República, p. 50.

286 Idem, Ibidem.

"O sistema comtiano compreende três fatores básicos: em primeiro lugar, uma filosofia da história que há de mostrar porque a filosofia positiva é a que deve imperar no próximo futuro; em segundo lugar, uma fundamentação e classificação das ciências assentadas na filosofia positiva; e por último, uma sociologia ou doutrina da sociedade que, ao determinar a estrutura essencial da sociedade permita passar à reforma prática, ou seja, à reforma religiosa, à religião da Humanidade"(287).

Por tratar-se de uma doutrina rígida e autoritária que pode ser percebida em seu preceito insofismável, o comtismo serve de base à ideologia militar:

"A ordem social será sempre incompatível com a liberdade permanente deixada a cada qual, sem a prévia execução de nenhuma

287 Vita, Luís Washington, op. cit., p. 50.

condição racional, de discutir, cada dia novamente as próprias bases da sociedade"(288).

A doutrina militar que se formou foi aquela identificada com a filosofia que advogava sua aversão pelas "disposições revolucionárias" no momento de ruptura com o pensamento utópico-crítico do Iluminismo, na figura de seu precursor Saint-Simon. Simpatizante das teorias da contra-revolução de De Bonald e De Maistre, Comte identifica, nesses autores, uma forma modelar de raciocínio de acordo com o método positivo.

A ordem aspirada por Comte é a ordem industrial que contém o progresso, isto é, o desenvolvimento da indústria e das ciências. Por esse motivo, o método positivo visava afastar a ameaça representada pelo negativismo anárquico e revolucionário representado pelas massas populares. Apegando-se à sistemática metodológica, anteriormente utilizada por Condorcet e Saint-Simon, desde 1825, Comte buscava uma ciência natural da sociedade que servisse de modelo sistemático: a física social (mais tarde denominada de Sociologia), pois considerava que a aprendizagem dos fatos sociais e políticos, como

288 Vita, Luís Washington, op. cit., p. 51.

exclusividade da história positiva, tinha suas bases nas ciências exatas. Comte entendia por física social, a ciência que tinha por objetivo o estudo dos fenômenos sociais, considerados dentro do mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, quer dizer, como sujeitos à leis naturais invariáveis, cuja descoberta era o objetivo específico de suas pesquisas.

"Para consecução de seu plano, inventou uma religião e uma política (...), proclamou um Deus, instituiu um culto, fabricou um calendário, organizou um poder espiritual e indicou as excomunhões. Além disto, adaptou o método das ciências matemáticas e físicas na organização deste plano" (289).

O método de Comte tem por suporte teórico a invariabilidade das leis da física e estabelece o chamado "dogma da invariabilidade das leis da física" como sendo o mais legítimo fundamento do verdadeiro espírito do Positivismo(290). A idéia da invariabilidade das leis

289 Palavras de Taine, H., Journal des Débats, cf. Paulo Mercadante, op. cit., p. 73.

290 Regis de Moraes, J. F., Positivismo, Repressão e Educação in Revista Reflexão Nº 19, p. 82.

naturais não é uma novidade criada por Comte. Ela já se apresentava, anteriormente, no pensamento de alguns economistas políticos, por exemplo, Jean Baptiste Say que escreveu em seu *Tratado de Economia Política* (1803):

"As leis gerais que regulam as ciências políticas e morais existem a despeito das disputas ... elas derivam da natureza das coisas tão seguramente quanto as leis físicas do mundo..."(291).

Em síntese, Comte almejava reorganizar a compreensão da realidade utilizando-se de concepções disponíveis, para legitimar o poder da burguesia francesa que se sentia ameaçada pelas convulsões sociais.

Comte preservou nessa lógica da imutabilidade das leis sociais, à semelhança do que ocorria com as leis da natureza, um recurso ideológico para justificar "a ordem pré-estabelecida e salvaguardar a concentração de riquezas entre os chefes industriais". A seu ver os operários deveriam submeter-se, mediante a influência do impulso feminino, e reconhecer as vantagens "de uma digna irresponsabilidade". Com essa concepção, "o naturalismo

291 Cf. Michael Löwy, Método Dialético e Teoria Política, p. 24.

positivista" assumia seu teor explicitamente ideológico e até perverso, porque Comte e seus seguidores procuravam sempre demonstrar "a eterna necessidade dos senhores do capital" (alusão irônica de Marx ao comtismo em uma passagem de O Capital)(292).

O próprio Comte em sua obra *Curso de Filosofia Positiva* deixa explícita sua intenção ao afirmar que o Positivismo

"tende poderosamente, por sua natureza, a consolidar a ordem pública, através do desenvolvimento de uma sábia resignação (...) Evidentemente só é possível haver uma verdadeira resignação, isto é, uma permanente disposição para suportar com constância e sem nenhuma esperança de compensação qualquer que seja, os males inevitáveis que regem os diversos gêneros de fenômenos naturais, a partir de uma profunda convicção da invariabilidade das leis(293)".

292 Löwy, Michael, op. cit., p. 25.

293 Idem, Ibidem.

O contexto histórico, no qual o Positivismo, na Europa, ganha espaço como corrente filosófica, é aquele no qual o direito e a economia política se afirmam como aparatos teórico-superestruturais da burguesia que havia deixado de ser revolucionária para associar-se ao exercício do poder. O Positivismo de Comte esboça-se no momento em que a sociedade burguesa estava confiante e orgulhosa de seu sucesso. Hobsbawn afirma acerca da gênese do Positivismo na Europa:

"Em nenhum outro campo da vida humana isso era mais evidente que no avanço do conhecimento da ciência"(294).

Nesse momento histórico, os homens cultos não estavam apenas orgulhosos de suas ciências, mas preparados para subordinar todas as outras formas de atividade intelectual a elas. Se a filosofia positiva de Augusto Comte não foi além da excêntrica "Religião da Humanidade", a semente do Positivismo comtiano, pelo seu método, abriu a perspectiva do exagero cientificista, no qual, a filosofia era tida como redundância da ciência, "uma espécie de laboratório intelectual assistindo aos cientistas"(295).

294 Hobsbawn, Eric, op. cit., p. 261.

295 Idem, p. 262.

Augusto Comte na primeira lição do *Curso de Filosofia Positiva* escrevendo sobre a ordem social deixa claro:

"a exigência de um assentimento unânime a um certo número de idéias gerais, capazes de formar uma doutrina social comum".

Comte almeja deduzir um método, um esquema capaz de mudar o estatuto das sociedades, partindo da necessidade de impor como preponderante, a filosofia positiva, efetivo recurso para instituir uma "verdadeira ordem social". A palavra "positiva" enfatiza o caráter de ciência que Comte almejava para a Sociologia. Filha do Positivismo, a Sociologia guiava-se pelo princípio de emancipar o conhecimento sobre o social dos credos religiosos e da especulação metafísica. Com isso, esperava atingir uma objetividade própria dos modelos das ciências naturais, empíricas por um lado, e metafísicas, por outro. A doutrina da sociedade havia permanecido, segundo Comte, aquém desse ideal científico e, por este motivo, era necessário transformá-la em uma ciência, que desse corpo e substância à questão que a filosofia apenas tinha entrevisto".

A sociologia positiva acreditava ter por missão específica proceder ao reconhecimento das leis da natureza, (consideradas imutáveis), buscando sempre a "exatidão" (encontrada na comprovação e não uma verdade absoluta ou a sociedade justa). Segundo Comte, a nova ciência deveria ter por instrumentos exclusivos a "observação pura", o experimento e o método comparativo. Para consolidar seus intentos, a nova ciência precisava afastar-se de "toda e qualquer investigação fútil e inacessível da natureza íntima ou do modo essencial de produção de um fenômeno, fosse esse qual fosse. A explicação dogmática, segundo a qual o movimento da sociedade, ao obedecer leis invariáveis, não é regido pela força de uma vontade caprichosa, anuncia sua recusa em aceitar a presença de quaisquer contradições da estrutura social, separando a teoria da práxis. Comte argumenta que

"os fenômenos sociais, dada sua complexidade, requerem um maior distanciamento intelectual do que os demais objetos da ciência entre as concepções especulativas, por muito positivas que sejam. A nova filosofia social deve resguardar-se contra uma tendência comum para o cotidiano".

Comte temia que a nova filosofia pudesse intrrometer-se ativamente no movimento político propriamente dito, porque só lhe caberia manter-se permanentemente em estado de observação empírica. A intervenção da filosofia social no movimento político só deveria ocorrer no cumprimento de sua "elevada função de ensino", preparando os homens para sua nobre realização.

O quadro social do século XIX, ambiência histórico-social de Comte, estava impregnado ainda pelo entusiasmo para com o Liberalismo econômico, marcado pelo individualismo e pelo "laissez-faire". Esse Liberalismo trazia em seu bojo toda a sorte de conflitos e desumanidades relativos aos agudos problemas sociais(296). Principalmente as cidades, marcadas pelo avolumar aviltante dos problemas sociais (de habitação, de higiene, de desproteção do trabalhador e crises salariais), constituíam, a partir de 1835, a realidade que servia de suporte ao mencionado Liberalismo, com todo seu cotejo de absurdos e injustiças. E por mais estranho que pareça, a partir de então, Comte elabora um pensamento conservador e reacionário, não descurando de imaginar o progresso, mas imaginando-o como inexplicável produto da ordem vigente contra qualquer sorte de revolução(297).

296 Regis de Moraes, J.F., op. cit., p. 80.

297 Idem, Ibidem.

Daí afirmar:

"Quando se elabora um regime caracterizado pela combinação contínua da atividade pacífica com a fé demonstrável deve-se, antes de tudo, renunciar a fazê-lo de outro modo que não pelo livre assentimento do público e dos seus chefes. Todo recurso à violência tornar-se-ia contraditório com a instituição de uma disciplina em que sua inteira eliminação se acha por toda parte erigida em dever fundamental. Longe de lamentar que sua doutrina não possa alcançar suficiente popularidade para ministrar semelhante recurso à transição que hão de dirigir, os verdadeiros positivistas bendirão a situação que os preservar para sempre de se degenerarem em revolucionários"(298).

298 Comte, Augusto, Política Positiva, in Antonio Valença Mello, p.p. 374 e 375.

Teoricamente, as formulações de Comte atendiam à aspiração pela novidade de princípios que pareciam, à primeira vista, opostos ao Liberalismo oligárquico que preponderava entre os políticos do Império brasileiro.

No Brasil, os desdobramentos da influência positivista vieram em decorrência de uma série de fatores, que se sucederam no processo de transformação das bases estruturais da formação social que se consolidavam. Por esse motivo, ele foi amplamente discutido e utilizado pelos cadetes da Escola Militar, por influência dos professores positivistas e se envolveram na prática pedagógica da regeneração social, como portadores da lógica burguesa.

O Positivismo, desenvolvido na Escola Militar, apresenta, portanto, dois fatores decisivos e que podem ser arrolados: o primeiro, é o fato de ter surgido no seio da própria oficialidade uma ação renovadora (...) e o segundo, é sua sobrevivência ao fechamento sumário da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904, permanecendo, ainda, como base teórica da formação que passou a se processar posteriormente na Escola do Realengo. Defendido pelos alunos de maior projeção, "em geral os alunos distintos", o Positivismo era tema de amplas discussões realizadas semanalmente pela Sociedade Acadêmica Militar.

Peregrino, ao referir-se à fisionomia da Escola da Praia Vermelha, afirma:

"Não seria, em todo caso, tão importante a posição da Escola Militar da Praia Vermelha na vida cultural brasileira se houvesse sido ela apenas um centro de irradiação filosófica, um reduto acadêmico, um colégio de sábios matemáticos, sem vinculação com as preocupações comuns sem identificação com os outros grupos do pensamento e da sensibilidade nacionais. Mas, não há que reclamar a esse respeito. A ilustre Escola da Praia Vermelha era humaníssima e também brasileiríssima. Nem é possível compreender o papel que chegou a desempenhar, transbordando da esfera estritamente cultural, para o campo político, sem lhe conhecer a intimidade movimentada, ativa, pitoresca, generosa, rica de

imprevistos tantas vezes
comovedores imprevistos !"(299).

Os novos ideólogos não tinham ainda, plenamente, os elementos da luta política organizada, mas estavam a caminho de identificá-la.

A partir de 1874, na Escola Militar, as novas idéias se introduziram com todo vigor. Os cadetes experimentavam um quadro de realidade diferente e se entregavam às motivações até então desconhecidas no Exército. A emergência das forças sociais renovadoras do capitalismo estava presente na imprensa, nos cenáculos, nas escolas. A solicitação por reformas dos grupos políticos progressistas, a ameaça de revolução que começava a crescer com o inconformismo generalizado, tornavam o oficial suscetível de envolver-se na regeneração nacional.

Esse envolvimento começou a refletir-se na forma de problemas disciplinares, contrariando a leitura do Ministro da Guerra, o General Polidoro (1875), sobre a indisciplina que se generalizava(300). A seu ver, tratava-se de um "espírito de indisciplina" que se apoderava da Escola Militar. Jeovah Motta observa que o que Polidoro

299 Peregrino, Umberto, op. cit., p.23.

300 Motta, Jeovah, op. cit., p. 230.

chamava de "espírito de indisciplina" era bem o "novo", que a seus olhos ia, aos poucos, tomando corpo(301). Era o novo cadete, o novo ideólogo que estava ávido por analisar e discutir o sentido da realidade que o cercava, bem como, a forma pela qual o poder se exercia. Ao discutir o porquê das ordens recebidas, questionava o sentido mesmo da autoridade, acompanhando o ritmo das mudanças inevitáveis da realidade nacional.

A partir de 1874 os métodos de ensino na Praia Vermelha foram pautados sobre alguns aspectos básicos, fundamentais para a organização da nova mentalidade:

"a) a completa autonomia do professor no trato da questão; b) a utilização exclusiva da exposição oral e o completo desvafor da experiência e da aplicação".

O dispositivo legal sobre o método aparece no regulamento de 1874, ressaltando, também, as obrigações do lente:

301 Motta, Jeovah, op. cit., p. 230.

"1) o interrogatório do aluno, quando julgado conveniente, para verificação do aproveitamento.

2) as recordações, por meio de dissertações escritas, para adestrar na maneira de fazer exames".

Ao prescrever, superficialmente, as funções pedagógicas o texto oficial dava ao lente, liberdade para optar pelo método de ensino que bem lhe aprouvesse, de acordo com a inclinação pessoal.

Jeovah Motta observa que:

"As idéias e inclinações foram levando, mais e mais para o exagero da exposição oral, para o desprestígio do "exercício", e da "experiência" da aplicação prática" (302).

Marcadamente verbalístico, o ensino na Praia Vermelha derivou para o exibicionismo da erudição do lente, procurando impressionar pela amplitude dos conhecimentos,

302 Motta, Jeovah, op. cit., p. 233.

ultrapassando os limites didáticos para o exercício retórico ou proselitista. Nos dizeres de Barbosa Lima, o ensino dos conteúdos se fazia independentemente da adequação ou necessidade do mesmo, com as finalidades da formação da Escola. Isso ocorria, sobretudo, nas disciplinas matemáticas (apesar de não apresentarem grandes deficiências metodológicas). Os programas de Cálculo Diferencial e Integral eram exaustivos e transcendiam as necessidades da formação do oficial e do engenheiro. Um exemplo dessa didática da Praia Vermelha, na qual os lentes perseguiram um ideal: "mostrar sabedoria e erudição", encontra-se na figura de Benjamin Constant. Tasso Fragoso dá um depoimento no qual demonstra que Benjamin Constant, apesar de tudo, possuía uma compreensão moderna da psicologia da aprendizagem"

"Expunha a matéria de modo bem diferente dos lentes habituais e com uns laivos encantadores de simples modéstia. Em vez de uma seqüência monótona de axiomas, teoremas e corolários, ouvia-se-lhe primeiro, com verdadeiro deleite, uma exposição sintética do assunto (...). Quando, depois, passava às fórmulas e mandava

escrever na pedra, letras, números e figuras para as deduzir, tínhamos a impressão que descíamos do alto, já tendo idéia perfeita da paisagem e entrávamos a examinar-lhe com vivo interesse, todas as minúcias. Qualquer que fosse a matéria da lição, quer se tratasse de Geometria, de Cálculo, o método era sempre o mesmo; abarcar primeiro o assunto numa larga visão sintética, contemplá-lo pelo exterior para lhe conhecer as grandes linhas estruturais, localizá-lo com precisão e, só depois, invadi-lo francamente, para lhe examinar as particularidades"(303).

É evidente que Benjamin Constant utilizava-se do método dedutivo, operando com os princípios do que Comte denominava de análise hipertranscendente, presentes na *Filosofia Positiva* e na *Síntese Subjetiva*. Na forma de raciocínio e no entusiasmo em relação ao conteúdo que

303 Fragoso, Tasso, Palavras no Túmulo do Marechal José Bevilacqua, cf. Jeovah Motta, op. cit., p. 235.

ensinava - porque expressava, acima de tudo, uma adesão doutrinária - Benjamin sabia motivar suas aulas e, com isto, atraía adeptos às suas configurações conceituais matemáticas ou políticas. Tinha, também, consciência de suas qualidades de bom professor, apto a transmitir, com excelência e segurança, os conteúdos formativos que deram substrato à formação do "soldado-cidadão". Segundo o próprio Benjamin:

"O bom professor é a alma do ensino, é a escola em ação, sem ele, nada valem os melhores programas, que não passarão de letras mortas. O bom professor é o programa vivo, inteligente, animado, que a cada instante se modifica para melhor adaptar-se à inteligência do aluno, evitar ou corrigir-lhe os erros e desvios, esclarecer-lhe as dúvidas, consolidar, desenvolver e aperfeiçoar as noções adquiridas, responder às mil questões que a curiosidade lhe sugere, sem nada perder, no entanto, da soma e importância das noções e transmitir, antes ao

contrário, concorrerão assim, poderosa e eficazmente, para melhor conseguir aquele desideratum"(304).

Benjamin Constant estava convencido do poder da atividade pedagógica na formação de uma mentalidade e apostava no estilo, no carisma dos mentores dessa atividade. Seu ideal, no que tange à formação militar, era conferir aos oficiais uma sólida cultura científica para permitir-lhes fazer parte de um novo exército, um instrumento adequado para cumprir o papel civilizador. As derivações da Matemática, para os problemas cívicos, ofereciam os elementos do ensino que formaria o "soldado-cidadão", o mediador da transição para a nova ordem social. Para tanto, Benjamin aspirava a um ensino que oferecesse condições objetivas, para que os oficiais adquirissem a sólida cultura científica, cívica e política.

As linhas mestras para atingir esses novos objetivos apareceram na reforma de Benjamin Constant (1889):

1º - Um curso preparatório em três anos, que repete, de um modo geral, os regulamentos de 1874 e

304 Motta, Jeovah, op. cit., p. 236.

1889, mas que especifica: o ensino da Geografia deve deter-se, particularmente, na América do Sul e no Brasil, e o da História deve focalizar, especialmente, a História do Brasil.

2º - Um curso geral em quatro anos, para todos os alunos, em que são estudadas as ciências gerais da classificação de Augusto Comte, e de acordo com a seqüência desta classificação.

3º - Um curso das três armas, em um ano, também para todos os alunos, em que se situam os estudos profissionais da Arte Militar, da Balística e, também, os de Direito e de Economia Política.

4º - Três cursos de caráter especializador: o de Artilharia, em um ano, e os de Estado-Maior e de Engenharia, em dois anos cada"(305).

305 Motta, Jeovah, Formação do Oficial do Exército, p. 209.

A formação do novo oficial, após 1874, deveria ser feita em uma instituição renovadora e a Escola da Praia Vermelha tornou-se um centro de excelência, pelo padrão de ensino oferecido ao longo de quatorze anos de vigência do regulamento de 74, cognominado de "regulamento Polidoro". A reforma Polidoro fazia parte das mudanças pelas quais passava o ensino superior no Brasil, após 1870. A novidade residia na escolha de uma via filosófica que trouxesse resultados transformadores e substituísse a tradição jesuítica. Não ficaram imunes à novidade as escolas de Ciências Naturais e escolas técnicas. Em Pernambuco, Tobias Barreto reformou o ensino das Ciências Jurídicas, com base nos métodos novos que haviam sido trazidos da Europa: o Evolucionismo e o Naturalismo social.

Na Escola Militar, as idéias novas atingiram seu apogeu, introduzindo-se, primeiramente, sob a forma de conquista científica e derivando para a análise social. Os processos educacionais transformados ofereceram elementos para a discussão acadêmica politizadora, cujo resultado foi a conclusão de um ideário que almejava revitalizar, de início, as forças militares para, em seguida, amparar a revolução pelo alto que organizava.

Os cadetes da Escola Militar estavam convencidos de que Benjamin Constant representava a chance de alterar a ordem política, porque ele acompanhava fielmente as idéias de Comte no terreno puramente científico, aceitando integralmente a filosofia positiva e a política, recusando, por outro lado, a atitude religiosa exigida pela Religião da Humanidade, transformada em culto a Clotilde de Vaux pelo Apostolado Positivista Brasileiro(306). Isto pode ser percebido nas palavras de Ximeno de Villeroy.

Ximeno de Villeroy assim se expressa a respeito do arrefecimento da tendência religiosa em Benjamin Constant:

"Ao contrário do que pretende o Apostolado Positivista, seguido por muitos correligionários de boa-fé, porém, que não privaram com o sábio Mestre, Benjamin Constant conhecia muito bem toda a obra de Augusto Comte. Mais de uma vez ouvi-o citar a Política e quanto à portentosa Síntese Subjetiva, a ela se referia constantemente nas suas inigua-

306 Benjamin Constant, havia se afastado do "ardor religioso positivista". Cf. Ximeno de Villeroy, op.cit., p.28.

láveis lições. Não era, porém, um fanático, nem estava convencido de que a humanidade devia imobilizar-se diante de Augusto Comte, como o fizera a tenebrosa Idade Média diante de Aristóteles. Tanto quanto possível, ele seguia o programa do grande Reformador, mas nunca dominado por aquele pueril terror do materialismo algébrico. Tratando da teoria da eliminação, por exemplo, ele aconselhava a leitura de Cauchy, qualificando de capítulo de ouro aquele em que este algebrista expõe aquela teoria. Benjamin Constant tinha a maior veneração pelo gênero incomparável do Filósofo de Montpellier, cujo saber julgava insuperável e jamais se permitiu a liberdade de criticá-lo (307).

Os discípulos de Benjamin fizeram profissão de fé sobre os ensinamentos adquiridos em suas aulas. Ximeno de

307 Villeroy, A.Ximeno de, op. cit., p. 28.

Villeroy expressa a adesão incondicional dos cadetes à doutrina do "soldado-cidadão":

"Como Benjamin Constant, estamos firmemente convencidos de que a filosofia positiva é definitiva, como definitiva é a lei da gravitação, como é definitiva a legislação astronômica de Kepler em que pese à delirante metafísica alemã contemporânea (...) Estamos igualmente convencidos de que a Política Positiva é o complemento necessário da Filosofia Positiva não havendo a alegada quebra de continuidade entre estes dois movimentos do gênio filosófico"(308).

Benjamin Constant, em 1871, era taxado pelos membros do Apostolado Positivista de "subversivo", porque apregoava uma nova pedagogia. No Clube Acadêmico Positivista Militar, Benjamin foi apontado como "guia da mocidade na vanguarda da revolução republicana" e da propaganda doutrinária. Em 1879, na Escola Militar, essa

308 Villeroy, A.Ximeno de, op. cit., p. 214 e 215.

nova doutrina estava tão fortemente arraigada que apareceu no ofício do referido Clube de 12.05.1879:

"Rio de Janeiro, 20 de Cesar de 91.

Ordem e Progresso - Ilmo.Sr. -
Tenho a honra de participar a V.Sã. que, em sessão celebrada a 14 de Cesar do corrente ano, e por propostas dos sócios efetivos do "Clube Acadêmico Positivista", foi V.Sã., aceito sócio honorário do mesmo clube. O cumprimento deste dever me é tanto mais grato, quanto pertenço a esta plêiade de jovens, cujos primeiros passos na verdadeira senda da regeneração social, foram guiados pelo vosso eloqüente verbo na cadeira que tão dignamente regéis nesta Escola". O signatário do Clube, após tecer outros elogios a Benjamin Constant, conclui: "E vós, como guia dessa mocidade, não deveis

abandoná-la no momento mesmo em que pede o vosso auxílio"(309).

A vanguarda da futura revolução republicana começava a mostrar os primeiros sinais de inquietação.

Cabe aqui assinalar, a propósito da organização do ideário militar, o protesto de Teixeira Mendes contra o "desvio doutrinário" de Benjamin Constant e dos cadetes da Escola Militar(310) após a proclamação da República.

"O resumo de tudo quando acabamos de expor é que, o regulamento das escolas do Exército, veio apenas desenvolver o sistema pelo qual a burguesia se esforça por eternizar o seu domínio entre nós. A insurreição de 15 de novembro, tendo transferido para os letrados militares, o ascendente político, que durante o Império coube aos bacharéis e doutores paisanos, os primeiros, a fim de garantirem sua supremacia, esforçam-se por

309 Cf. Tocary Assis Bastos, op. cit., p.90.

310 Teixeira Mendes, O Positivismo e o Recurso às Insurreições, Igreja Positivista cf. Tocary Assis Bastos, op. cit., p.80.

determinar, que, para a sua classe
convirjam as ambições burguesas,
que até hoje demandaram as
profissões jurídicas, médicas e
politécnicas. Tal é o móvel
secreto do favorecimento de
instituições acadêmicas, que
aparentam, com denominações
militares, visar a instrução da
profissão guerreira, num século e
num continente que maldizem a
guerra, anelam pela paz".

As palavras de Teixeira Mendes deixam claro que havia entre os militares a intenção de dirigir, em nome das novas aspirações burguesas (que ainda se apresentavam difusas e não compunham um projeto de organização por esta classe), a remodelação do Estado, de forma a garantir a vigência de uma lógica que se apresentava como modernizadora, em oposição ao Liberalismo oligárquico. Era necessário criar a República, para exercerem sua função político-militar de exército burocratizado burguês.

Cabe assinalar que Ximeno de Villeroy demonstra como se processou o desdobramento dessa formulação

ideológica e os enfrentamentos entre o Exército e o Governo.

"O dissídio entre o Exército e o Governo vinha de longe, porém começou a acentuar-se de modo alarmante a partir de 1884, pondo em dolorosa evidência o desprestígio sempre crescente do poder público. Para explicar tão deplorável situação, os homens do governo e, em geral, todos os profissionais da política só encontram um motivo - a disciplina dos militares"(311).

Ao comentar essa afirmação dos políticos, Ximeno afirma que: "o que os políticos definem como 'indisciplina' resulta de sua 'incapacidade moral e mental' que os coloca em conflito com 'as aspirações nacionais'". Ximeno que retrata bem a leitura do militar positivista sobre a realidade política do momento (porque ele era ex-aluno da Escola Militar e de Benjamin Constant) afirma:

"E assim em vez de ser o governo o coordenador de todos os esforços

311 Villeroy, A.Ximeno de, op. cit., p. 59 e 60.

sociais no sentido do bem público, torna-se ao contrário, um estorvo a este supremo bem".

As palavras de Ximeno deixam antever a preocupação própria do universo burguês na contradição do Positivismo com o conceito de "soberania popular":

"Sem aceitar o dogma metafísico da soberania do povo, o Positivismo apropria-se sistematicamente de quanto ele contém de verdadeiramente salutar, tanto para os casos excepcionais, como principalmente para a existência normal, afastando os imensos perigos inerentes à sua aplicação absoluta".

Para Comte esse conceito (de soberania popular) é destituído de conteúdo, havendo apenas lugar para a ditadura - "princípio de força fundamental do governo".

Ao comentar o teor da política positiva, Ximeno afirma que o Positivismo aponta a saída revolucionária só para os casos extremos, isto porque:

"...o caráter profundamente relativo da nova doutrina social torna-a, ao contrário, a única capaz de conciliar radicalmente a subordinação normal com a revolta excepcional como exigem simultaneamente o bom senso e a dignidade humana"(312).

312 Villeroy, A.Ximeno de, op. cit., p. 83.

C O N C L U S Ã O

Conclusão

As formulações da ideologia militar expressavam uma visão diferente da visão liberal. Ao teorizar a prioridade da ordem sobre o progresso e o apelo revolucionário, como recurso extremado, mostra bem a predominância da lógica positivista, em oposição ao racionalismo liberal. Buscando questionar as bases da política estabelecida, como aspecto de uma tarefa honrosa própria de mediadores (os filósofos na concepção de Comte), capazes de desincumbir-se, de modernizar as instituições políticas, os militares positivistas acreditavam prenunciar uma nova era, que representasse aspirações das novas forças sociais ascendentes, convicção essa calcada nas possibilidades de se atingir a sociedade positivista, império da ciência.

Configura-se na ideologia militar (defendida pelos jovens oficiais), a partir de 1874, a tripla dimensão apontada por Gramsci (ao estudar o estatuto da ideologia): a dimensão cognitiva experimentada pelos militares nas

contradições vividas na Guerra do Paraguai e na percepção dos interesses que a Monarquia representa; a dimensão ontológica desse ideário (enquanto nível superestrutural da totalidade social e forma da estrutura econômica), configura-se nas bases teóricas do Positivismo, à tendência nacionalista e à aspiração de modernizar as instituições do Estado, para colocar o país no rumo do desenvolvimento industrial como ocorrera na Europa. A dimensão axiológica-normativa configura-se na aspiração de um modelo político republicano, não democrático, associado a uma concepção ditatorial e austera da "coisa política" submetendo o progresso à ordem. Sobre essa questão, as palavras de Luís Werneck Vianna são conclusivas: "o radicalismo militar não se esgota no político, em termos de mera apropriação dos aparatos do poder estatal. Ao lado disso, anuncia uma concepção da organização social e política discrepante dos grupos oligárquicos, cuja ponta aparente se indica pela questão da federação"(313).

A *intelligentsia* brasileira, até então, desenvolvia um estilo específico de pensamento correspondente à peculiaridade de suas origens. A vinculação com a propriedade rural, com as profissões liberais nascidas da urbanização e da expansão do comércio

313 Vianna, L. Werneck, Liberalismo e Sindicato no Brasil, p. 41.

era determinante para o surgimento de posições ecléticas e, muitas vezes, contraditórias. O Positivismo, nesse contexto, representava a inovação oferecida pelo novo espírito da época e a radicalização contra a dominação da elite bacharelesca que ocupava cargos e posições na magistratura, na administração, na política e no magistério além de amealharem lugares nos dois partidos existentes até 1870: o liberal e o conservador. As raízes do Ecletismo ideológico foram fincadas em 1822 e dominaram a preocupação dessa *intelligentsia* até 1870. O espírito da conciliação que aparecia nos inúmeros matizes das tendências predominantes determinou uma ambiência intelectual morna, principalmente, porque quaisquer arroubos, que fugissem ao solucionado, sofreriam aniquilamento sem demora. A tendência de concórdia fazia-se sentir nas pregações do Liberalismo econômico à inglesa, enquanto o Liberalismo político esbarrava no regime de trabalho escravo, refluía em direção à França e ao liberal francês Benjamin Constant (1767-1830), que expunha a essência e as limitações da doutrina. A combinação de princípios projetava na cena política brasileira, tendências à direita e à esquerda do poder, expressão do Liberalismo revolucionário e na tendência conservadora, muito bem consubstanciada no exercício político atrelado ao Império.

A questão abolicionista recebeu tratamento diferenciado pelas tendências teorizantes liberais ou positivistas, a partir de 1868. A partir desse ano, as forças conservadoras fecharam questão sobre a manutenção do Escravismo, a despeito mesmo das pressões externas do governo britânico e internas dos grupos que aspiravam a ampliação do mercado interno. Em 1868, o Marquês de Itaboraí procurou, a qualquer custo, conter alusões ao problema da Escravidão na fala proferida do trono. Para tanto, o Chefe do Gabinete invocava motivos de ordem jurídica e econômica, com razoáveis argumentos, sugerindo cautela.

A crise da escravatura, ao delinear-se mais fortemente, provocou reformas de modo a protelar as resoluções radicais e mitigar as pressões. A concessão da lei do Ventre Livre, por exemplo, ofereceu aos conservadores um tempo necessário para contornar a situação. No entanto, as inquietações do Liberalismo radical passaram a configurar expressões contundentes nos meios jornalísticos, nos quais faziam-se presentes figuras de grande penetração social: Otaviano, Manuel de Macedo, Nabuco de Araujo, Saraiva e José Bonifácio, o Moço(314).

314 Mercadante, Paulo, op. cit., 161 e ss.

Com o tempo, no entanto, os conservadores também se convenceram de que não havia qualquer justificativa para preservarem a instituição escravista. Referências explícitas demonstravam repúdio ao instituto. Tratava-se, como afirma Paulo Mercadante, de uma questão que não era nem ética, nem religiosa, porém prática. A discussão sobre o instituto da escravidão não expressava uma solução de teor humanitário, mas a análise fria e objetiva de um problema examinado à luz das condições especiais, que no momento se apresentavam. Porém, os conservadores optaram pela doutrina da abolição gradual, após examinarem quais seriam os interesses que poderiam ser atingidos, considerando tratar-se de uma questão econômica, política e social. Fundamentados na política conciliatória, sustentada pelo Ecletismo, encontraram a justa medida, necessária a seus intentos, na protelação sem rupturas, isto é, "avançar sem precipitar".

Nesse embate, os militares positivistas tomaram posição fazendo da Escola Militar o núcleo das agitações. Determinaram-se, para tanto, pela desobediência ao Governo Imperial. Segundo Ximeno Villeroy, o Exército e o Governo já se enfrentavam de longa data, mas o "dissídio" entre os dois agravou-se, de modo alarmante, a partir de 1884.

A campanha abolicionista, segundo Ximeno, fez com que o Governo saísse "com a dignidade arranhada", acentuando o desprestígio e a impopularidade da Monarquia. O Exército opunha-se ao plano do Barão de Cotegipe, desejoso de conter a onda invasora do Abolicionismo, que começava a submergir em São Paulo. Essa má vontade exteriorizou-se através da intervenção de Benjamin Constant, resultando em uma moção que no período teve grande alcance social e político. Nela se observa que havia, por parte dos militares, uma atitude abolicionista. Divulgada pela imprensa, essa moção resultou em benefícios para a causa. Segundo o autor da mesma, ela expressou a última questão militar e a demissão do Ministro da Guerra, Alfredo Chaves, desmoralizado pelos ataques de Deodoro e do Visconde de Pelotas.

Com a atitude resoluta do Exército, explícita e irretroatível, a Monarquia se enfraqueceu ainda mais, culminando com a abolição imediata e com a perda do apoio das elites conservadoras.

Os militares brasileiros, que se formaram utilizando por "texto didático" o *Curso de Filosofia Positiva* de Comte, almejavam transformar os conteúdos doutrinários, também em uma prática pedagógica capaz de

promover o ingresso do Brasil na etapa final do avanço das sociedades - a etapa positivista. Para tanto, tal como procedia Comte, transcendiam os estudos da matemática para uma análise dos problemas políticos. Benjamin, além de difundir os conceitos de matemática segundo a sua leitura da obra de Comte, arvorava-se na pregação de uma teoria educacional também extraída da mesma fonte.

Benjamin, em 1871, já havia sido acusado pelo Conselheiro Taques, da Câmara dos Deputados, de corromper, ideologicamente, os meninos do Instituto dos Cegos(315).

"Aqui, está a doutrina da escola: o Positivismo é o ateísmo matemático que, como diz um distinto professor desterra Deus para a ordem das hipóteses inúteis. Não quer saber das causas primárias fins da sociedade e dos homens seu destino nada disto; o chefe da escola disse que a palavra direito deve ser riscada da linguagem moral e da política, como a palavra causa, da linguagem filosófica".

315 Bastos, Tocary Assis, op. cit., p. 82.

Tocary Bastos afirma que Benjamin Constant poderia ter formulado uma nova teoria da educação brasileira naquele momento, porém, teve essa iniciativa inibida pela ação do Apostolado Positivista, que ele respeitava e temia.

A interpretação positivista de mundo, que os alunos da Escola Militar absorveram, incluía uma unidade indissolúvel entre as concepções sociológicas defendidas por Comte e os seus princípios políticos. Afastando-se da lógica militar da tendência militarista os cadetes identificaram, como tarefa precípua do Exército: "garantir a honra, a liberdade e a integridade da Pátria". Villeroy confirma a tese do anti-militarismo de Benjamin ao afirmar:

"Benjamin estremecia devotadamente sua classe, mas não era militarista: derrubado o trono pelo Exército devia este entregar o governo a quem de direito, recolhendo-se aos seus quartéis"(316).

As reformas que o Exército reivindicava, ao longo de uma década, foram concedidas em 1889, pelo Ministro do Império Thomas Coelho, como tentativa de minimizar o ímpeto

316 Villeroy, A.Ximeno de, op. cit., p. 215.

revolucionário que o envolvia. Nada mais havia a fazer, porque o Exército consolidaria seu intento. Desde 1879, havia esforços para modernizar os regulamentos de instrução, visando dar nova organicidade a sua estrutura.

Em 1885, o Senador Henrique Avila inicia, no Salão da Biblioteca do Exército, uma série de palestras diante de uma assistência constituída exclusivamente de oficiais, visando, sobretudo, oferecer os elementos para a organização do efetivo, o recrutamento e a instrução, tomando por modelo o exército alemão. Nessa época, o comando da Escola Militar estava a cargo do Brigadeiro Severiano da Fonseca, um dos mais animados participantes dessas reuniões.

Para se saber se a ação militar na República foi fruto de um oportunismo, ou se foi, efetivamente, uma revolução ou um golpe de Estado, é necessário uma investigação ampla sobre o quadro conjuntural, sobre as razões de ordem estrutural que a motivaram. É necessário conhecer ainda, as idéias presentes na ambiência histórica, o grau de consciência dos agentes e os interesses que permitiram a associação dos grupos.

Revelar o conjunto das forças sociais que organizam o processo, eis o grande enigma desta pesquisa. Esses são alguns "flashes" que devem nortear a compreensão das condições históricas da ação dos agentes - no caso, os militares e, de um modo especial, a oficialidade acadêmica da Escola Militar - compondo as novas forças sociais que articularam o sistema de dominação no Brasil.

É importante ressaltar que a educação do oficial militar no Brasil, a partir de 1870 (com caráter profissional), foi o resultado de todas as mudanças que se processaram na revolução tecnológica e científica, impostas pelo capitalismo no plano internacional. Tal educação foi responsável pela especificidade de orientação política e ideológica da carreira militar, enquanto profissão inserida no Estado, o que evidencia seu aspecto político. A concepção educacional que passou a nortear a formação do oficial, presente desde os primeiros anos da educação ministrada nas Escolas Militares, até os últimos graus da carreira, estruturou-se sobre um certo tipo de moral definida como valor absoluto. Sua divulgação se processou de forma orgânica no interior da Escola Militar do Rio de Janeiro, prevalentemente, através da teoria e das práticas da própria corporação.

É importante assinalar que dentro da estrutura educacional prevalecia uma elevada autonomia pedagógica, porque o Exército ao construir seu sistema de ensino técnico, calcado nas ciências, avançou em relação ao ensino ministrado no Brasil. Tal sistema era ao mesmo tempo integrado em seus diferentes níveis e radicalmente distinto da educação oferecida aos grupos dominantes, na qual predominava "o bacharelismo e o ensino humanista". Essa distância significativa, entre o ensino ministrado aos civis e aos militares, ofereceu aos oficiais o espaço necessário de reflexão sobre as relações de poder, presentes na vida nacional, como tendência que se iniciou na metade do século XIX. Nessa época já era possível verificar, através das publicações de periódicos do Exército: a revista *Phenix Litterária* e *Clube Acadêmico*, um tipo especial de politização que refletia uma identidade própria, oposta à dos bacharéis. Desde essa época já se enunciava um sentimento de marginalidade em relação às elites civis, motivo para a gênese de uma crítica às bases sociais, econômicas e políticas dominantes. Em outras palavras, já contestavam a ação política e o Liberalismo (ideário apropriado e adaptado pelas oligarquias agrárias).

No contexto do movimento que culmina com a República, os oficiais do Exército desempenham um papel

preponderante. Motivava-os a insatisfação quanto ao que consideravam limitações de seus direitos de cidadania. Porém, foi na última década da Monarquia, que essa insatisfação tornou-se mais ruidosa e expressou-se através do ideário do "soldado-cidadão". As inspirações desse ideário se desdobram nas questões filosófico-políticas e técnico-burocráticas. Praticamente, almejavam conquistar o direito de reunião e a livre manifestação da opinião política, que em outras palavras significa envolver-se e dirigir as decisões políticas. Em 1881, um jornal publicado no Rio de Janeiro "O Soldado"⁽³¹⁷⁾ defendia o direito da classe militar de se apresentar perante a nação e de tomar parte na administração do Estado.

Antes da República, somente a Academia Militar, no Brasil, oferecia um ensino técnico. Com o passar do tempo, aumentaram as escolas militares que passaram a oferecer um embasamento considerado pela cúpula militar como indispensável à formação profissional, além de qualificação intelectual polivalente. A finalidade última desse ensino no Exército era criar uma uniformidade ideológica entre os oficiais.

³¹⁷ Carvalho, José Murilo de, Os Bestializados, p. 19.

Para se compreender os desdobramentos, decorrentes da busca inicial dessa uniformidade ideológica, é necessário encontrar na história a gênese das novas formulações políticas que impulsionarão a ação militar ao longo da história brasileira.

O Exército acumulava ressentimentos contra o regime monárquico, em cuja hierarquia ocupava posição de segunda ordem, preterido em relação à Guarda Nacional e à Marinha. Os militares, submetidos a um lento e inexorável processo de desvalorização profissional, refletido na compressão dos gastos a eles referentes, identificaram que seu desprestígio era devido à irresponsabilidade das instituições e ao descaso dos políticos do Império.

A Guerra do Paraguai agravou-lhes as frustrações por um lado, mas conscientizou-os de sua força. O sentimento de glória, por terem ganho a guerra, unificou-os e permitiu-lhes encontrar em si próprios as razões concretas de alta estima, as quais se traduziram em atitudes de suscetibilidade e altivez. Perceberam-se, pela primeira vez, como grupo distinto dos demais, construindo sua própria identidade.

O Positivismo estimulou essa percepção, pois Comte afirmava a dignidade militar apontando sua superioridade em relação aos civis. A influência positivista inicia-se no Brasil, na antiga Academia Militar (Escola Militar da Praia Vermelha), influência essa que se tornou maior após o ingresso de Benjamin Constant, em 1872. Os militares encontravam nas lições positivistas mais elementos para enfrentar as discriminações da sociedade, cuja tendência era considerá-los um corpo oneroso e parasitário. A adesão à doutrina de Comte se explica, principalmente, pela elevação desse ressentimento, (já aludido) em relação à sociedade civil, em especial à elite política.

Em nome dessa influência positivista, a oficialidade jovem do Exército aderiu ao movimento republicano, reforçado depois pelas "questões" que os militares tiveram com o Império. É importante observar que depois da morte de Augusto Comte, em 1857, o Positivismo se divide em duas doutrinas que eram tidas igualmente por ortodoxas:

a) a de Pierre Lafitte - que aceitava a teoria sobre a organização política e religiosa da sociedade e se transformou em seita (com culto, festas e peregrinações). No Brasil, essa tendência foi aceita e defendida por Miguel Lemos e Teixeira Mendes - quem em fins de 1874,

começaram a propagar o Positivismo (em sua forma religiosa).

b) a de Emile Littré - que rejeitou as teorias de Comte sobre a organização política e religiosa da sociedade, mas aceitou o método de pesquisa dos fenômenos, a lei dos três estados, a divisão das ciências em concretas e abstratas, a classificação das ciências, etc. Na Escola Militar predominou esse aspecto (não religioso) da doutrina. O núcleo preponderante na Escola Militar, sob a influência de Benjamin Constant, teve seu primeiro contato com a filosofia de Comte através das disciplinas matemáticas.

O tipo de cultura divulgado ao longo do Império era a preservação da mesma mentalidade que havia sido plasmada na fase colonial, cujos reflexos estavam presentes no ensino, que era livresco e literário. Faltava audácia especulativa e privilegiava excessivamente as fórmulas jurídicas. Esse espírito, após a proclamação da República, permaneceria também presente na Constituição de 1891.

Ao lado dessa mentalidade humanística, retórica e jurídica, da grande maioria da elite dirigente, o Positivismo se ofereceu como contraponto, pois privilegiava as disciplinas matemáticas e as tendências científicas.

Formaram-se duas mentalidades conflitantes, cujos representantes expressivos são Rui Barbosa e Benjamin Constant.

Quando as idéias positivistas penetraram na Escola Militar, a juventude militar passou a adquirir uma consciência viva de si e de suas possibilidades políticas. A reforma do ensino militar efetuada por Benjamin Constant, quando ocupava a pasta de Ministro da Guerra, tinha por preocupação maior, fornecer sólida formação geral em matérias militares. Constant foi também, posteriormente, ministro do esdrúxulo Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, no qual também empreendeu uma reforma de toda instrução pública, do ensino superior, artístico e técnico, além de reorganizar o Colégio D. Pedro II, inspirado nos princípios que defendia.

Na reforma da instrução militar (1890), Benjamin Constant privilegiou a Sociologia, as Matemáticas e o ensino da Moral entre as demais matérias que a compunha. Acreditava ser necessário favorecer a maturidade política e moral dos oficiais, intento que só se consolidaria através de um conteúdo diversificado. Permanecia como preocupação maior de Constant negar a submissão imposta aos militares no Império, desenvolvendo uma nova visão acerca da posição

que o soldado deveria ocupar na sociedade, encaminhando os ideais mais nobres da pátria, na condição de cooperador do progresso. Constant foi criticado severamente, tanto pelos liberais (leia-se Rui Barbosa), como pelos positivistas "ortodoxos" da linha de Lafitte. Pesava-lhe a responsabilidade de pretender formar juristas de uniforme ou "bacharelismo fardado", ou mais precisamente o "soldado-cidadão".

No ambiente das escolas militares (Praia Vermelha e depois Realengo), havia condições perfeitas para a aceitação do ideário do soldado-cidadão — que com a proclamação da República incorporou-se à ideologia das intervenções militares no Brasil.

Após o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha (1904), em virtude de sua última revolta, o ensino militar passou a ser realizado em Porto Alegre, na Escola de Guerra. Nessa época, o Marechal Hermes da Fonseca deu início a um movimento de modernização do Exército, seguindo orientação diferente da formação anterior. Por sugestão do Ministro Rio Branco, Hermes enviou jovens oficiais para servirem no exército alemão (a partir de 1906). A intenção de Hermes era afastar os militares dos cargos públicos e da política. Três turmas de oficiais,

entre 1906 e 1910, que estiveram na Alemanha, identificados com a organização militar alemã, passaram a divulgar os conhecimentos adquiridos, vencendo aos poucos as resistências daqueles que se acomodaram na rotina dos quartéis. Esses oficiais, apelidados de "jovens turcos" desenvolveram uma nova mentalidade. Quando a Escola Militar começou a funcionar em 1911, o ensino militar havia mudado. A preocupação profissional afetou sobremaneira o comportamento político dos oficiais. A divulgação dessas propostas renovadoras, no que tange à profissionalização militar, trazidas pelos "jovens turcos" iniciou-se através da revista *A Defesa Nacional*.

É bom salientar que já em 1910, a *Revista dos Militares*, fundada pelo General Paula Cidade, também tinha propostas inovadoras, bem de acordo com as exigências do momento histórico. O teor ideológico já havia mudado e os militares já se envolviam com a preservação do Estado de forma diferente. É possível dizer que o trabalho renovador dos "jovens turcos" foi complementado pela Missão Francesa, que em 1920, foi contratada para reformular a educação militar superior.

A derrota da Alemanha havia inviabilizado a missão desse país no Brasil, contrariando os anseios dos "jovens

•
turcos". Foi contratada a Missão Francesa que teve o poder de desdobrar a educação militar em vários estágios: curso de aperfeiçoamento de Oficiais, curso de Estado Maior, para capitães e tenentes e de Revisão do Estado Maior, para capitães, majores e coronéis, dando nova organicidade à estrutura do Exército.

Em 1922, os tenentes que se rebelaram na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana retomaram o princípio do ideário do "soldado-cidadão", voltando às atividades que passaram a ser desenvolvidas pelo recém-criado Estado Maior. Há que se observar que o movimento, ainda dessa vez, não envolveu a totalidade do exército. De novo, em 1922, a corporação se sentiu ferida em seus brios e exigiu reparação do poder civil. A evolução dos acontecimentos culminou com a Revolução de Trinta. Os tenentes, que se envolveram na luta de 1922, movidos pelo ideal de unidade e respeito, aos poucos, passaram a reivindicar nova ordem política, em nome das novas forças sociais surgidas no processo de consolidação do capitalismo. O ideário tenentista, agora, almejava, entre outras coisas, promover a abertura da sociedade para o Exército e, aliado a outras forças, atuava como componente de desequilíbrio de poder na Primeira República, em nome da preservação dos princípios burgueses.

A ação militar que se serviu dos preceitos positivistas para a constituição dos ideários intervencionistas, extraiu da doutrina somente os aspectos que instrumentalizariam essa ação. Recusaram da doutrina de Comte o pacifismo, o livre pacto entre governantes e governados, de forma que, usando de seus recursos institucionais de violência explícita, conciliaram interesses diversos. O Comtismo pregava o ideal do progresso e o desejo simultâneo da prevalência da ordem, pois acreditava que todas as mudanças viriam a seu tempo, naturalmente, sem revoluções. Segundo o objetivo da ortodoxia positivista, eram necessárias mudanças profundas e tempo para efetivá-las. Mas os militares positivistas, ansiavam por transformações e valeram-se para tal, de rebeliões contra os poderes constituídos: primeiro a mudança abrupta, depois o consentimento dos governados. Para chegar à ação regeneradora ou redentora de um mundo corrompido até as vísceras, convenceram-se os "soldados-cidadãos" que era inevitável o recurso da radicalização. Invertia-se, dessa forma, o processo imaginado por Augusto Comte.

Bragança Paulista, 1993.

BIBLIOGRAFIA

- Amaral, Antonio José de Azevedo, **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1976.
- Amaral, Maj. Geraldo Lemos, **Reflexões sobre a Formação Cultural do Oficial** in *A Defesa Nacional*, nº 452-455.
- Aragão, Ten. C. A. C. Mon, **História Militar** in *A defesa Nacional*, nº 455.
- Araripe, Tristão de Alencar, **Aspectos Particulares da Conjuntura - A Justiça Militar e os Interesses de Segurança Nacional**, ESG (documento), 1961.
- Tasso Fragoso, **Um pouco da História do nosso Exército**, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1960.
- **O Exército a partir de Guerra do Paraguai**, *Revista do Clube Militar*, 1957.
- Arbousse Bastide, Paul, **Auguste Comte**, Lisboa, Edições 70, Biblioteca Básica de Filosofia, nº 24, s.d..
- Athayde, Tristão de, **Políticas e Letras in À Margem da História da República** (Ideias, Crenças e Afirmações), Inquérito por escriptores da geração nascida com a República, Rio de Janeiro, Edição do "Anuário do Brasil", 1924.
- Azevedo, Fernando, **A Cultura Brasileira**, São Paulo, Edições Melhoramentos, 3ª Edição, 3 volumes, 1953.
- Azzi, Riolando, **A Concepção da Ordem Social segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro**, São Paulo, Ed. Loyola, 1980.
- Baer, Werner, **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- Barbosa, Rui, **República, Teoria e Prática**, Seleção e Coordenação de Hildo Rocha, Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes: Brasília, 1978 (Dimensões do Brasil).
- **Queda do Império**, Rio de Janeiro, Livraria Castilhos, Tomo I, 1921.
- **Contra o Militarismo**, Rio de Janeiro, J. Ribeiro dos Santos Editora, 1910.

- Barreto, Tobias, **A Questão do Poder Moderador e Outros Ensaios**, Seleção e Coordenação de Hildo Rocha, Introdução de Evaristo Moraes Filho, Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed.Vozes: Brasília, INL, 1977 (Dimensões do Brasil 6).
- Barros, Roque Spencer Maciel de, **A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade**, São Paulo, EDUSP, 1959.
 ----- **O Positivismo e a Antiga Escola Militar** in O Estado de São Paulo, Suplemento Especial, 22/04/1961.
- Barroso, Gustavo, **História Militar do Brasil**, 2ª Edição, São Paulo, Nacional, 1938 (Brasiliana 49).
- Basbaum, Leôncio, **História Sincera da República: Das origens a 1889**, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 4ª Edição, 1981.
 ----- **Sociologia do Materialismo - Introdução à História da Filosofia**, Ed.Obelisco, s.d..
- Bastos, Tocary Assis, **O Positivismo e a Realidade Brasileira**, Belo Horizonte, Revista Brasileira de Estudos Políticos, Revista Universidade Federal de Minas Gerais, Ed.Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1965.
- Bello, José Maria, **História da República (1889 - 1954): Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira**, 4ª Edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959.
- Bergo, Antonio Carlos, **O Positivismo: caracteres e influência no Brasil**, Revista Reflexão, PUCAMP, nº 25.
- Bloch, Marc, **Introdução à História**, Publicações Europa-América, Coleção Saber, s.d..
- Bobbio, Norberto, **Liberalismo e Democracia**, trad.Marco Aurélio Nogueira, São Paulo, Ed.Brasiliense, 1988.
 ----- **Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da Política**, Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra, 1987, Coleção Pensamento Crítico, Vol. 69.
- Boehrer, Georg C.A., **Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil, 1870 - 1889**, Tradução [de] Berenice Xavier, tese de doutorado em Filosofia apresentada na "Graduate School of Arts and Science" da Universidade Católica dos Estados Unidos; Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação.
- Brasil, José Assis, **Os Militares e a Política**, São Paulo, 2ª Ed., Urban, 1929.

- Bresciani, Maria Stella, **Democracia, Democracia** in Plural, São Paulo, 1978.
- Buzzi, A.R., **La Teoria Política de Antonio Gramsci**, Barcelona, Ed.Fontanella S.A., 1969.
- Calmon, Pedro, **História Social do Brasil**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937, 2 tomos.
- Cardoso, Fernando Henrique, **Dos Governos Militares a Prudente - Campos Sales**, in **Brasil Republicano, Estrutura de Poder e Economia 1889-1930, História Geral da Civilização Brasileira**, direção Boris Fausto, v.1, t.III, 5ª Edição, Bertrand-Brasil.
- Carneiro Leão, A. e outros, **À Margem da História da República** (Ideias, Crenças e Afirmações), Rio de Janeiro, Edição do Anuario do Brasil, 1924.
- Carone, Edgar, **A República Velha, Instituições e Classes Sociais**, São Paulo, Difel, 1970 (Corpo e Alma do Brasil);
- **A República Velha, Evolução Política**, São Paulo, Difel, 1971 (Corpo e Alma do Brasil).
- **Tenentismo**, São Paulo, Difel, 1978 (Corpo e Alma do Brasil).
- Carvalho, Estevão Leitão de (Mel.), **Memórias de um Soldado Legalista**, Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, Tomo I, 1961.
- Carvalho, José Murilo de, **As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador**, in **Cadernos DCP nº1**, UFMG, março, 1984.
- **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- **A Construção da Ordem: A Elite Imperial**, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- Carvalho, Leitão de, **O Exército e a República**, Rio de Janeiro, s.c.p., 1937.
- Carvalho, Setembrino de, **Memórias - Dados para a História do Brasil**, Rio de Janeiro, s.ed., 1950.
- Castro Ayres, **A Guarda Nacional** in **Revista A Defesa Nacional**, VI, 63, dezembro, 1918.

- Castro, J.B.de, **A Milícia Cidadã; a Guarda Nacional de 1831-1850**, São Paulo, Cia.Ed.Nacional, 1977.
- Châtelet, François, **História da Filosofia, Idéias e Doutrinas, O século XX**, Vol.VIII, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.
- Coelho, Edmundo Campos, **Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira**, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976.
- Comte, Augusto, **Curso de Filosofia Positiva, Discurso sobre o Espírito Positivo, Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo, Catecismo Positivista**, tradução e seleção de textos de José Arthur Gianotti e Miguel Lemos, São Paulo, Abril Cultural, 1983 - Os Pensadores.
- Constant Neto, Benjamin, **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, Leuzinger S.A., 1940.
- Costa Ferreira, Valeriano Mendes, **Ressentimento e Revolta: Formação Cultural e Radicalização Política dos Jovens Oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha 1874-1889**, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1990.
- Costa, Wilma Peres, **A Espada de Dâmocles: o Exército e a crise do Império**, tese de doutorado apresentada no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1990, 2 v.
- Coutinho, Carlos Nelson, **Gramsci**, Porto Alegre, L & PM, 1981 (Fontes do Pensamento Político).
- **Realismo & Anti-Realismo na Literatura Brasileira**, Carlos Nelson Coutinho et alli, Rio de Janeiro, Paz e Terra, s.d..
- **A Democracia como Valor Universal**, São Paulo, Livraria Editoria Ciências Humanas, 1980.
- **A Dualidade de Poderes: introdução à teoria marxista de estado e revolução**, São Paulo, Ed.Brasiliense, Coleção Primeiros Vãos, 1985.
- Cruz Costa, João, **Contribuição à História das Idéias no Brasil**, Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira, 1967.
- **Panorama da História da Filosofia no Brasil**, São Paulo, Ed. Cultrix, s.d..
- **O Positivismo e a República**, São Paulo, 1956.
- Cunha, Euclides da, **À Margem da História**, Porto, Ed.Livraria Chardron, 1909.

- De Decca, Edgar Salvadori, **O Silêncio dos Vencidos**, São Paulo, Ed.Brasiliense, 1987.
- Dean, Warren, **A Industrialização de São Paulo**, São Paulo, Difel, 1971.
- Dória, L. Chagas, *Revista do Exército Brasileiro*, 1886.
- Engels, Friedrich, **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, trad.Leandro Konder, Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira, 1975.
- **Anti-Düring**, trad.Isabel H.Faria e Teresa Adão, 4ª Edição, Lisboa, Ed.Afrodite, 1974.
- Espírito Santo Junior (Cap.do Estado Maior da Artilharia), **Jurisprudência Militar** in *Revista do Exército Brasileiro*, 1887.
- Faoro, Raymundo, **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**, 2ª Edição, Porto Alegre, Ed.Globo, 1977, 2 v..
- Fausto, Boris (Org.), **História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Republicano, Sociedade e Instituições, 1889-1930**, São Paulo, Difel, Tomo III, vol. 2.
- **A Revolução de 1930 - Historiografia e História**, São Paulo, 7ª Ed., Ed.Brasiliense, 1981.
- Fausto, Ruy, **A Propósito da Filosofia da História de Comte e do Sentido do Positivismo**, in *Revista Brasileira*, nº 8, Novembro-Dezembro, 1976.
- Fernandes, Florestan, **A Revolução Burguesa no Brasil**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 3ª Edição, 1967.
- **A Traição à República**, artigo da Folha de São Paulo, 21 de outubro de 1991, 1-2.
- Figueiredo, Affonso Celso de Assis, (Visconde de Ouro Preto), **O Advento da Ditadura Militar no Brasil**, Paris, Ed.F.Pichon, 1891.
- Figueiredo Lima, **Casernas e Escolas**, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, v.XCVI, s.d., ilustrações de Alberto Lima.
- **Grandes Soldados do Brasil**, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944.
- Forjaz, Maria Cecília Spina, **Tenentismo e Política: Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- Furtado, Celso, **Formação Econômica do Brasil**, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 7ª Edição, 1967.
- **Brasil: Tempos Modernos**, Rio de Janeiro, Coletânea de Ensaio, Editora Paz e Terra, 1968.
- Gentil Torres, Theodorico L., **Ministro da Guerra do Brasil, 1808-1946**, Rio de Janeiro, Pongelti Editores, 1947.
- Germano, José Wellington, **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964-1985 - Um Estudo sobre a Política Educacional**, tese de doutoramento, UNICAMP - FE, 1990.
- Goldman, Lucien, **Origem da Dialética: A Comunidade Humana e o Universo em Kant**, tradução [de] Haroldo Santiago, Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra, 1967.
- **Ciências Humanas e Filosofia - O que é Sociologia ?**, 9ª Edição, São Paulo, Difel, 1984.
- Gorender, Jacob, **A Burguesia Brasileira**, Editora Brasiliense, Coleção Tudo é História, 3ª Edição.
- **Modos de Produção e Realidade Brasileira**, organização de José Roberto do Amaral Lapa, Petrópolis, Ed.Vozes, 1980 (Coleção História Brasileira, 5).
- Gramsci, Antonio, **Concepção Dialética da História**, Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira, trad.Carlos Nelson Coutinho, 1968.
- **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, Ed.Civilização Brasileira, trad.Carlos Nelson Coutinho, 7ª Edição, 1989.
- **Obras Escolhidas**, São Paulo, tradução [de] Manuel Cruz, Ed.Martins Fontes, 1978.
- **Maquiavel, A Política e o Estado Moderno**, tradução [de] Luis Mário Gazzaneo, Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira, 1976.
- Gruppi, Luciano, **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**, trad. Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Luis Werneck Vianna, Rio de Janeiro, Ed.Graal, 1978 (Biblioteca Estudos Humanos, série Teoria Política nº 1).
- Hahner, June Edith, **Relações entre Civis e Militares no Brasil: 1889-1898**, São Paulo, tradução [de] J.S,Witter, Ed,Pioneira, 1975.
- Hobsbawn, Eric J., **A Era do Capital 1848-1875**, Ed.Paz e Terra, 3ª Edição, 1982.
- **A Era das Revoluções, 1789-1848**, Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra, 1982.

- **A Era dos Impérios, 1875-1914**, Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra, 1988.
- Hollanda, Sérgio Buarque de, (org) **História Geral da Civilização**, Tomos I e II, Defel, 1960 - 1972.
- **Do Império à República**, São Paulo, Difel, in **História Geral da Civilização Brasileira**, v.5, tomo II, 1972.
- Ianni, Octávio, **O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil**, Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed.Vozes, 1984.
- **Imperialismo e Cultura**, Petrópolis, Ed.Vozes, 1976 (Sociologia Brasileira, V. 5).
- **O Colápsio do Populismo no Brasil**, Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira, s.d..
- **Estado e Capitalismo**, Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira, 1965.
- Iglésias, Francisco, **República (1889-1989)** in **Cultura**, O Estado de São Paulo, 11/11/1989.
- Laski, Harold J., **Liberalismo Europeu**, São Paulo, 1ª Edição, Editora Mestre-Jou, 1973.
- Ledo, Ivo, **No Tumulto do Norte**, **Cultura**, O Estado de São Paulo, 11/11/1989.
- Lemos, Miguel, **Base de uma Constituição Política Ditatorial Federal para a República Brasileira**, Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, 1890.
- **Política Positiva e a grande Naturalização**, Rio de Janeiro, Centro Positivista do Brasil, 1989.
- Lênin, V.I., **O Estado e a Revolução, o conceito Marxista do Poder**, Diálogo Livraria e Editora Ltda., s.d..
- Lima Sobrinho, Barbosa, **A Verdade sobre a Revolução de Outubro**, Rio de Janeiro, Ed.Unitas, 1933.
- Lins, Ivan, **História do Positivismo no Brasil**, São Paulo, Ed. Nacional, 1967 (Brasiliana, 322)
- Lobato Filho (Gen), **A Última Noite da Escola Militar da Praia Vermelha (Contribuição para a História)**, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti-Editores, 1948.
- Lopes, Juarez Rubens Brandão, **Desenvolvimento e Mudança Social: Formação da Sociedade Urbano-Industrial no Brasil**, 3ª Edição, São Paulo, Ed. Nacional, INL, 1976.
- Löwy, Michael, **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma Análise Marxista**, São Paulo, Ed.Cortez, 1985.

- **Método Dialético e Teoria Política**, Rio de Janeiro, tradução [de] Reginaldo Di Piero, 3ª Edição, Ed.Paz e Terra, 1985.
- **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**, São Paulo, Editora Busca Vida, 1987.
- Lyra, Heitor, **História da Queda do Império**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 2 tomos, 1964 (Brasiliana, v.320).
- Lyra Tavares, A.de (Gen.), **O Brasil de Minha Geração**, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1976 (Coleção General Benício).
- Luz, Nícia Vilela, **A Luta pela Industrialização no Brasil**, São Paulo, Ed.Alfa-Omega, 1978.
- Macchiocchi, Maria Antonieta, **A Favor de Gramsci**, Rio de Janeiro, tradução [de] Angelina Peralva, 2ª Edição, Ed.Paz e Terra, 1977.
- Magalhães, J.B., **A Evolução Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, Bibliex, 1958.
- Magalhães Jr., Raimundo, **Deodoro: A Espada contra o Império**, Brasília, reed. UNB, 1981.
- Marson, Adalberto, **A Ideologia Nacionalista** in Alberto Torres, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.
- Marx, Karl e Friedrich Engels, **Obras Escolhidas**, São Paulo, Ed.Alfa-Omega, s.d., 3 volumes.
- Maul, Carlos, **O Exército e a Nacionalidade**, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1950, v.150.
- Medeiros, Alberto (Ten.Cel.), **Traços na Vida da Escola Militar** in Revista da Família Acadêmica, Rio de Janeiro, 1882, 1884, 1885.
- Mello, Antonio Valença, **Política Positiva de Augusto Comte**, Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira, 2 volumes, 1979.
- Mendes, Teixeira, **Benjamin Constant, Esboço Biográfico**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936.
- Mercadante, Paulo, **A Consciência Conservadora no Brasil: Contribuição ao Estudo da Formação Brasileira**, Rio de Janeiro, Ed.Nova Fronteira, 3ª Edição, 1980.
- **Militares & Civis**, Rio de Janeiro, Ed.Zahar, 1964.

- Miceli, Sérgio, **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-199945)**, São Paulo-Rio de Janeiro, Difel 1979 (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- Moacir, Primitivo, **A Instrução e o Império**, São Paulo, Cia.Ed.Nacional, 1936.
- Monteiro, Afonso, (Gen.) **Reminiscências da Escola Militar da Praia Vermelha 1882 a 1889** in Revista Militar Brasileira de outubro-dezembro, 1931.
- Monteiro, Tobias, **História do Império, Primeiro Reinado**, Tomo II, Rio de Janeiro, F.Briguiet & Cia. Editores, 1946.
- Moraes, Evaristo de, **Da Monarquia para a República (1870-1889)**, Rio de Janeiro, Editora Atena, 1937.
- Moraes, João Quartim de, **A Esquerda Militar no Brasil: Da Conspiração Republicana à Guerrilha dos Tenentes**, São Paulo, Livraria Siciliano, volume I, 1991.
- Moraes, Mascarenhas de (Mel.), **Memórias**, Coleção Documentos Brasileiros, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, vol.I e II, 1969.
- Moraes, Reginaldo, Ricardo Antunes e Vera B.Ferrante (organizadores), **Inteligência Brasileira**, São Paulo, Ed.Brasiliense, 1986.
- Morais, J.F.Regis de, **Positivismo, Repressão e Educação** in Revista Reflexão, PUCCAMP, nº 19.
- Moskvichov, L., **El fin de la Ideologia, Teoria de la "desideologización": Ilusões y Validad**, Editorial Cartago.
- Mota, Carlos Guilherme, (organizador), **Brasil em Perspectiva**, Rio de Janeiro, Ed.Bertrand Brasil Ltda., 17ª Edição, 1988.
- Motta, Jeovah, **Formação do Oficial do Exército**, currículos e regimes na Academia Militar, Rio de Janeiro, Ed.Brasileira de Artes, 1976.
- Nascimento, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do, **Origens do Pensamento Conservador Liberal Modernizador na Educação Brasileira**, São Paulo, Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, Faculdade de Educação, Tese Apostilada, 1989.

- Nogueira, Marco Aurélio, **As Desventuras do Liberalismo, Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República**, Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra, 1984.
- Nogueira Filho, P., **Ideais e lutas de um burguês progressista, o partido democrático e a revolução de 1930**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.
- Ouro Preto, Visconde de Affonso Celso de Assis Figueiredo, **Advento da Ditadura Militar no Brasil**, Paris, F. Pichon, 1891.
- Paim, Antônio, **O Apostolado Positivista e a República**, Biblioteca do Pensamento Político Republicano, Câmara dos Deputados, 1981, Ed.Universidade de Brasília, vol.2.
- Paula Cidade, Francisco de, **Cadetes e Alunos Militares através dos Tempos 1878-1938**, Rio de Janeiro, Bibliex.
- **O Exército em 1889 - Resumo Histórico**, in A República Brasileira, volume comemorativo, Biblioteca Militar, 1939 in Anais do Primeiro Congresso Internacional de História da América, 1922, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, vol.7.
- **O Recrutamento de Oficiais** in A Defesa Nacional, I, 14 (Novembro de 1914).
- **Síntese de Três Séculos de Literatura Brasileira**, Imprensa do Exército, 1959.
- Peixoto, Afrânio, **Mestre**, artigo in Revista do Clube Militar, número comemorativo do primeiro centenário de Benjamin Constant, outubro de 1936.
- Peregrino, Umberto, **História e Projeções das Instituições Culturais do Exército**, Rio de Janeiro, Ed.José Olímpio, 1967.
- Pombo, José Francisco da Rocha, **História do Brasil (Ilustrada)**, volume X, Rio de Janeiro, Benjamim de Aguila Editor, s.d..
- Porto, Ernesto Campos, **Sete Anos de República no Brasil, Apontamentos para a História da República - Um Registro Centenário**, Prefácio de Oliveira Lima, São Paulo, Editora Brasiliense, s.d.
- Prado, Eduardo da Silva, **Fastos da Ditadura Militar**, 2ª Edição, Revista de Portugal, 1890.
- Prado Jr., Caio, **História Econômica do Brasil**, São Paulo, Ed.Brasiliense, 35ª Edição, 1987.

- **Dialética do Conhecimento**, São Paulo, Ed. Brasiliense, 3ª Edição, 2 tomos, 1960.
- Ramos, Plínio de Abreu, **Os Partidos Paulistas e o Estado Novo**, prefácio de Barbosa Lima Sobrinho, Petrópolis, Ed.Vozes Ltda., 1980.
- Revista do Exército Brasileiro**, Ano I Editorial, Militarismo, 1882.
- A Reorganização do Exército, 1882.
- Jurisprudência Militar, 1887.
- Palestras Militares, 10 de abril de 1885
- Palestras Militares, 17 de maio de 1885
- Jurisdição Militar, 1886.
- A Organização do Exército, 1886.
- Revista da Família Acadêmica**, Editorial, 1º de novembro de 1887.
- Homenagem Póstuma, ao Ten. Cel. Sena Madureira, 1888.
- Côrte, 1º de maio de 1888 - Editorial.
- Escola Militar, 1º de novembro de 1886, ANNO I nº 1.
- Editorial, 1º de março de 1889.
- Ribeiro Jr., João, **O que é Positivismo ?**, São Paulo, Ed. Brasiliense, 6ª Edição, 1987.
- **Alberto Salles: Trajetória Intelectual e Pensamento Político**, São Paulo, Ed.Convívio, 1983.
- Rizzo, Eliézes de Oliveira et alli, **Forças Armadas: Pensamento e Ação Política** in Inteligência Brasileira, Reginaldo Moraes, Ricardo Antunes, Vera B.Ferrante (orgs), São Paulo, Ed.Brasiliense, s.a., 1986.
- **As Forças Armadas no Brasil**, Rio de Janeiro, Ed.Espaço e Tempo (Coleção Pensando o Brasil, 7), 1987.
- Rodrigues, José Honório, **Interesse Nacional e Política Externa**, Rio de Janeiro, Cia.Editora Nacional, 1966.
- Romano, Roberto, **Brasil, Igreja contra o Estado**, São Paulo, Ed.Kairós, 1976.
- Romero, Sylvio, **Obra Filosófica**, introdução e seleção de Luís Washington Vita, Coleção Documentos Brasileiros, nº 139, Rio de Janeiro, EDUSP, Livraria José Olympio, 1969.
- **Doutrina contra Doutrina, o evolucionismo e o positivismo no Brasil**, Rio de Janeiro, 2ª Ed., Livraria Clássica de Alves, 1895.

- **Duque de Caxias e a Integridade do Brasil**, Rio de Janeiro Laemert, 1903.
- **O Brasil na Primeira Década do Século XX**, Lisboa, 2ª Ed., Tipografia Editora Ltda.
- Rouquié, Alain, **O Estado Militar na América Latina**, tradução [de] Leda Rita Cintra Ferraz, São Paulo, Ed.Alfa-Omega, 1984.
- **A América do Sul in A Revolução de 30**, Seminário de História Contemporânea realizado pelo CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, setembro, 1980.
- Sader, Eder, **Um Rumor de Botas** (Ensaio sobre a Militarização do Estado na América Latina), São Paulo, Ed.Polis, 1982.
- Saes, Décio, **Classe Média e Política: Na Primeira República Brasileira (1889-1930)**, Petrópolis, R.J., Ed.Vozes, 1975.
- **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**, Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra (Coleção Estudos Brasileiro, v. 86), 1985.
- **República in Resgate** - Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, Papyrus Livraria Editora (uma publicação do Centro de Memória - UNICAMP).
- Santa Rosa, Virgínio, **O Sentido do Tenentismo**, Rio de Janeiro, Schmidt, 1933.
- Santos, Joel Rufino dos, et alli, **História Nova do Brasil, Abolição, Advento da República, Florianismo**, vol.IV, São Paulo, Ed.Brasiliense, s.d..
- Santos, José Maria dos, **A Política Geral do Brasil**, São Paulo, Ed.J.Magalhães, 1930.
- **Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista**, Rio de Janeiro, Ed.José Olympio, 1960.
- Santos, Wanderley Guilherme, **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**.
- Schaff, Adam, **História e Verdade**, trad.Maria P.Duarte, São Paulo, Ed.Martins Fontes, 1978.
- Schulz, John, **O Exército e o Império in Hollanda**, Sérgio Buarque de (org.), História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Monárquico, São Paulo, Difel, 1974.
- Silva, Hélio, **1889-(A República não esperou o Amanhecer)**, Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira, 1972.

- Silva, Sérgio, **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**, São Paulo, Ed.Alfa-Omega, 1981.
- Singer, Paul, **O Brasil no Contexto do Capitalismo Republicano** in História Geral da Civilização Brasileira, III, O Brasil Republicano 1, Estrutura de Poder e Economia (1889-1930), direção de Boris Fausto, 5ª Edição, Bertrand-Brasil.
- Smith, Rodney H. (Cel.) e Major J.Bina Machado, **Métodos de Instrução**, Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1940.
- Sodré, Lauro, **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, Tipografia Hidelbrand, 1915.
- Sodré, Nelson Werneck, **História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira, 1965.
- **A Ideologia do Colonialismo: Seus Reflexos no Pensamento Brasileiro**, Petrópolis, R.J., Ed.Vozes, 3ª Edição, 1984.
- **Memórias de um Soldado**, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, (Retratos do Brasil, 60), 1967.
- **Vida e Morte da Ditadura: 20 Anos de Autoritarismo no Brasil**, Petrópolis, R.J., Ed.Vozes, 1984.
- **Formação Histórica do Brasil**, Petrópolis, Ed. Brasiliense, s.d..
- Stephan, Alfred C., **Os Militares: Da Abertura à Nova República**, tradução [de] Adriana Lopes e Ana Luisa Amendolo, Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra, 3ª Edição, 1986.
- Thompson, E.P., **Miséria da Teoria**, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1981.
- Torres, Alberto, **A Organização Nacional**, Rio de Janeiro, Cia.Ed.Nacional, 1933.
- Torres, João Camilo de Oliveira, **A Democracia Coroada (Teoria Política do Império do Brasil)**, Petrópolis, R.J., Ed.Vozes, 2ª Edição, 1964.
- **Razão e Destino da Revolução**, Petrópolis, R.J., Ed.Vozes, 1964.
- **Os Construtores do Império: Idéias e Lutas do Partido Conservador Brasileiro**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.
- **O Positivismo no Brasil**, Rio de Janeiro, Petrópolis, Ed.Vozes, 1943.

- Torres, Theodorico e Gentil Torres, **Ministros da Guerra do Brasil, 1808 - 1946**, Rio de Janeiro, Ministério da Guerra, 1947.
- Touchard, Jean, **História das Idéias Políticas**, 2ª Edição, Tradução e notas Mario Braga, Publicações Europa-América, 7 v..
- Trevisan, Leonardo, **Instituição Militar e Estado Brasileiro**, São Paulo, Ed. Global, 1987.
 ----- **O Pensamento Militar Brasileiro**, São Paulo, Ed.Global, 1985.
- Veiga, Luís Francisco da, **A Revolta Militar de 15 de Novembro de 1889 e a decorrente República Ditatorial condenadas pela moral, pelo direito e pela história**, Rio de Janeiro, Casa Mont'Alverne, 1900.
- Vianna, F.J. Oliveira, **O Occaso do Império**, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1925.
 ----- **Instituições Políticas Brasileiras**, Rio de Janeiro, Ed.José Olímpio, 2ª Edição, 1955.
 ----- **O Idealismo na Evolução Política do Império e da República**, Rio de Janeiro, s.ed., 1922.
- Vianna, José Feliciano Lobo, **O Estado Militar**, Rio de Janeiro, s.ed., 1892.
- Vianna, Luís Werneck, **Liberalismo e Sindicato no Brasil**, Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra, 2ª Edição, 1978.
- Vilaça, Marcos Vinícius e Roberto C.de Albuquerque, **Coronéis, Coronéis**, Rio de Janeiro, Ed.Tempo Brasileiro Ltda., 1965.
- Villeroy, A. Ximeno de, **Benjamin Constant e a Política Republicana**, Rio de Janeiro, 1928.
- Viotti da Costa, Emília, **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 2ª Edição, 1979.
 ----- **As Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro** in Folhetim, Suplemento de A Folha de São Paulo, nº 423, São Paulo, 24 de fevereiro de 1985.
- Vita, Luís Washington, **Alberto Sales, o Ideólogo da República**, Companhia Editora Nacional, 1965.
- Vizentini, Paulo Gilberto Fagundes, **Os Liberais e a Crise da República Velha**, São Paulo, Ed.Brasiliense, 1988 (Coleção Tudo é História).